



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1258

Quinta-feira - 13 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Biguaçu	3
Bom Retiro	156
Braço do Trombudo	158
Caçador	162
Camboriú	166
Campo Alegre	176
Campos Novos	183
Canoinhas	183
Capinzal	184
Catanduvas	185
Chapadão do Lageado	186
Concórdia	187
Cordilheira Alta	187
Coronel Freitas	192
Corupá	192
Ermo	193
Forquilha	193
Fraiburgo	194
Garopaba	195
Garuva	195
Gaspar	196
Guaramirim	206
Herval d'Oeste	207
Ilhota	209
Imbituba	209
Ipumirim	211
Irineópolis	212
Itapiranga	236
Itapoá	237
Joaçaba	243
José Boiteux	251
Lages	251
Lauro Muller	257
Lebon Régis	258
Lindóia do Sul	259
Luzerna	259
Macieira	266
Maracajá	268
Marema	268
Meleiro	270
Morro da Fumaça	271
Navegantes	273
Nova Trento	274
Novo Horizonte	274
Paial	277
Palhoça	277
Papanduva	286
Passo de Torres	286

Passos Maia	287
Paulo Lopes	288
Pescaria Brava	289
Pinheiro Preto	290
Porto Belo	292
Rio do Sul	293
Salto Veloso	337
Santa Rosa do Sul	337
São Bento do Sul	338
São Domingos	342
São João do Sul	342
São José	343
São Lourenço do Oeste	344
São Pedro de Alcântara	344
Schroeder	345
Serra Alta	353
Siderópolis	353
Timbé do Sul	353
Timbó	354
Três Barras	356
Turvo	365
Videira	365
Xavantina	369

Associações

GRANFOPOLIS	369
-------------------	-----

Consórcios

ARIS	370
CINCO	370

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei N° 1.434/2013

LEI N° 1.434/2013

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 225.000,00 (duzentos vinte e cinco mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.003.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção Secretaria de Adm. e Finanças

10 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.002.4.4.90.00.00.0.1.001 - Ampliação Rede Física Ensino Fundamental

18 - Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.022.4.4.90.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Ruas

109 - Aplicações Diretas

R\$ 125.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.008.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção Monumento e Resgate de Etnias

62 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

1.009.4.4.90.00.00.0.1.000 - Reforma e Revitalização do Centro Cultural

70 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

2.009.3.3.90.00.00.0.1.001 - Aquisição Material de Apoio Pedagógico

35 - Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

1.017.4.4.90.00.00.0.1.000 - Implantação Sistema Tratamento de Esgoto

124 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Bueiros

128 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

1.037.4.4.90.00.00.0.1.000 - Contenção e Estabilização de Talude

122 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 11 de Junho de 2.013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto N.º 056/2013

DECRETO N.º 056/2013

Nomeia Leiloeiro Oficial Para Venda Dos Bens Inservíveis Desta Municipalidade Constantes No Edital De Leilão N°. 01/2013 - Processo Licitatório N°. 067/2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Lhano Martins Xavier, leiloeiro oficial Inscrito na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o n°. AARC272, para, na qualidade de leiloeiro, proceder a venda, em hasta pública, dos bens móveis inservíveis a esta Municipalidade, constantes no Edital de Leilão n°. 01/2013 - Processo Licitatório n°. 067/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Aviso Processo Seletivo Público N° 003/2013

AVISO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Processo Seletivo: n° 003/2013; Objeto: Processo seletivo para o preenchimento de cargos com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, admitidos em caráter temporário, regido pela Lei Municipal n° 558/1992 e suas alterações; Período de inscrição: De 18 a 28 de junho de 2013. Data da prova: Dia 08 de julho de 2013. Cargos: (1) Médico Psiquiatra - (2) Animador da Terceira Idade. Inscrições: Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 7:30 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00. Publicação do Edital: O edital será publicado até o dia 17 de junho de 2013 no site da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, qual seja; www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 11 de junho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal.

Aviso de Errata

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2013

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a errata, comunicando que nos itens abaixo relacionados, oriundos do processo licitatório n°. 037/2013; modalidade Pregão Presencial n°. 026/2013 houve erro quanto ao prazo de validade e prazo de entrega da Apólice de Seguro.

Desta forma, comunica a todos interessados que no presente

Edital:

Onde se lê: 6.4 - O prazo de validade da apólice de seguro será de 12 meses podendo ser prorrogado de acordo no contido no artigo 57, parágrafo II da Lei 8.666/93, respeitando a programação orçamentária de cada exercício financeiro, através de Termo Aditivo, limitada a duração da prestação dos serviços a 60 (sessenta) meses, por acordo entre as partes corrigindo-se nesse caso o valor contratado pelo índice do INPC do IBGE.

Leia-se: 6.4 - O prazo de validade da apólice de seguro será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser renovado de acordo com o interesse da administração, respeitando a programação orçamentária vigente à época.

Onde se lê: 14.1 - As apólices deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Antonio Carlos - SC, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento.

Leia-se: 14.1 - As apólices deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC, no prazo já estipulado na cláusula 8, sub-item 8.3, ou seja, até 20 (vinte) dias após a quitação do boleto bancário.

Antônio Carlos, 11 de junho de 2013.
ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitação

Biguaçu

PREFEITURA

Lei N° 3369/2013

LEI N° 3369/2013 DE 05 DE JUNHO DE 2013
AUTORIZA DOAÇÃO DE UMA MOTOCICLETA DAYUN 2010/2011, PLACA MII-3482, RENAVAL 311392733, PARA O INSTITUTO KAIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar para o instituto Kairos localizado no município de Biguaçu, a motocicleta modelo DAYUN DV 200 2H, cor branca, ano 2010, modelo 2011, placa MII-3482, RENAVAL 311392733, registrada no patrimônio municipal sob o nº 13979.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Administração promoverá o cancelamento dos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 05 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Lei nº 3369/2013, de 05/06/2013
Sancionada em 05/06/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Decreto N° 072/2013

DECRETO N° 072/2013 DE 09 DE MAIO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

02. Gabinete do Prefeito

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	5.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00

26. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2601.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênios	1.000,00
	ANULA:	
3.3.30.00/0.1.00.000000	Transferências à Estados	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.20.00/0.1.00.000000	Transferências à União	1.000,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.305.0004.2042	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	40.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000045	Outras Despesas Correntes	40.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.28.000045	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
2101.10.302.0004.2093	Manutenção da UPA	284.400,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000186	Outras Despesas Correntes	284.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.2.28.000186	Pessoal e Encargos Sociais	284.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de maio de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto N° 076/2013

DECRETO N° 076 /2013 DE: 28 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2013.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3275/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 140.012,00 (cento e quarenta mil e doze reais) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recurso 0.2.28.000179 e 0.2.28.000187 as dotações abaixo relacionadas:

10. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101.10.301.0004.2033 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde 78.012,00

3.1.90.00/0.2.28.000187 Pessoal e Encargos Sociais 48.012,00

3.3.90.00/0.2.28.000187 Outras Despesas Correntes 30.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.301.0004.2035	Ações de Saúde - PAB / PSF	62.000,00
3.1.90.00/0.2.28.000179	Pessoal e Encargos Sociais	62.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de maio de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação e Penalidade por Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 792/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGF7792	54796593C	6920/0	22/11/2010	R\$ 127,69	233
MAB9986	54798020C	5010/0	21/10/2010	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 793/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMH4663	55072431B	5525/0	19/09/2010	R\$ 85,12	181 * XV
AMH4663	55072432B	5452/1	19/09/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
CLP1444	54798863C	5541/3	10/11/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 794/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DXO0909	54799144C	6920/0	10/01/2011	233
LXJ9031	54799254C	6920/0	19/01/2011	233
LXQ5762	54799124C	6920/0	06/01/2011	233
MAD0489	54799305C	5010/0	31/01/2011	162 * I
MDW4461	54798991C	6912/0	05/02/2011	232
MDW4461	54798992C	6637/2	05/02/2011	230 * IX
MDW4461	54798995C	5274/1	05/02/2011	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 795/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDP3102	54798899C	5541/3	03/02/2011	181 * XVII
LYM8472	54798920C	7056/1	08/01/2011	244 * III
LYM8472	54798921C	5835/0	08/01/2011	195
MCT4368	54798770C	5541/1	11/01/2011	181 * XVII
MDW4461	54798993C	7030/2	05/02/2011	244 * I
MHP8771	54798896C	5541/4	31/01/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 796/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CDU7789	54799021C	6920/0	22/11/2010	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 797/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHN3122	54795526C	5185/1	21/12/2010	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 799/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAX1213	54797347C	5525/0	12/02/2011	181 * XV
MGV6135	54795431C	5193/0	28/01/2011	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 800/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW0058	54798832C	6912/0	08/12/2010	R\$ 53,20	232
MDN1164	54796736C	6912/0	28/08/2009	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 801/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPQ3436	54795528C	5185/1	21/12/2010	R\$ 127,69	167
MGO9758	54799052C	5550/0	07/12/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHR2109	54797139C	5452/1	03/12/2010	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 803/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCA7841	54799353C	5541/4	07/02/2011	181 * XVII
LYG0171	54799365C	5541/5	17/02/2011	181 * XVII
LYY3650	54798778C	5541/1	07/02/2011	181 * XVII
MCG1454	54797192C	7030/1	29/01/2011	244 * I
MCN2624	54797191C	7030/1	29/01/2011	244 * I
MCW6788	54795429C	5738/0	28/01/2011	186 * II
MHP8322	54799356C	5541/5	07/02/2011	181 * XVII
MJB3580	54798895C	5460/0	26/01/2011	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 805/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXI6950	54799056C	5541/3	07/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM7035	54797379C	5525/0	03/11/2009	R\$ 85,12	181 * XV
LYM8472	54798920C	7056/1	08/01/2011	R\$ 191,53	244 * III
LYM8472	54798921C	5835/0	08/01/2011	R\$ 127,69	195
LYT3193	54796904C	5835/0	22/09/2009	R\$ 127,69	195
LYY9389	55076057B	5452/0	12/06/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
MAD2969	55078506B	5835/0	15/01/2009	R\$ 127,69	195
MBK9430	54796453C	5541/1	15/06/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD1060	54797351C	5541/1	26/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ1864	54797211C	5738/0	28/10/2009	R\$ 191,53	186 * II
MDX8315	54798876C	5541/4	15/12/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY7226	54797209C	5452/2	27/10/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDZ6426	55077814B	5738/0	05/12/2008	R\$ 191,53	186 * II
MED8638	55078615B	7030/2	19/10/2009	R\$ 191,53	244 * I
MED9214	54798919C	7048/1	27/12/2010	R\$ 191,53	244 * II
MEJ9792	54796745C	5185/1	23/09/2009	R\$ 127,69	167
MEL1111	55077795B	5452/1	20/12/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
MFG1455	55077912B	5541/1	27/12/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT5449	54796199C	5541/1	25/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC5471	54795981C	5410/0	11/06/2009	R\$ 85,12	181 * IV
MGS6414	54797482C	5452/2	23/11/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MGU0672	54796441C	5460/0	10/06/2009	R\$ 85,12	181 * IX
MHO1372	54796122C	5541/5	10/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV1440	54795504C	5550/0	03/11/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 806/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BMP1647	54799280C	6920/0	07/02/2011	233
EEK0010	54797841C	6920/0	16/04/2010	233
MBG6807	54799414C	6920/0	17/02/2011	233
MCW9965	54795532C	5010/0	20/02/2011	162 * I
MCW9965	54795534C	6912/0	20/02/2011	232
MCW9965	54795535C	7340/0	20/02/2011	252 * IV
MFA6884	54799424C	6920/0	17/02/2011	233
MHC6501	54798051C	5010/0	10/05/2010	162 * I
MHC6501	54798052C	6556/1	10/05/2010	230 * I
MHZ6765	54799274C	6920/0	07/02/2011	233
MID5061	54797200C	5010/0	19/02/2011	162 * I
MID5061	54797348C	6653/1	19/02/2011	230 * XI
MID5061	54797350C	6637/1	19/02/2011	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 807/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LNB7623	54797325C	5550/0	16/05/2010	181 * XVIII
LWS4671	55072416B	5550/0	10/05/2010	181 * XVIII
LZI0534	54799358C	5460/0	09/02/2011	181 * IX
LZJ2949	54797677C	5452/1	10/05/2010	181 * VIII
MBX5262	54799361C	5541/4	14/02/2011	181 * XVII
MCW9965	54795533C	5738/0	20/02/2011	186 * II
MID5061	54797349C	5835/0	19/02/2011	195
MLC0011	55078033B	5878/0	21/05/2010	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 808/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACY9999	54799135C	6920/0	06/01/2011	R\$ 127,69	233
LXG2417	54799255C	6920/0	19/01/2011	R\$ 127,69	233
LZC3880	54799027C	6920/0	25/11/2010	R\$ 127,69	233
MBH4492	54798682C	6920/0	30/09/2010	R\$ 127,69	233
MBW0058	54798831C	6599/2	08/12/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCH2259	54797291C	5290/0	16/11/2009	R\$ 957,69	176 * II
MCH2259	54797292C	5312/0	16/11/2009	R\$ 957,69	176 * IV
MCH2259	54797293C	5320/0	16/11/2009	R\$ 957,69	176 * V
MCT0668	55077985B	6599/1	22/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEA0304	55078551B	6653/1	11/01/2009	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 809/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BJG7350	54799690C	5452/1	01/12/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MCH2259	54797294C	5347/0	16/11/2009	R\$ 85,12	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 810/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGO6406	54799382C	5010/0	10/03/2011	162 * I
MFP7557	55072434B	6599/2	06/03/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 822/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAL4805	54798742C	6599/2	29/03/2011	230 * V
MAL4805	54798743C	6637/1	29/03/2011	230 * IX
MEG4142	54798143C	6653/1	01/04/2011	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 812/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYM3670	55078204B	6920/0	10/11/2008	R\$ 127,69	233
LZG4897	54797266C	6920/0	09/10/2009	R\$ 127,69	233
MBN1609	55076228B	6599/2	30/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBN1609	55076229B	6912/0	30/01/2009	R\$ 53,20	232
MBN1609	55076230B	6637/1	30/01/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MBO3470	54796897C	6920/0	26/10/2009	R\$ 127,69	233
MCL4526	54798773C	6610/2	28/01/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MDL2765	54797863C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDM8460	55078836B	6920/0	17/03/2009	R\$ 127,69	233
MEQ9127	55072173B	5010/0	31/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFG7319	54797745C	6920/0	05/03/2010	R\$ 127,69	233
MFK9235	54795787C	6653/2	17/03/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MFP6388	54797854C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFP8834	55077812B	5010/0	04/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFY3858	55079013B	5010/0	26/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGD1389	54795108C	5010/0	28/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGD1389	54795109C	6610/2	28/03/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MGD1389	54795110C	7340/0	28/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MHB6250	55078703B	6599/2	19/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHB6250	55078704B	6912/0	19/01/2009	R\$ 53,20	232
MHB6250	55078706B	6610/1	19/01/2009	R\$ 127,69	230 * VII
MHB6250	55078707B	7340/0	19/01/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MHL5242	54795760C	5061/0	08/10/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHL5242	54795761C	5010/0	08/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MHL5242	54795762C	6599/2	08/10/2009	R\$ 191,53	230 * V
MHL5242	54795763C	6912/0	08/10/2009	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJS5190	55078654B	6653/2	04/02/2009	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 813/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LCK8018	55078716B	5525/0	18/01/2009	R\$ 85,12	181 * XV
LXE0253	55076636B	5525/0	28/03/2009	R\$ 85,12	181 * XV
LYY0170	54796322C	5541/1	27/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAJ4954	55076505B	5541/0	09/06/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE4429	55078722B	5525/0	18/01/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MBH2272	55076617B	5541/1	31/10/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN1609	55076231B	7056/1	30/01/2009	R\$ 191,53	244 * III
MCF7794	55078848B	5452/2	19/03/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDC4722	54795794C	5835/0	10/04/2010	R\$ 127,69	195
MEW0298	55078754B	5541/1	03/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ3973	54795252C	5541/1	24/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 815/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXP4403	55072436B	5452/1	07/03/2011	181 * VIII
MCH2127	54799367C	5541/4	23/02/2011	181 * XVII
MCH2259	55072439B	5185/1	12/03/2011	167
MF7022	54799377C	5541/5	04/03/2011	181 * XVII
MJM0046	54799075C	5541/3	23/03/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 816/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABT2127	55078800B	6920/0	27/02/2009	R\$ 127,69	233
ACA5770	55076005B	6920/0	30/05/2008	R\$ 127,69	233
ACB8148	54797264C	6920/0	09/10/2009	R\$ 127,69	233
AMC2795	54795790C	5045/0	05/04/2010	R\$ 191,53	162 * V
CLA7167	54797857C	6599/2	12/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
CNN4172	55076024B	6920/0	11/06/2008	R\$ 127,69	233
CSA3118	54796785C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233
IEK3230	54796898C	6920/0	26/10/2009	R\$ 127,69	233
JLU0110	54795241C	6920/0	06/04/2009	R\$ 127,69	233
KJA3659	54796872C	6920/0	14/09/2009	R\$ 127,69	233
LWW5373	55077930B	6920/0	12/01/2009	R\$ 127,69	233
LWZ4057	54795229C	6920/0	31/03/2009	R\$ 127,69	233
LXC7991	55138236A	6602/0	07/01/2009	R\$ 191,53	230 * VI
LXF9765	54796023C	6920/0	02/06/2009	R\$ 127,69	233
LXM2305	54797354C	6920/0	27/10/2009	R\$ 127,69	233
LXO3843	55076042B	6920/0	17/06/2008	R\$ 127,69	233
LXV0167	55072410B	6912/0	16/03/2009	R\$ 53,20	232
LXV0167	55072411B	6599/2	16/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LXZ5582	54797504C	5010/0	28/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXZ5582	54797505C	5061/0	28/02/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYC0817	55078576B	5169/1	19/03/2009	R\$ 957,69	165
LYJ8168	54797737C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
LYL2669	55077923B	6920/0	12/01/2009	R\$ 127,69	233
LYO7636	55079014B	5010/0	02/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
LYO7636	55079015B	6599/2	02/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYQ0247	54796784C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN9358	54797741C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
MAO7615	54797254C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233
MAT6605	55077768B	6920/0	05/12/2008	R\$ 127,69	233
MBF3237	54796117C	5169/1	02/10/2009	R\$ 957,69	165
MBH3884	55138241A	6599/2	07/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBI8399	54795459C	6920/0	14/04/2009	R\$ 127,69	233
MBJ2834	55077786B	6920/0	11/12/2008	R\$ 127,69	233
MBL2633	54795064C	7340/0	27/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MBL5418	55077699B	6599/2	02/12/2008	R\$ 191,53	230 * V
MBT3590	55077849B	7340/0	18/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MCA3192	55076995B	6920/0	28/05/2008	R\$ 127,69	233
MCF8286	54796792C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233
MCH5763	55079191B	6653/1	07/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MCH5763	55079192B	5274/1	07/12/2008	R\$ 191,53	175
MCH9882	54796794C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233
MCW3047	55077815B	5010/0	05/12/2008	R\$ 574,61	162 * I
MCW3047	55077816B	5061/0	05/12/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCW3047	55077817B	6610/2	05/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MCY4583	55078225B	6920/0	02/12/2008	R\$ 127,69	233
MCZ5268	55078666B	7340/0	04/04/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MDC4722	54795791C	5169/1	10/04/2010	R\$ 957,69	165
MDC4722	54795792C	5010/0	10/04/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDC4722	54795793C	6599/2	10/04/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDF1524	54797003C	5010/0	26/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDF1524	54797004C	5061/0	26/09/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDI4053	55078657B	7340/0	12/02/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MDI6871	55078787B	6920/0	11/02/2009	R\$ 127,69	233
MDZ6426	55112448A	6912/0	27/02/2010	R\$ 53,20	232
MEA4488	55078136B	6920/0	13/11/2008	R\$ 127,69	233
MEH3831	54797281C	6920/0	09/10/2009	R\$ 127,69	233
MEO9897	55078602B	6599/1	15/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEQ1828	54797356C	6920/0	27/10/2009	R\$ 127,69	233
MES2047	55075970B	6653/0	18/06/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MES2047	55075971B	6637/0	18/06/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MES2047	55075972B	6637/0	18/06/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFC1373	54795103C	7340/0	24/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MFE8225	55078584B	6653/2	11/04/2009	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE8225	55078585B	6637/1	11/04/2009	R\$ 127,69	230 * IX
MFE8225	55078587B	5010/0	11/04/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFI4254	54795785C	6653/2	21/02/2010	R\$ 127,69	230 * XI
MFL4710	55078788B	6920/0	16/02/2009	R\$ 127,69	233
MFM1906	55072405B	7340/0	11/03/2009	R\$ 85,12	252 * IV
MFN8830	55078797B	6920/0	27/02/2009	R\$ 127,69	233
MFN9688	54796777C	5010/0	06/10/2009	R\$ 574,61	162 * I
MFN9688	55076881B	6912/0	23/05/2008	R\$ 53,20	232
MFN9688	55076882B	6637/0	23/05/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MFN9688	55076883B	7340/0	23/05/2008	R\$ 85,13	252 * IV
MGF6091	55075984B	5010/0	18/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
MGF6091	55075985B	5061/0	18/03/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGF6091	55075986B	6599/2	18/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGZ7941	55075966B	6653/0	01/06/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MGZ7941	55075967B	6637/0	01/06/2008	R\$ 127,69	230 * IX
MIO1359	54798849C	7340/0	27/01/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MIO1359	54798923C	5010/0	27/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MIO1359	54798925C	6637/1	27/01/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MIO1359	54798926C	6602/0	27/01/2011	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 817/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMC2795	54795789C	5835/0	05/04/2010	R\$ 127,69	195
BPE9788	54797858C	5185/1	12/03/2010	R\$ 127,69	167
CDB7675	54798108C	5622/2	08/06/2010	R\$ 53,20	182 * VI
DAP1106	55076241B	5568/0	23/02/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
HQG2570	55076894B	5541/0	02/06/2008	R\$ 53,20	181 * XVII
IIF2054	55136045A	7099/1	01/09/2009	R\$ 85,12	244 * VII
KDS8911	54797104C	7030/1	07/09/2009	R\$ 191,53	244 * I
KDS8911	54797105C	5835/0	07/09/2009	R\$ 127,69	195
KDS8911	54797106C	7048/1	07/09/2009	R\$ 191,53	244 * II
LWT5616	55078756B	5541/1	01/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LXC7991	55138235A	5185/1	07/01/2009	R\$ 127,69	167
LXF7196	55076193B	5452/2	27/02/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
LXL6128	54796241C	5185/1	21/05/2009	R\$ 127,69	167
LYB2271	55072407B	5550/0	11/03/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYC0817	55078577B	7030/1	19/03/2009	R\$ 191,53	244 * I
LYC0817	55078578B	5835/0	19/03/2009	R\$ 127,69	195
LZI5915	55078741B	5452/1	01/02/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT3678	54797596C	5185/1	27/03/2010	R\$ 127,69	167
MBT3678	55072304B	5460/0	27/03/2010	R\$ 85,12	181 * IX
MBY9309	55078742B	5525/0	01/02/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MCB9197	54797075C	5541/1	07/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC3982	55077098B	5550/0	19/02/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCC3982	55077099B	5525/0	19/02/2009	R\$ 85,12	181 * XV
MCH5763	55079193B	5835/0	07/12/2008	R\$ 127,69	195
MCO5972	55072305B	5738/0	27/03/2010	R\$ 191,53	186 * II
MCR5138	54797800C	5541/4	09/06/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL9593	54797244C	7030/1	01/02/2010	R\$ 191,53	244 * I
MEE3565	55078661B	7030/2	12/02/2009	R\$ 191,53	244 * I
MEW6525	55078758B	5541/1	01/02/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC5950	54797186C	5541/1	09/01/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE8225	55078586B	5835/0	11/04/2009	R\$ 127,69	195
MII4410	55077952B	5550/0	17/12/2008	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 818/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYH2051	54798140C	6920/0	25/03/2011	233
LZE0581	54799427C	6920/0	02/03/2011	233
MCG9821	54798136C	6920/0	25/03/2011	233
MCW9965	54799425C	6920/0	03/03/2011	233
MEI6797	54799309C	6548/1	24/02/2011	229
MFH4760	54799429C	6920/0	02/03/2011	233
MGE2116	54797984C	5010/0	29/03/2011	162 * I
MGE2116	54797985C	6610/2	29/03/2011	230 * VII
MGE2116	54797986C	6602/0	29/03/2011	230 * VI
MGE2116	54797987C	7340/0	29/03/2011	252 * IV
MMJ4747	54799438C	6920/0	02/03/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 819/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBE3472	54798781C	5541/1	22/02/2011	181 * XVII
MBX5935	54799368C	5541/5	23/02/2011	181 * XVII
MCD8078	54799070C	5541/4	23/03/2011	181 * XVII
MEI6797	54799310C	5185/1	24/02/2011	167
MHG9566	54799071C	5541/5	23/03/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 820/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHC5037	54797763C	6599/2	26/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWV8321	54795243C	6920/0	06/04/2009	R\$ 127,69	233
LXE2003	54796786C	6920/0	07/10/2009	R\$ 127,69	233
LXT9097	54795764C	6610/2	12/10/2009	R\$ 127,69	230 * VII
LXT9097	54795766C	6700/2	12/10/2009	R\$ 127,69	230 * XVI
LXT9097	54795767C	6769/2	12/10/2009	R\$ 85,12	230 * XXII
LYF8911	55077241B	6599/2	07/01/2009	R\$ 191,53	230 * V
MCA6431	55072800B	5010/0	28/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MCJ3984	54797735C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
MEK5426	54796911C	5010/0	09/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MEK5426	54796912C	5061/0	09/11/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MEK5426	54796913C	6556/1	09/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MEK5426	54796914C	6653/1	09/11/2009	R\$ 127,69	230 * XI
MEK5426	54796915C	6912/0	09/11/2009	R\$ 53,20	232
MEP8115	55079173B	5274/1	16/11/2008	R\$ 191,53	175
MEX8943	55078605B	6912/0	07/02/2009	R\$ 53,20	232
MFZ8368	54798721C	5010/0	05/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFZ8368	54798722C	6599/2	05/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFZ8368	54798723C	5061/0	05/01/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFZ8368	54798724C	7340/0	05/01/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MFZ8368	54798725C	6602/0	05/01/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MIO0470	54797634C	6920/0	08/02/2010	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 821/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT9097	54795765C	6530/0	12/10/2009	R\$ 127,69	228
LZI7193	54796747C	5541/1	25/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV3519	54796889C	5541/1	22/10/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MBI5717	55077096B	7048/1	31/12/2008	R\$ 191,53	244 * II
MBO2397	55072406B	5452/2	11/03/2009	R\$ 127,69	181 * VIII
MDN1474	54795834C	5541/1	11/05/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK5426	54796916C	5835/0	09/11/2009	R\$ 127,69	195
MEK5426	54796917C	5819/1	09/11/2009	R\$ 574,61	193
MFL7900	54797207C	7072/1	21/10/2009	R\$ 191,53	244 * V
MFV6950	54797808C	5525/0	05/03/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MGK0480	54797076C	5541/1	07/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 822/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAL4805	54798742C	6599/2	29/03/2011	230 * V
MAL4805	54798743C	6637/1	29/03/2011	230 * IX
MEG4142	54798143C	6653/1	01/04/2011	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 823/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CNG2069	54799081C	5541/4	04/04/2011	181 * XVII
EBX2726	54799863C	5541/4	06/04/2011	181 * XVII
MFG5870	54799910C	5541/1	08/04/2011	181 * XVII
MIZ2409	54799080C	5541/5	04/04/2011	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 824/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BBB2211	55078127B	6920/0	03/11/2008	R\$ 127,69	233
DFK2165	55077963B	6920/0	30/12/2008	R\$ 127,69	233
LYB9903	55078123B	6920/0	03/11/2008	R\$ 127,69	233
LYD3477	55077988B	5045/0	31/01/2009	R\$ 191,53	162 * V
LYD3477	55077990B	6912/0	31/01/2009	R\$ 53,20	232
LYL6738	54797633C	6920/0	05/02/2010	R\$ 127,69	233
LZO6949	54795111C	5010/0	28/03/2009	R\$ 574,61	162 * I
LZO6949	54795112C	6599/2	28/03/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZO6949	54795113C	5169/1	28/03/2009	R\$ 957,69	165
LZT8671	55078122B	6920/0	03/11/2008	R\$ 127,69	233
MAJ3922	55072088B	6599/0	11/05/2008	R\$ 191,54	230 * V
MAK4051	55077233B	6653/1	30/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MAL4305	54797736C	6920/0	04/03/2010	R\$ 127,69	233
MAV6498	54796621C	5010/0	19/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAV6498	54796622C	7340/0	19/02/2010	R\$ 85,12	252 * IV
MAV6498	54796624C	6637/1	19/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MAV6498	55079009B	5010/0	02/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MAV6498	55079012B	6637/1	02/02/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBC9649	55078520B	6920/0	27/01/2009	R\$ 127,69	233
MBJ2248	55078133B	7358/0	11/11/2008	R\$ 85,12	252 * V
MCS7782	55078771B	6920/0	05/02/2009	R\$ 127,69	233
MEJ3814	55078245B	6610/2	16/12/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MFT5519	54796625C	5010/0	28/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFT5519	54796626C	5061/0	28/02/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFT5519	54796628C	6602/0	28/02/2010	R\$ 191,53	230 * VI
MFT5519	54796629C	6653/1	28/02/2010	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGC2564	54797654C	5010/0	17/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGO0907	54797701C	5045/0	25/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MMV6526	54797747C	6920/0	05/03/2010	R\$ 127,69	233
MTO2935	55077965B	6920/0	30/12/2008	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 825/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IGH6195	54797811C	5452/1	15/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
LCC4745	55078823B	5541/1	09/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LWU8888	54797724C	5193/0	27/02/2010	R\$ 191,53	168
LYD3477	55077989B	5835/0	31/01/2009	R\$ 127,69	195
LYV8950	55078804B	5541/1	07/03/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW2601	54797567C	5541/5	19/01/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LZW2601	54797568C	5738/0	19/01/2010	R\$ 191,53	186 * II
MAK4051	55077232B	7030/2	30/12/2008	R\$ 191,53	244 * I
MAK4051	55077234B	5835/0	30/12/2008	R\$ 127,69	195
MAL6662	55072408B	5568/0	11/03/2009	R\$ 127,69	181 * XIX
MAV6498	54797245C	5185/1	02/02/2010	R\$ 127,69	167
MAV6498	55079010B	5185/1	02/02/2010	R\$ 127,69	167
MBI9005	54797851C	5185/1	12/03/2010	R\$ 127,69	167
MCB8778	55078029B	7048/1	20/05/2010	R\$ 191,53	244 * II
MDF2291	55077794B	5452/2	19/12/2008	R\$ 127,69	181 * VIII
MEA4806	55077598B	5738/0	16/11/2008	R\$ 191,53	186 * II
MFT5519	54796627C	5835/0	28/02/2010	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 826/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFW3921	54798149C	6920/0	11/04/2011	233
AKB0008	54798122C	6920/0	24/03/2011	233
DBM3101	54799953C	6920/0	11/04/2011	233
MAF3459	54799448C	6920/0	24/03/2011	233
MAK1306	54798129C	6920/0	25/03/2011	233
MBE1349	54798137C	6920/0	25/03/2011	233
MCF9268	54798141C	6920/0	25/03/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 10 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1128/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX2888	55898726D	6920/0	10/12/2012	233
BMI8737	55898734D	6920/0	13/12/2012	233
CXD3983	55898731D	6920/0	13/12/2012	233
ILD9302	55898748D	6920/0	14/12/2012	233
IMS5373	55898744D	6920/0	14/12/2012	233
INV9199	55898743D	6920/0	14/12/2012	233
IOW5756	55898749D	6920/0	14/12/2012	233
IPH9109	55898740D	6920/0	14/12/2012	233
IPL5465	55898741D	6920/0	14/12/2012	233
IQD6844	55898745D	6920/0	14/12/2012	233
IQR0289	55898742D	6920/0	14/12/2012	233
IRS2014	55898738D	6920/0	14/12/2012	233
ISB5081	55898747D	6920/0	14/12/2012	233
KKC1832	55898739D	6920/0	14/12/2012	233
KNO5630	55898746D	6920/0	14/12/2012	233
LWU5932	55898728D	6920/0	13/12/2012	233
LYM1445	55898722D	6920/0	10/12/2012	233
LYO2314	55898729D	6920/0	13/12/2012	233
MEW1659	55899218D	5010/0	07/11/2012	162 * I
MEW1659	55899219D	6912/0	07/11/2012	232
MIJ6582	54402420D	6599/2	05/12/2012	230 * V
MIJ6582	54402421D	5010/0	05/12/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1129/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BLT6065	55900928D	5541/4	06/12/2012	181 * XVII
KVC6416	55900926D	5541/1	05/12/2012	181 * XVII
MFH2070	55899414D	6122/0	13/11/2012	214 * I
MIQ9423	55899421D	5550/0	23/11/2012	181 * XVIII
MJQ3555	55900927D	5541/5	06/12/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1130/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIZ2409	54799080C	5541/5	04/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1131/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KNC3957	55898710D	6920/0	30/11/2012	233
LXD0519	55898719D	6920/0	05/12/2012	233
LYN8570	55898713D	6920/0	05/12/2012	233
MAB9986	55899672D	6610/2	17/12/2012	230 * VII
MCM9483	55899232D	5010/0	13/11/2012	162 * I
MFJ0317	54400192D	6599/2	09/12/2012	230 * V
MHP4930	55899415D	5010/0	20/11/2012	162 * I
MXZ4463	55898712D	6920/0	05/12/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1132/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO2580	55900869D	5452/1	14/12/2012	181 * VIII
MHF8941	55900949D	5541/2	17/12/2012	181 * XVII
MIH8803	55900970D	5452/1	09/12/2012	181 * VIII
MIT3222	55900918D	5541/1	30/11/2012	181 * XVII
MJH8153	55900952D	5185/1	26/11/2012	167
MJM1748	55900947D	5541/1	14/12/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1133/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALC6375	55898665D	6920/0	08/11/2012	R\$ 127,69	233
LZK4022	55899349D	6912/0	28/09/2012	R\$ 53,20	232
MEH1878	55899086D	6599/2	06/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEL4771	55898633D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	233
MEO2337	55898638D	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MEO5571	54402495D	6599/2	21/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEO5571	54402497D	5010/0	21/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIX2966	55899288D	6599/2	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIX2966	55899289D	5010/0	06/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIX2966	55899290D	6912/0	06/10/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1134/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HJE0883	55899503D	5185/1	06/11/2012	R\$ 127,69	167
LYZ1335	55899508D	5525/0	10/11/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MBL3849	54404237D	6564/0	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * II
MCZ9649	55899366D	5541/5	05/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX2966	55899286D	7030/1	06/10/2012	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1135/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJU9248	55898697D	6920/0	28/11/2012	233
ASN0232	55898754D	6920/0	03/01/2013	233
GNC0166	55899608D	6599/2	20/11/2012	230 * V
LYS7682	55898730D	6920/0	13/12/2012	233
MEW4945	55898752D	6920/0	14/12/2012	233
MFB5727	55899553D	5010/0	30/11/2012	162 * I
MFB5727	55899554D	6599/2	30/11/2012	230 * V
MGT2724	55899371D	6599/2	08/12/2012	230 * V
MGT2724	55899372D	5010/0	08/12/2012	162 * I
MGT2724	55899373D	5061/0	08/12/2012	163 c/c 162 * I
MJR6259	55898703D	6920/0	28/11/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1136/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOQ6757	55899419D	5568/0	23/11/2012	181 * XIX
DZQ5076	55899687D	5452/1	24/12/2012	181 * VIII
KFI3080	55899521D	5525/0	16/12/2012	181 * XV
KFI3080	55899521D	5550/0	16/12/2012	181 * XVIII
MAF6647	55900933D	5541/1	07/12/2012	181 * XVII
MBV1474	55900805D	5622/1	17/12/2012	182 * VI
MCY1125	55899438D	5452/1	04/12/2012	181 * VIII
MCY7448	55899245D	5568/0	23/11/2012	181 * XIX
MDL0798	54798648C	5541/4	20/12/2012	181 * XVII
MEA6043	55899511D	5207/0	14/11/2012	169
MEU5304	55900803D	5541/2	17/12/2012	181 * XVII
MEV8375	55900955D	5185/1	26/11/2012	167
MFO3581	55900905D	5541/5	23/11/2012	181 * XVII
MGE6740	55899427D	5550/0	26/11/2012	181 * XVIII
MHS1800	55900830D	5576/0	20/12/2012	182 * I
MHX3059	55900873D	5550/0	14/12/2012	181 * XVIII
MIH7594	55900827D	5541/1	20/12/2012	181 * XVII
MIL7935	55899686D	5452/1	24/12/2012	181 * VIII
MIM6749	55900940D	5541/4	12/12/2012	181 * XVII
MIX9301	55899439D	5452/1	04/12/2012	181 * VIII
MJR8153	55900910D	5541/1	28/11/2012	181 * XVII
MKL6340	55899420D	5550/0	23/11/2012	181 * XVIII
MNB1529	55900810D	5541/4	18/12/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1137/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN5279	55898604D	6920/0	27/09/2012	R\$ 127,69	233
MAF5394	55898598D	6920/0	19/09/2012	R\$ 127,69	233
MFE3233	55898643D	6920/0	25/10/2012	R\$ 127,69	233
MFW0584	54797940C	6556/1	02/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MIT3879	55899603D	5010/0	18/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIT3879	55899604D	6556/1	18/11/2012	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1138/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALY4597	54404250D	5452/1	09/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
HEI2003	55899201D	5550/0	18/10/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZW5609	55899162D	5185/1	18/09/2012	R\$ 127,69	167
MFV7182	55899409D	5541/5	12/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB3062	55899161D	5185/1	18/09/2012	R\$ 127,69	167
MIT3879	55899605D	5835/0	18/11/2012	R\$ 127,69	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1139/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXJ4357	55899684D	6599/2	23/12/2012	230 * V
MDP2004	55898758D	6920/0	04/01/2013	233
MGO0890	55899096D	5010/0	30/11/2012	162 * I
MJU0473	55899675D	5010/0	23/12/2012	162 * I
MJU0473	55899676D	6912/0	23/12/2012	232
MJU0473	55899677D	6610/2	23/12/2012	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1140/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFO5903	55900842D	5541/4	21/12/2012	181 * XVII
MAX1889	55075189B	5452/1	26/12/2012	181 * VIII
MBJ3934	55075181B	5452/1	26/12/2012	181 * VIII
MBN0586	55900959D	5185/1	26/11/2012	167
MBN0586	55900960D	7366/2	26/11/2012	252 * VI
MBY4245	55900763D	5452/1	03/01/2013	181 * VIII
MED9766	55900936D	5541/5	10/12/2012	181 * XVII
MEP7909	55900964D	5185/1	08/12/2012	167
MEP7909	55900965D	5185/2	08/12/2012	167
MER0981	55075188B	5452/1	26/12/2012	181 * VIII
MFQ6124	55900935D	5541/1	10/12/2012	181 * XVII
MGJ4167	55900924D	5541/1	05/12/2012	181 * XVII
MHH4812	54799775C	7030/1	05/12/2012	244 * I
MHH4812	54799776C	5720/0	05/12/2012	186 * I
MHR7231	55900852D	5568/0	07/12/2012	181 * XIX
MIL9054	55900932D	5541/5	07/12/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1141/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANN8845	55898603D	6920/0	27/09/2012	R\$ 127,69	233
MCT7621	55898684D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233
MCZ3027	55898602D	6920/0	25/09/2012	R\$ 127,69	233
MDT9224	55898620D	6920/0	15/10/2012	R\$ 127,69	233
MGH7272	55898595D	6920/0	19/09/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1142/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW3199	55899364D	5541/1	05/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB7139	54403205D	7030/2	15/04/2012	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1143/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDY7323	55899669D	6599/2	17/12/2012	230 * V
MDY7323	55899670D	5010/0	17/12/2012	162 * I
MDY7323	55899671D	6610/2	17/12/2012	230 * VII
MFE8541	55898805D	6920/0	07/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1144/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JKV1353	55899906D	5541/4	09/01/2013	181 * XVII
JNZ8410	55899385D	5452/3	08/01/2013	181 * VIII
JNZ8410	55899836D	5452/3	08/01/2013	181 * VIII
LXU1025	55899939D	5541/1	14/01/2013	181 * XVII
LZR2645	55900801D	5541/4	17/12/2012	181 * XVII
MDG1097	55900828D	5541/4	20/12/2012	181 * XVII
MDH5170	55900776D	5525/0	08/01/2013	181 * XV
MEZ8295	55899825D	5541/1	07/01/2013	181 * XVII
MGS8238	54400563D	7030/1	06/01/2013	244 * I
MHT5077	55899705D	7048/1	10/01/2013	244 * II
MIR9102	55899828D	5452/1	07/01/2013	181 * VIII
MJP4762	55900868D	5452/1	14/12/2012	181 * VIII
MJR3471	55899942D	5541/2	14/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1145/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANR1008	55898671D	6920/0	09/11/2012	R\$ 127,69	233
DSM1972	54404086D	5169/1	22/09/2012	R\$ 957,69	165
DSM1972	54404087D	6912/0	22/09/2012	R\$ 53,20	232
HPW0803	54797899C	6700/1	28/09/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
HPW0803	54797900C	6610/2	28/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXU0293	55899265D	6610/2	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
LXU0293	55899266D	6700/2	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LXX7775	55898589D	6920/0	14/09/2012	R\$ 127,69	233
MCO2708	55899274D	7340/0	27/09/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MCO2708	55899275D	6912/0	27/09/2012	R\$ 53,20	232
MCO2708	55899276D	6637/2	27/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCO2708	55899277D	6645/0	27/09/2012	R\$ 127,69	230 * X
MCO2708	55899278D	6670/0	27/09/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MCX4416	55898511D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MID4048	55898572D	6920/0	06/09/2012	R\$ 127,69	233
MIL7118	54404080D	6610/2	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MIL7118	54404081D	6670/0	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MIL7118	54404082D	5061/0	05/09/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIL7118	54404082D	6556/1	05/09/2012	R\$ 191,53	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1146/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW3818	55899315D	5568/0	10/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MGO9758	54402500D	5541/5	01/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL7118	54404081D	5835/0	05/09/2012	R\$ 127,69	195
MIL7118	54404083D	7056/1	05/09/2012	R\$ 191,53	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1147/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDG7539	55898829D	6920/0	15/01/2013	233
MHI4382	55898828D	6920/0	15/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1148/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYF6100	55900845D	5622/1	21/12/2012	182 * VI
HDB3420	55900931D	5541/4	07/12/2012	181 * XVII
LAL3775	55899526D	5550/0	16/12/2012	181 * XVIII
MCH9631	55900815D	5541/1	18/12/2012	181 * XVII
MIC0379	55900791D	5460/0	15/01/2013	181 * IX
MIZ2258	55900065D	5452/1	17/01/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1149/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOW9287	55898592D	6920/0	17/09/2012	R\$ 127,69	233
GDE1000	54403456D	6645/0	27/08/2012	R\$ 127,69	230 * X
GDE1000	54403457D	6610/2	27/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
KYN2115	55898642D	6920/0	25/10/2012	R\$ 127,69	233
LWT1405	54403745D	6912/0	30/07/2012	R\$ 53,20	232
LYK8336	55899137D	5010/0	23/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYK8336	55899138D	6912/0	23/08/2012	R\$ 53,20	232
LYK8336	55899139D	6700/2	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LYK8336	55899140D	6661/0	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * XII
MAB2134	55899370D	6599/2	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE9562	55899141D	6610/2	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MAE9562	55899142D	6700/2	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MAE9562	55899251D	6670/0	23/08/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MAQ5933	55898520D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MBM4978	54400437D	6637/2	07/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MBM4978	54400438D	6556/4	07/09/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBW9776	54404076D	6637/1	19/07/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MCT8938	54400173D	6599/2	04/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ2866	54403945D	6912/0	23/09/2012	R\$ 53,20	232
MDJ2866	54403946D	5045/0	23/09/2012	R\$ 191,53	162 * V
MDQ7730	54402482D	5010/0	04/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDQ7730	54402483D	6599/2	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDQ7730	54402485D	6637/2	04/08/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDQ7730	54402486D	5061/0	04/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFF0515	55898644D	6920/0	25/10/2012	R\$ 127,69	233
MFL7713	55899308D	6599/2	03/09/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFW4959	55899330D	6599/2	18/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFY1650	55899134D	5045/0	22/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MGD7237	54401879D	5010/0	14/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGD7237	54401880D	5061/0	14/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGD7237	54401881D	6912/0	14/08/2012	R\$ 53,20	232
MGE2576	55898504D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MGU9123	55898558D	6920/0	24/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1150/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AID0014	54404243D	5452/1	09/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
HJB9878	55899168D	5185/1	22/09/2012	R\$ 127,69	167
KXF0237	55899116D	5568/0	20/08/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LXL2507	54401194D	5452/1	09/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBJ4618	55899149D	5452/1	28/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBY3439	54400554D	5452/1	15/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCZ9831	55899509D	5185/1	10/11/2012	R\$ 127,69	167
MCZ9831	55899509D	7366/2	10/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDQ7730	54401878D	5835/0	04/08/2012	R\$ 127,69	195
MDZ7934	54401773D	5550/0	12/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEK8988	54401199D	5185/1	22/09/2012	R\$ 127,69	167
MFV1382	55899150D	5525/0	28/08/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MGQ4259	54800047C	5541/1	02/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC7525	55899011D	5215/2	21/09/2012	R\$ 191,53	170
MHC7525	55899011D	5835/0	21/09/2012	R\$ 127,69	195
MHI5300	54404166D	5550/0	30/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHL6214	55899446D	5550/0	07/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1151/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC6044	55900752D	5460/0	17/12/2012	181 * IX
MHL5432	55900086D	5541/4	21/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1152/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
EHX0878	55898523D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
HAB3738	55898567D	6920/0	31/08/2012	R\$ 127,69	233
JNX9924	55898650D	6920/0	26/10/2012	R\$ 127,69	233
MBS0959	55898548D	6920/0	22/08/2012	R\$ 127,69	233
MCY5805	55898678D	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
MFK2729	55899122D	6599/2	21/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFK2729	55899123D	6700/1	21/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MHX5979	54402350D	5010/0	01/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHX5979	55899054D	6912/0	01/09/2012	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1153/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBC4653	54401836D	5550/0	09/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFN4966	55899018D	5207/0	16/11/2012	R\$ 53,20	169
MIE0419	54404200D	5541/5	07/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1154/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAH8338	55898782D	6920/0	04/01/2013	233
AHU0812	55898787D	6920/0	04/01/2013	233
AMW4115	55898785D	6920/0	04/01/2013	233
BEG0709	55898794D	6920/0	04/01/2013	233
DCC5599	55898762D	6920/0	04/01/2013	233
DRI1170	55898826D	6920/0	15/01/2013	233
EIN3031	55898764D	6920/0	04/01/2013	233
EJH4001	55898777D	6920/0	04/01/2013	233
FDK2323	55898776D	6920/0	04/01/2013	233
IAU8791	55898870D	6920/0	25/01/2013	233
IDV2267	55898803D	6920/0	07/01/2013	233
IHF1192	55898841D	6920/0	18/01/2013	233
IKY7972	55898806D	6920/0	07/01/2013	233
ILE6240	55898866D	6920/0	23/01/2013	233
ILI5049	55898761D	6920/0	04/01/2013	233
IMI6173	55898775D	6920/0	04/01/2013	233
IMQ3420	55898772D	6920/0	04/01/2013	233
IQG9956	55898842D	6920/0	18/01/2013	233
IQL9875	55898783D	6920/0	04/01/2013	233
IQO3249	55898864D	6920/0	23/01/2013	233
IRA2829	55898773D	6920/0	04/01/2013	233
IRR5545	55898789D	6920/0	04/01/2013	233
IRY7330	55898781D	6920/0	04/01/2013	233
ISG0931	55898774D	6920/0	04/01/2013	233
JNE0589	55899377D	5045/0	23/12/2012	162 * V
LPT1927	55898780D	6920/0	04/01/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXX8610	55075195B	5010/0	27/12/2012	162 * I
LXY1406	55898769D	6920/0	04/01/2013	233
LYL5794	55899376D	6599/2	19/12/2012	230 * V
LYQ8593	55898867D	6920/0	25/01/2013	233
LYW5359	55898862D	6920/0	23/01/2013	233
MAB6685	55898813D	6920/0	15/01/2013	233
MAN6587	55898788D	6920/0	04/01/2013	233
MAX7762	55898874D	6920/0	25/01/2013	233
MBS2725	55898756D	6920/0	03/01/2013	233
MBU4994	55898823D	6920/0	15/01/2013	233
MDH1084	55898837D	6920/0	18/01/2013	233
MDJ8324	55898818D	6920/0	15/01/2013	233
MDX3766	55898833D	6920/0	15/01/2013	233
MEO3537	55898804D	6920/0	07/01/2013	233
MEO3597	55898795D	6920/0	04/01/2013	233
MFC5484	55898881D	6920/0	30/01/2013	233
MFC5662	55898766D	6920/0	04/01/2013	233
MFJ1611	55899673D	6610/2	23/12/2012	230 * VII
MFY7061	55898815D	6920/0	15/01/2013	233
MGQ2194	55898807D	6920/0	07/01/2013	233
MHE1878	55898840D	6920/0	18/01/2013	233
MHO3637	55898757D	6920/0	03/01/2013	233
MHU6631	55899374D	5061/0	19/12/2012	163 c/c 162 * I
MHU6631	55899375D	5010/0	19/12/2012	162 * I
MHV9716	55898768D	6920/0	04/01/2013	233
MMI3260	55898770D	6920/0	04/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1155/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BJG7350	55900844D	5622/1	21/12/2012	182 * VI
CNN8573	55900125D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII
IGF2488	55900064D	5541/6	17/01/2013	181 * XVII
LNR0774	55899820D	5452/1	04/01/2013	181 * VIII
LXS9086	55900850D	5622/1	24/12/2012	182 * VI
LYQ3041	55900846D	5622/1	21/12/2012	182 * VI
LZC9822	55899905D	5550/0	09/01/2013	181 * XVIII
LZH2584	55900838D	5452/3	21/12/2012	181 * VIII
LZK7864	55899903D	5550/0	09/01/2013	181 * XVIII
MAO5369	55899837D	5452/1	08/01/2013	181 * VIII
MAS7633	55899801D	5541/5	24/12/2012	181 * XVII
MAW8732	55899922D	5541/4	11/01/2013	181 * XVII
MBK6636	55900785D	5452/3	09/01/2013	181 * VIII
MDH3459	55899842D	5452/1	08/01/2013	181 * VIII
MDI8520	55899819D	5541/1	01/01/2013	181 * XVII
MDN0541	55899534D	5738/0	24/12/2012	186 * II
MDN2353	55900783D	5452/3	09/01/2013	181 * VIII
MDN9419	55899809D	5541/4	03/01/2013	181 * XVII
MDU6875	55900140D	5452/1	29/01/2013	181 * VIII
MDW0961	55075197B	5452/1	29/12/2012	181 * VIII
MEC9765	55899823D	5380/0	07/01/2013	181 * I
MEK8903	55899822D	5541/4	04/01/2013	181 * XVII
MEN7655	55899817D	5738/0	04/01/2013	186 * II
MFJ6686	55899815D	5541/5	03/01/2013	181 * XVII
MFS0334	55899918D	5452/1	10/01/2013	181 * VIII
MFY4725	55899930D	5452/3	11/01/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW4982	55900754D	5452/1	18/12/2012	181 * VIII
MHC4318	55900112D	5452/1	24/01/2013	181 * VIII
MHP1988	55899382D	5452/3	31/12/2012	181 * VIII
MHT5077	55899706D	6858/0	10/01/2013	231 * VII
MHT9480	55899821D	5541/4	04/01/2013	181 * XVII
MIA6849	55900111D	5541/6	24/01/2013	181 * XVII
MIL1592	55899469D	7366/2	24/01/2013	252 * VI
MIT6058	54797866C	5541/5	09/01/2013	181 * XVII
MJE7526	55900816D	5622/1	19/12/2012	182 * VI
MJX4867	55900122D	5452/1	25/01/2013	181 * VIII
MKA5886	55900760D	5541/1	21/12/2012	181 * XVII
MKK5897	55900819D	5541/4	19/12/2012	181 * XVII
MNB1529	55899379D	5452/3	31/12/2012	181 * VIII
MVV9516	55900837D	5452/3	21/12/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1156/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJD6974	54400169D	6599/2	31/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
ALH7306	55899260D	6653/2	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
ALH7306	55899261D	6599/2	05/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
CGB2150	55898707D	6920/0	30/11/2012	R\$ 127,69	233
DHG0076	54400445D	5010/0	14/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
HTI7006	55898616D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
JPB0320	55898573D	6920/0	06/09/2012	R\$ 127,69	233
MAR2243	55899401D	5010/0	13/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDG5353	55898528D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MEZ7526	55898630D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	233
MFG2458	55898549D	6920/0	22/08/2012	R\$ 127,69	233
MFK9682	55899662D	5010/0	14/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFK9682	55899663D	6912/0	14/11/2012	R\$ 53,20	232
MFK9682	55899664D	6599/2	14/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFN4966	55899018D	6556/1	16/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGT7966	55899285D	6653/1	28/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MHG9792	55898505D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1157/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALH7306	55899258D	7064/0	05/09/2012	R\$ 191,53	244 * IV
ALH7306	55899262D	5835/0	05/09/2012	R\$ 127,69	195
CNN0791	54404246D	5541/1	09/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD6558	54403690D	5452/1	15/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEF1092	55900943D	5541/5	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI7695	54400184D	5541/1	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MER6041	54400745D	5185/1	07/11/2012	R\$ 127,69	167
MFG3432	54800039C	5550/0	16/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFK9682	55899661D	7048/1	14/11/2012	R\$ 191,53	244 * II
MGL4215	55900944D	5541/4	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MII3865	54400183D	5541/1	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL0790	54403550D	5541/1	31/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY8559	54404197D	5541/5	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1158/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK2525	55900211D	5541/4	29/01/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1159/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDI7814	55898851D	6920/0	18/01/2013	233
IOC8002	55898843D	6920/0	18/01/2013	233
IRB4589	55898844D	6920/0	18/01/2013	233
IRJ0213	55898865D	6920/0	23/01/2013	233
JCI9933	55898845D	6920/0	18/01/2013	233
KJP4891	55898853D	6920/0	18/01/2013	233
LXB6691	55898858D	6920/0	23/01/2013	233
LXQ2334	55898893D	6920/0	05/02/2013	233
MAS2791	55900251D	5010/0	09/02/2013	162 * I
MAS2791	55900252D	6580/0	09/02/2013	230 * IV
MAS2791	55900253D	6599/2	09/02/2013	230 * V
MEJ4682	55898877D	6920/0	30/01/2013	233
MFW9642	55899467D	6599/2	18/01/2013	230 * V
MHB8840	55898822D	6920/0	15/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1160/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJL7938	55900168D	5452/3	06/02/2013	181 * VIII
CPD2071	55899854D	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
CVB5417	55900793D	5452/1	16/01/2013	181 * VIII
EGV9560	55900797D	5541/6	21/01/2013	181 * XVII
LIQ5938	55900056D	5541/1	16/01/2013	181 * XVII
LNR0774	55899838D	5452/1	08/01/2013	181 * VIII
LXP8476	55899931D	5380/0	14/01/2013	181 * I
LZA7428	55899778D	5452/3	04/02/2013	181 * VIII
LZJ3538	55900073D	5380/0	18/01/2013	181 * I
LZR9205	55900235D	5541/1	08/02/2013	181 * XVII
MAS5986	55899916D	5525/0	10/01/2013	181 * XV
MAZ8289	55900074D	5452/1	18/01/2013	181 * VIII
MBP7614	55900019D	5550/0	06/02/2013	181 * XVIII
MCB6563	55900795D	5541/4	17/01/2013	181 * XVII
MCD9264	55899937D	5452/1	14/01/2013	181 * VIII
MDA3857	55899934D	5380/0	14/01/2013	181 * I
MDF3301	55900167D	5452/3	06/02/2013	181 * VIII
MDV4313	55899925D	5541/1	11/01/2013	181 * XVII
MEB7759	55899784D	5541/4	04/02/2013	181 * XVII
MEE0786	55900094D	5541/6	22/01/2013	181 * XVII
MEK4144	55900108D	5541/6	23/01/2013	181 * XVII
MEU2007	55900161D	5541/2	06/02/2013	181 * XVII
MEV8724	55900133D	5541/4	28/01/2013	181 * XVII
MFT7269	55900794D	5541/1	16/01/2013	181 * XVII
MGL2921	55900155D	5541/5	06/02/2013	181 * XVII
MHI5737	55900773D	5525/0	08/01/2013	181 * XV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHY0911	55900173D	5541/2	07/02/2013	181 * XVII
MHY8890	55899938D	5541/2	14/01/2013	181 * XVII
MIT4711	55899926D	5541/1	11/01/2013	181 * XVII
MJF5399	55899947D	5550/0	15/01/2013	181 * XVIII
MJS4956	55900079D	5452/1	19/01/2013	181 * VIII
MJV2411	55899829D	5452/3	07/01/2013	181 * VIII
MKC0247	55899752D	5541/6	31/01/2013	181 * XVII
MKT7356	55900069D	5541/6	18/01/2013	181 * XVII
MMH3310	55900013D	5541/6	01/02/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1161/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFY5974	55898525D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
AHN5724	55898586D	6920/0	14/09/2012	R\$ 127,69	233
HEW2683	55898521D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
KCX5534	55898632D	6920/0	18/10/2012	R\$ 127,69	233
LWT1701	54401185D	6599/2	25/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWT1701	54401186D	6580/0	25/07/2012	R\$ 191,53	230 * IV
LWX4743	55898515D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
LXM3404	55898555D	6920/0	23/08/2012	R\$ 127,69	233
LXP2089	55898611D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
LYM1799	55898637D	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
LYP4763	55899160D	5010/0	14/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZA6740	54800041C	6599/2	17/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAZ4045	54400726D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
MCL4995	55899252D	6670/0	24/08/2012	R\$ 127,69	230 * XIII
MCL4995	55899254D	5010/0	24/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCL4995	55899256D	6556/4	24/08/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCL4995	55899257D	5061/0	24/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCO7843	55899151D	5010/0	17/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCO7843	55899153D	5061/0	17/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCV7868	55898647D	6920/0	26/10/2012	R\$ 127,69	233
MEG1695	55898706D	6920/0	30/11/2012	R\$ 127,69	233
MFE3276	55898534D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MFH2720	55898658D	6920/0	05/11/2012	R\$ 127,69	233
MFV1667	55898618D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
MHL3749	55898609D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
MHW2620	55899297D	5010/0	06/10/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW2620	55899298D	6599/2	06/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW2620	55899299D	6653/1	06/10/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIF8618	55899215D	5010/0	06/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIF8618	55899216D	6599/2	06/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MJO0109	55899129D	5010/0	22/08/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1162/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HQD1960	55899101D	5550/0	15/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYD6558	54401768D	5550/0	11/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAC7078	54401829D	5541/5	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN6217	54401833D	5550/0	08/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCO7843	55899154D	6858/0	17/08/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MDJ5990	54401845D	5452/1	13/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDN2292	55899429D	5452/1	28/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MDV4316	54403549D	5452/1	31/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEI1698	55900941D	5541/4	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ3339	54404198D	5541/5	06/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ9397	54402687D	5541/5	24/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP8527	54404163D	5550/0	31/07/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGQ5386	55075185B	5452/1	26/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MHM4210	55900911D	5541/5	28/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM4925	54404191D	5452/1	03/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MHQ0603	55899455D	5550/0	24/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIY1109	55899422D	5568/0	26/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJJ4371	55899440D	5550/0	04/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJX7459	54401849D	5460/0	13/08/2012	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1163/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ESA5000	55898915D	6920/0	13/02/2013	233
MAE4375	55898855D	6920/0	23/01/2013	233
MDI1449	55900974D	6599/2	21/01/2013	230 * V
MDI1449	55900975D	6610/2	21/01/2013	230 * VII
MDI1449	55900976D	7340/0	21/01/2013	252 * IV
MKN1459	54402529D	5010/0	18/01/2013	162 * I
MKN1459	54402530D	5061/0	18/01/2013	163 c/c 162 * I
MKN1459	54402531D	6599/2	18/01/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1164/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HJE1786	55900085D	5452/1	21/01/2013	181 * VIII
LNR4332	55900200D	5541/6	15/02/2013	181 * XVII
LXP8476	55900118D	5541/4	24/01/2013	181 * XVII
LXT8596	55900082D	5541/1	19/01/2013	181 * XVII
MBB8904	55900004D	5185/1	23/01/2013	167
MBC2571	55900188D	5541/1	14/02/2013	181 * XVII
MBV8936	55900204D	5541/5	24/01/2013	181 * XVII
MFB8882	55900184D	5452/1	14/02/2013	181 * VIII
MFI0358	55900207D	5568/0	25/01/2013	181 * XIX
MID7191	55900087D	5452/1	21/01/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1165/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIH0304	55899659D	6556/5	14/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
AIH0304	55899660D	5010/0	14/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
ASQ6152	55898540D	6920/0	21/08/2012	R\$ 127,69	233
BSA3756	55898582D	6920/0	11/09/2012	R\$ 127,69	233
CLL2573	55898551D	6920/0	23/08/2012	R\$ 127,69	233
IY8353	55899354D	6610/2	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
IY8353	55899355D	6599/2	01/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
KPA2474	54400557D	6599/2	27/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LOH6152	55899236D	6700/1	14/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
LWR0168	55898608D	6920/0	10/10/2012	R\$ 127,69	233
LWY7882	55898517D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MAR3075	55898526D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MAX5976	55898585D	6920/0	14/09/2012	R\$ 127,69	233
MBC5116	55898691D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233
MBM1072	54400493D	5045/0	02/08/2012	R\$ 191,53	162 * V
MCK7369	54403674D	6610/2	02/08/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MDB7760	55898597D	6920/0	19/09/2012	R\$ 127,69	233
MDL6377	55899360D	5010/0	05/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDL6377	55899361D	5061/0	05/09/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDO7805	55898508D	6920/0	20/08/2012	R\$ 127,69	233
MDQ5944	55898666D	6920/0	08/11/2012	R\$ 127,69	233
MDT7943	55898797D	6920/0	04/01/2013	R\$ 127,69	233
MEG2356	55899060D	5045/0	04/09/2012	R\$ 191,53	162 * V
MEG2356	55899312D	6599/2	04/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEH7258	54400719D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
MEK1887	54401873D	5169/1	03/08/2012	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEO0112	54403746D	6912/0	02/08/2012	R\$ 53,20	232
MEV2385	55899306D	5010/0	03/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEV2385	55899307D	6599/2	03/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFC9474	54402506D	5010/0	04/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFC9474	54402507D	5061/0	04/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFC9474	54403750D	6599/2	04/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFG5152	55898724D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
MFP2304	54400175D	5010/0	02/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP2304	54400176D	6599/2	02/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGD3430	55899053D	5274/1	01/09/2012	R\$ 191,53	175
MGL6140	54403742D	5010/0	30/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL6140	54403743D	6599/2	30/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHC4115	54402510D	5010/0	16/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHC4115	54402511D	5061/0	16/08/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MJF3114	54400708D	6920/0	16/07/2012	R\$ 127,69	233
MML1222	55898680D	6920/0	20/11/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1166/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZB3011	55899109D	5452/2	17/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAW4858	54799676C	5240/0	21/08/2012	R\$ 574,61	173
MCV6743	54401835D	5541/5	08/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL1375	55900858D	5568/0	10/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MFL1375	55900861D	5452/1	11/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MFL2524	54799498C	5738/0	03/09/2012	R\$ 191,53	186 * II
MFO7127	54401806D	5541/1	10/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC4115	54402512D	7056/1	16/08/2012	R\$ 191,53	244 * III
MID7191	54403679D	5541/1	09/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX3177	54400558D	5835/0	27/08/2012	R\$ 127,69	195
MJE7526	55900866D	5452/1	13/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MJV8489	55899052D	5444/0	18/08/2012	R\$ 53,20	181 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1167/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRV0050	55898873D	6920/0	25/01/2013	233
HQJ6019	55898897D	6920/0	05/02/2013	233
HQP4299	55898885D	6920/0	31/01/2013	233
IEJ5743	55898888D	6920/0	31/01/2013	233
IOL1084	55898880D	6920/0	30/01/2013	233
LVT8266	55899021D	5010/0	02/02/2013	162 * I
LWX6340	55898921D	6920/0	15/02/2013	233
MAI9331	55898900D	6920/0	05/02/2013	233
MAW1357	55898875D	6920/0	30/01/2013	233
MBB3129	55898884D	6920/0	30/01/2013	233
MCK2357	55899711D	5010/0	28/01/2013	162 * I
MCK2357	55899712D	5061/0	28/01/2013	163 c/c 162 * I
MCK2357	55899713D	6599/2	28/01/2013	230 * V
MDW1879	55898882D	6920/0	30/01/2013	233
MEB7380	55898909D	6920/0	03/02/2013	233
MEE7449	55900212D	5010/0	29/01/2013	162 * I
MEE7449	55900213D	6599/2	29/01/2013	230 * V
MEE7449	55900214D	6653/2	29/01/2013	230 * XI
MGS2240	55900222D	6599/2	01/02/2013	230 * V
MGS2240	55900224D	5010/0	01/02/2013	162 * I
MJT6784	54400574D	5010/0	30/01/2013	162 * I
MJT6784	55899714D	5061/0	30/01/2013	163 c/c 162 * I
MMI0025	55898886D	6920/0	31/01/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1168/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CGB8781	55900170D	5380/0	07/02/2013	181 * I
HLX0225	55899761D	5452/1	31/01/2013	181 * VIII
IBS8107	55899775D	5452/1	04/02/2013	181 * VIII
IDY1805	55900146D	5550/0	29/01/2013	181 * XVIII
IER9414	55900772D	5550/0	08/01/2013	181 * XVIII
IHH7209	55900227D	5550/0	05/02/2013	181 * XVIII
KCU1475	55900011D	5541/4	31/01/2013	181 * XVII
LXN8363	55900120D	5452/3	25/01/2013	181 * VIII
LXP8476	55900132D	5541/1	28/01/2013	181 * XVII
LXR2929	55900199D	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
LYM9044	55900329D	5541/5	20/02/2013	181 * XVII
LYV1450	55900136D	5541/4	28/01/2013	181 * XVII
MBD3311	55900304D	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
MBY3406	55900330D	5568/0	20/02/2013	181 * XIX
MCY3209	55900142D	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
MDF4307	55900131D	5550/0	28/01/2013	181 * XVIII
MDH5325	55900344D	5541/4	22/02/2013	181 * XVII
MEA8346	55900135D	5452/1	28/01/2013	181 * VIII
MEP8455	55899793D	5550/0	05/02/2013	181 * XVIII
MGB0920	55900208D	5541/6	25/01/2013	181 * XVII
MGM4479	55899758D	5452/1	01/02/2013	181 * VIII
MHB1862	55900313D	5380/0	18/02/2013	181 * I
MHP5888	55899872D	5452/1	20/02/2013	181 * VIII
MHW4129	55899864D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
MIG1482	55900309D	5541/4	18/02/2013	181 * XVII
MJT6784	54400574D	7030/1	30/01/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJV2923	55899099D	7048/1	25/01/2013	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1169/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASE2300	55899665D	6610/2	17/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MIE2247	55898702D	6920/0	28/11/2012	R\$ 127,69	233
MIE9633	55899529D	5045/0	20/12/2012	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1170/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXH1584	55900802D	5541/4	17/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM2132	55900945D	5541/5	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL0576	55899923D	5380/0	11/01/2013	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1171/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GRK6227	55898898D	6920/0	05/02/2013	233
IKW0804	55898946D	6920/0	28/02/2013	233
IOU0113	55898943D	6920/0	27/02/2013	233
IQO6791	55898896D	6920/0	05/02/2013	233
IQY4956	55898947D	6920/0	28/02/2013	233
ISX4195	55898902D	6920/0	07/02/2013	233
ITC9227	55898945D	6920/0	28/02/2013	233
JHG3188	55898895D	6920/0	05/02/2013	233
LWV2571	55898904D	6920/0	07/02/2013	233
LXR7317	55899627D	6599/2	01/03/2013	230 * V
LXY0070	54402541D	6599/2	07/03/2013	230 * V
LYH0421	55898923D	6920/0	20/02/2013	233
MBH4336	55898905D	6920/0	07/02/2013	233
MBP2386	55899885D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MCB9983	54402538D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MCJ5181	55899893D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MCO3667	55900883D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MCW3372	55898942D	6920/0	27/02/2013	233
MDE6128	55898933D	6920/0	22/02/2013	233
MDO0660	55899734D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MDO0660	55899736D	5061/0	03/03/2013	163 c/c 162 * I
MDO0660	55899737D	6599/2	03/03/2013	230 * V
MDO0660	55899738D	6637/2	03/03/2013	230 * IX
MEJ3376	54400195D	5274/1	31/01/2013	175
MEJ3376	54400197D	6653/2	31/01/2013	230 * XI
MEV5730	55900982D	6599/2	06/02/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEV5730	55900983D	5010/0	06/02/2013	162 * I
MEV5730	55900984D	5061/0	06/02/2013	163 c/c 162 * I
MEV5730	55900986D	6610/2	06/02/2013	230 * VII
MEV5730	55900987D	6912/0	06/02/2013	232
MEZ4490	55899623D	6599/2	21/02/2013	230 * V
MEZ4490	55899625D	5010/0	21/02/2013	162 * I
MIB2277	55898950D	6920/0	01/03/2013	233
MIC1173	55899889D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MIC1173	55899890D	6599/2	03/03/2013	230 * V
MIG9194	55899887D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MIX3177	55899724D	5010/0	23/02/2013	162 * I
MIX3177	55899725D	5061/0	23/02/2013	163 c/c 162 * I
MIX3177	55899726D	6599/2	23/02/2013	230 * V
MIX3177	55899727D	6556/1	23/02/2013	230 * I
MIX3177	55899728D	6637/1	23/02/2013	230 * IX
MIY0331	55900988D	6637/2	23/02/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1172/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUX8820	55899792D	5541/1	05/02/2013	181 * XVII
BVG1310	55899770D	5541/5	01/02/2013	181 * XVII
BXS2451	55900012D	5541/4	31/01/2013	181 * XVII
CTA3494	55900015D	5550/0	05/02/2013	181 * XVIII
HMI4160	55900180D	5452/3	07/02/2013	181 * VIII
IDS0387	55900175D	5452/1	07/02/2013	181 * VIII
IGO3043	55899176D	5550/0	18/02/2013	181 * XVIII
LYP5622	55900404D	5452/3	07/03/2013	181 * VIII
MAR0895	55900145D	5541/6	29/01/2013	181 * XVII
MCP8574	55900169D	5380/0	07/02/2013	181 * I
MCV2325	55900881D	5452/1	28/02/2013	181 * VIII
MCV2325	55900881D	5550/0	28/02/2013	181 * XVIII
MCX7826	55900345D	5541/4	22/02/2013	181 * XVII
MCY5143	55899798D	5452/1	05/02/2013	181 * VIII
MDO0660	55899735D	5835/0	03/03/2013	195
MEE0613	55900179D	5452/1	07/02/2013	181 * VIII
MEJ3376	54400196D	5835/0	31/01/2013	195
MEU9418	55900026D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
MEV5730	55900985D	5835/0	06/02/2013	195
MEZ4490	55899624D	5835/0	21/02/2013	195
MFL5233	55900382D	5541/1	01/03/2013	181 * XVII
MGI2989	55900346D	5541/1	22/02/2013	181 * XVII
MGO2900	55900363D	5541/4	26/02/2013	181 * XVII
MGS0592	55900328D	5452/1	20/02/2013	181 * VIII
MHP6924	55900336D	5541/4	21/02/2013	181 * XVII
MHQ4796	55899797D	5452/2	05/02/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE8987	55900362D	5541/4	26/02/2013	181 * XVII
MJA6176	55899470D	5185/1	05/02/2013	167
MJA6176	55899471D	7366/2	05/02/2013	252 * VI
MJJ7631	55899880D	5452/1	26/02/2013	181 * VIII
MKC8977	55899785D	5452/1	05/02/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1173/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJX4197	55898848D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
KLI8221	55898811D	6920/0	15/01/2013	R\$ 127,69	233
LZY7766	55899097D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZY7766	55899098D	6610/2	19/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1174/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APG1905	55900753D	5550/0	17/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXK7312	55900096D	5550/0	22/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAO0938	55075192B	5452/1	26/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBQ5619	55899531D	5525/0	24/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MDF4307	55899948D	5541/1	15/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO8554	55900101D	5541/4	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ6697	54401834D	5550/0	08/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIX8374	55900808D	5738/0	18/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MKE8293	55900817D	5622/1	19/12/2012	R\$ 53,20	182 * VI
MMA6160	55900201D	5550/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMA6160	55900206D	5550/0	24/01/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1175/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANE1127	55901039D	6920/0	18/03/2013	233
ATU8382	55898919D	6920/0	15/02/2013	233
BSI4395	54403482D	6556/5	10/03/2013	230 * I
CXU6860	55901023D	6920/0	18/03/2013	233
DRP4936	55901038D	6920/0	18/03/2013	233
DYG5288	55901050D	6920/0	20/03/2013	233
GNC0166	55899609D	5010/0	20/11/2012	162 * I
GOL4308	55901019D	6920/0	18/03/2013	233
ILQ5220	55901040D	6920/0	18/03/2013	233
IOB3747	55901018D	6920/0	18/03/2013	233
IPG2021	55898926D	6920/0	20/02/2013	233
IPY8432	55901044D	6920/0	18/03/2013	233
IPZ4026	55901043D	6920/0	18/03/2013	233
IQA1885	55898924D	6920/0	20/02/2013	233
IQN5011	55901045D	6920/0	18/03/2013	233
IQN8972	55901046D	6920/0	18/03/2013	233
IRE8007	55901017D	6920/0	18/03/2013	233
IRU3794	55898927D	6920/0	20/02/2013	233
ITB3766	55901042D	6920/0	18/03/2013	233
ITF7121	55901015D	6920/0	18/03/2013	233
IUW1110	55901041D	6920/0	18/03/2013	233
LOX7015	55898932D	6920/0	21/02/2013	233
LXX8610	55900014D	6637/1	04/02/2013	230 * IX
MCB9983	54402539D	5061/0	02/03/2013	163 c/c 162 * I
MCM1877	55901028D	6920/0	18/03/2013	233
MCO6911	55898907D	6920/0	07/02/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDO3535	55899719D	6599/2	16/02/2013	230 * V
MDO3535	55899720D	6637/2	16/02/2013	230 * IX
MDO3535	55899721D	6653/1	16/02/2013	230 * XI
MHT3561	55900702D	5010/0	17/03/2013	162 * I
MHT3561	55900704D	5118/0	17/03/2013	164 c/c 162 * I
MHT3561	55900705D	6599/2	17/03/2013	230 * V
MHU4684	55900463D	5061/0	19/03/2013	163 c/c 162 * I
NPU1915	55898910D	6920/0	13/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1176/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNO1063	55899796D	5550/0	05/02/2013	181 * XVIII
BSI4395	54403481D	5550/0	10/03/2013	181 * XVIII
ILE7448	55900352D	5541/4	25/02/2013	181 * XVII
LWY4372	55900185D	5452/1	14/02/2013	181 * VIII
LXJ5779	55900025D	5452/3	15/02/2013	181 * VIII
MAH8700	55900306D	5452/1	18/02/2013	181 * VIII
MEE0613	55900192D	5452/1	14/02/2013	181 * VIII
MEI0963	55900874D	5541/5	14/02/2013	181 * XVII
MEN6368	55900316D	5452/1	19/02/2013	181 * VIII
MEQ5359	55900047D	5460/0	11/03/2013	181 * IX
MGD0136	55899175D	5550/0	18/02/2013	181 * XVIII
MHT3561	55900703D	5207/0	17/03/2013	169
MHT3561	55900705D	5835/0	17/03/2013	195
MIM6609	55900160D	5452/1	06/02/2013	181 * VIII
MIM7093	55900156D	5452/1	06/02/2013	181 * VIII
MIT1884	55900301D	5541/4	15/02/2013	181 * XVII
MIW8937	55900429D	5550/0	18/03/2013	181 * XVIII
MJW0016	55900321D	5460/0	19/02/2013	181 * IX
MJW7451	55900418D	5550/0	13/03/2013	181 * XVIII
MLC4307	55900190D	5380/0	14/02/2013	181 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1177/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYB5020	55898869D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	233
LYY3650	55898861D	6920/0	23/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1178/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZK0050	55075183B	5452/1	26/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCQ0528	55900812D	5541/1	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD6198	55900840D	5541/5	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE6369	55898951D	5738/0	08/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
MHY0089	55900127D	5452/1	25/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIO9954	55899833D	5452/1	07/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIU4432	55899818D	5738/0	04/01/2013	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1179/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APM0138	55901014D	6920/0	18/03/2013	233
BVB9887	55901024D	6920/0	18/03/2013	233
IMN4682	55898934D	6920/0	22/02/2013	233
IMO7661	55898931D	6920/0	21/02/2013	233
IQA8937	55898925D	6920/0	20/02/2013	233
LXA3387	55901021D	6920/0	18/03/2013	233
MBQ6562	55899691D	6599/2	18/02/2013	230 * V
MCZ6606	55901047D	6920/0	18/03/2013	233
MFB3580	55901025D	6920/0	18/03/2013	233
MHQ7577	55901027D	6920/0	18/03/2013	233
MIQ8455	55898930D	6920/0	21/02/2013	233
MJH4250	55901051D	6920/0	20/03/2013	233
MQT6453	55901010D	6920/0	18/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1180/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CKC3599	55901501D	5550/0	25/03/2013	181 * XVIII
COS5737	55900433D	5550/0	18/03/2013	181 * XVIII
LZW7551	55900193D	5541/6	14/02/2013	181 * XVII
MBN6272	55900440D	5460/0	21/03/2013	181 * IX
MBN6272	55900446D	5550/0	22/03/2013	181 * XVIII
MCQ7079	55900375D	5550/0	28/02/2013	181 * XVIII
MDL7811	55900443D	5738/0	21/03/2013	186 * II
MFL2227	55900308D	5541/1	18/02/2013	181 * XVII
MGF0734	55900049D	5460/0	14/03/2013	181 * IX
MHQ1237	55900341D	5452/1	22/02/2013	181 * VIII
MHR5118	55900030D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
MIE2873	55900338D	5460/0	21/02/2013	181 * IX
MIU3847	55900335D	5541/6	21/02/2013	181 * XVII
MKA1540	55899177D	5550/0	19/02/2013	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1181/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFJ7204	55898809D	6920/0	07/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1182/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZQ7394	55899921D	5541/1	11/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB3632	55899914D	5452/1	10/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGI7729	54403736D	5541/1	16/07/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY9808	55899908D	5380/0	10/01/2013	R\$ 85,12	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1183/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX5127	55898940D	6920/0	27/02/2013	233
AOE8462	55900259D	5010/0	02/03/2013	162 * I
DRS3919	55901066D	6920/0	27/03/2013	233
IIT9002	55899892D	6610/2	03/03/2013	230 * VII
IKS3287	55901063D	6920/0	27/03/2013	233
IMH0881	55901070D	6920/0	27/03/2013	233
INH3717	55901067D	6920/0	27/03/2013	233
IOW6881	55901064D	6920/0	27/03/2013	233
IPW3179	55901071D	6920/0	27/03/2013	233
IQD0579	55901065D	6920/0	27/03/2013	233
ISK0919	55901069D	6920/0	27/03/2013	233
JNE0589	55901074D	6920/0	27/03/2013	233
LCM9088	55898949D	6920/0	28/02/2013	233
LOR1492	55898912D	6920/0	13/02/2013	233
LYC1315	55901076D	6920/0	27/03/2013	233
LYL0199	55899976D	6599/2	28/03/2013	230 * V
LYL0199	55899978D	6670/0	28/03/2013	230 * XIII
MAE0245	55898922D	6920/0	20/02/2013	233
MDE5798	55901068D	6920/0	27/03/2013	233
MGW4982	55898941D	6920/0	27/02/2013	233
MHU4684	55900461D	5010/0	19/03/2013	162 * I
NUV1929	55901072D	6920/0	27/03/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1184/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GZP3715	55899865D	5452/1	18/02/2013	181 * VIII
ICP8000	55900310D	5541/4	18/02/2013	181 * XVII
LXV1025	55900437D	5541/6	20/03/2013	181 * XVII
LYQ4502	55900407D	5550/0	07/03/2013	181 * XVIII
LYY8557	55900357D	5452/1	25/02/2013	181 * VIII
MBR1789	55900391D	5541/4	01/03/2013	181 * XVII
MBU0823	55899178D	5541/4	21/02/2013	181 * XVII
MBY3406	55900571D	5541/6	27/03/2013	181 * XVII
MCT2911	55900191D	5452/1	14/02/2013	181 * VIII
MCW2227	55899863D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
MDM1351	55900565D	5550/0	26/03/2013	181 * XVIII
MDS8215	55900320D	5541/2	19/02/2013	181 * XVII
MEH2949	55900370D	5541/4	27/02/2013	181 * XVII
MEK8867	55900441D	5738/0	21/03/2013	186 * II
MET4304	55900332D	5452/1	20/02/2013	181 * VIII
MIK1778	55900334D	5452/1	21/02/2013	181 * VIII
MKD9723	55900367D	5550/0	26/02/2013	181 * XVIII
NFJ2356	55900366D	5541/6	26/02/2013	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1185/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHK7554	54402525D	5061/0	12/01/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHK7554	54402526D	5010/0	12/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHK7554	54402527D	6912/0	12/01/2013	R\$ 53,20	232
MHK7554	54402528D	6637/2	12/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1186/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DMF8656	55900202D	5380/0	23/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
MCM3701	55899698D	5452/1	09/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFC6044	55900076D	5452/3	18/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKK9339	55899779D	5452/1	04/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1187/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EUQ1317	55901096D	6920/0	08/04/2013	233
IFS0153	55901084D	6920/0	04/04/2013	233
IKJ0387	55901098D	6920/0	08/04/2013	233
IPT3202	55901095D	6920/0	08/04/2013	233
KGP0915	54404092D	6599/2	01/03/2013	230 * V
KGP0915	54404093D	5010/0	01/03/2013	162 * I
KGP0915	54404094D	6637/1	01/03/2013	230 * IX
MBZ9708	54403486D	5010/0	30/03/2013	162 * I
MDF0714	55899569D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MER7832	55901092D	6920/0	05/04/2013	233
MER8562	55901091D	6920/0	05/04/2013	233
MGF0359	55899573D	5010/0	02/03/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1188/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCE0911	55900041D	5541/6	01/03/2013	181 * XVII
DWS6178	55900358D	5541/4	25/02/2013	181 * XVII
LZZ2244	55900381D	5541/6	01/03/2013	181 * XVII
MAC6344	55900399D	5452/1	04/03/2013	181 * VIII
MBN6272	55900588D	5460/0	02/04/2013	181 * IX
MBZ9708	54403485D	5525/0	30/03/2013	181 * XV
MDG1414	55900380D	5541/2	28/02/2013	181 * XVII
MES0475	55900890D	7056/1	07/04/2013	244 * III
MIW4615	55900557D	5550/0	26/03/2013	181 * XVIII
MJV2319	55900374D	5550/0	28/02/2013	181 * XVIII
MJZ0480	55900580D	5452/1	01/04/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1189/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IQR6182	55898903D	6920/0	07/02/2013	R\$ 127,69	233
ISR0906	55898908D	6920/0	07/02/2013	R\$ 127,69	233
MDK6770	55898846D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1190/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAW0277	55900016D	5541/4	05/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF5275	55900091D	5380/0	21/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
MCF1093	55900099D	5452/1	22/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFN8408	55900171D	5452/1	07/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIP3633	55900231D	5452/1	06/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1191/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA5285	55901861D	6610/1	16/04/2013	230 * VII
EEM1493	55901105D	6920/0	11/04/2013	233
EGV9560	55900454D	5010/0	11/03/2013	162 * I
EGV9560	55900455D	6670/0	11/03/2013	230 * XIII
EGV9560	55900456D	6556/5	11/03/2013	230 * I
EGV9560	55900458D	6700/0	11/03/2013	230 * XVI
GWB9571	55901037D	6920/0	18/03/2013	233
ILY7094	55901016D	6920/0	18/03/2013	233
IMI9660	55901118D	6920/0	12/04/2013	233
IOF7310	55901108D	6920/0	11/04/2013	233
IPQ8956	55901109D	6920/0	11/04/2013	233
IQD0894	55901103D	6920/0	11/04/2013	233
IQG5242	55901106D	6920/0	11/04/2013	233
IRE1812	55901097D	6920/0	08/04/2013	233
ISK7135	55901110D	6920/0	11/04/2013	233
ISS0975	55901112D	6920/0	11/04/2013	233
ISS4674	55901104D	6920/0	11/04/2013	233
IXY3003	55901111D	6920/0	11/04/2013	233
JWL7439	55901130D	6920/0	17/04/2013	233
LLD8987	55901004D	6920/0	18/03/2013	233
LUQ1142	55901131D	6920/0	17/04/2013	233
LXI4448	55900991D	5010/0	12/04/2013	162 * I
LXI4448	55900992D	5061/0	12/04/2013	163 c/c 162 * I
LXI4448	55900994D	6599/2	12/04/2013	230 * V
LXW2799	55901856D	5010/0	05/04/2013	162 * I
LXW2799	55901857D	6599/2	05/04/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYI1299	55901002D	6920/0	18/03/2013	233
LYI8720	55901008D	6920/0	18/03/2013	233
MBB1329	55901003D	6920/0	18/03/2013	233
MBF1653	55900460D	6556/1	17/03/2013	230 * I
MDG4823	55901035D	6920/0	18/03/2013	233
MDX3467	55901006D	6920/0	18/03/2013	233
MEQ4271	55900459D	6556/1	14/03/2013	230 * I
MFB6189	55901012D	6920/0	18/03/2013	233
MFE6269	55899631D	6912/0	01/03/2013	232
MFI4314	55899025D	6599/2	12/03/2013	230 * V
MFI4314	55899026D	5010/0	12/03/2013	162 * I
MGG0041	54403351D	5010/0	06/04/2013	162 * I
MGG0041	54403352D	6599/2	06/04/2013	230 * V
MHL3438	55901119D	6920/0	11/04/2013	233
MID3988	55898944D	6920/0	27/02/2013	233
MIK1764	55899628D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MIK1764	55899629D	6912/0	01/03/2013	232
MIK1764	55899630D	5061/0	01/03/2013	163 c/c 162 * I
MIO2540	54400189D	6610/2	09/03/2013	230 * VII
MJP7173	55901107D	6920/0	11/04/2013	233
MKS9107	55901033D	6920/0	18/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1192/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EGV9560	55900457D	5193/0	11/03/2013	168
GXG7384	55900318D	5568/0	19/02/2013	181 * XIX
HBA4433	55900360D	5452/1	26/02/2013	181 * VIII
HZO7388	55900361D	5452/1	26/02/2013	181 * VIII
IEZ6709	55900436D	5541/4	18/03/2013	181 * XVII
JUN4445	55901835D	5452/1	15/04/2013	181 * VIII
KLG3422	55901509D	5452/1	05/04/2013	181 * VIII
LXI4448	55900993D	5835/0	12/04/2013	195
MAR0895	55901824D	5452/3	10/04/2013	181 * VIII
MBJ4618	55900413D	5460/0	12/03/2013	181 * IX
MBY9309	55900584D	5568/0	01/04/2013	181 * XIX
MCO8292	55900419D	5541/2	13/03/2013	181 * XVII
MDW5494	55900448D	5550/0	21/03/2013	181 * XVIII
MEJ3310	55900417D	5541/2	12/03/2013	181 * XVII
MFI4314	55899027D	7056/1	12/03/2013	244 * III
MFL2227	55900439D	5550/0	21/03/2013	181 * XVIII
MFM5384	55900392D	5550/0	04/03/2013	181 * XVIII
MGN6673	55900416D	5550/0	12/03/2013	181 * XVIII
MHG4260	55900552D	5550/0	25/03/2013	181 * XVIII
MHW0536	55900431D	5380/0	18/03/2013	181 * I
MHY4262	55900555D	5541/2	25/03/2013	181 * XVII
MIX3128	55901841D	5452/3	16/04/2013	181 * VIII
MKQ8768	55900412D	5568/0	12/03/2013	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1193/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GXW7817	55898868D	6920/0	25/01/2013	R\$ 127,69	233
MCY7233	55898849D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1194/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BGV8278	55900305D	5452/2	15/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
JHF7005	55900220D	5452/1	31/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
KLK3422	55900165D	5452/1	06/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXH2057	55900164D	5452/1	07/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBT3659	55900095D	5541/1	22/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG6573	55899867D	5541/6	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR4013	55899879D	5452/1	21/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFI6332	55899877D	5452/1	21/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGA8156	55900876D	5550/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGB0920	55900359D	5541/6	25/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO1067	55900033D	7366/2	21/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1195/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALB8793	55901057D	6920/0	25/03/2013	233
ANT4765	55901083D	6920/0	03/04/2013	233
HZR9086	55901055D	6920/0	25/03/2013	233
IRF1399	55901143D	6920/0	19/04/2013	233
IRL4155	55901141D	6920/0	19/04/2013	233
IRL9391	55901144D	6920/0	19/04/2013	233
LZE7031	55901087D	6920/0	04/04/2013	233
MDN0753	55899980D	6653/1	28/03/2013	230 * XI
MDO1910	55901078D	6920/0	01/04/2013	233
MDT3414	55900452D	6599/2	11/03/2013	230 * V
MDT3414	55900453D	6610/2	11/03/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1196/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BLC2009	54403483D	5550/0	10/03/2013	181 * XVIII
DZG7107	55901557D	5452/3	22/04/2013	181 * VIII
LZB6545	55900447D	5460/0	21/03/2013	181 * IX
MBP2691	55900561D	5568/0	26/03/2013	181 * XIX
MEA3056	55900048D	5541/6	23/03/2013	181 * XVII
MGQ4464	55901833D	5550/0	15/04/2013	181 * XVIII
MGZ4724	55899040D	7048/1	20/04/2013	244 * II
MGZ4724	55899041D	5835/0	20/04/2013	195
MHB4735	55900573D	5550/0	27/03/2013	181 * XVIII
MHB8840	55900559D	5550/0	26/03/2013	181 * XVIII
MJZ2757	55900566D	5541/4	26/03/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1197/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEY9153	55898883D	6920/0	30/01/2013	R\$ 127,69	233
MGH3077	55898891D	6920/0	05/02/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1198/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYG6870	55899766D	5541/4	01/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KIF7468	55899799D	5452/1	05/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBH4435	55899751D	5541/6	31/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MER5077	55900368D	5380/0	27/02/2013	R\$ 85,12	181 * I
MGD3897	55900210D	5541/4	29/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV2694	55899768D	5541/6	01/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1199/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALL5399	55901120D	6920/0	12/04/2013	233
BCO1000	55901126D	6920/0	16/04/2013	233
CKH5789	55901176D	6920/0	26/04/2013	233
EBG4834	55901116D	6920/0	11/04/2013	233
HHB8512	55901128D	6920/0	16/04/2013	233
ILS7525	55901178D	6920/0	26/04/2013	233
IRV6291	55901182D	6920/0	26/04/2013	233
ITF4578	55901181D	6920/0	26/04/2013	233
IVV0616	55901179D	6920/0	26/04/2013	233
JPB2087	55901077D	6920/0	01/04/2013	233
JVS4092	55901180D	6920/0	26/04/2013	233
LWR6575	55901551D	6599/2	19/04/2013	230 * V
LXD5887	55901127D	6920/0	16/04/2013	233
LXP8043	55901510D	5010/0	05/04/2013	162 * I
LXP8043	55901511D	6912/0	05/04/2013	232
MAQ1856	55901123D	6920/0	15/04/2013	233
MCB4071	55900885D	6610/2	28/03/2013	230 * VII
MCR4445	55901816D	6637/1	10/04/2013	230 * IX
MCR4445	55901817D	5010/0	10/04/2013	162 * I
MCR6892	55901117D	6920/0	12/04/2013	233
MDL0460	55901812D	5010/0	09/04/2013	162 * I
MDL0460	55901813D	6599/2	09/04/2013	230 * V
MGG3427	55901125D	6920/0	15/04/2013	233
MGS1151	55901080D	6920/0	02/04/2013	233
MHH0182	55901094D	6920/0	08/04/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1200/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANA2406	55900590D	5452/1	02/04/2013	181 * VIII
BOS6056	55900895D	5550/0	29/04/2013	181 * XVIII
DWK0393	55900592D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
KYB1756	55901508D	5541/2	03/04/2013	181 * XVII
MAA7069	55901854D	5541/4	05/04/2013	181 * XVII
MBN3039	54400578D	5185/1	05/04/2013	167
MBR8837	55899933D	5541/4	14/01/2013	181 * XVII
MBS9182	55901822D	5452/3	10/04/2013	181 * VIII
MDS8215	55901807D	5541/2	09/04/2013	181 * XVII
MEJ5143	55901832D	5550/0	12/04/2013	181 * XVIII
MGZ0515	55900586D	5541/2	02/04/2013	181 * XVII
MIV6849	55900593D	5460/0	03/04/2013	181 * IX
MIY3255	55900574D	5541/2	27/03/2013	181 * XVII
MKD2080	55900576D	5380/0	27/03/2013	181 * I
MKY1517	55901853D	5452/1	03/04/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1201/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBG8313	55899563D	6599/2	06/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG8313	55899564D	5010/0	06/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG8313	55899565D	5061/0	06/02/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBG8313	55899566D	6556/4	06/02/2013	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1202/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYQ7969	55900244D	5452/1	18/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ILM8620	55900186D	5452/1	14/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXD4283	55900172D	5452/1	07/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBA1912	55899789D	5452/3	05/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MDD0433	55900319D	5541/2	19/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MII7619	55899795D	5541/6	05/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1203/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGZ7051	55901088D	6920/0	04/04/2013	233
MJK8131	55899036D	6610/2	09/04/2013	230 * VII
MJK8131	55899037D	6556/1	09/04/2013	230 * I
MJK8131	55899039D	6602/0	09/04/2013	230 * VI
MJK8131	55899039D	6637/2	09/04/2013	230 * IX
MJK8131	55900464D	5169/1	09/04/2013	165
MKC2731	55899973D	5010/0	28/03/2013	162 * I
MKC2731	55899974D	5061/0	28/03/2013	163 c/c 162 * I
MKC2731	55899975D	6653/1	28/03/2013	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1204/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IMO2482	55901617D	5541/4	06/05/2013	181 * XVII
MHD1818	55901614D	5550/0	06/05/2013	181 * XVIII
MII0984	55901849D	5550/0	17/04/2013	181 * XVIII
MIY7074	55899648D	7030/3	07/04/2013	244 * I
MJK8131	55899037D	5835/0	09/04/2013	195
MJK8131	55899038D	5819/1	09/04/2013	193
MJK8131	55899038D	5843/3	09/04/2013	196
MJK8131	55900465D	5207/0	09/04/2013	169
MJK8131	55900466D	5720/0	09/04/2013	186 * I
MJK8131	55900467D	5258/3	09/04/2013	174
MJK8131	55900468D	5215/2	09/04/2013	170
MJK8131	55900469D	5266/3	09/04/2013	174
MJK8131	55900471D	6017/1	09/04/2013	206 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1205/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KAB9880	55898911D	6920/0	13/02/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1206/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JNP6987	55900196D	5452/1	15/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZL0581	55900312D	5525/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1207/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CIU3932	55901192D	6920/0	26/04/2013	233
IJE5767	55901121D	6920/0	15/04/2013	233
ILD6474	55901200D	6920/0	07/05/2013	233
ILR6200	55901201D	6920/0	07/05/2013	233
IOR5836	55901199D	6920/0	07/05/2013	233
LYQ6500	55901139D	6920/0	19/04/2013	233
MBH2587	55901198D	6920/0	19/04/2013	233
MCD9734	55901859D	6610/2	14/04/2013	230 * VII
MEI5006	55901215D	6920/0	09/05/2013	233
MEJ0350	55900474D	6599/2	06/05/2013	230 * V
MER1500	55901138D	6920/0	19/04/2013	233
MGW6093	55901136D	6920/0	18/04/2013	233
MHY7374	55901829D	6599/2	11/04/2013	230 * V
MHY7374	55901830D	5010/0	11/04/2013	162 * I
MII3667	54403947D	5010/0	11/05/2013	162 * I
MII3667	54403948D	6599/2	11/05/2013	230 * V
MII3667	54403949D	5061/0	11/05/2013	163 c/c 162 * I
MII3667	54403950D	6602/0	11/05/2013	230 * VI
MIU1756	55901583D	6599/2	27/04/2013	230 * V
MIU1756	55901584D	5010/0	27/04/2013	162 * I
MIU1756	55901585D	5118/0	27/04/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1208/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CME6734	55901604D	5541/4	02/05/2013	181 * XVII
DAD8963	55901899D	5452/1	10/05/2013	181 * VIII
LYE5768	55901896D	5541/4	10/05/2013	181 * XVII
MCA2277	55901618D	5550/0	06/05/2013	181 * XVIII
MDD9451	55901554D	5452/3	18/04/2013	181 * VIII
MEE6207	55901609D	5452/3	03/05/2013	181 * VIII
MFG4438	55901894D	5541/4	10/05/2013	181 * XVII
MFI6348	55901651D	5550/0	07/05/2013	181 * XVIII
MFQ0301	55901891D	5541/5	08/05/2013	181 * XVII
MGR4730	55899482D	5452/3	01/05/2013	181 * VIII
MHO7439	55901839D	5452/3	15/04/2013	181 * VIII
MLV9709	55899189D	5452/2	07/05/2013	181 * VIII
NCO3475	55901838D	5452/3	16/04/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1209/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LTM0016	55900356D	5541/4	25/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZR0833	55900242D	5550/0	18/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEI1781	55900384D	5541/6	01/03/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE8285	55900038D	5541/6	28/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP0146	55900331D	5568/0	20/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJD9666	55900315D	5568/0	19/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MKP1962	55899875D	5452/1	20/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1210/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOM4965	55901167D	6920/0	26/04/2013	233
BRF2450	55901168D	6920/0	26/04/2013	233
CFQ0640	55901156D	6920/0	22/04/2013	233
HQB1669	55901213D	6920/0	06/05/2013	233
HSZ1111	55901169D	6920/0	26/04/2013	233
INE9938	55901173D	6920/0	26/04/2013	233
INR8166	55901177D	6920/0	26/04/2013	233
IQI1636	55901175D	6920/0	26/04/2013	233
IRW9829	55901142D	6920/0	19/04/2013	233
ISV5214	55901172D	6920/0	26/04/2013	233
KHX7198	55901174D	6920/0	26/04/2013	233
LWR8206	55901202D	6920/0	07/05/2013	233
LZW6827	55901659D	6700/0	13/05/2013	230 * XVI
MBF4430	55901214D	6920/0	25/04/2013	233
MCB3923	55901588D	6556/1	27/04/2013	230 * I
MCZ6504	55901871D	6610/2	27/04/2013	230 * VII
MCZ6504	55901872D	6599/2	27/04/2013	230 * V
MDE2433	55901526D	6912/0	21/05/2013	232
MEG1206	55901171D	6920/0	26/04/2013	233
MHC4115	55899196D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MIG5516	55901580D	6599/2	27/04/2013	230 * V
MIG5516	55901581D	5010/0	27/04/2013	162 * I
MIG5516	55901582D	5118/0	27/04/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1211/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LAB3623	55901707D	7366/2	09/05/2013	252 * VI
MAR5394	55901586D	7030/1	27/04/2013	244 * I
MAR5394	55901587D	7072/1	27/04/2013	244 * V
MAX4271	55900999D	5231/2	21/05/2013	172
MCB3923	55901589D	7030/1	27/04/2013	244 * I
MDJ3138	55901555D	5550/0	19/04/2013	181 * XVIII
MEY5358	55901519D	5380/0	15/05/2013	181 * I
MFA0140	55901631D	5460/0	08/05/2013	181 * IX
MIR6846	55901900D	5460/0	13/05/2013	181 * IX
MIY9961	55901654D	5541/5	09/05/2013	181 * XVII
MIY9961	55901754D	5452/1	20/05/2013	181 * VIII
MLP1940	55899199D	5541/4	15/05/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1212/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIL6448	54400575D	6637/2	08/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIL6448	54400576D	5061/0	08/03/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1213/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF5702	55900597D	5380/0	04/04/2013	R\$ 85,12	181 * I
MIL6448	55899740D	7030/1	08/03/2013	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 999/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDA4354	54402037D	5452/1	15/11/2011	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 11 DE JUNHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

Bom Retiro

PREFEITURA

594.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Zilmara G. Rosar

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 594/13 de 11.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 10 de junho de 2013, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

595.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Berenice S. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 595/13 de 11.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 10 de junho de 2013, a funcionária Berenice Schlemper da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

596.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Cleodete C. Tome

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 596/13 de 11.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 06 de junho de 2013, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

597.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Celi a. Hinckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 597/13 de 11.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 09 (nove) dias de licença para tratamento de saúde a contar do dia 06 de junho com término no dia 14 de junho de 2013, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 11 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

598.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Eliana T. C. Nunes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 598/13 de 12.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 11 de junho de 2013, a funcionária Eliana Terezinha Capistrano Nunes, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

599.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Rosemelia G. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 599/13 de 12.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2013, a funcionária Rosemelia Gamba da Rosa, Ocupante do cargo de Servente - Nível 01, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

600.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Vera L. P. Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 600/13 de 12.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 12, 13 e 14 de junho de 2013, a funcionária Vera Lucia Peixer Ferreira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Paraíso da Serra - Vereador Oldemar Philippi.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro Preço 2/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013

Número do Registro de Preços: 2/2013

Data do Registro: 11/06/2013

Válido até: 11/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de Boleira tipo Wafler, polvilhado no açúcar e canela, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (3019)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2000	1
2	Bolo seco tipo Inglês, tamanho grande, no sabor laranja, sem sujidades. Macio e fresco. (3020)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
3	Bolo seco tipo inglês, tamaho grande no sabor chocolate, sem sujidades. Macio e Fresco. (3021)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,7300	1
4	Sanduche natural, com 2 fatias de pão tipo pullmann fresco, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega. (3022)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,0800	1
5	Pão caseiro fatiado, unidades com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com queijo, presunto e maionese. Sem presença de sujidades (3023)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	17,3300	1
6	Pão tipo pulmann, unidade com peso aproximado de 500gr, fresco, macio. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidades. (3044)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,8300	1
7	Sanduches de mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (3045)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,2300	1
8	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3046)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
9	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3047)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
10	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de frango. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3048)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
11	Pastel frito, grande, sem acumulo de gordura, recheio de carne. Sem Sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (3049)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,5000	1
12	Cuca caseira de farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3050)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 2/2013**Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014**

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Cuca caseira de banana, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3051)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
14	Cuca caseira de côco, farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1 Kg. (3052)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
15	Cuca caseira de amendoim, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (3053)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	9,0000	1
16	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (3054)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,0000	1
17	Bolacha tipo caseira, no sabor de côco polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (3055)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	14,8300	1
18	Bolacha de Natal pintada, tipo caseira, sendo fresco e feito de forma artesanal. utilizando produtos naturais, sem conservantes, cobertas com glacê de ovos e açúcar confeito. (3056)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	18,0000	1
19	Risoles de massa caseira, tamanho médio, recheio de frango, sem sujidade. (3057)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,5100	1
20	Orelha de gato, tamanho médio, polvilhado no açúcar e canela, sem sujidade, fresco, feito no dia da entrega. (3058)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	13,0000	1
21	Rosca de polvilho, tamanho grande, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (3059)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	3,4800	1
22	Bolo de cenoura, fresco, com cobertura de chocolate, sem presença de sujidade. (3060)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	12,5000	1
23	Mini pão francês, recheado com molho e salsicha, fresco, sem presença de sujidade. (3061)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Bolo recheado com frutas frescas, cremes de recheio e cobertura com nata, frescos e sem presença de sujidades. (3062)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	19,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2013**Número do Registro de Preços: 2/2013****Data do Registro: 11/06/2013****Válido até: 11/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de gêneros de panificação para o grupo da Assistência Social/Psicológica, grupo de gestantes, grupo de Hipertensos e Diabéticos. Reuniões diversas da Secretaria da Saúde e Assistência Social.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 2/2013****PROCESSO N° 5/2013**

(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 11 de Junho de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.580

DECRETO n° 5.580, de 07 de junho de 2013.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, ALCIR BAZZANELLA E JAIME JUNG, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação da seguinte área de terreno urbano, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - um terreno urbano com superfície de 678,60m2, (seiscentos e setenta e oito metros e sessenta décimos quadrados), localizado na Avenida 7 de Setembro, nº 270, com benfeitoria, sendo uma casa de madeira medindo 173,00m2 (cento e setenta e três metros quadrados), objeto da matrícula nº 25.301, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Carmem Charack Linhares Schöllemberg e Reginaldo José Schöllemberg.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para futura desapropriação por esta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto N° 5.581

DECRETO n° 5.581, de 10 de junho de 2013.
Nomeia Comissão Especial de Análise.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, DILSON EDGAR THOMÉ e CAROLINA FRUET DE LIMA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial para Análise da documentação a que se refere o Edital de Credenciamento de Empresas nº 03/2013 - que tem por objeto o credenciamento/seleção de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), interessadas na construção de 125 (cento e vinte e cinco) unidades habitacionais, no Bairro Nossa Senhora Salete, neste Município, através do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 03 de julho de 2013 às 14h30min, procedendo à análise da documentação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.682

PORTARIA N° 22.682, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas injustificadas do Servidor Público Municipal da Secretaria da Saúde, abaixo relacionado, referente ao mês de maio, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas
513	Sidnei Roberto Marins	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.687

PORTARIA nº 22.687, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
8337	ANTONIO CARLOS MORAES DA CONCEIÇÃO	144,00
10300	CARLOS VENANCIO DOS SANTOS	144,00
10297	CLAUDIO SONEGO	144,00
10302	CRISTIANO REINALDO RODRIGUES FERNANDES	144,00
10292	EDGAR AIMI	144,00
9200	FABIO DE LIMA GARCIA	144,00
8336	FERNANDO ANTONIO SINHORIN	144,00
9201	JOSE AUGUSTO MOREIRA PRADO	144,00
12602	MAURICIO BOLDUAN	36,00
1457	JOSE VILMAR SOARES DE MIRANDA	144,00
1391	IVANIR JOSE PAGOTTO	144,00
1444	JOSE SCHEFFEMACHER RIBEIRO	144,00
780	OSCAR RIBEIRO GONCALVES	144,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALLEX ATOLINI SILVA
DIRETOR GERAL DITTESC.

Portaria N° 22.688

PORTARIA nº 22.688, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Assistência Social, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
11240	ANA LUCIA MANGIDISKI KLETTKE	60,00
11189	JOAO BERTHIER BRASIL NETO	60,00
11192	DORACI MAIA RUPPEL	60,00
3384	LUCIMERI APARECIDA VIEIRA DA S	240,00
7746	SANTINA PIACENTINI	120,00
4081	FATIMA ROZANA GOMES DAMACENO	110,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria N° 22.689

PORTARIA nº 22.689, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
674	JOVENTINO RODRIGUES DOS PASSOS	105,00
1242	JOSE ALDO MORAES DA SILVA	105,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria N° 22.690

PORTARIA nº 22.690, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Infraestrutura, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº Horas
1347	JOAO MARIA HORNBURG	144,00
569	ORACIDES PIRES DE CAMARGO	144,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DENISE CHIARELLO HARTMANN
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

Portaria N° 22.693

PORTARIA nº 22.693, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Infraestrutura, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
576	DANIEL PIRES DE CAMARGO	40,00
563	EUCLIDES ALVES DE MELLO	30,00
1347	JOAO MARIA HORNBURG	40,00
569	ORACIDES PIRES DE CAMARGO	40,00
2507	ADAO RIBEIRO DE CAMARGO	40,00
10947	ALTAMIRO FIGUEIROA	40,00
11707	ANDERSON ROBERTO GOES	40,00
2634	ARGEMIRO ZOTTO	40,00
11712	CLAUSNIR RIBEIRO DIAS	40,00
1301	EDSON IAROCH	40,00
8318	GIOVANI LIPKA	40,00
3268	HERMES OLINTO AGUSTI	40,00
11781	IZAIAZ IZAC ZARUR	40,00
1899	ITAMAR ABREU DO NASCIMENTO	30,00
11706	JOSE RICARDO KUHN	40,00
198	JOSE VALDIR PERETTI	40,00
11103	JULIO CESAR RECALCATTI	40,00
3517	MARIO DA SILVA MEDEIROS	40,00
2522	MARCOS CORDEIRO	40,00
11364	MILTON TIBES DE LIMA	40,00

11709	NELSON BORGES TIBES	25,00
1141	NELSON HORNBURG	40,00
884	PAULO NORBERTO COMBIN	30,00
10099	PAULO VOLEINIK	40,00
11783	RUDINEI GREGORIO	40,00
2628	RUI MATTANA	20,00
411	WILSON SCHWANTES	30,00
10916	ANDERSON DOS SANTOS	40,00
314	ANTONIO VALMIRO ALVES WEBER	30,00
2494	BRUNO GONCALVES DOS SANTOS	40,00
1794	CAMILO BASEGGIO	35,00
7666	CARLOS EMILIO FINGER	40,00
2506	CELSO OLIVEIRA DA SILVA	40,00
11705	CLAUDINEI ALVES PEREIRA	40,00
1206	DAVI RIBEIRO	40,00
2503	DORIVAL GONCALVES SOARES	40,00
2496	EDILSON JOAO MASSUCATO	40,00
1278	EURICO ANTONIO DE OLIVEIRA	40,00
8552	FERNANDO LUIZ DA SILVA OLIVEIRA	40,00
2492	ILTO ADAO FERREIRA	25,00
11710	IVO OSMAR MACHADO	40,00
2491	JANDIR ANTUNES DE OLIVEIRA	40,00
881	JOSE VOLNI ARRUDA PALHANO	40,00
869	LUCIO ADEMAR PEREIRA	30,00
12010	NAYARA PRISCILA CAMARGO	40,00
310	MOACIR PASCOAL DE LIMA	30,00
3767	NELSON CARLIN NAVROSKI	40,00
902	PEDRO CESAR LOCATELLI	40,00
11711	RUBENS JOFRE GOES	40,00
123	VALDEMAR DE LIMA RIBEIRO	30,00
609	VALSIR GRIBINSKI	40,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DENISE CHIARELLO HARTMANN
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA.

Portaria N° 22.695

PORTARIA nº 22.695, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Assistência Social, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
8612	ELIZENI BATISTA AMARAL	52,00
4081	FATIMA ROZANA GOMES DAMASCENO	60,00
2529	LUCIA RIBEIRO LUZ CAVALETTI	52,00
12456	MARCELO VINICIUS GRAEFF	10,00
12457	PEDRO NEOTTI	28,00
7746	SANTINA PIACENTINI	60,00

11240	ANA LUCIA MANGIDISKI KLET-TKE	20,00
11192	DORACI MAIA RUPPEL	20,00
11189	JOAO BERTHIER BRASIL NETO	20,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Portaria N° 22.696

PORTARIA nº 22.696, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Fundação do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
51	ADAIR FERREIRA DA LUZ	16,00
38	ADRIANO DE OLIVEIRA LOURENÇO	25,00
26	AMILTO MELLO CESAR	40,00
36	DAVID RODRIGUES ROCHA	18,00
54	EDEMILSON JOSE FERNANDES	20,00
48	ELOIR JOSE WEBER	40,00
40	ELOIR SOUZA DOS SANTOS	30,00
39	JOSE AIRTON PEREIRA DOS SANTOS	18,00
56	LORELI APARECIDA VARELLA	33,00
57	LUIZ ROBERTO DE SOUZA	35,00
41	MARCELO ALVES DA SILVA	40,00
27	MARCIO SILVEIRA PINTO	30,00
31	MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	40,00
47	MARIA APARECIDA DE LIMA	18,00
64	MAURICIO DE OLIVEIRA	30,00
49	MILTON GOMES RIBEIRO	40,00
45	NAIR GOES DE LARA	10,00
50	NELSON BATISTA	40,00
60	ROSELY APARECIDA GRIBINSKI	24,00
10179	CARLOS ALBERO MACHADO	35,00
11893	RONALDO SOARES	30,00
10484	VINICIUS ALEXANDRE SOARES	20,00
581	MANOEL GONÇALVES SOARES NETO	30,00
929	DAMIÃO QUINTINO DE SOUZA	10,00
1240	DIRCEU FERREIRA DA LUZ	10,00
10772	MAXSURE FRANÇA	16,00
10345	CLEUSA APARECIDA FERREIRA DA L	5,30
9497	ELISIANE CARDOSO DA PIEDADE	5,00
1026	ILÁRIO BACHI	16,00
3391	CARLOS CARLIM DE LARA	35,00
11140	MARIA APARECIDA MATOS DE OLIVEIRA	24,00
10928	SERLY DE GOES DOS SANTOS	12,00
11138	NOELI GONÇALVES DE QUEIROS	24,00
224	ANTONIO AMADEUS DA LUZ	36,00

896	JOSE ALVES RIBEIRO	30,00
11895	MAURI BUENO	38,00
3416	VALCYR NEDIVAL VASCONCELOS	18,00
2504	EZIO FERREIRA DOS SANTOS	22,00
2515	VALDIR DOS SANTOS	18,00
10050	JOAO ANTONIO DOS SANTOS	12,00
755	GILMAR RODRIGUES RIBEIRO	30,00
11714	LUIZ CARLOS NICA	40,00
3521	AIRTON ROGERIO BICK	18,00
1452	EVALDO MAURILIO	16,00
1033	MARCIO ERNANI TELES DE OLIVEIR	16,00
3282	ANGELO EDAIR FANTIN	20,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria N° 22.697

PORTARIA nº 22.697, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
10300	CARLOS VENANCIO DOS SANTOS	27,00
10297	CLAUDIO SONEGO	27,00
10302	CRISTIANO REINALDO RODRIGUES FERNANDES	27,00
10292	EDGAR AIMI	20,00
7991	EDUARDO DE BITTENCOURT	6,00
7984	EZEQUIEL MARCIO COLAÇO	12,00
9200	FABIO DE LIMA GARCIA	15,00
9195	GUSTAVO PEDROTTI BOSCARI	12,00
9201	JOSE AUGUSTO MOREIRA PRADO	5,00
9199	JOSIMARA APARECIDA DOS SANTOS	1,00
8339	LUCIARA GARCEZ COELHO	12,00
8335	MARCIO FACCIONI DE MELLO	6,00
12602	MAURICIO BOLDUAN	15,00
7985	OSMAR PEREIRA DIAS	12,00
8333	PRISCILA APARECIDA DA LUZ	18,00
12603	SANDRO CLAUDINEI KIESKI	12,00
10296	VIVIANE DOMINGOS MULLER VOSGRAU	6,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALEX ATOLINI SILVA
DIRETOR GERAL DA DITTESC.

Portaria N° 22.701

PORTARIA nº 22.701, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestado durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
854	CLAUDIO ANTONIO MACHADO	40,00
2651	ADAO JUAREZ ROSA DE OLIVEIRA	8,00
1328	VALMIR DO PRADO GERALDO	25,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

TIAGO BORGIA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA.

Portaria N° 22.702

PORTARIA nº 22.702, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, em serviço no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestado durante o mês de maio de 2013, especificando código, nome e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
10488	GILMAR ANTONIO GONÇALVES	40,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DILSON EDGAR THOMÉ
PRESIDENTE DO IPPUC.

Portaria N° 22.705

PORTARIA N° 22.705, de 27 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, licença nojo, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Dias Afast.	Assento do Óbito
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	006	8 dias	20/05/2013
9699	Salete Noll	Aux de Serviços Gerais	006	8 dias	23/05/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação - PR 13 - 2013 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDEMA.

3.000 M3 PEDRA BRITA N° 1

3.000 M3 PEDRA BRITA N° 2

3.000 M3 PEDRISCO

3.000 M3 PÓ DE PEDRA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 27/06/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 27/06/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 11 de Junho de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI

Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação - PR 44 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2013

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORREIAS E ROLAMENTOS DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 28/06/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 28/06/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: www.cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos na avenida Santa Catarina, nº 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 11 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

Camboriú**PREFEITURA****Lei N.º 2.548/2013**

LEI N.º 2.548/2013

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI: Art. 1º Fica denominada de RUA: "SÃO MARCOS", a continuação da via já denominada, situada no Bairro São Francisco de Assis, Loteamento Garden São Francisco, registrada na Secretaria de Planejamento como "Rua Projetada C", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6010, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 10 de junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.549/2013

LEI N.º 2.549/2013

Altera dispositivo da Lei n.º 1.961/2008, que normatiza serviço de táxi na cidade de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI: Art. 1º Fica acrescida alínea "d" no inciso X, do artigo 9º da Lei Municipal nº 1961 de dezembro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º

()

d) plaquetas de identificação do veículo em Braille, contendo o prefixo do táxi, fixadas no porta luvas e no interior das portas traseiras do veículo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.550/2013

LEI N.º 2.550/2013

Determina que a lista de obras de competência do Município de Camboriú, e de convênios realizados com o Estado de Santa Catarina, a União ou qualquer outro parceiro, público ou privado, nacional ou estrangeiro seja disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º O Poder Executivo Municipal, administração direta e/ou indireta, por suas Fundações ou Autarquias, disponibilizará, no site oficial da Prefeitura Municipal, lista de todas as obras de competência do Município de Camboriú e de Convênios realizados com o Estado de Santa Catarina, a União ou qualquer outro parceiro, público ou privado, nacional ou estrangeiro.

Parágrafo único. Na lista de que trata este artigo deverão constar:
I - data da solicitação;

II - data de início e término;

III - identificação e situação da obra;

IV - o valor e fonte dos recursos necessários;

V - especificação da contrapartida do Município, se houver;

VI - as suplementações de recursos, quando houver;

VII - os dados da empresa contratada.

Art. 2º As obras que dependem de licitação em todas as suas modalidades, mesmo que em caso de dispensa, quando pelo valor a lei assim o determinar, inclusive as que estiverem pendentes ou em execução, na data da publicação desta lei.

Art. 3º As empresas que contratarem serviços com o Município de Camboriú serão formalmente comunicadas do disposto nesta lei.

Parágrafo único. Essa comunicação deverá constar nos contratos de prestação de serviços, a partir da data de publicação desta LEI.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, através de ato próprio no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.551/2013

LEI N.º 2.551/2013

Dispõe sobre a instituição da Carteira de Identidade Estudantil na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º Fica instituída a Carteira de Identidade Estudantil para estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. A carteira de identidade estudantil terá validade de 01 (um) ano, vencido este prazo será exigida pela unidade escolar de ensino sua renovação.

Art. 2º A Carteira de Identidade Estudantil será composta das seguintes informações:

I - frente:

a) brasão do Município de Camboriú;

b) nome da escola ou instituição Municipal de Ensino com o número da matrícula;

c) foto 3x4 do estudante;

d) nome completo do estudante e data de nascimento;

e) local para assinatura do estudante.

II - verso:

a) tipo sanguíneo;

b) filiação;

c) endereço residencial completo com CEP e telefone de contato do responsável pelo menor;

d) validade da Carteira (que deverá coincidir com o último dia do ano em curso).

Art. 3º É de responsabilidade dos estudantes ou responsáveis o fornecimento das informações relativas ao endereço e sua alteração, quando for o caso.

Parágrafo único. A foto será feita em todo início do ano letivo e será a mesma para a carteira e para os arquivos da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Caberá à Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, regulamentar por decreto o uso, a confecção, as aplicações e os casos de sua exigibilidade, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, devendo ser suplementada, se necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 17 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.552/2013

LEI N.º 2.552/2013

Denominação do Auditório da
Policlínica Regional.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominado AUDITÓRIO ELISA MARA SANT'ANNA, o Auditório da Policlínica Regional Rosina Carboni Pavan, no Município de Camboriú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.553/2013

LEI N.º 2.553/2013

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "TÓQUIO", a continuação da via já denominada, situada no Bairro Areias, loteamento Dona Clara, registrada na Secretaria de Planejamento como "Rua Projetada B", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 6554, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.554/2013

LEI N.º 2.554/2013

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "JOAQUIM MARIA SIMAS", a

continuação da via já denominada, situada no Bairro Areias, registrada na Secretaria de Planejamento como "Travessa 34", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 348 - 4, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.556/2013

LEI N.º 2.556/2013

Autoriza o Município de Camboriú, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, a transferir recursos financeiros à Colônia de Pescadores Z-07 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Colônia de Pescadores Z-07, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.711.680/0001-16, situada na Rua José Francisco Vitor, n.º 40, Bairro Barra, Balneário Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste na transferência de recursos financeiros à Colônia de Pescadores Z-07, com o objetivo de viabilizar a execução do projeto "Caminhão do Peixe", a fim de comercializar pescados de forma descentralizada e sem fins lucrativos, incentivando o consumo de peixe pela população local.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 26.863,73 (vinte e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos), dividido em 09 (nove) parcelas, conforme demonstra o quadro abaixo, que serão depositados até o 10º (décimo) dia útil de cada mês na conta da Instituição:

PARCELA	VALOR (R\$)
01	3.089,73
02	2.502,25
03	2.502,25
04	2.502,25
05	2.502,25
06	2.502,25
07	2.502,25
08	2.502,25
09	6.258,25
TOTAL:	26.863,73

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente abaixo descrita, pertencente ao Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0013 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social
Projeto/Atividade: 2.052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elemento de despesa: 3.3.50.00.00.00 - Tranf. A Inst. Provadas / fins lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Art. 4º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 12 (doze) meses.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.657/2013

DECRETO N.º 1.657/2013

Convoca a 1ª Conferência Municipal de Cultura - Etapa Preparatória da 3ª Conferência Nacional de Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 33, de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Cultura - Etapa Preparatória da 3ª Conferência Nacional de Cultura, que ocorrerá no período compreendido entre os dias 02 e 03 de julho de 2013, na Fundação Municipal de Cultura e sob a coordenação desta, situada na Rua Hercílio Zuchi, n.º 160, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º A 1ª Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por eixos e sub-eixos a orientação da Portaria n.º 33/2013 do Ministério da Cultura.

Art. 3º Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal n.º 12.343/2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I-IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do Sistema Nacional de Cultura na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios), dividindo-se em:

a) marcos legais, participação e controle social e funcionamento dos sistemas municipais, estaduais/distrito federal e setoriais de cultura, de acordo com os princípios constitucionais do SNC;
b) qualificação da gestão cultural: desenvolvimento e implementação de planos territoriais e setoriais de cultura e formação de gestores, governamentais e não governamentais, e conselheiros de cultura;
c) fortalecimento e operacionalização dos sistemas de financiamento público da cultura: orçamentos públicos, fundos de cultura e incentivos fiscais;
d) sistemas de informação cultural e governança colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial, dividindo-se em:

a) criação, produção, preservação, intercâmbio e circulação de bens artísticos e culturais;
b) educação e formação artística e cultural;
c) democratização da comunicação e cultura digital;
d) valorização do patrimônio cultural e proteção aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial, dividindo-se:

a) democratização e ampliação do acesso à cultura e descentralização da rede de equipamentos, serviços e espaços culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;
b) diversidade cultural, acessibilidade e tecnologias sociais;
c) valorização e fomento das iniciativas culturais locais e articulação em rede;
d) formação para a diversidade, proteção e salvaguarda do direito à memória e identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, dividindo-se em:

a) institucionalização de territórios criativos e valorização do patrimônio cultural em destinos turísticos brasileiros para o desenvolvimento local e regional;
b) qualificação em gestão, fomento financeiro e promoção de bens e serviços criativos nacionais no Brasil e no exterior;
c) fomento à criação/produção, difusão/distribuição/comercialização e consumo/fruição de bens e serviços criativos, tendo como base as dimensões (econômica, social, ambiental e cultural) da sustentabilidade;
d) direitos autorais e conexos, aperfeiçoamento dos marcos legais existentes e criação de arcabouço legal para a dinamização da economia criativa brasileira.

Art. 4º A 1ª Conferência Municipal de Cultura será presidida pelo Presidente da Fundação Municipal de Cultura e, na sua ausência ou impedimento, por um membro da Fundação Municipal de Cultura indicado pelo seu Presidente.

Art. 5º O Presidente da Fundação Municipal de Cultura expedirá o regulamento da 1ª Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O regulamento de que trata o caput deste artigo irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 1ª Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 6º As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Fundação Municipal de Cultura.

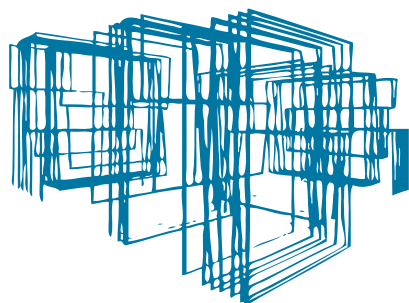
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 660/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1/5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 660/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAU2945	55948352C	6548/2	09/09/2010	229
AAU2945	55948355C	5185/1	14/09/2010	167
AAU2945	55948356C	5185/2	14/09/2010	167
AAU2945	55948357C	6548/2	14/09/2010	229
ADE8840	55370543C	7366/2	11/06/2010	252 * VI
ADF0404	55372088C	6920/0	10/08/2010	233
AGE6974	55373406C	6920/0	23/06/2010	233
AGL1245	55374304C	6599/2	26/08/2010	230 * V
AHK2672	55372708C	5010/0	20/06/2010	162 * I
AHK2672	55372709C	6653/1	20/06/2010	230 * XI
AIY1359	55371526C	5525/0	13/08/2010	181 * XV
AKQ8452	55373816C	5010/0	18/08/2010	162 * I
AKQ8452	55373817C	6769/3	18/08/2010	230 * XXII
ALD2394	55372695C	6548/2	27/06/2010	229
AMQ3594	55373183C	6599/2	01/08/2010	230 * V
AMQ3594	55373184C	5045/0	01/08/2010	162 * V
AOL0635	55373441C	6920/0	08/07/2010	233
AVY9009	55374260C	6548/2	15/08/2010	229
CEF0947	55373667C	5185/1	21/07/2010	167
CME0359	55373095C	5835/0	14/07/2010	195
CME0359	55373096C	6076/0	14/07/2010	210
CME0359	55373097C	5215/1	14/07/2010	170
CME0359	55373099C	5045/0	14/07/2010	162 * V
CME0359	55373100C	6912/0	14/07/2010	232
DEF1476	55372978C	5185/1	11/06/2010	167
DIR9966	55372093C	6920/0	10/08/2010	233

DSL2095	55372200C	6920/0	10/06/2010	233
HXP4618	55959783B	5010/0	14/08/2010	162 * I
HZF7204	55374041C	5185/2	28/08/2010	167
IBG7441	55373417C	6920/0	23/06/2010	233
IJU8056	55372276C	5274/3	31/07/2010	175
IJU8056	55373600C	5274/1	31/07/2010	175
JPH3471	55374039C	6548/2	27/08/2010	229
JVY9726	55372926C	5185/1	16/06/2010	167
JXZ9648	55372893C	5185/1	10/06/2010	167
KIF7001	55373404C	6920/0	23/06/2010	233
KRC1931	55959513B	6599/2	24/08/2010	230 * V
LNL2816	55373402C	5568/0	22/06/2010	181 * XIX
LWS2441	55372687C	6548/2	26/06/2010	229
LWZ0432	55371423C	5614/4	21/06/2010	182 * V
LWZ1249	55371826C	5169/1	20/08/2010	165
LWZ1249	55371827C	5274/1	20/08/2010	175
LWZ8230	55372090C	6920/0	10/08/2010	233
LXD6964	55373553C	5010/0	22/06/2010	162 * I
LXD6964	55373555C	6912/0	22/06/2010	232
LXD6964	55373556C	5061/0	22/06/2010	163 c/c 162 * I
LXG5243	55373207C	5568/0	18/07/2010	181 * XIX
LXG5243	55373995C	5185/1	28/08/2010	167
LXG5243	55373995C	5185/2	28/08/2010	167
LXK8962	55959787B	6726/1	20/08/2010	230 * XVIII
LYA9215	55372274C	5010/0	16/07/2010	162 * I
LYA9215	55372275C	6637/2	16/07/2010	230 * IX
LYH8071	55372945C	6599/2	17/06/2010	230 * V
LYH8071	55372945C	6912/0	17/06/2010	232
LYP9559	55371821C	5029/1	07/08/2010	162 * II
LYX1743	55373697C	5185/1	21/08/2010	167
MAA0927	55370850C	6920/0	24/08/2010	233
MAH6845	55371815C	5185/1	26/07/2010	167
MAL7590	55374013C	5010/0	06/08/2010	162 * I
MAX8476	55372194C	6920/0	10/06/2010	233
MBN7548	55371824C	5738/0	07/08/2010	186 * II
MBW7240	55372518C	7374/0	02/08/2010	253
MBX8151	55374356C	5010/0	27/08/2010	162 * I

MBX8151	55374357C	6599/2	27/08/2010	230 * V
MCC5028	55372975C	5010/0	10/06/2010	162 * I
MCC7929	55374017C	5010/0	11/08/2010	162 * I
MCK0207	55373412C	6920/0	23/06/2010	233
MCN1749	55372265C	6653/1	15/06/2010	230 * XI
MCR6126	55373980C	5541/1	18/08/2010	181 * XVII
MCS0779	55372728C	6599/2	08/09/2010	230 * V
MCV6218	55373871C	5738/0	11/08/2010	186 * II
MCX4925	55373067C	6637/2	18/06/2010	230 * IX
MCX6791	55372836C	6920/0	24/08/2010	233
MDF7349	55373015C	5738/0	12/07/2010	186 * II
MDL5445	55374008C	5185/1	05/08/2010	167
MDP0293	55373275C	6599/2	25/07/2010	230 * V
MDP0293	55373276C	5010/0	25/07/2010	162 * I
MDP8234	55372667C	5568/0	23/06/2010	181 * XIX
MDS1844	55373281C	6602/0	30/07/2010	230 * VI
MDS1844	55373282C	5835/0	30/07/2010	195
MDS1844	55373283C	7064/0	30/07/2010	244 * IV
MDS1844	55373284C	6637/2	30/07/2010	230 * IX
MDV3011	55373968C	5541/1	17/08/2010	181 * XVII
MDW1333	55374014C	6599/2	09/08/2010	230 * V
MDW5394	55373425C	5568/0	23/06/2010	181 * XIX
MDX2560	55374255C	5185/2	14/08/2010	167
MDY9998	55374113C	6599/2	17/08/2010	230 * V
MEA5807	55374015C	5010/0	11/08/2010	162 * I
MEB4917	55372935C	5010/0	16/06/2010	162 * I
MEH2096	55370547C	5541/1	14/06/2010	181 * XVII
MEK5039	55372829C	6920/0	24/08/2010	233
MEK9933	55372266C	6599/2	18/06/2010	230 * V
MEO7912	55372946C	5819/7	17/06/2010	193
MEO7912	55372946C	6653/1	17/06/2010	230 * XI
MEP3519	55372671C	5010/0	25/06/2010	162 * I
MEP3519	55372672C	6912/0	25/06/2010	232
MEP3519	55372673C	6599/2	25/06/2010	230 * V
MES4766	55372928C	5185/1	16/06/2010	167
MET5612	55374105C	6599/2	13/08/2010	230 * V
MET5612	55374106C	5010/0	13/08/2010	162 * I

MET5612	55374107C	6912/0	13/08/2010	232
MEU3459	55372832C	6920/0	24/08/2010	233
MEV7438	55374132C	5010/0	14/09/2010	162 * I
MFC4552	55374063C	5452/1	13/09/2010	181 * VIII
MFF4112	55373197C	5010/0	05/08/2010	162 * I
MFK6338	55373462C	6653/1	19/06/2010	230 * XI
MFL4953	55948903C	5010/0	22/08/2010	162 * I
MFW3033	55948423C	6920/0	10/09/2010	233
MGA1912	55371420C	5819/2	19/06/2010	193
MGC6960	55373001C	5185/1	21/06/2010	167
MGE5315	55372511C	5010/0	31/07/2010	162 * I
MGF1351	55372774C	6920/0	10/06/2010	233
MGG0209	55373978C	5541/6	18/08/2010	181 * XVII
MGH5807	55370546C	7366/2	14/06/2010	252 * VI
MGM7729	55374256C	5185/1	14/08/2010	167
MGS8901	55373988C	5738/0	18/08/2010	186 * II
MGS8901	55373989C	5010/0	18/08/2010	162 * I
MGU6307	55372523C	5010/0	12/08/2010	162 * I
MGU6307	55372525C	5061/0	12/08/2010	163 c/c 162 * I
MGU6307	55372526C	5452/1	12/08/2010	181 * VIII
MGX5815	55959505B	6599/2	23/08/2010	230 * V
MGZ8010	55373487C	5738/0	25/08/2010	186 * II
MHF8877	55372924C	5185/1	16/06/2010	167
MHG3012	55373892C	6610/2	09/09/2010	230 * VII
MHG3012	55373893C	6670/0	09/09/2010	230 * XIII
MHG6714	55373267C	5010/0	22/07/2010	162 * I
MHG6714	55373268C	5061/0	22/07/2010	163 c/c 162 * I
MHH6316	55371831C	5010/0	08/09/2010	162 * I
MHL2435	55374064C	6599/2	13/09/2010	230 * V
MHN5605	55371425C	5819/2	21/06/2010	193
MHO3767	55374052C	5010/0	13/08/2010	162 * I
MHO5415	55373820C	5010/0	21/08/2010	162 * I
MHO5415	55373822C	5061/0	21/08/2010	163 c/c 162 * I
MHO5415	55373823C	5835/0	21/08/2010	195
MHP3306	55374037C	5045/0	27/08/2010	162 * V
MHS0443	55374081C	5185/1	16/09/2010	167
MIE8584	55372938C	5010/0	17/06/2010	162 * I

MIF6045	55372278C	6610/2	01/08/2010	230 * VII
MIS5070	55373972C	6769/3	17/08/2010	230 * XXII
MIS5070	55373973C	7064/0	17/08/2010	244 * IV
MIS5070	55373974C	5967/0	17/08/2010	203 * V
MLB4500	55374166C	5010/0	16/09/2010	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 6 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.807 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.807 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art.1º) Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatórios e compras em geral realizados neste Município.

Art.2º) A Comissão será composta dos seguintes membros:

* DEISI ESTELA AMORIM - Diretora de Saúde, quando se tratar de serviços; consultas e compras de materiais e objetos para respectiva área de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* LUCIELLE KAROLYNE CUBAS - Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde, quando se tratar de materiais, ambulatoriais, medicamentos odontológicos e laboratoriais, materiais de limpeza e manutenção para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* KARINA TERESINHA MUEHLBAUER - Assistente Social, quando se tratar de serviços, compras de materiais e objetos para respectiva área do Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

* ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS - Chefe do Serviço de Transporte e Frota, da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Pública Municipal e inclusive os Fundos Municipais;

* ALÉRCIO LUIS CORDEIRO - Diretor de Planejamento, Transportes e Obras, quando se tratar de materiais e serviços em geral da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras;

* BRUNO SEEFELD - Engenheiro Civil, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos na área de obras em geral e de engenharia na respectiva área;

* MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração; quando se tratar de serviços e compras dos materiais e objetos para as Secretarias Municipais de Administração e Finanças;

* MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY - Chefe do Serviço de Transporte Escolar, Merenda e Manutenção das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria;

* ERNESTO LARSEN - Secretário Municipal de Cultura, Turismo,

Esporte e Lazer, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados para respectiva Secretaria;

* EDILSON PRUCKNESKI - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos para respectiva Secretaria Municipal;

* LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Agente Administrativo II, quando se tratar de aquisição de Bens Patrimoniais de toda a Administração Pública Municipal e inclusive dos Fundos Municipais.

* JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA - Chefe de Gabinete, quando se tratar de serviços e compras de materiais e objetos relacionados à respectiva área.

* MAGALI ENGEL - Coordenadora da Casa da Cidadania, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Casa da Cidadania do Município de Campo Alegre/SC;

* ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ - Sargento Responsável pelo 3º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar em Campo Alegre/SC, quando se tratar de Bens Patrimoniais, Serviços (consertos), compras de materiais de toda a Administração do FUMREBOM - Fundo Municipal do Corpo de Bombeiros do Município de Campo Alegre/SC;

* CELSO MACHADO - Sargento responsável pelo Comando da Polícia Militar em Campo Alegre/SC, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Militar no Município de Campo Alegre/SC;

* SANDRO MARCELO POHL - Responsável pela Delegacia da Polícia Civil em Campo Alegre, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração da Polícia Civil no Município de Campo Alegre/SC;

* IVANIR NARLOCH - Presidente do Conselho Tutelar, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC;

* PETERSON ALUISIO KOHLER - Secretário Municipal de Saneamento Ambiental, quando se tratar de Bens Patrimoniais (consertos), compras de materiais de toda a Administração de Águas de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 7.537 de 08 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.811 de 12 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.811 DE 12 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso IX; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. IZABEL MARQUES, para exercer o Cargo Público na função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955261, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 4, Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.064,35 (um mil, sessenta e quatro reais, trinta e cinco centavos) mensais, pelo período de 12 de junho de 2013 a 12 de dezembro de 2013, para atender necessidades especiais no CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância".

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 013/2012, em 20º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 12 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.809 de 11 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.809 DE 11 DE JUNHO DE 2013

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ELEIÇÃO DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 72 Inciso 6º da Lei Municipal nº 2.537; Decreta:

Art.1º) Designar os Servidores Públicos Municipais para comporem como membros da Comissão Eleitoral, no Processo Eleitoral do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

- * LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH - Matrícula Funcional nº 000093;
- * MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY - Matrícula Funcional nº 000082;
- * LAIS MARION STEFFEN - Matrícula Funcional nº 000417.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 11 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.025 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.025 DE 10 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora JOELISE IENSEN, ocupante do cargo público Professor I, na função Professor Educação Infantil, Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000659, Registro no Sistema sob nº 955085, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 07 de junho de 2013 à 05 de agosto de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 07 de junho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.027 de 10 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.027 DE 10 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública, ocupante do cargo público e função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2011 a 01 de agosto de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 11 de junho

de 2013 á 15 de junho de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 2/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 2/2013

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de combustível (gasolina comum), para os veículos da Assistência Social, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor máximo fixado(R\$ unitário)	Valor Unitário	Valor Total
01	6.000	litros	Gasolina comum		2, 868		
VALOR GLOBAL							

- Critério julgamento: menor preço GLOBAL (Total Geral).

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 25/06/2013, às 10 HORAS, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 25/06/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre; Unidade: 92.01 - Manutenção da Atividades de Sociais; Função: 08 - Assistência Social; Subfunção: 244 - Assistência Comunitária; Programa: 0061 - Manut. Das Ativid. Administrativa da Assistência Social; Projeto: 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0104 - Recursos Ordinários.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br , no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 2/2013- Social" .

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 11 de junho de 2013.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Aditivo Contratual Nº 52/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº 52/2013

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Considerando a Requisição nº 0520, recebida da Secretaria Municipal de Educação, solicitando a implantação e fornecimento de licença de uso do sistema de Controle Educacional para a Escola Municipal de Educação Básica "Professora Marise Nenevê Cordeiro", localizada no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município; Considerando o contrato nº 53/2011 cujo objeto é prestação de serviços de implantação e fornecimento de licença de uso de sistema de Controle Educacional para Secretaria Municipal de Educação (8 unidades escolares, atualmente 6); Considerando que o acréscimo de 01 (uma) unidade escolar não ultrapassa o limite estabelecido na Lei de Licitação; Considerando ainda, o desconto concedido pela empresa contratada Betha Sistemas Ltda, para o item "Aluguel Sistema.Educação Módulo Escola" o valor do contrato (considerando todos os reajustes) é de R\$ 122,30, com o desconto, fica em R\$ 105,00 e o serviço de implantação, que no contrato é de R\$ 951,37, fica em R\$ 550,00, de acordo com a proposta da empresa.

RESOLVE,

Acrescer 01 (uma) unidade escolar ao contrato nº 53/2011 conforme segue:

SETIMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

O Município de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 53/2011, originado do processo licitatório nº 38/2011, modalidade Pregão.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, fica convencionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVO para adequação das necessidades da Secretaria Municipal de Educação - Acresce o serviço de locação mensal e consequentemente de implantação do sistema para 01 unidade escolar: EMEB. "Professora Marise Nenevê Cordeiro", a partir de junho de 2013 (cobrança da locação).

Esta alteração se faz nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 53/2011 e alterações permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 17 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração interina
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Aditivo Contratual N° 53/2013.

ADITIVO CONTRATUAL N° 53/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO N° 009PL/2013 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato n° 67/2012 (originado do Processo Licitatório n° 81/2012, modalidade Tomada de Preços);

Considerando Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato n° 67/2012, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA SOLO ENGENHARIA LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N° 67/2012.

Cláusula Primeira - Da Prorrogação do prazo

O prazo de vigência do Contrato n° 67/2012 fica prorrogado até o dia 15 de julho de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 67/2012 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 16 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina
Contratante

SOLO ENGENHARIA LTDA ME

Contratada

Extrato de Contrato de Prestação de Serviços N° 55/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 55/2013

Objeto: disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA, descritos nos itens enumerados na Cláusula Quinta, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de Licitação n° 65/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito; Unidade: 02.01 - Chefia de Gabinete; Função: 4 - Administração; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa - 0003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania; Projeto: 2.101 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (código reduzido 13). Vigência: 24/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 2.459,40 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 65/2013- Base Legal: Lei n° 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Extrato de Contrato N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 5/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a concessão da licença de uso do SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIARIA de propriedade da CONTRATADA, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente denominado SISTEMA.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39..99.00.00.00 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES - PESSOA JURÍDICA

Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo de Dispensa de Licitação n° 3/2013 -

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Diretora Executiva

IPRECAL

Extrato de Contrato N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 5/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a concessão da licença de uso do SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIARIA de propriedade da CONTRATADA, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente denominado SISTEMA.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39..99.00.00.00 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES - PESSOA JURÍDICA

Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo de Dispensa de Licitação n° 3/2013 -

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Diretora Executiva

IPRECAL

Extrato de Contrato N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 5/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a concessão da licença de uso do SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIARIA de propriedade da CONTRATADA, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente denominado SISTEMA.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39..99.00.00.00 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES - PESSOA JURÍDICA

Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo de Dispensa de Licitação n° 3/2013 -

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Diretora Executiva

IPRECAL

Extrato de Contrato N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 5/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a concessão da licença de uso do SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIARIA de propriedade da CONTRATADA, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente denominado SISTEMA.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39..99.00.00.00 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES - PESSOA JURÍDICA

Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo de Dispensa de Licitação nº 3/2013 -

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Diretora Executiva

IPRECAL

Extrato de Contrato N° 5/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 5/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a concessão da licença de uso do SISTEMA DE GESTÃO PREVIDENCIARIA de propriedade da CONTRATADA, doravante, para efeito deste contrato, simplesmente denominado SISTEMA.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39..99.00.00.00 - MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES - PESSOA JURÍDICA

Vigência: 01/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)

Contratado: DATA A TECNOLOGIA LTDA

Processo de Dispensa de Licitação nº 3/2013 -

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Diretora Executiva

IPRECAL

Extrato de Contrato N° 57/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 57/2013

Objeto: a contratação de profissional para a prestação de serviços de assessoria técnica ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, deste Município, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação nº 66/2013.

Dotação Orçamentária: 13.01.3.3.90.36.00.00.00.00.0766 (296) - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Serviço de Saneamento Ambiental - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Vigência: 03/06/2013 a 05/09/2013.

Do valor total: R\$ 7.899,90 (sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Processo de Inexigibilidade de licitação nº 66/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Extrato de Contrato N° 58/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 58/2013

Objeto: prestar á CONTRATANTE, assessoria técnica para orientação na elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação nº 68/2013.

Dotação Orçamentária: - 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica, Secretaria Municipal de Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Vigência: 03/06/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa reais).

Processo de Inexigibilidade de licitação nº 68/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Extrato de Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Ater N° 54/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER N° 54/2013

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação nº 63/2013.

- Código Reduzido: 143; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão Rural; Programa: 28 - Agregação de renda ao produtor Rural; Atividade: 2.127 - Manutenção de Apoio à Agricultura Familiar; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 0136 - Recursos Ordinários.

Vigência: 24/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: de R\$ 28.460,00 (Vinte oito mil, quatrocentos e sessenta reais), Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Processo de Inexigibilidade de licitação nº 63/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Processo Seletivo Simplificado Edital N° 007/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 007/2013

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, conforme dispõe o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988 e Art. 300, inciso X da Lei Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, torna público para o conhecimento dos interessados que estão abertas às inscrições do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal em Caráter Temporário, no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

1- DO OBJETO

O objeto do presente Edital consiste no processo seletivo simplificado para contratação em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Administração de Campo Alegre/SC.

Nº VAGAS	CARGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	VENCIMENTO
01	Técnico em Processamento de Dados	Técnico em Processamento de Dados	40 horas semanais	Curso Técnico em Análise de Sistemas, Ciências da Computação ou Processamento de Dados.	R\$ 1.383,67 mais R\$ 130,00 de vale alimentação

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 12 a 18 de junho de 2013, na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, no seguinte endereço: Rua Cél Bueno Franco nº 292, Centro, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas.

2.2 - São condições de Inscrição:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Encontrar-se em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital;
- Possuir escolaridade ou habilitação correspondente aos níveis exigidos por Lei para o cargo.

2.3 - O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e anexar fotocópias dos seguintes documentos:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de pessoa física - CPF (fotocópia legível);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e ou guarda/ tutela;
- Comprovante de Quitação Eleitoral;
- Certificado Militar;
- Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- Documentos hábeis para a contagem de tempo de serviço, se houver, comprovando experiência profissional no nível/função para qual se inscreveu mediante fotocópia da Carteira de Trabalho ou Certidão expedida por Repartição Pública.

2.4 - A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato verificado a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo, sem prejuízo da adoção de medidas judiciais necessárias à responsabilização criminal do candidato.

2.5 - Uma vez efetuada e protocolada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração, e nem permitido anexar documentos.

2.6 - Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, específica para este Processo Seletivo constando à função para qual candidato deseja inscrever-se. O procurador deverá entregar além dos documentos do candidato exigidos no item 2.3, a fotocópia legível de sua cédula de identidade, bem como instrumento de procuração.

2.7 - As inscrições deferidas serão homologadas e publicadas na imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC. O candidato que tiver indeferido a inscrição terá 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação para recorrer da decisão, em recurso dirigido ao Prefeito Municipal, que o julgará em igual período, após parecer conclusivo da Comissão Organizadora.

3 - DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 - Os critérios de classificação do presente processo seletivo

será de Tempo de Serviço do candidato na área.

3.2 - Para a contagem de tempo de serviço será considerado como data limite, o dia 31 de maio de 2012.

3.3 - Para efeitos de classificação de Tempo de Serviço será atribuída a seguinte pontuação:

I - 0,05 (zero vírgula zero cinco) ponto por mês completo de serviço prestado, público ou particular, dentro da área para qual o candidato se inscreveu.

3.4 - No cálculo de pontuação por tempo de serviço, computar-se-á o mês de 30 dias, caso haja sobra de dias, somar-se-á a fração de 16 dias ou mais, como um mês.

3.5 - O resultado final será a maior pontuação por tempo de serviço na área.

3.6 - Para o caso de empate, entre candidato, após a classificação final, serão aplicados os critérios de preferência:

- mais idoso;
- maior número de filhos ou dependentes menores de 18 anos (conforme certidão dos mesmos anexos a ficha de inscrição).

3.7 - A lista do resultado final será divulgada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e publicado na imprensa, sendo a classificação final dos candidatos, feita em ordem crescente de pontos.

3.10 - O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal.

4 - DA JORNADA DE TRABALHO E DO REGIME EMPREGATÍCIO

4.1 - A jornada de trabalho do contratado para a função de Técnico em Processamento de Dados será de 40 horas semanais conforme necessidade da Administração.

4.2 - Os classificados no processo seletivo serão admitidos sob Regime Administrativo Especial (contrato temporário).

5 - DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

5.1 - Os classificados serão admitidos neste Processo obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo.

5.2 - A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal. A decisão sobre a admissão é de competência da Prefeitura, dentro do interesse e conveniência da mesma.

5.3 - Por ocasião da admissão, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade;
- Certidão de Nascimento;
- Certidão de Casamento;
- CPF/MF;
- Comprovante de regularidade de situação cadastral no CPF/MF;
- Título de Eleitor;
- Comprovante de votação ou Certidão de quitação de eleitoral;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante de Residência;
- Certificado de Reservista;
- Declaração de Dependentes;
- Declaração Imposto de Renda ou de isento;
- Certidão nascimento dos filhos;
- Carteira de Vacina filhos menores de 06 anos;
- Informar se possui filhos deficientes;

- p) Carteira de registro no órgão de fiscalização profissional, quando exigido para o cargo;
q) Certificado do nível de escolaridade;
r) Pis/Pasep;
s) Conta corrente no Banco Brasil;
t) Atestado Admissional;
u)-Em caso de acumulabilidade de cargo público apresentar declaração constando cargo, carga horária semanal e horário cumprido.
w)- Certidão negativa expedida pelo poder judiciário Cartório de distribuição de feitos civis e criminais da comarca de São Bento do sul, de não existir quaisquer procedimento sumaríssimo ou ordinário ou processo de execução promovido pela administração pública que desabone sua situação funcional.

5.4 - A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na eliminação do candidato do presente Edital e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da lei.

5.5 - O candidato que for classificado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu telefone e endereço atualizado junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não seja localizado por alteração de telefone ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente.

6 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento correto de sua ficha de inscrição e também o anexo de seus documentos conforme item 2.3 deste Edital.

6.2 - Este Edital tem validade de um ano, podendo ser prorrogado se necessário por apenas mais um ano.

6.3 - Os casos omissos e situações não previstas neste Edital, serão analisados e deferidos pela Comissão Organizadora e Avaliadora deste Processo Seletivo.

Campo Alegre "SC", 11 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Cargo: Técnico em Nível Médio
Função: Técnico em Processamento de Dados

1. Estudar as características e planos da Administração Municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade;
2. Identificar a estrutura organizacional dos diversos órgãos ou unidades, efetuando contatos com os servidores que neles trabalham, para obter idéia do volume de dados e levantar o fluxograma dos sistemas atuais;
3. Desenvolver estudos sobre a viabilidade e custo da utilização de sistemas e aplicativos existentes no mercado ou de seu desenvolvimento, levantando, os recursos disponíveis e necessários. Para ser submetido a uma decisão;
4. Coordenar os processos de aquisição, atualização e treinamento em sistemas e aplicativos;
5. Examinar os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normatização, para determinar os planos e seqüências de elaboração de programas, bem como estabelecer os métodos e os procedimentos possíveis, para obter dados que se prestem ao tratamento em computador;
6. Preparar diagramas de fluxo e outras instruções referentes ao

sistema ou aplicativos, elaborando-os segundo linguagem apropriada, para orientar os programadores e outros servidores envolvidos na operação do computador;

7. Verificar o desempenho de sistema ou aplicativo proposto, realizando experiências práticas, para assegurar-se de sua eficiência e introduzir as modificações oportunas; Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições e o detalhamento das soluções, a codificação do problema, e eliminação de erros, para assegurar exatidão e rapidez dos diversos sistemas;

9. Orientar sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando e planejando a passagem do sistema antigo para o novo;

10. Implantar e administrar a operação de bancos de dados distribuídos, redes locais de computadores e acessos a redes remotas via internet;

11. Supervisionar e coordenar todas as unidades de processamento de dados dos órgãos Municipais;

12. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; outras atividades correlatas.

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO PESSOAL

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 007/2013

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____ CPF/MF _____

TÍTULO DE ELEITOR _____

ESTADO CIVIL _____ Nº DEPENDENTES _____

RUA: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____ ESTADO: _____ TEL: _____

FORMAÇÃO ESCOLAR: _____

Obs: Anexar cópia dos documentos exigidos no Edital de Processo Seletivo número 007/2013

DATA: _____ ASS: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL 007/2013

NÚMERO: _____ CARGO PRETENDIDO: _____

NOME: _____ RG: _____

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão 36/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de junho de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30m às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 13 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação TP 11/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2013

O Município de Campos Novos SC, através do Prefeito Municipal Nelson Cruz, torna público que fará realizar no dia 28 de junho de 2013 às 14h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de obra de reforma da creche do Bairro São Sebastião, conforme especificações do projeto básico. O Edital está amparado na Lei de Licitações nº 8666/93 e suas alterações posteriores e encontra-se a disposição no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura localizada na Rua Expedicionário 323, Centro, Campos Novos SC - Setor de Compras.

Campos Novos, 12 de junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 39/2013

MOÇÃO Nº 39/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes legais, a pedido do Vereador Adavilson Telles “Mancha”, manifesta integral e irrestrita parabenização a Miss Campos Novos

“SARAH CRISTINA NOHATTO”

Pela participação no Concurso “MISS SANTA CATARINA 2013”, evento este que realizou-se no último sábado, dia 1º de Junho na cidade de Itajaí/SC. Independente do resultado final, parabéns pela sua coragem, e por levar junto à sua beleza o nome do nosso Município.

Outrossim, desejamos pleno sucesso no decorrer de sua caminhada, e que esta participação sirva de estímulo para os próximos concursos que virão.

Sala das Sessões, em 04/06/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

Continuação Moção nº - 39/2013

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

NILTON ROBERTO DE OLIVEIRA

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMS 08/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 13/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 08/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/07/2013, às 14h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 04/07/2013. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do fundo.

Publicação do Edital de Pregão Presencial N° PMC 44/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 78/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/07/2013, às 14h05min, abertura de propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE BICOS INJETORES, BOMBA, SCANNER, TESTE DE BICOS E BOMBAS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES E ÔNIBUS, MOTORES DIESEL, MECÂNICOS E ELETRÔNICOS, DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 02/07/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMSC - Processo Licitatório N° 24/2013 - Pregão Presencial N° 11/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório N° 24/2013
Pregão Presencial N° 11/2013

OBJETO: Aquisição de itens para composição do Kit completo do Projeto Pequeno Capinzalense, desenvolvida pela Secretaria de Saúde, durante o ano de 2013, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 25/06/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 13 de Junho de 2013.
ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

FMSC - Processo Licitatório N° 25/2013 - Pregão Presencial N° 12/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório N° 25/2013
Pregão Presencial N° 12/2013

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços na área médica, nas unidades do Fundo Municipal de Saúde e Hospitais, durante o ano de 2013, recursos próprios e da atenção básica.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 26/06/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE N° (0XX49)3555-8719, FAX N° (0XX49)3555-8744

Capinzal, 13 de Junho de 2013.
ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN
Pregoeira

FMS Contrato 0061/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 0061/2013
Pregão Eletrônico N° 004/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 2.710,09

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0062/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 0062/2013
Pregão Eletrônico N° 0004/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal
CONTRATADA: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTD

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 2.718,85

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0063/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 0063/2013
Pregão Eletrônico N° 0004/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal
CONTRATADA: EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 228,45

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0064/2013

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 0064/2013
Pregão Eletrônico N° 0004/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal
CONTRATADA: PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRO

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 1.648,93

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0065/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 0065/2013

Pregão Eletrônico N° 0004/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 885,12

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0066/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 0066/2013

Pregão Eletrônico N° 0004/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICO

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 1.444,99

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Contrato 0067/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 0067/2013

Pregão Eletrônico N° 0004/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0022/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: VANUSA DIAS EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de material odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde, nas atividades do Setor de Odontologia, no ano de 2013, recursos próprios e da atenção Básica.

VALOR R\$: 20.201,39

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

FMS Termo Aditivo 001/2013

Termo Aditivo TA 01-13/52-13

Processo Licitatório N° 0015/2013

Pregão Presencial N° 006/2013

CONTRATO 0052/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e comprovados, na ordem de 5,06% (cinco vírgula zero seis pontos percentuais), conforme documentos em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

PMC Termo Aditivo 001/2013

TERMO ADITIVO 001/2013

Processo Licitatório N° 0056/2013

Pregão Presencial N° 0026/2013

CONTRATO 0125/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e comprovados, na ordem de 5,06% (cinco vírgula zero seis pontos percentuais), conforme documentos em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 11/06/2013 ate 31/12/2013

Catanduvas

PREFEITURA

Lei N° 2.401 de 10 de Junho de 2013

LEI N° 2.401 de 10 de junho de 2013

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL"

GISAAPARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, no Orçamento vigente, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na seguinte Unidade Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal
FUNÇÃO	01	Legislativa
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa
PROGRAMA	0001	Processo Legislativo
PROJ. ATIV.	2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal
33000000	Outras Despesas Correntes	
33930000	Aplicações Diretas	R\$2.000,00

Art. 2º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal
FUNÇÃO	01	Legislativa
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa
PROGRAMA	0001	Processo Legislativo
PROJ. ATIV.	2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal
33000000	Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	R\$2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 10 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

Extrato de Termo de Rescisão ao Contrato PMC Nº 0171/2011

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC Nº 0171/2011
Tomada de Preço nº 0005/2011 (Processo Licitatório nº 0101/2011)

OBJETO: TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE ENSINO INFANTIL - PROJETO PADRÃO FNDE/MEC, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, VISANDO O ATENDIMENTO DO CONVÊNIO CELEBRADO COM O GOVERNO FEDERAL, ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.
Contratado (a): CONE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto na cláusula 8ª e 10ª do contrato firmado entre as partes, datado de 19 de dezembro de 2011;
CONSIDERANDO a verificação de impossibilidade da CONE CONSTRUÇÕES LTDA em cumprir com o objeto do contrato e demais condições de execução; e finalmente,
CONSIDERANDO o interesse público municipal bem como os da Administração Municipal na busca da melhor solução da questão, visando proporcionar condições para a conclusão da obra, disponibilizando o quanto antes o prédio à utilização dos cidadãos catanduvenses que durante muito tempo esperam pela abertura da creche

RESOLVEM:

CLÁUSULA I - RESCINDIR AMIGAVELMENTE O CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº PMC 0171/2011, firmado em 19 de dezembro de 2011, conforme Processo Licitatório nº 0101/2011 na modalidade de Tomada de Preço nº 0005/2011, bem como os termos aditivos assinados em 02 de julho de 2011 e 02 de janeiro de 2012, nos termos previstos na cláusula 9ª do contrato principal.

CLÁUSULA II - Não caberá à CONTRATADA qualquer valor indenizatório referente a esta rescisão contratual.

CLÁUSULA III - Terá direito, entretanto, a CONTRATADA, ao recebimento do valor remanescente, tão somente até o limite da realização da obra, cuja medição será efetuada na presente data, mediante termo próprio, cujo instrumento fará parte do presente Termo de Rescisão, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA IV - A presente medida é justificada pela constatação de impossibilidade de execução do contrato pela empresa CONE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, atestada pelo Município pelo constante atraso das obras; pela suspensão de entrega de materiais pelos fornecedores da CONE; e pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA V - Diante das circunstâncias acima explanadas, notadamente a disposição da empresa em firmar o presente acordo, qual vem atender imediatamente aos máximos interesses públicos municipais, pois com a assinatura do presente instrumento passará a ter a oportunidade de contratar nova empresa para finalizar a obra, a empresa CONE será isentada da aplicação de penalidade administrativa previstas no instrumento licitatório, do contrato firmado e das disposições legais constantes da Lei Federal 8.666, de

21 de junho de 1993.

CLÁUSULA III - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal nos arts. 78, I, II e III e 79, II, ambos da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, assinam a presente Rescisão em quatro (4) vias de igual teor e forma, na presença de duas (2) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas-SC, 3 de junho de 2013.
Contrato Originário: 19 de dezembro de 2011
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 215 de 12.06.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 215/2013

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art.1º Retificar o art. 1º da Portaria nº. 212/2013 de 11.06.2013, do Servidor Público GILVANI FARIAS, com a seguinte alteração: onde se lê: a contar de 16.05.2013 a 21.06.13, leia-se: a contar de 21.05.2013 a 11.06.2013.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 12 de junho de 2013.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Ata

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos onze dias do mês de junho do ano de 2013, às 14h:10min, na sala das sessões da câmara municipal, havendo necessidade realizou-se a escolha do Presidente da comissão, que por aclamação, restou eleito o vereador Sr. Alcides Francisco Montibeller. Nada mais havendo a tratar, o presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 5/2013 - Cdl

CAMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS DE CONCORDIA - CDL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 5/2013 - CDL

Objeto: seleção de empresa para instalação e operação de brinquedos mecânicos, de diversas faixas etárias, no Parque Municipal de Exposições Atílio Fontana, durante a realização da Expo Concórdia 2013, de 20 a 29 de julho de 2013, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência constantes do Anexo "C" deste Edital.

Tipo: MAIOR OFERTA GLOBAL

Recebimento das propostas: até as 13:45h do dia 26/06/2013.

Abertura: dia 26/06/2013, às 14h00min.

Informações complementares: O edital em inteiro teor e anexos, encontram-se disponíveis na Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, situada Rua Anita Garibaldi, 104, nesta cidade. Os mesmos podem ser solicitados através do telefone (49) 3441-2160 ou e-mail: rutineia.rossi@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 12 de junho de 2013.

RUTINEIA ROSSI

Coordenadora de Licitações da EXPO 2013

Errata do Contrato 37/2013 - PMC - de 11 de Janeiro de 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO CONTRATO 37/2013 - PMC

DE 11 DE JANEIRO DE 2013

No Contrato 37/2013 - PMC, assinado em 11 de janeiro de 2013, firmado entre o Município de Concórdia e a empresa Reunidas S/A Transportes Coletivos, na folha de nº 2, CLÁUSULA QUARTA, item 4.1, onde lê-se:

Linha	Qtidade	Valor da Tarifa
TRANSPORTE DE IDOSOS: PLANALTO/ CONCÓRDIA/PLANALTO	1.704	2,68

leia-se:

Linha	Qtidade	Valor da Tarifa
TRANSPORTE DE IDOSOS: PLANALTO/ CONCÓRDIA/PLANALTO	1.704	2,48

Concórdia, SC, 12 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração.

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação N° 24/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 24/2013 - PMC

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Margarete Poletto Dalla Costa, Diretora de Habitação, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº

8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 11 de junho de 2013, para aquisição de passes visando atender o Projeto do Trabalho Técnico Social, com as Famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida, Loteamento Frei Lency II, residente no Município, a favor da empresa: HODIERN TRANSPORTES LTDA - EPP, no valor total estimado de R\$ 6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais).

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1027/2013 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar

LEI Nº 1027/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio

Modalidade de Aplicação: 339000 - 16

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 44.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art.1º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.041 - Manutenção do Transporte escolar da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 25

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 44.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.162,78 (cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.041 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 26

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 5.162,78

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 5.162,78

Art.5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 23.272,00 (vinte e três mil, duzentos e setenta e dois reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio
Modalidade de Aplicação: 339000 - 14
Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 23.272,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 5º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 23.272,00.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 339000 - 80
Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Art. 8º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 7º serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas
Modalidade de Aplicação: 337100 - 84
Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 3.000,00

Art. 10º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 9º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 11º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município
Modalidade de Aplicação: 337100 - 3
Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 11.500,00

Art. 12º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 11º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei 1028/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Inseminação Artificial

Lei Nº 1028 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Programa de Inseminação Artificial em bovinos, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei 1029/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Distribuição de Sementes de Hortaliças

Lei Nº 1029 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o Programa de Distribuição de sementes de hortaliças, a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1030/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Controle a Formiga

Lei N° 1030 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o "Programa de Controle a Formiga", a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei 1031/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Destoque e Estrada de Roça

Lei N°1031 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o "Programa de Destoque e Estrada de Roça", a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1032/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Controle Sanitário Na Pecuária Leiteira

Lei N° 1032 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o "Programa de Controle Sanitário na Pecuária Leiteira", a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1033/2013 - Aprova Programa Secretaria Agricultura - Fonte Protegida

Lei N° 1033 /2013

"APROVA PROGRAMA MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aprovado o "Programa de Fonte Protegida", a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º - Os casos omissos não previstos no Programa constante no anexo que integra o presente serão regulamentados por Decreto do Executivo.

Art. 3º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios nos exercícios de 2013 a 2016.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Complementar 95/2013 - Institui Preço Público Prestação de Serviços Diversos

LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/2013

"INSTITUI PREÇO PÚBLICO A SER COBRANDO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituído o Preço Público, que tem caráter de não compulsoriedade, a ser cobrado pela municipalidade pela prestação de serviços de máquinas, veículos e equipamentos de sua propriedade, em propriedades particulares, com valores fixados no anexo único e parâmetros definidos nesta Lei Complementar.

Art. 2º - A prestação de serviço, será precedida de solicitação do proprietário, pessoa física ou jurídica, mediante assinatura de documento disponibilizado pela Secretaria de Administração e Fazenda do município.

Art. 3º. Os valores individualizados, da prestação de serviço, por máquinas, veículos e equipamentos, são fixados baseando-se nos custos operacionais dos bens utilizados, por hora de efetivo serviço.

Parágrafo único - Os valores de que trata o "caput" deste artigo, poderão ser revistos por Decreto do Chefe do Executivo Municipal, na hipótese de sobrevirem fatores que alterem a composição dos custos hora/ máquina ou quando houver decretação de estado de emergência ou calamidade pública no Município, e serão corrigidos anualmente pelo INPC ou outro índice que o venha substituir.

Art. 4º. Será de (60) sessenta dias, contados da data execução dos serviços, o prazo para pagamento das horas trabalhadas efetivamente, cujo o preço será aquele que estiver em vigor na data do recolhimento aos cofres municipais.

Parágrafo único - O não pagamento da hora de serviço prestado importará na imediata suspensão de qualquer incentivo percebido, pagamento integral da hora trabalhada, impedimento para a prestação de novos serviços ao interessado devedor, até que quite seu débito, notificação administrativa, e, cobrança judicial, em valores acrescidos de juros, correção monetária e demais encargos legais.

Art. 5º. A prestação de serviços pelo Município será executada na ordem das Requisições, respeitando-se o cronograma de atendimento regionalizado, elaborado conjuntamente pelas Secretarias de Infraestrutura e de Agricultura, Indústria, Comércio.

§ 1.º Os serviços de interesse públicos terão prioridade sobre os particulares.

§ 2.º Excepcionalmente, os serviços poderão ser prestados fora do cronograma a que se refere o caput do artigo 4.º, nos casos de urgência, emergência e calamidade.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto, à título de incentivo econômico à implantação de novas empresas, ampliação das já existentes, à produção agrícola ou agropecuária, sobre os preços fixados pela presente Lei Complementar de acordo com o que segue:

a) Para as empresas urbanas e rurais:

Nos termos previstos na Lei nº. 215/97, que dispõe sobre Normas referentes à política de incentivos fiscais e estímulos materiais para a expansão de empreendimentos, após Resolução baixada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, que fixará as condições e o percentual a serem concedidos.

b) Para os proprietários rurais, até 75% (setenta e cinco por cento) do valor do serviço prestado, desde que atendam os seguintes requisitos, sendo que cada requisito corresponderá a 15% (quinze

por cento):

I - Tenha efetuado e realize periodicamente, a roçada nas margens das estradas municipais que divisam com sua propriedade e colabore na abertura de valas e bueiros para escoamento das águas pluviais ;

II - apresente notas de produtor rural e que nelas estejam contempladas todas as transações agropecuárias da sua propriedade;

III - tenha proteção natural, de no mínimo cinco metros, nas margens dos córregos e rios que cruzam sua propriedade;

IV- tenha os mananciais de água e fontes protegidas, ou tenha cisternas para armazenamento de água da chuva, nos termos da orientação realizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente;

V - mantenham as crianças de 04 a 17 anos na escola.

Parágrafo único - A comprovação do cumprimento dos requisitos será feita por servidor público acompanhado pelo proprietário, em documento próprio, assinado por ambos, no mínimo uma vez ao ano.

c) Para os proprietários de imóveis situados no perímetro urbano, até 75% (setenta e cinco por cento) de desconto do valor do serviço prestado, desde que atendam os seguintes requisitos, sendo que cada requisito corresponderá a 15% (quinze por cento):

I- Tenha passeio público edificado em toda a extensão do imóvel;

II- mantenha crianças de 04 a 17 anos na escola;

III- tenha cisterna ou outra forma similar para captação e armazenamento da água da chuva;

IV- faça a separação seletiva do lixo.

V- participe nos programas disponibilizados pela administração municipal, nas áreas social, da saúde, de esportes e da agricultura.

Parágrafo único - A comprovação do cumprimento dos requisitos será feita por servidor público acompanhado pelo proprietário, em documento próprio, assinado por ambos, no mínimo uma vez ao ano.

Art. 7º - A abertura, manutenção e conservação das estradas de acesso às propriedades rurais são consideradas de interesse público, não estando sujeitas ao pagamento do preço previsto nesta lei Complementar.

Art. 8º - Os serviços de terraplenagem para construção de aviários e pocilgas terão incentivos especiais, com o objetivo de evitar a evasão dos agricultores, sendo:

a) Terraplenagem de aviário, terá a cada 50 (cinquenta) metros de comprimento, até vinte horas de incentivo, benefício incidente sobre o total do preço dos serviços prestados;

b) Terraplenagem de pocilgas, terá a cada 50 (cinquenta) metros de comprimento, até vinte horas de incentivo, benefício incidente sobre o total do preço dos serviços prestados.

Parágrafo único - os serviços de terraplenagem constantes das alíneas deste artigo 8º que excederem a quantidade de horas incentivadas, serão cobrados conforme disposto na alínea "b" do artigo 6º desta Lei Complementar.

Art. 9º. As terraplenagens para casas no perímetro urbano e rural, serão cobradas observando-se os critérios do Art. 6º.

Art. 10º. Todo produtor rural poderá receber até 5 (cinco) horas de serviços de destoque, com 100% (cem) por cento de incentivo dentro dos Programas da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 11º. Os serviços de instalação de rede para distribuição de água na área rural, são considerados de interesse público, podendo receber subsídio de até 100% (cem por cento), de acordo com avaliação dos Departamentos de Agricultura, Assistência Social e dos Conselhos dessas duas áreas, em parecer conjunto.

Art. 12º. As associações de agricultores que mantêm convênio com o município deverão seguir integralmente as disposições

desta Lei Complementar, especialmente no tocante a prática dos preços e incentivos.

Art. 13º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares nº. 43/2005 e nº 87/2011.

Cordilheira Alta, SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO ÚNICO À LEI COMPLEMENTAR Nº.95/2013

Preço público pela Prestação de Serviços diversos com máquinas, veículos e equipamentos da Municipalidade

Item	Máquina/Equipamento por hora em R\$	Valor
01	Trator sobre esteiras D41-E	R\$185,00
02	Trator sobre Pneus	R\$ 60,00
03	Retroescavadeira	R\$ 90,00
04	Motoniveladora	R\$160,00
05	Pá carregadeira	R\$120,00
06	Rolo Compactor	R\$ 90,00
07	Caminhão simples	R\$ 60,00
08	Caminhão truck	R\$ 90,00
09	Empréstimo de equipamentos sem uso do trator - preço público fixado por dia de empréstimo	R\$ 20,00

Cordilheira Alta, SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N. 435/2013

DECRETO Nº 435/2013, DE 10 DE JUNHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1027/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio
Modalidade de Aplicação: 339000 - 16
Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 44.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art.1º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.041 - Manutenção do Transporte escolar da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: 339000 - 25
Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - R\$ 44.000,00

Art. 3º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.162,78 (cinco mil, cento e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.041 - Manutenção do Transporte Escolar da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 26

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 5.162,78

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 5.162,78

Art.5º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar no valor de R\$ 23.272,00 (vinte e três mil, duzentos e setenta e dois reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.362.2506.2.015 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Médio

Modalidade de Aplicação: 339000 - 14

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 23.272,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 5º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios do Estado.

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de Convênios - R\$ 23.272,00.

Art. 7º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 339000 - 80

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Art. 8º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 7º serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 100.000,00

Art. 9º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 - Parcerias com Entidades Municipalistas

Modalidade de Aplicação: 337100 - 84

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 3.000,00

Art. 10º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 9º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 11º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município

Modalidade de Aplicação: 337100 - 3

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 11.500,00

Art. 12º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 11º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 15/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Precensial N° 13/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE RÁDIO QUE OPEREM EM AMPLITUDE MODULADA (AM) COM ABRANGÊNCIA LOCAL, PARA VEICULAÇÃO DE AVISOS, ATOS OFICIAIS, PROGRAMAS SENDO ESTES PRODUZIDOS PELA ASSESSORIA DE IMPRENSA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Tipo: Menor Valor /Item

Entrega dos envelope: até as 09:00 h do dia 24/06/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 24/06/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 10 de Junho de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Decreto N° 599/13

DECRETO N° 599/13

AUTORIZA A INTERDIÇÃO PARCIAL DA RUA PADRE VICENTE, PARA A REALIZAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO PARA O PASSEIO CICLÍSTICO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal n° 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

CONSIDERANDO que, no dia 23 de junho de 2013, das 07h30 às 09h30, realizar-se-á uma Concentração do Passeio Ciclístico de Corupá.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a interdição parcial do trânsito de veículos, em frente ao imóvel n° 443, localizado na Rua Padre Vicente, no dia 23 de junho de 2013, das 07h30 às 09h30, para a realização de uma Concentração do Passeio Ciclístico de Corupá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 10 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei n° 1.891 de 10 de Março de 2009.

Ata da Reunião da Comissão Responsável Pela Realização do Processo Seletivo de N° 003/13

Ata da reunião da comissão responsável pela realização do Processo Seletivo de N° 003/13

Aos três dias do mês de junho de dois mil e treze, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, os membros da comissão responsável pela realização do Processo Seletivo de N° 003/13, de servidores a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2013.

A comissão formada por Danieli Hannemann Berner, Darci Rutsatz e Jean Marcel Bertoldi Diel, revisou a divulgação de classificação dos candidatos inscritos no cargo de Odontólogo, com carga horária de 20 horas. A candidata Roberta Djavana de Souza, entrou com recurso, solicitando a inclusão da somatória das horas de curso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do qual participou no período de agosto de 2006 a julho de 2008, somando 1.840 horas, que não tinham sido computadas na classificação.

Após análise e revisão das horas, a comissão julgou procedente o recurso e segue a nova classificação. Além deste caso, foi revisada a classificação dos candidatos Dnyelson Souza Silva e Nayara Luize Vieira, que também tinham horas de curso a mais.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata, que será assinada pelos membros da comissão.

DANIELI HANNEMANN BERNER

DARCI RUTSATZ

JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL

Edital de Revisão de Processo Seletivo Act N° 003/13

Corupá, 03 de junho de 2013

EDITAL DE REVISÃO DE PROCESSO SELETIVO ACT N° 003/13

O Município de Corupá (SC), por intermédio da Comissão Responsável pela realização do Processo Seletivo de N° 003/13, de servidores a serem contratados por tempo determinado para o ano letivo de 2013, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital n° 003/13, resolve:

1.0- TORNAR PÚBLICO

1.1- A revisão da divulgação da classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo N° 003/2013, no cargo de Odontólogo 5.2 - carga horária de 20h, após análise de recurso da candidata Roberta Djavana de Souza, que solicita a somatória das horas de curso do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, do qual participou no período de agosto de 2006 a julho de 2008,

somando 1.840 horas. Além deste caso, foi revisada a classificação dos candidatos Dnyelson Souza Silva e Nayara Luize Vieira, que também tinham horas de curso referentes a esse programa. A comissão julgou procedente o recurso e segue a nova classificação, após revisão.

Cargo: Odontólogo 5,2 (carga horária de 20 horas): 10			
Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Pontuação dos Títulos
01	46	Ana Paula Merchiori	3.447
02	11	Roberta Djavana de Souza	2.865
03	37	Dnyelson Souza Silva	1.978
04	21	Ivana Luiza Bredt	1.920
05	83	Mirela dos Santos de Lima	1.501
06	52	Nayara Luize Vieira	846
07	09	Eduardo Fernandes Walter	350
08	34	Jaqueline Cecato Penteado	179
09	01	Sonalle Nascimento Pessoa	-----
10	43	Ana Paula Schlickmann	-----

A lista de revisão da classificação será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

BERNADETE CORRÊA HILLBRECHT
Secretária Municipal de Saúde

Ermo

PREFEITURA

Lei N° 318, de 12 de Junho de 2013.

LEI N° 318, de 12 de junho de 2013.

Institui os preços públicos a serem cobrados pela remuneração da Prestação de Serviços Particulares de Interesse do Município e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Pelos Serviços Particulares de Interesse do Município que o Poder Executivo prestar à particulares serão cobrados os seguintes valores em Unidade Fiscal do Município - UFM por hora de utilização:

- I - 0,25 UFM pelo trator de pneu;
- II - 0,25 UFM pelo retro-escavadeira;
- III - 0,30 UFM pela escavadeira hidráulica;
- IV - 0,25 UFM pela carregadeira;
- V - 0,25 UFM pelo caminhão caçamba.

§ 1º - O pagamento ao município será prévio à prestação dos serviços, devendo o particular para tanto orçar corretamente a quantidade de horas necessárias e quitá-las.

§ 2º - O pagamento será feito mediante recolhimento bancário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de junho de 2013
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público N°. 20/FMS/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 20/FMS/2013

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas na especialidade de urologia. Tal assistência deverá atender a população do município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sítio a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 14/06/2013 a 30/11/2013.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 12 de junho de 2013.
KEND BERNARDO TROMBIN RAMPINELLI
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato PMF N°. 117/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 117/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LIGA ATLÉTICA DA REGIÃO MINEIRA

OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Contratual a prestação de serviços de arbitragem de atividades esportivas da CME do município de Forquilha, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 63.180,00 (sessenta e três mil cento e oitenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0803.2022.3390 (123).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 69/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 24 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N°. 126/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 126/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso nº. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.480,70 (um mil quatrocentos e oitenta reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210

(duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 68/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N°. 134/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 134/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário escolar, através de empresas do ramo pertinente, em atendimento às Escolas da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO - 0501.2014.4490 (48).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 76/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 04 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 30/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 30/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N°. 68/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 68/PMF/2013 o valor de R\$ 1.136,20 (hum mil cento e trinta e seis reais e vinte centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo aos seguintes itens do pregão 40 /PMF/2013:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
07	75	KG	Biscoito de chocolate	Racine	5,98	448,50
08	25	KG	Biscoito de maisena	Racine	5,98	149,50
09	90	KG	Biscoito salgado	Racine	5,98	538,20

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24/05/2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria N.º 1.623/2013

PORTARIA N.º 1.623, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 09 de abril de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0808/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DEJANIRA MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.684.779-43, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de junho de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1624/2013

PORTARIA N° 1.624, DE 12 DE JUNHO DE 2013.

Revoga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0809/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 1.621, de 11 de junho de 2013, que ampliou carga horária da servidora DIANA FATIMA RIBEIRO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 998.365.999-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, a partir de 12 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1627/2013

PORTARIA N° 1.627, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
Prorroga Designação de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a designação do servidor VALDECIR CARLOS CASAGRANDE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 460.876.809-34, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para prestar serviço junto ao Fórum da Comarca de Fraiburgo, por 40 horas semanais, a partir de 09 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1628/2013

PORTARIA N° 1.628, DE 12 DE JUNHO DE 2013.
Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOÃO JOSÉ GRANEMANN DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 216.439.209-44, nomeado no cargo de provimento efetivo de MÉDICO, Função Gratificada Nível 6, por estar desempenhando a função de Médico Autorizador perante o Sistema Único de Saúde - SUS, conforme portaria 808 de 31 de julho de 2009 e Deliberação da CIB nº 073/ CIB/09 e seu anexo 3, a partir de 10 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços N° 0005-2013 Dom

Aviso de Licitação - Tomada de preços nº 0005/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
TOMADA DE PREÇOS N° 0005/2013 - PMF

Objeto: Contratação de pessoa jurídica do ramo para prestação de serviços de manutenção e conservação do Terminal Rodoviário Municipal "Dorvalina Santos Andrade" bem como atendimento aos usuários do referido Terminal, localizado na Avenida Anita Garibaldi, nº 185, neste município de Fraiburgo-SC. Modalidade: Tomada

de Preços; Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 28.06.2013: Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial N° 0087 _2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial N° 0087/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de móveis, lavadora de roupas, câmeras, impressora e GPS, para uso da Secretaria de Agropecuária, Departamento de Cultura, Ortfrai e Procuradoria geral do Município. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 02.07.2013. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 12 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço N°41/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 41/2013
PMG

Ata nº. 41/2013; Processo nº. 112/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: DILNEI FRANCISCO DE LIMA EPP; LASCA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME. Valor: R\$86.830,00; Data da Assinatura: 13/06/2013.

Garuva

PREFEITURA

**Audiencia Publica
COMUNICADO**

Convidamos toda a comunidade Garuvense para participar da Audiência Pública, a fim de discutir, elaborar e aprovar a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014.
Data: 21 de junho de 2013 (sexta-feira), com início às 17horas, na Câmara Municipal de Vereadores.

Prefeitura Municipal de Garuva
Gaspar

Gaspar**PREFEITURA****Conselho Municipal de Assistência Social****Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social****PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANO 2013****I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO PROPONENTE**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Nível de Gestão: Gestão Plena

Porte: MÉDIO

CGC/CNPJ: 83.102.244/0001-02

Cidade: GASPAR

UF: SC

Endereco: RUA Coronel Aristiliano Ramos 435

CEP: 89110-000

Telefone: 47-3331-6300

Fax: 47 - 3331-6300

Email: gabinete@gaspar.sc.gov.br

Prefeito: Pedro Celso Zuchi

1.1 Dados do Responsável**2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(secretaria ou órgãos congêneres)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CGC/CNPJ: 83.102.244/0001-02

Cidade: GASPAR

UF: SC

Endereco: AVENIDA Avenida das Comunidades 133 Predio GASCIC

CEP: 89110-000

Telefone: 47-3397-0047

Fax: 47 - 4733971094

Email: sec.social@gaspar.sc.gov.br

Gestor: Maristela Cizeski

2.1 Dados do Gestor**3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ: 83.102.244/0001-02

Vínculo Institucional: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: 47-3397-0047

Ato de Criação: LEI

Número Ato: 1648

Data Assinatura: 16/01/1997

Data Publicação: 16/01/1997

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidade: GASPAR

UF: SC

Endereco: AVENIDA Avenida das Comunidades 133 Prox. Camara de Vereadores

CEP: 89110-000

Romilda Schramm

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO**4.2 CONSELHEIROS**

CPF	Nome	Cargo	Início Mandato	Fim Mandato
068.641.699-60	Aline Haverroth	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	08/11/2012	18/05/2014
549.029.329-20	CALISTO LOPES CERQUEIRA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/04/2011	18/05/2014
076.621.949-65	Camila de Oliveira	CONSELHEIRO(A) TITULAR	23/02/2012	18/05/2014
040.017.149-06	Candice de Souza Munhoz Cazorla	CONSELHEIRO(A) TITULAR	18/05/2012	18/05/2014
084.052.309-20	Daniela de Souza Patricio	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/03/2013	18/05/2014
005.051.189-04	DANIELLI RUBIA PROVEZI DEMETRIO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	18/05/2012	18/05/2014
829.322.126-72	Darlene dos Reis da Silva Gonçalves	CONSELHEIRO(A) TITULAR	18/05/2012	18/05/2014
443.825.619-49	FÁTIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	20/04/2011	18/05/2014
037.945.169-74	JANAINA CUSTÓDIO DA SILVA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	18/05/2012	18/05/2014
757.884.709-00	Jocenira das Graças de Oliveira Waltrick	CONSELHEIRO(A) TITULAR	18/05/2012	18/05/2014
936.737.109-82	Josiane dos Santos Hoepers	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	18/05/2012	18/05/2014
027.011.799-71	katia Uller	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	18/05/2012	18/05/2014
555.069.849-87	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	18/05/2012	18/05/2014
842.618.549-53	Luiz Otavio Rebouças Bastiani	CONSELHEIRO(A) TITULAR	20/04/2011	18/05/2014
040.867.739-29	MICHELLE VITÓRIO MARCHETTO	CONSELHEIRO(A) TITULAR	14/10/2012	18/05/2014
870.761.609-00	RAQUEL ROSE DA CUNHA QUADROS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/04/2011	18/05/2014
936.323.639-00	Sandra Gerusa dos Santos da Silva	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	03/07/2012	18/05/2014
059.531.839-84	SILVANA DE FÁTIMA GARCIA VIEIRA	VICE-PRESIDENTE	20/03/2013	18/05/2014
041.737.519-07	SIMARA EMILIA DALCASTEGNE CAPISTRANO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	20/04/2011	18/05/2014
853.756.919-49	Vera Lucia Stuepp Uessler	CONSELHEIRO(A) TITULAR	18/05/2012	18/05/2014

II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO**1. GESTÃO**

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de operação do PBF - IGD-M		0,88
Taxa - Qualidade Cadastral	0,71	0,86
Taxa - Atualização Cadastral	0,70	0,86
Taxa - Frequência Escolar	0,93	0,93
Taxa - Agenda Saúde	0,88	0,88
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD SUAS - Índice de Gestão		0,46

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas	
Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social			
ID CRAS Médio	0,33	0,50	
Execução Financeira	0,21	0,30	
Macro Ações onde serão aplicados os Recursos			
1. IGD-PBF - Cadastramento Famílias/Gestão do Cadastro.	Sim		
2. IGD-PBF - Gestão de Benefícios.	Sim		
3. IGD-PBF - Gestão de Condicionalidades.	Sim		
4. IGD-PBF - Articulação Intersetorial.	Sim		
5. IGD-PBF - Implementação das Ações de Desenvolvimento das Famílias Beneficiárias.	Sim		
6. IGD-PBF - Acompanhamento e Execução de Procedimentos de controle.	Sim		
7. IGD-PBF - Ações/Atividades de apoio ao Controle Social do PBF.	Sim		
8. IGD-SUAS - Gestão de serviços	Sim		
9. IGD-SUAS - Gestão e organização do SUAS e da rede de serviços socioassistenciais	Sim		
10. IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistencias	Sim		
11. IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família, com o Plano Brasil Sem Miséria e com o Programa BPC na Escola	Sim		
12. IGD-SUAS - Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social	Sim		
13. IGD-SUAS - Gestão da informação e dos instrumentos utilizados para administrá-la	Sim		
14. IGD-SUAS - Implementação da vigilância socioassistencial	Sim		
15. IGD-SUAS - Monitoramento do SUAS	Sim		
16. IGD-SUAS - Gestão financeira dos fundos de assistência social	Sim		
17. IGD-SUAS - Apoio ao Controle Social	Sim		
2. SERVIÇOS			
Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)			
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	10.000	2.000
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos e/ou idosos			
Piso Básico Variável II	Família cadastrada no CadÚnico com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, referenciada ao serviço, com presença de criança de até 6 anos e/ou idoso	515	900
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV			
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	65	65
Proteção Social Especial			
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI			
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	Criança / Adolescente identificada em situação de trabalho		19
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua. Serviço de PSE para pessoas			

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
com deficiência, idosas e suas famílias			
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos		450
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Idosos		60
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	Pessoas com deficiência		17
III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO			
1. GESTÃO			
Incentivo	Serviço	Valor Financeiro	
Gestão			
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família	Fator de operação do PBF - IGD-M	R\$ 6.543,68	
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social	IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 750,32	
2. SERVIÇOS			
Serviço	Piso	Valor Financeiro	
Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Piso Básico Fixo	R\$ 18.000,00	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos e/ou idosos	Piso Básico Variável II	R\$ 1.000,00	
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV	BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	R\$ 2.600,00	
Proteção Social Especial			
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Piso Variável de Média Complexidade - PETI	R\$ 3.000,00	
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados no CREAS e Centro Pop)	R\$ 12.500,00	
Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoa em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias)	R\$ 1.824,30	
IV. RESUMO EXECUTIVO			
Item	Valor		

Item	Valor
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anual):	R\$ 526.019,54
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual):	R\$ 5.187.000,00
3. Recursos a serem transferidos do FEAS(anual):	R\$ 167.640,00
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 5.880.659,54
5. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anual):	R\$ 526.019,54
6. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual):	R\$ 5.187.000,00
7. Recursos a serem transferidos do FEAS(anual):	R\$ 167.640,00
8. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 5.880.659,54
V. DECLARAÇÃO	AUTENTICAÇÃO
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.	<i>R:192.168.164.2 X1:10.1.1.212, 177.0.244.95 X2:127.0.0.1 53308875934 201305281759 112719</i>

Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº. 16, DE 16 DE MAIO DE 2013.

Aprova o Plano Pluri Anual Gestão 2014-2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no município de Gaspar - SC

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal no. 1648/97.

CONSIDERANDO:

- Considerando a reunião ordinária do CMAS do dia 08/05/2013;
- Considerando a PNAS;
- Considerando a NOB/SUAS;
- Considerando a NOB/RH;
- Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 07 de Dezembro de 1993,
- Considerando a Constituição Federal,
- Considerando a Lei Orgânica do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano Pluri Anual Gestão 2014-2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no município de Gaspar - SC, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 16 de maio de 2013.
JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS
Presidente do Conselho

Avenida das Comunidades, 133, Centro- Gaspar/SC, CEP 89110.000.
Telefone: (47)3397-0047/3397-0068, e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições que são lhe conferidas pelos artigos art. 68 e 69, da Lei Complementar Municipal n. 51/2012, em face de decisão colegiada tomada no dia 11 de Junho de 2013, CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante aprovado por seis votos a um RESOLVE, considerar nula a nomeação da Conselheira Tutelar MARIA ESONITA SCHMITT, por infração ao art. 81, IV da Lei Complementar Municipal n. 51/2012.

Gaspar, 11 de junho de 2013.
ANDRESA DONEGÁ
Presidente do CMDCA

Avenida das Comunidades nº. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068
www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições que são lhe conferidas pelos artigos art. 68 e 69, da Lei Complementar Municipal n. 51/2012, em face de decisão colegiada tomada no dia 11 de Junho de 2013, CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante aprovado por seis votos a um RESOLVE, considerar nula a nomeação da Conselheira Tutelar MARIA ESONITA SCHMITT, por infração ao art. 81, IV da Lei Complementar Municipal n. 51/2012.

Gaspar, 11 de junho de 2013.
ANDRESA DONEGÁ
Presidente do CMDCA

Avenida das Comunidades nº. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068
www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC
RESOLUÇÃO Nº 09, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições que são lhe conferidas pelos artigos art. 68 e 69, da Lei Complementar Municipal n. 51/2012, em face de decisão colegiada tomada no dia 11 de Junho de 2013, CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante aprovado por seis votos a um RESOLVE, considerar nula a nomeação da Conselheira Tutelar MARIA ESONITA SCHMITT, por infração ao art. 81, IV da Lei Complementar Municipal n. 51/2012.

Gaspar, 11 de junho de 2013.
ANDRESA DONEGÁ
Presidente do CMDCA

Avenida das Comunidades nº. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068
www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Portaria Nº 3.115, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.115, DE 10 DE JUNHO DE 2013.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 01/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TENARA REGINA BREIS RODRIGUES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão

Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo nº 01/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Tenara Regina Breis Rodrigues.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.116, de 10 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 3.116, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ARNALDO GOEDERT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Arnaldo Goedert.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria RH 33/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 33/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Celina Beatriz Reis de Abreu Schmitt, ocupante do cargo efetivo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/05/2003 a 06/05/2008, devendo folgar a partir de 14/06/2013 a 11/09/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 34/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 34/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Celina Beatriz Reis de Abreu Schmitt, ocupante do cargo efetivo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 14/12/2003 a 31/12/2008, devendo folgar a partir de 14/06/2013 a 11/09/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Aviso do Pregão Presencial Nº 93/2013

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 93/2013

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de xerografia, plotagem e fotocópias. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 13h30min do dia 25/06/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 25/06/2013 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 10/06/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato da Inexigibilidade Nº 108/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 108/2013

Objeto: inscrição do servidor Luiz Otávio Rebouças Bastiani, no Curso de Cerimonial e Eventos Públicos, pelo IBRAP, que realizar-se-á nos dias 13 e 14 de junho/2013. Contratado: 01.600.715/0001-48 (IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA S/C LTDA.)

Valor Total Julgado: R\$ 782,00

. Base legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de Junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato da Inexigibilidade N° 109/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade n° 109/2013

Objeto: inscrição do servidor Doraci Vanz, no curso "O papel do Chefe de Gabinete", que acontecerá nos dias 02 e 03 de junho de 2013. Contratado: IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA S/C LTDA. (01.600.715/0001-48). Valor Total Julgado: R\$ 782,00 (setecentos e oitenta e dois reais). Base legal: Art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 11 de Junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONVOCAÇÃO N° 13/2013

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, representado por sua Presidente, Andresa Donegá, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990; na Lei Complementar n° 51, de 07 de dezembro de 2012, CONVOCA:

ELAINE CRISTINA DA SILVA GUIMARÃES, suplente do Conselho Tutelar gestão 2013-2015, para assumir a função de conselheira tutelar, em conformidade com a Lei Complementar n° 51, de 07 de dezembro de 2013. Salientamos que em consonância com o artigo 80, inciso 1° - O suplente convocado terá o prazo de 5 dias para manifestar o seu interesse na assunção da função.

Gaspar, 12 de junho de 2013

ANDRESA DONEGÁ

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Avenida das Comunidades n°. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP 89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068
www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.br

Edital de Retificação de Eleição de Suplência do Conselho Tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GASPAR/SC

EDITAL N° 08, DE 10 DE JUNHO DE 2013.

Torna Público as alterações do Edital n° 06/2013, que trata das Diretrizes do Processo de Escolha dos Membros Suplentes que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar, reabre inscrições, estabelece o calendário e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, representado por sua Presidente, Andresa Donegá, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990; Lei Complementar n° 51, de 07 de dezembro de 2012; Resolução do CONANDA n° 139 de 17 de março de 2010 e na Resolução n° 05, de 12 de abril de 2013, o Processo de Escolha dos Membros Suplentes que irão compor o Conselho Tutelar de Gaspar, obedecerá às seguintes regras:

I - Item1, Da inscrição dos Candidatos, parágrafo 1.6, Onde se lê:

1.6. As inscrições deverão ser feitas nos dias, 20 a 24 de maio de 2013, das 08h às 13h, na Sala da Assessoria aos Conselhos, (GAS-CIC) na Avenida das Comunidades, n° 133 - Centro Gaspar/SC.

Leia-se:

1.6. As inscrições serão prorrogadas por mais 30 dias, sendo que deverão ser feitas no período de 10 de junho a 10 de julho de 2013, das 08h às 13h, na Sala da Assessoria aos Conselhos, (GAS-CIC) na Avenida das Comunidades, n° 133 - Centro Gaspar/SC.

II. Item1, parágrafo 1.1, Onde se lê Da escolha dos candidatos, Onde se lê:

1.1. Data da Escolha: 28 de agosto de 2013 (quarta- feira)

Horário: das 09h às 17h

Locais: Bateias (EEB Luiz Franzói), Margem Esquerda (EEB Norma Mônica Sabel), Santa Terezinha (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS), Centro (Auditório da Prefeitura) e Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) e Belchior Central (EEB Belchior

Leia-se:

1.1. Data da Escolha: 23 de outubro de 2013 (quarta- feira)

Horário: das 09h às 17h

Locais: Bateias (EEB Luiz Franzói), Margem Esquerda (EEB Norma Mônica Sabel), Santa Terezinha (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS), Centro (Auditório da Prefeitura) e Bela Vista (Centro de Referência de Assistência Social - CRAS) e Belchior Central (EEB Belchior

III - Item 6, parágrafo único, Dos Candidatos, Onde se lê:

20 a 24/05/2013	Inscrição dos candidatos -
	Horário: 08h às 13h (ininterruptamente)
	Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
05 e 06/06/2013	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
07/06/2013	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br, em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos - CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
Em qualquer tempo	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
Em qualquer tempo	Análise dos pedidos de impugnação.
Em qualquer tempo	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br, a partir das 13h.
26/06/2013	Prazo para apresentação da defesa.
27/06/2013	Análise e julgamento da defesa.
28/06/2013	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br, em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
02/07/2013	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
09/07/2013	Reunião Ordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.
12, 19, 26/07; 02 e 09/08/2013	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
14/08/2013	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br, em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

19 e 20/08/2013	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
28/08/2013	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora e publicado em edital.
28/08/2013	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Auditório da Prefeitura
29/08/2013	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
30/08; 02 e 03/09/2013.	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
04/09/2013	Análise e julgamento, pela comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
10/09/2013	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
11/09/2013	Publicação do resultado final do Processo de Escolha dos Suplentes do Conselho Tutelar Gestão 2013/2015 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação
Leia-se:	
10/06 a 10/07/2013	Inscrição dos candidatos - Horário: 08h às 13h (ininterruptamente) Local: Sala da Assessoria aos Conselhos.
12 e 13/07/2013	Análise das inscrições dos candidatos pela Comissão Especial Organizadora.
16/07/2013	Publicação da relação dos candidatos no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Sala da Assessoria aos Conselhos - CMDCA, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
Em qualquer tempo	Prazo para impugnação das inscrições dos candidatos.
Em qualquer tempo	Análise dos pedidos de impugnação.
Em qualquer tempo	Publicação da análise da impugnação no site www.gaspar.sc.gov.br , a partir das 13h.
26/07/2013	Prazo para apresentação da defesa.
29/07/2013	Análise e julgamento da defesa.
30/07/2013	Publicação da relação dos candidatos, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
09/08/2013	Prazo para recurso à plenária do CMDCA.
13/08/2013	Reunião Ordinária do CMDCA para análise, decisão e publicação.
13, 20, 27/09; 04 e 11/10/2013	Curso sobre a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, para os candidatos à função de Conselheiro Tutelar.
17/10/2013	Publicação da relação oficial dos candidatos habilitados para Eleição do Conselho Tutelar, no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
21 e 22/10/2013	Inscrição de fiscais, para acompanhamento do processo de votação.
23/10/2013	Votação, das 09h às 17h, em local a ser definido pela Comissão Especial Organizadora e publicado em edital.
23/10/2013	Apuração dos votos e homologação do resultado. Local da Apuração: Auditório da Prefeitura

30/10/2013	Publicação do resultado da votação no site www.gaspar.sc.gov.br , em murais da Prefeitura Municipal de Gaspar, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Fórum de Justiça e dos Conselhos Tutelares.
31/10, 01 e 04 11/2013.	Prazo para a impugnação do resultado da votação.
05/11/2013	Análise e julgamento, pela comissão, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
12/11/2013	Análise e julgamento, pelo CMDCA, dos pedidos de impugnação do resultado da votação.
14/11/2013	Publicação do resultado final do Processo de Escolha dos Suplentes do Conselho Tutelar Gestão 2013/2015 no site www.gaspar.sc.gov.br e em jornal local de maior circulação

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 10 de junho de 2013.
ANDRESA DONEGÁ
Presidente do CMDCA

SAMAE

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial N° 21-2013- SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 14/2013
PREGÃO PRESENCIAL N°. 21/2013

Aos onze dias do mês de junho do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n°. 21/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 11/06/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de madeiras e materiais de construção em geral, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial n°. 21/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SANTOS LTDA.
(75.304.196/0001-07)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	sc ARGAMASSA AC I Pacote com 20kg.	10	R\$ 5,30	R\$ 53,00
4	kg Rejunte para piso (cor cinza, branco, placa e marfim)	20	R\$ 1,50	R\$ 30,00
5	un BARRA DE FERRO - 5/16" - 8 mm Barra com 12m de comprimento.	80	R\$ 13,85	R\$ 1.108,00

7	un BARRA DE FERRO - 4,2 mm Barra com 12m de comprimento.	80	R\$ 4,20	R\$ 336,00
8	un Tela de aço malha Pop reforçada - 4,2mm 15 x15 - tamanho 3 x 2 metros.	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
9	sc CIMENTO PORTLAND COMUM CPII C/ 50 KG	40	R\$ 19,30	R\$ 772,00
10	sc CIMENTO PORTLAND COMUM CPII C/ 50 KG	400	R\$ 20,00	R\$ 8.000,00
16	kg prego 20x32 pacote com 1kg	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
19	un TIJOLO COMUM MACIÇO Tipo "Robertão" e "Queimado". Com medida mínima de: 6,5 cm de altura, 10 cm de largura e 23 de comprimento.	10.000	R\$ 0,34	R\$ 3.400,00
21	rl LONA PLÁSTICA PRETA 6x100m.	6	R\$ 175,00	R\$ 1.050,00
25	un Tinta acrílica fosca para cobrimento mínimo de parede de até 120 metros quadrados em uma demão, cor branca Lata de 18 litros.	8	R\$ 129,90	R\$ 1.039,20
26	un Tinta acrílica fosca para cobrimento mínimo de parede de até 120 metros quadrados em uma demão, cor azul piscina (podendo ser confeccionada em máquina por pigmentação afim de chegar na tonalidade usada pelo SAMAE).	4	R\$ 143,00	R\$ 572,00
37	un suporte para rolo 23cm	3	R\$ 2,39	R\$ 7,17

Valor total homologado do Licitante: R\$ 17.327,37 (Dezessete mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos).

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EDEVAN LTDA. (00.453.448/0001-60)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	kg ARAME RECOZIDO n°. 18	30	R\$ 5,30	R\$ 159,00

3	sc ARGAMASSA AC III Pacote com 20kg.	10	R\$ 23,50	R\$ 235,00
6	un BARRA DE FERRO - 3/8" - 10 mm Barra com 12m de comprimento.	50	R\$ 20,60	R\$ 1.030,00
12	kg Prego 15 x 21 pacote com 1 kg	5	R\$ 6,64	R\$ 33,20
13	kg Prego 16 x 24 Pacote com 1 kg	10	R\$ 5,75	R\$ 57,50
18	un TIJOLO 6 FUIROS Medindo 9x14x19cm.	6.000	R\$ 0,39	R\$ 2.340,00
20	sc CAL HIDRATADA 20 KG	60	R\$ 5,85	R\$ 351,00
22	m2 PISO CERÂMICO PI IV 40X40CM	50	R\$ 8,50	R\$ 425,00
23	m2 PISO CERÂMICO PI V 45X45CM	100	R\$ 9,40	R\$ 940,00
42	lt ácido muriático para limpeza de piso	30	R\$ 3,00	R\$ 90,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 5.660,70 (Cinco mil, seiscentos e sessenta reais e setenta centavos).

VALDELI CECILIO DOS SANTOS - ME (85.386.019/0001-70)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
11	kg Prego 12 x 18 pacote com 1 kg	5	R\$ 7,90	R\$ 39,50
14	kg PREGO 17 X 27 1kg - Pacote com 100 unidades.	40	R\$ 5,29	R\$ 211,60
15	kg prego 19x36 pacote com 1 kg	10	R\$ 5,25	R\$ 52,50
17	m3 MADEIRA DE PINUS PARA CAIXARIA Com as seguintes características: - 3m comprimento; - 2,5cm espessura; - 15 ou 20cm largura.	25	R\$ 329,99	R\$ 8.249,75
24	m3 PRANCHAS DE EUCALIPTO Com as seguintes características: - 20 ou 25cm largura - 6cm espessura; - 4m comprimento.	8	R\$ 670,00	R\$ 5.360,00

27	un Tinta esmalte sintético para cobertura mínimo de até 40 metros qua- drados em uma demão, cor branca. Galão 3,6 litros.	4	R\$ 44,90	R\$ 179,60
28	un Tinta esmalte sintético para cobertura mínimo de até 40 metros qua- drados em uma demão, cor azul piscina (poden- do ser confeccionada em máquina por pigmenta- ção afim de chegar na tonalidade usada pelo SAMAÉ). Galão de 3,6 litros	4	R\$ 48,00	R\$ 192,00
29	un Tinta esmalte sintético para cobertura mínimo de 40 metros quadrados em uma demão, cor amarelo ouro. Galão de 3,6 litros	5	R\$ 45,00	R\$ 225,00
30	un Cal para pintura cor branca. Saco de 8kg.	20	R\$ 4,90	R\$ 98,00
31	un Pincel 2" polegadas	5	R\$ 2,40	R\$ 12,00
32	un Pincel 1" Polegada	3	R\$ 1,40	R\$ 4,20
33	un Rolo de lã 23cm	3	R\$ 6,50	R\$ 19,50
34	un Rolo de lã 15cm	2	R\$ 7,10	R\$ 14,20
35	un Rolo de espuma 5cm	2	R\$ 1,65	R\$ 3,30
36	un Rolo de espuma 10cm	2	R\$ 3,05	R\$ 6,10
38	un cabo para rolo	3	R\$ 9,86	R\$ 29,58
39	un espátula 5cm	2	R\$ 3,66	R\$ 7,32
40	un espátula 7,5cm	3	R\$ 4,30	R\$ 12,90
41	m Lixa granulometria 100	35	R\$ 1,80	R\$ 63,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 14.780,05 (Quatorze mil, setecentos e oitenta reais e cinco centavos).

Valor total homologado da Licitação: R\$ 37.768,12 (Trinta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAÉ a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 02 (dois) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente

Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua Barão do Rio Branco, nº 500 - centro - Gaspar - SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico e/ou Almojarife e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 11 de junho de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER

Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA

Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA

Equipe de Apoio

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato do Segundo Termo Aditivo 40/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 40//2012-PMG

Processo de Licitação: 79/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa de engenharia para a construção de uma creche no bairro amizade, no município de Guaramirim, em parceria com o convenio do ministério da educação.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Rocha Empreendimentos Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60, com sede na Rod. BR 280, nº 4.517, Boa Vista - Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de execução da obra em mais 210 (duzentos e dez) dias;

b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 18/11/2013.

Data da Assinatura: 14/03/2013 Vigência 18/11/2013.

GUARAMIRIM (SC), 14/03/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

IPREVI

Extrato Contrato N° 018/2013 de 07/06/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO N° 018/2013 DE 07/06/2013

Contratante: Iprevi - HO.

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet

VALOR R\$ R\$ 260,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2013, conforme Lei Orçamentária nº 2975/2012 de 27/12/2012.

Herval d'Oeste, em 07 de junho de 2013.

SADIR ROVEA

Gestor

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Contratada

PREFEITURA

Contrato N° 014/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Processo Licitatório nº 027/2013

Pregão nº 006/2013

EXTRATO CONTRATO N° 014/2013 DE 20/05/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Fenosul Comercial Agrícola Ltda

OBJETO: Aquisição de Uma enfardadeira para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente através do convênio Prodesa nº 0385.503-18.

VALOR R\$ 48.699,99

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2013, conforme Lei Orçamentária nº 2975/2012 de 27/12/2012.

Herval d'Oeste, em 20 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

HERMES DANIELI

Contratada

Contrato N° 017/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO N° 017/2013 DE 07/06/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Contratada: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via

internet.

VALOR R\$ R\$ 1.320,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2013, conforme Lei Orçamentária nº 2975/2012 de 27/12/2012.

Herval d'Oeste, em 07 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Contratada

Termo Aditivo N° 054/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CNPJ/MF N° 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda.

CNPJ/MF N° 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilaqua nº 30

CONTRATADA

TERMO ADITIVO N° 054/2013 DE 07 DE JUNHO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antonio Bevilaqua, nº 30, centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 437.061.009-59, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato nº 0052/2011, que tem por objeto a Construção da Creche/Escola Infantil tipo B do Programa Pró-Infância a ser instalada na Rua 1º de Janeiro, Bairro São Jorge, município de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº 0061/2011, na Modalidade de Concorrência para Obras de Engenharia nº 001/2011:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto o aumento de serviços da planilha orçamentária contratual, devido alteração no projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRESCIMO

O Aumento constante na Cláusula primeira corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 15,908 % do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 1.199.973,58 (hum milhão, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), correspondendo a um aumento no valor de R\$ 190.900,59 (cento e noventa mil, novecentos reais e cinquenta e nove centavos).

Parágrafo único - Com o acréscimo decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 1.199.973,58 (hum milhão, cento e noventa e nove mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), para R\$ 1.390.874,17 (Hum milhão trezentos e noventa mil oitocentos e setenta e quatro reais

e dezessete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 58 incisos I, -, no artigo 65 inciso I, alínea "a," -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 052/2011, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 055/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda.

CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilaqua nº 30

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 055/2013 DE 07 DE JUNHO DE 2013

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antonio Bevilaqua, nº 30, centro, Herval d' Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 437.061.009-59, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato nº 0052/2011, que tem por objeto a Construção da Creche/Escola Infantil tipo B do Programa Pró-Infância a ser instalada na Rua 1º de Janeiro, Bairro São Jorge,

município de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº 0061/2011, na Modalidade de Concorrência para Obras de Engenharia nº 001/2011:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a supressão de serviços da planilha orçamentária contratual, devido alteração no projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A Supressão constante na Cláusula primeira corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 0,604 % do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 1.390.874,17 (Hum milhão trezentos e noventa mil oitocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos), correspondendo a um aumento no valor de R\$ 8.403,00 (oito mil, quatrocentos e três reais).

Parágrafo único - Com a supressão decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 1.390.874,17 (Hum milhão trezentos e noventa reais oitocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos), para R\$ 1.382.471,17 (Hum milhão trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e setenta e um reais e dezessete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 58 incisos I, -, no artigo 65 inciso I, alínea "a," -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 052/2011, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Ilhota

PREFEITURA

Decreto N° 022/2013

DECRETO n°. 022/2013

Regulamenta cobrança do ISSQN dos serviços da construção civil previsto no art. 28 da Lei Complementar 07/2003.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - O ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre as atividades de construção civil, previstas no subitem do Item 7 da Lei 007/2003, serão cobrados nos termos deste decreto.

Art. 2º - A base de calculo do ISSQN será obtida observando o disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1º - O custo da obra será estimado de acordo com a tabela abaixo:

TIPO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	VLR EM % do cub-sc, por M²
Normal, residencial ou comercial	100
Residencial popular até 70 m² e residenciais de interesse social	60
Galpão	50
Reformas	20
Demolições	20

§ 2º - A estimativa mínima para mão de obra sobre a construção civil será calculada de acordo com a seguinte formula:

Valor do percentual do CUB x Área total x 20% = valor tributável x alíquota = valor ISS.

onde;

Valor do percentual do CUB corresponde ao valor apurado de acordo com a tabela do § 1º do art. 2º.

Área total corresponde a metragem quadrada da obra.

20% corresponde ao percentual estimado de mão de obra aplicada na obra.

Valor tributável corresponde ao valor apurado no calculo dos três itens anteriores.

Alíquota corresponde ao percentual previsto no código tributário.

Valor do ISS corresponde ao produto da multiplicação do valor tributável pelo percentual da alíquota.

Art. 3º - Para efeito de recolhimento do ISS, será exigido o valor integral ou parceladamente, a partir da concessão do alvará de licença para construção, quando se presume o inicio da obra.

Parágrafo Único - O prazo de parcelamento será de até 10 (dez) parcelas mensais, desde que o valor da parcela seja de, no mínimo, 50 UFMs.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigência na data de sua

publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o decreto 20/2010.

Ilhota (SC), 11 de Junho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal De Ilhota

FERNANDO NEVES

Secretário Municipal de Administração

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI N° 021.2013

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 021, de 15 de maio de 2013.

Dispõe sobre alteração de representante da Portaria PMI/SEAGP n° 074, de 11 de junho de 2012, que Dispõe sobre instauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar n° 3.086, de 18 de abril de 2007, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo Administrativo n° 1921/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, o Sr. Eduardo dos Passos Nunes, presidente da Comissão de Sindicância, motivo atual secretário da pasta, pela Sra. Ana Paula Barcelos, Gerente de Gestão Pública.

Art. 2º Ficam ratificados os demais termos da Portaria n.º 074, de 11 de junho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 15 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Errata de Pregão Presencial N° 02/2013 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

FUNREBOM

COMUNICAÇÃO: onde se lê "às 14:00 horas do dia 19 de junho de 2013", referente ao comunicado de abertura do Pregão n° 02/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 07 de junho de 2013, ler-se-á "às 17:30 horas do dia 19 de junho de 2013".

Imbituba, 13 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 21/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO N° 27/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 26 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para a aquisição de material gráfico para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Tomada de Preço N° 01/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
TOMADA DE PREÇO N° 01/2013
PROCESSO N° 29/2013

Convocação para Segunda Reunião Pública
Comunicamos aos interessados que a Subcomissão Técnica da Tomada de Preços n° 01/2013 julgou as propostas técnicas - envelopes 01 e 03. A Comissão Permanente de Licitação realizará a Segunda Reunião Pública, para abrir o envelope n° 02, a fim de identificar os licitantes participantes, de acordo com as propostas apresentadas, e proclamar o resultado de julgamento das propostas técnicas no dia 19 de junho de 2013, às 17 horas, na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro.

Imbituba, 13 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato: Seahs 2013/03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAHs 2013/03 A00
Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
C.N.P.J: 01.935.036/0001-20

Objeto: PASSAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PARA MANUTENÇÃO DO PLANTÃO SOCIAL.
Valor: R\$ 7.181,67 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 01/2013 Pregão 01/2013
Imbituba, 11 de abril de 2013.

SELMA ELIAS WESTPHAL
Secretária Municipal da Seahs
Contratante

SANTO ANJO DA GUARDA LTDA
Representante Legal
Contratada

Edital SEAGP N° 046/2013

EDITAL SEAGP N° 046/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2011, divulgado através do Edital n° 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, n° 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Junho a 09 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de junho de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 046/2013

Serventes Merendeiras
CELIA R M PACHECO

Edital SEAGP N° 047/2013

EDITAL SEAGP N° 047/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N° 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público n° 001/2011, divulgado através do Edital n° 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Junho a 10 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de Junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 047/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

PEDREIRO

CHARLILEI DA SILVEIRA

Ipumirim

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 37/2013, Inexigibilidade de Licitação Nº 5/2013

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2013

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: serviços de telecomunicações, para acesso à telefonia fixa, com licença emitida pela ANATEL de Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC, com equipamentos homologados pela Anatel, DDR/Digitronco com 30 canais 50 ramais 7.000 minutos com Franquia de Longa Distância Nacional - LDN em minutos; para uso dos órgãos da Administração Municipal de Ipumirim.

Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 12/06/2013

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº 42/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 42/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2013, Processo de Licitação nº 34/2013, homologado em 07 de junho de 2013.

Objeto: Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 10,00 (Dez Reais)

Assinatura: 07/06/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: FERTIMAX INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, situada na LINHA VARANAL, S/N, BAIRRO: INTERIOR, Bairro, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.681.319/0001-22.

Extrato de Contrato Nº 43/2013/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 43/2013

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2013, Processo de Licitação nº 35/2013, homologado em 07 de junho de 2013.

Objeto: contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 10,00 (Dez Reais)

Assinatura: 07/06/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: OZERCINDO DE ALMEIDA LINS ME, situada na RUA CELSO RAMOS, Nº 603, Bairro CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.352.306/0001-49.

Irineópolis

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços N.º 02/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Metromed Comércio de Materiais Médico Hospitalares Ltda, estabelecida na Estrada Boa Esperança, n.º 1918, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul, CEP 89.160-000, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.157.032/0001-22, pelo seu representante, Sr. Jorge Henrique da Silva, sob nº de CPF 481.293.139-87 e RG 1.421.312 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
016	5.000	Unidade	Agulha descartável 40X12	Embramac	0,035	175,00
018	02	Frasco	Alcool acetona 500 ml	Rloquímica	8,74	17,48
028	500	Pacote	Atadura de crepom 13 fios - 3mX12cm - pacote com 12 unidades	MDA	3,86	1.930,00
036	10	Unidade	Caixa plástica organizadora com tampa 25 litros	Plasvale	25,99	259,90
037	10	Unidade	Caneta clínica tipo lanterna	Supermedy	8,59	85,90
039	02	Unidade	Cinto tipo aranha adulto	Marimar	39,52	79,04
043	20	Caixa	Coletor para perfurocortante 13 litros com 10 unidades	Cartoon	22,99	459,80
055	200	Rolo	Esparadrapo 4,5cmX12mm com 10 metros e capa protetora	Missner	4,12	824,00
060	10	Caixa	Fio de sutura 2.0 nylon com 24 un	Procare	16,38	163,80

065	200	Rolo	Fita adesiva micro-porosa 5,0 cm com 10 mt com capa protetora	Missner	2,17	434,00
071	50	Rolo	Gaze 91mmX91mt 11 fios	Hospitex	16,90	845,00
094	40	Caixa	Luva plástica descartável procedimento com 100 unidades	Luplatex	2,25	90,00
095	20	Unidade	Manta térmica aluminizada	Marimar	8,88	177,60
099	06	Unidade	Otoscópio - aparelho completo com espêculo e caixa	Medical Devices	214,00	1.284,00
108	2.000	Unidade	Pote para urina estéril com tampa 80 ml	J. Prolab	0,27	540,00
111	50	Unidade	Refil sabonete bico de silicone 800 ml	Wirath	5,19	259,50
134	500	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 06	Biosani	0,31	155,00
135	500	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 08	Biosani	0,32	160,00
136	50	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 10	Biosani	0,33	16,50
138	100	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 14	Biosani	0,36	36,00
139	100	Unidade	Sonda aspiração traqueal nº 16	Biosani	0,387	38,70
143	50	Unidade	Sonda nasogástrica nº 06	Biosani	0,29	14,50
144	50	Unidade	Sonda nasogástrica nº 10	Biosani	0,33	16,50
145	100	Unidade	Sonda nasogástrica nº 12	Biosani	0,34	34,00
147	100	Unidade	Sonda nasogástrica nº 16	Biosani	0,39	39,00
148	50	Unidade	Sonda retal nº 24	Biosani	0,56	28,00
149	50	Unidade	Sonda retal nº 26	Biosani	0,62	31,00
150	50	Unidade	Sonda retal nº 30	Biosani	0,74	37,00
151	500	Unidade	Sonda uretral nº 06	Biosani	0,30	150,00
160	15	Unidade	Suporte para papel toalha	Dispenser	17,94	269,10
161	50	Unidade	Tala de papelão G	Marimar	2,15	107,50
162	50	Unidade	Tala de papelão M	Marimar	1,89	94,50
163	50	Unidade	Tala de papelão P	Marimar	1,79	89,50
164	20	Unidade	Termômetro clínico digital	Glicomed	7,60	152,00
166	04	Unidade	Termômetro digital de máxima e mínima com cabo extensor	Incoterm	37,94	151,76
175	6.000	Unidade	Tubo vácuo seco para coleta 4 ml	Labor Import	0,286	1.716,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12



(doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 03/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Starmed Artigos Medicos e Hospitalares Ltda estabelecida na Rua Benjamin Antonio Ansai, nº. 180, Bairro Novo Mundo, Município de Curitiba, CEP 81.030-490, Estado do Paraná, CNPJ 02.223.342/0001-04, pelo seu representante, Sra. Marta Irene Gessele, sob nº de CPF 666.744.339-34 e RG 3.306.906-5 II/PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	50	Pacote	Abaixador de língua descartável com 100 unidades	Theoto	1,81	90,50
002	100	Unidade	Abocath nº 14	Descar-pack	0,41	41,00
003	100	Unidade	Abocath nº 16	Descar-pack	0,41	41,00
004	100	Unidade	Abocath nº 18	Descar-pack	0,38	38,00
005	100	Unidade	Abocath nº 20	Descar-pack	0,41	41,00
006	500	Unidade	Abocath nº 22	Descar-pack	0,41	205,00

007	500	Unidade	Abocath nº 24	Descar-pack	0,44	220,00
011	8.000	Unidade	Agulha descartável 13X4,5	Advantive	0,03	240,00
012	5.000	Unidade	Agulha descartável 20X5,5	Advantive	0,03	150,00
013	7.000	Unidade	Agulha descartável 25X7	Advantive	0,03	210,00
015	3.000	Unidade	Agulha descartável 30X7	Advantive	0,03	90,00
032	300	Unidade	Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml	Starmed	1,69	507,00
033	500	Unidade	Bolsa para colostomia 19X64mm transparente	Safty	9,60	4.800,00
045	500	Pacote	Compressa de gaze de viscosidade estéril 7,5X7,5 13 fios com 05 un	América Medical	0,31	155,00
051	1.000	Unidade	Equipo para soro macro gotas com injetor lateral	Descar-pack	0,47	470,00
053	10	Unidade	Esfigmomanometro com braçadeira adulto com velcro	Premium	33,70	337,00
064	200	Rolo	Fita adesiva microporosa 2,5 cm com 10 mt com capa protetora	Medfix	1,26	252,00
079	300	Unidade	Infusor 2 vias com clamp	Vital Gold	0,40	120,00
081	50	Caixa	Lâmina fosca 26X76 com 50 unidades	Exacta	2,40	120,00
091	200	Caixa	Luva látex para procedimento tamanho grande caixa com 100 unidades	Nugard	9,98	1.996,00
097	20	Unidade	Máscara para nebulização adulta	Daru	2,38	47,60
098	20	Unidade	Máscara para nebulização infantil	Daru	2,38	47,60
114	500	Unidade	Saco coletor de urina descartável 2000 ml	Maxicor	0,25	125,00
116	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 20 litros com tarja de identificação com 100 unidades	Valplastic	7,00	70,00
120	10	Pacote	Saco para lixo preto 100 litros com 100 unidades	Valplastic	15,50	155,00
121	20	Pacote	Saco para lixo preto 20 litros com 100 unidades	Valplastic	4,78	95,60
123	50	Pacote	Saco para lixo preto 60 litros com 100 unidades	Valplastic	9,80	490,00
124	150	Unidade	Scalp nº 19	Starmed	0,10	15,00
125	150	Unidade	Scalp nº 21	Starmed	0,10	15,00
126	500	Unidade	Scalp nº 23	Starmed	0,10	50,00
127	500	Unidade	Scalp nº 25	Starmed	0,10	50,00

128	20.000	Unidade	Seringa descartável 1 ml para insulina sem agulha	Advantive	0,103	2.060,00
129	5.000	Unidade	Seringa descartável 10 ml sem agulha	Embramac	0,146	730,00
131	5.000	Unidade	Seringa descartável 3 ml sem agulha	Embramac	0,07	350,00
132	10.000	Unidade	Seringa descartável 5 ml sem agulha	Embramac	0,08	800,00
155	100	Unidade	Sonda uretral n° 14	Medsonda	0,36	36,00
165	04	Unidade	Termômetro de máxima e mínima tipo capela com botão central automático e função zeradora de memória	Incotherm	19,99	79,96

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devera atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho n° 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4° do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 04/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, n° 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, n°. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, estabelecida na Estrada Boa Esperança n.º 2.320, Bairro Fundo Canoas, Município de Rio do Sul, CEP 89.160-000, Estado de Santa Catarina, CNPJ 00.802.002/0001-02, pelo seu representante, Sr. Anacleto Ferrari, sob nº de CPF 523.140.819-00 e RG 1.428.772 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado

do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
017	100	Frasco	Alcool 70 % com 1000 ml	Mega Quim.	2,90	290,00
022	100	Rolo	Algodão hidrófilo 500 gr	JR Textil	7,50	750,00
024	10	Unidade	Aparelho completo para inalação adulto com cachimbo, máscara, 220V	Daru	103,00	1.030,00
025	10	Unidade	Aparelho completo para inalação infantil com cachimbo, máscara, 220V	Daru	102,00	1.020,00
026	5.000	Unidade	Aplicador de creme vaginal	SF	0,29	1.450,00
034	10	Unidade	Cabo para Tens universal - par	ISP	34,98	349,80
038	50	Unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos	Biosani	0,63	31,50
050	30	Pacote	Eletrodo adesivo 5X5 com 04 unidades	Valutrode	24,37	731,10
054	10	Unidade	Esfigmomanometro com braçadeira infantil com velcro	Glicomed Accu	39,80	398,00
061	10	Caixa	Fio de sutura 3.0 nylon com 24 un	Solidor	16,30	163,00
072	02	Galão	Gel para Ecg com 05 litros	Dentaltec	12,76	25,52
075	02	Unidade	Imobilizador de cabeça impermeável	Multstock	157,71	315,42
083	10	Caixa	Lamínula 20X20 mm com 100	Labor Import	1,86	18,60
086	10	Unidade	Lixeira plástica 13 litros com pedal cor branca	Plasvale	22,00	220,00
096	20	Unidade	Máscara de oxigênio com reservatório	Protec	17,98	359,60
101	20	Rolo	Papel kraft 60 cm largura com 15 kg	Dumar	42,94	858,80
102	300	Pacote	Papel toalha branco 20X22,5cm com 1.000 folhas	Damas Pel	5,40	1.620,00
106	2.000	Unidade	Ponteira azul para micro pipeta	Prontolab	0,03	60,00
107	200	Unidade	Porta lâmina em plástico individual	Labor Import	0,34	68,00
112	10	Galão	Sabonete líquido perfumado 05 litros	Wirath	13,79	137,90
113	20	Unidade	Saboneteira 800 ml	Premisse	12,83	256,60

115	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 100 litros com tarja de identificação com 100 unidades	Nekplast	17,20	172,00
117	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 200 litros com tarja de identificação com 100 unidades	Nekplast	38,71	387,10
118	10	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 40 litros com tarja de identificação com 100 unidades	Nekplast	11,47	114,70
119	40	Pacote	Saco para lixo hospitalar branco leitoso 60 litros com tarja de identificação com 100 unidades	Nekplast	12,90	516,00
133	50	Unidade	Sonda aspiração traqueal n° 04	Biosani	0,30	15,00
137	300	Unidade	Sonda aspiração traqueal n° 12	Biosani	0,33	99,00
146	100	Unidade	Sonda nasogástrica n° 14	Biosani	0,34	34,00
167	02	Unidade	Tesoura ponta romba 14 cm	ABC	10,25	20,50
168	10	Kit	Teste de gravidez soro urina 25 ut/ml com 100 tiras	Labor Import	55,91	559,10
170	10	Frasco	Tira para urina 10 áreas com 100 unidades	Labor Import	14,70	147,00
171	06	Unidade	Tubo capilar para microhematócrito	Labor Import	9,99	59,94
172	6.000	Unidade	Tubo de vidro 04 ml sem anticoagulante seco	Labor Import	0,24	1.440,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devera atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho n° 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 05/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, n° 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, n°. 593, centro, neste município, inscrito no CPF n° 037.761.419-056, e a empresa Cointer Material Médico Hospitalar Ltda, estabelecida na Rua Tupy n.º 1723, Bairro Nova Brasília, Município de Joinville CEP: 89.214-505, CNPJ 03.800.317/0001-09, pelo seu representante, Sr. Egidio Dagios Junior, sob n° de CPF 794.424.559-15 e RG 2.234.873 SSP/DF, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00, Decreto Municipal n°. 1652/2007 e o Decreto Municipal n°. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório n° 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
067	18.000	Unidade	Fita para glicemia compatível com aparelho Optium	Abbott	1,00	18.000,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devera atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho n° 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 06/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa J.R. Ehlke & Cia Ltda, estabelecida na Avenida João Gualberto, n.º 1661, Bairro Juveve, Município de Curitiba, CEP 80.030-001, CNPJ 76.730.076/0001-34, pelo seu representante, Sr. Jose Romeu Ehlke, sob nº de CPF 027.853.159-87 e RG 637.839 PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
174	6.000	Unidade	Tubo de vidro 10 ml sem anticoagulante seco	Greiner	0,42	2.520,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devere atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.
NILDO JULIANO KRUGER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 07/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Especialista Produtos para Laboratório Ltda, estabelecida na SAA/NORTE, Quadra 04 n.º 666, Asa Norte, Município de Brasília CEP 70.632-400, CNPJ 04.619.893/0003-70, pelo seu representante, Sr. Claudio Vinicius Arjona, sob nº de CPF 009.652.860-53 e RG 1016901711 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
073	05	Kit	Hbsag com 20 testes	WAMA	80,00	400,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devere atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.
NILDO JULIANO KRUGER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 08/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Olimed Material Hospitalar Ltda, estabelecida na Rua Fernando de Souza e Silva, n.º 1199, Bairro Itoupava Norte, Município de Blumenau, CEP 89.052-475, CNPJ 03.033.589/0001-12, pelo seu representante, Sr. Marcos Maurilio Pereira, sob nº de CPF 808.696.299-72 e RG 2.799.192-0 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
008	1.000	Unidade	Adaptador para frasco de soro 1,5mm	Biosani	0,70	700,00
014	8.000	Unidade	Agulha descartável 25X8	Embramac	0,028	224,00
023	50	Unidade	Almotolia plástica escura reta 250 ml	J Prolab	1,30	65,00
041	04	Unidade	Colar cervical 4X1 em pvc	Romed	39,85	159,40
046	02	Unidade	Detector fetal digital de mesa	Medpej	434,10	868,20
047	15	Unidade	Dispositivo intra uterino - DIU - T380A com validade para 10 anos	Cepeo	38,06	570,90
048	1.000	Unidade	Dispositivo para incontinência urinária com preservativo	Biobase	0,90	900,00

052	4.000	Unidade	Escova cervical	Kolplast	0,091	364,00
059	20	Unidade	Estetos-cópio com mangueira dupla	Glicomed	18,00	360,00
082	80	Caixa	Lâmina lisa para microscopia 26X76 com 50 unidades	Solidor	1,84	147,20
088	100	Par	Luva esté- ril nº 08	Maxitex	0,80	80,00
089	100	Par	Luva esté- ril nº 7,5	Maxitex	0,80	80,00
090	50	Caixa	Luva látex para pro- cedimento tamanho extra P caixa com 100 unidades	Nugard	10,25	512,50
092	250	Caixa	Luva látex para pro- cedimento tamanho média caixa com 100 unidades	Nugard	10,80	2.700,00
093	200	Caixa	Luva látex para pro- cedimento tamanho pequena caixa com 100 unidades	Nugard	10,45	2.090,00
104	24	Unidade	Pêra de borracha para ECG (adulto)	Cristofoli	3,92	94,08
141	150	Unidade	Sonda fo- ley 2 vias nº 12	Solidor	1,05	157,50
142	50	Unidade	Sonda fo- ley 2 vias nº 18	Solidor	1,05	52,50

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos

em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 09/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Plasmédic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial, estabelecida na Avenida Mauricio Cardoso n.º 706, Centro, Município de Erechim, XEP 99.700-000, CNPJ 09.200.303/0001-22, pelo seu representante, Sr. Nédio Justino Massochin Junior, sob nº de CPF 010.448.960-00 e RG 4092420878 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
027	500	Pacote	Atadura de crepom 13 fios - 3mX08cm - pacote com 12 unidades	Cream	2,69	1.345,00
029	200	Pacote	Atadura de crepom 13 fios - 3mX15cm - pacote com 12 unidades	Cream	4,50	900,00
030	05	Unidade	Balança mecânica antropométrica até 150kg	Balmak	505,00	2.525,00
031	05	Unidade	Balança pessoal mecânica anti derrapante até 130 kg	Balmak	30,25	151,25
044	1.000	Pacote	Compressa de gaze 7,5X7,5 com 11 fios - 500 unidades	MDA	6,30	6.300,00
057	1.000	Unidade	Espéculo vaginal descartável médio	Kolplast	0,74	740,00

062	10	Caixa	Fio de sutura 4.0 nylon caixa com 24 un	Procare	16,30	163,00
063	100	Rolo	Fita adesiva branca 16X50	Ciex	1,40	140,00
066	50	Rolo	Fita para autoclave 19mmX30mt	Ciex	2,35	117,50
085	200	Rolo	Lençol de papel branco 70cm com 50 metros	Daly	4,50	900,00
100	04	Unidade	Oxímetro de dedo digital	RD	232,00	928,00
122	100	Pacote	Saco para lixo preto 40 litros com 100 unidades	Ereplast	7,65	765,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 10/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Genetecorp do Brasil Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, estabelecida na Avenida Angelo Caleffi, n.º 72, Centro, Município de Barão de Cotegipe, CEP 99.740-000, CNPJ 11.873.020/0001-93, pelo seu representante, Sr. Paulo Faccioli, sob nº de CPF 433.548.230-20 e RG 1039699168 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do

Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
010	12.000	Unidade	Agulha descartável 13X3 para insulina	Med Gold-man	0,086	1.032,00
042	20	Caixa	Coletor para perfurocortante 07 litros com 10 unidades	Rava	16,25	325,00
130	300	Unidade	Seringa descartável 20 ml sem agulha	TKL	0,26	78,00
140	50	Unidade	Sonda foley 2 vias nº 10	Med Gold-man	1,59	79,50
159	15	Caixa	Stopper com 500 unidades	Ciex	9,85	147,75

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devera atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 11/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2012

PROCESSO Nº 12/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-056, e a empresa Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares

Ltda, estabelecida na Rua Coronel Oscar Rafael Jost, n.º 1955, Centro, Município de Santa Cruz do Sul, CEP 96.815-010, CNPJ 94.516.671/0001-53, pelo seu representante, Sr. Ademar Paulo Schuster, sob nº de CPF 219.912.940-34 e RG 4002156992 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 07/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 12/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
009	07	Frasco	Água oxigenada 1000 ml	Rioquímica	2,36	16,52
021	03	Frasco	Alcool iodado 1000 ml	Rioquímica	6,25	18,75
056	50	Pacote	Espátula de Ayres com 100 unidades	Theoto	3,94	197,00
058	2.000	Unidade	Especulo vaginal descartável pequeno	Kolplast	0,58	1.160,00
068	50	Frasco	Fixador citológico 100 ml	Adlin	3,84	192,00
152	500	Unidade	Sonda uretral nº 08	Biosani	0,31	155,00
153	500	Unidade	Sonda uretral nº 10	Biosani	0,32	160,00
154	500	Unidade	Sonda uretral nº 12	Biosani	0,32	160,00

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devera atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 07/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 21 de novembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 12/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda EPP, estabelecida na rua Uruguai, n.º 1538 E, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-447, Chapeco, Estado de Santa Catarina, CNPJ 85.247.385/0001-49, pelo seu representante, Sra. Maria Bernadete Roman Tres, sob nº de CPF 411.350.590-04 e RG 5.838.323 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
001	500	Frasco	Acebrofilina xarope adulto 50 mg / 5ml com 120 ml	PRATI	2,80	1.400,00
014	2.000	Frasco	Albendazol suspensão 40 mg/ml	PRATI	0,717	1.434,00
023	1.000	Frasco	Amoxicilina 250 mg/ml suspensão - 150 ml	PRATI	2,112	2.112,00
035	20.000	Comprimido	Besilato de anlodipino 10 mg	VITAPAN	0,033	660,00
047	200	Frasco	Carbocisteína xarope adulto 50 mg/ml com 100 ml	NATIVITA	1,408	281,60
062	10.000	Comprimido	Cimetidina 200 mg	PRATI	0,037	370,00
081	5.000	Comprimido	Cloridrato de clorpromazina 100 mg	U. QUIMICA	0,151	755,00
107	500	Frasco	Complexo B gotas 30 ml	BELFAR	1,195	597,50
139	3.000	Comprimido	Eritromicina 500 mg	PRATI	0,32	960,00
153	500	Ampola	Furosemida 10 mg 2 ml	TEUTO	0,263	131,50
155	500	Ampola	Gentamicina 40 mg	NOVAFARMA	0,307	153,50
159	12.000	Comprimido	Haloperidol 5 mg	U. QUIMICA	0,06	720,00
174	300	Frasco	Iodeto de potássio xarope 120 ml	NATULAB	1,262	378,60

187	50.000	Comprimido	Maleato de enalapril 10 mg	VITAPÁN	0,029	1.450,00
192	10.000	Comprimido	Meloxicam 15 mg	PRATI	0,043	430,00
199	50.000	Comprimido	Metildopa 250 mg	TKS	0,085	4.250,00
201	10.000	Comprimido	Metoclopramida 10 mg	HIPOLABOR	0,023	230,00
210	12.000	Comprimido	Nifedipina 20 mg	GEOLAB	0,032	384,00
211	700	Tubo	Nistatina creme vaginal com 60 gr	TEUTO	1,40	980,00
212	200	Frasco	Nistatina solução oral 30 ml	PRATI	1,267	253,40
248	500	Bolsa	Soro fisiológico 250 ml	FARMACE	1,344	672,00
249	500	Bolsa	Soro fisiológico 500 ml	FARMACE	1,536	768,00
251	300	Bolsa	Soro glicosado 250 ml	EQUIPLEX	1,60	480,00

Valor Global da Empresa R\$ 19.851,10 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dez centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 13/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, estabelecida na Rua Vasco da Gama, n.º 33, Centro, CEP 99.740-000, Barão de

Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 02.520.829/0001-40, pelo seu representante, Sr. Odair Jose Balestrin, sob n° de CPF 811.773.489-34 e RG 2.237.502 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00, Decreto Municipal n°. 1652/2007 e o Decreto Municipal n°. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório n° 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
016	5.000	Comprimido	Alendronato de sódio 70 mg	DELTA	0,276	1.380,00
073	2.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol adulto xarope - 120 ml	HIPOLABOR	0,99	1.980,00
075	1.000	Frasco	Cloridrato de ambroxol pediátrico xarope - 120 ml	HIPOLABOR	0,99	990,00
077	15.000	Comprimido	Cloridrato de biperideno 2 mg	TEUTO	0,054	810,00
116	1.000	Tubo	Dexametasona creme 10 gr	MULTILAB	0,529	529,00
154	20.000	Comprimido	Furosemida 40 mg	HIPOLABOR	0,025	500,00
178	1.000	Comprimido	Levodopa, carbidopa, entacapona 150/37,5/200 mg	TEUTO	0,29	2.900,00
246	25.000	Comprimido	Sinvastatina 20 mg	LABORIS	0,05	1.250,00
255	5.000	Comprimido	Sulfametazol 400mg trimetoprima 80 mg	PRATI	0,044	220,00

Valor Global da Empresa R\$ 10.559,0 (dez mil, quinhentos e cinquenta e nove reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devere atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho n° 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4° do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas,

quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 14/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/2012

PROCESSO N° 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, n° 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, n°. 593, centro, neste município, inscrito no CPF n° 037.761.419-05, e a empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, estabelecida na Rua Samuel Kruchim, n.º 200, Vila Noal, Bairro Patronato, CEP 97.020-670, Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 94.894.169/0001-86, pelo seu representante, Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas, sob n° de CPF 374.624.900-72 e RG 8022867959 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00, Decreto Municipal n°. 1652/2007 e o Decreto Municipal n°. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório n° 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
005	3.000	Comprimido	Aciclovir 200 mg	PRATI	0,08	240,00
018	2.000	Comprimido	Alprazolam 0,25 mg	NOVA QUIMICA	0,075	150,00
020	100	Ampola	Aminofilina 100 mg injetável	NEO QUIMICA	0,69	69,00
025	12.000	Comprimido	Amoxicilina 500 mg	PRATI	0,06	720,00
037	6.000	Comprimido	Bissulfato de clopidrogrel 75 mg	RANBAXY	0,358	2.148,00
044	300	Frasco	Carbamazepina 20 mg 100ml	MEDLEY	4,19	1.257,00
046	10.000	Comprimido	Carbamazepina 400 mg	TEUTO	0,223	2.230,00
057	5.000	Comprimido	Cetoconazol 200 mg	PRATI	0,075	375,00
060	5.000	Comprimido	Cilostazol 100 mg	BIOSINTETICA	0,39	1.950,00
067	2.000	Comprimido	Clonazepam 0,5 mg	MEDLEY	0,059	118,00

069	1.000	Comprimido	Clonazepam 2mg	SEM	0,084	84,00
078	1.000	Comprimido	Cloridrato de ciclobenzaprina 10 mg	NOVA QUIMICA	0,195	195,00
083	1.000	Comprimido	Cloridrato de imipramina 10mg	UCI	0,15	150,00
084	5.000	Comprimido	Cloridrato de imipramina 25 mg	UCI	0,044	220,00
085	1.000	Comprimido	Cloridrato de metilfenidato 10 mg	NOVARTIS	0,865	865,00
086	3.000	Comprimido	Cloridrato de nortriptilina 50 mg	TEUTO	0,085	255,00
099	1.000	Comprimido	Cloridrato de trazodona 100 mg	APSEN	1,42	1.420,00
101	1.000	Comprimido	Cloridrato de trazodona 50 mg	APSEN	0,74	740,00
102	1.000	Comprimido	Cloridrato de trazodona retard 150 mg	APSEN	2,18	2.180,00
114	500	Ampola	Dexalgen injetável 1 ml	EUROFAR-MA	8,46	4.230,00
119	10.000	Comprimido	Dexclorfeniramina 2 mg	GEOLAB	0,02	200,00
128	200	Frasco	Dimeticona gotas 75 mg/ml 10ml	TEUTO	0,58	116,00
135	5.000	Comprimido	Domperidona 10 mg	NOVA QUIMICA	0,08	400,00
140	2.000	Comprimido	Escitalopram 10 mg	RANBAXY	0,76	1.520,00
143	12.000	Comprimido	Fenobarbital 100 mg	NEO QUIMICA	0,044	528,00
147	1.000	Comprimido	Formoterol budesonida 12/400 mg	BIOSINTETICA	0,71	710,00
151	1.000	Comprimido	Fumarato de quetiapina 100 mg	SANDOZ	0,70	700,00
152	2.000	Comprimido	Fumarato de quetiapina 25 mg	SANDOZ	0,265	530,00
168	300	Ampola	Hioscina simples 1 ml - intramuscular	TEUTO	0,515	154,50
188	3.000	Comprimido	Maleato de levomepromazina 25 mg	UCI	0,11	330,00
195	500	Comprimido	Mesalazina 800 mg	NEO QUIMICA	0,75	375,00
207	500	Comprimido	Mirtazapina 30 mg	AUROBINDO	0,80	400,00
208	3.000	Comprimido	Mononitrato de isossorbida 40 mg	ZYDUS	0,119	357,00
217	200	Frasco	Óleo mineral 100 ml	MARIOL	1,49	298,00
222	3.000	Comprimido	Oxibutinina 5 mg	UCI	0,36	1.080,00

227	30.000	Comprimido	Paracetamol 750 mg	ZYDUS	0,043	1.290,00
238	100	Tubo	Propionato de clobetazol 0,5 mg/gr - 30 gr	NOVA QUIMICA	3,15	315,00
239	40.000	Comprimido	Propranolol 40 mg	OSORIO	0,011	440,00
245	50	Frasco	Salbutamol xarope 20mg 120 ml	NEO QUIMICA	0,93	46,50
258	1.000	Comprimido	Sulfato de glicosamina sulfato de condroitina 500/400 mg	ACHE	1,36	1.360,00
259	600	Sache	Sulfato de glicosamina sulfato sódico de condroitina 1,5/1,2 g 5 g	EUROFAR-MA	3,36	2.016,00
260	1.000	Comprimido	Sulfato de hidroxilcloroquina 400 mg	SANOFI	0,61	610,00
264	20	Frasco	Tartarato de brimonidina 0,2% solução 5 ml	NEO QUIMICA	10,00	200,00
265	1.000	Comprimido	Tartarato de metoprolol 100 mg	MULTILAB	0,156	156,00

Valor Global da Empresa R\$ 33.728,00 (trinta e três mil, setecentos e vinte e oito reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 15/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda EPP, estabelecida na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, n.º 1132, Centro, CEP 85.601-030, Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CNPJ 02.607.956/0001-81, pelo seu representante, Sr. Angelo Follador Sobrinho, sob nº de CPF 413.598.600-53 e RG 3023904794 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
045	60.000	Comprimido	Carbamazepina 200 mg	MEDLEY	0,079	4.740,00
126	10.000	Comprimido	Digoxina 0,25 mg	PHARLAB	0,025	250,00
137	10	Tubo	Epítezan pomada 3,5 gr	LATINO-FARMA	8,212	82,12
183	100	Ampola	Lidocaina 2% sem vasoconstritor 20 ml	HYPOFARMA	1,906	190,60
213	500	Tubo	Nitrato de miconazol creme 60 gr	PRATI	2,059	1.029,50
220	8.000	Comprimido	Oxcarbamazepina 600 mg	U. QUIMICA	0,573	4.584,00
267	1.000	Comprimido	Topiramato 100 mg	EMS	0,350	350,00

Valor Global da Empresa R\$ 11.226,22 (onze mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devere atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente

de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 16/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, estabelecida na Estrada Boa Esperança, n.º 2320, Bairro Fundos Canoas, CEP 89.160-000, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CNPJ 00.802.002/0001-02, pelo seu representante, Sr. Anacleto Ferrari, sob nº de CPF 523.140.819-00 e RG 1.428.772 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
003	20	Caixa	Acetilcisteína 600mg com 16 envelopes 5 gr	PRATI	7,20	144,00
009	1.000	Comprimido	Acido fólico 5 mg	MARIOL	0,019	19,00
022	60.000	Comprimido	Amitriptilina 25 mg	NEO QUIMICA	0,097	5.820,00
036	300	Ampola	Bicarbonato de sódio 8,4% injetável 10 ml	SANTEC	0,39	117,00
042	100	Frasco	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml - frasco com 20 ml	HIPOLABOR	1,36	136,00
051	5.000	Comprimido	Carvedilol 12,5 mg	TORRENT	0,123	615,00
052	5.000	Comprimido	Carvedilol 25 mg	TORRENT	0,138	690,00
053	5.000	Comprimido	Carvedilol 3,125 mg	TORRENT	0,092	460,00

054	10.000	Comprimido	Carvedilol 6,25 mg	TORRENT	0,098	980,00
058	100	Ampola	Cetoprofeno 100 mg 2ml	U. QUIMI-CA	1,692	169,20
063	20.000	Comprimido	Cinarizina 25 mg	SANVAL	0,026	520,00
095	2.000	Comprimido	Cloridrato de tizanidina 2 mg	BANBAXY	0,34	680,00
103	5.000	Comprimido	Clortalidona 50 mg	VITAPAN	0,082	410,00
104	10	Frasco	Colírio anestésico 20 ml	ALLERGAN	8,00	80,00
132	500	Ampola	Dipirona 500 mg 2 ml	FARMACE	0,308	154,00
138	300	Frasco	Eritromicina 250 mg suspensão - 60 ml	PRATI	2,75	825,00
157	40.000	Comprimido	Glibenclamida 5 mg	GEOLAB	0,012	480,00
169	1.000	Frasco	Hipoclorito de sódio 2,5% 50 ml	RIO QUIMICA	1,577	1.577,00
171	30.000	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg	VITAPAN	0,066	1.980,00
173	20	Frasco	Insulina NPH Regular 100 UI/ 10 ml	ASPEN	24,516	490,32
176	1.000	Comprimido	Lamotrigina 100 mg	TORRENT	0,384	384,00
182	100	Ampola	Lidocaina 2% com vasoconstritor 20 ml	HIPOFARMA	2,78	278,00
184	100	Tubo	Lidocaina geléia 2% 30 gr	FARLAB	1,57	157,00
191	500	Frasco	Mebendazol 20 mg/ml suspensão - 30 ml	MARIOL	0,62	310,00
196	1.000	Comprimido	Mesilato de doxazosina 2 mg	SEM	0,096	96,00
231	600	Ampola	Penicilina 600.000UI	TEUTO	0,499	299,40
261	500	Ampola	Sulfato de turbalina 0,5 mg 1 ml	HIPOLABOR	1,434	717,00
272	2.000	Comprimido	Valsartana hidroclorotiazida 320/12 mg	TORRENT	1,533	3.066,00
279	100	Tubo	Xilocaina gel 20 mg 30 gr	FARLAB	1,57	157,00

Valor Global da Empresa R\$ 21.810,92 (vinte e um mil, oitocentos e dez reais e noventa e dois centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o

Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 17/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa BH Farma Comércio Ltda ME, estabelecida na Rua Simão Tann, nº. 257, Bairro Cachoeirinha, CEP 31.130-250, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CNPJ 42.799.163/0001-26, pelo seu representante, Sr. Helio Alves Rocha, sob nº de CPF 112.191.815-87 e RG 1.134.028 SSP/BA, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
070	50	Tubo	Cloranfenicol colagenase 30 gr	ABBOTT	10,00	500,00
215	100	Cartela	Noretisterona 0,35 mg com 35 cpr	BIOLAB	5,00	500,00

Valor Global da Empresa R\$ 1.000,00 (um mil reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o

Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 18/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, estabelecida na Rodovia BR 480, n.º 795, Centro, CEP 99.740-000, Barão Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 03.652.030/0001-70, pelo seu representante, Sr. Edivar Szymanski, sob nº de CPF 670.481.290-34 e RG 5051132966 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
033	500	Unidade	Benzoato de benzila sabonete 60 gr	IFAL	1,00	500,00
038	5.000	Comprimido	Blacofeno 10 mg	TEUTO	0,036	180,00
068	200	Frasco	Clonazepan 2,5 mg 20 ml	GEOLAB	1,86	372,00
088	7.000	Comprimido	Cloridrato de prometazina 25 mg	PRATI	0,026	182,00
093	600	Comprimido	Cloridrato de tetraciclina 500 mg	TEUTO	0,085	51,00
096	2.000	Comprimido	Cloridrato de tramadol 100 mg	UCI	1,39	2.780,00
097	5.000	Comprimido	Cloridrato de tramadol 50 mg	HIPOLA-BOR	0,096	480,00

098	500	Ampola	Cloridrato de tramadol 50 mg 1 ml	HIPOLA-BOR	0,58	290,00
109	200	Ampola	Contracep 150 mg 1 ml	U. QUIMI-CA	11,00	2.200,00
118	300	Ampola	Dexaneurim 5.000UI	TEUTO	1,89	567,00
124	200	Tubo	Diclofenaco emulgel 60 gr	PRATI	1,60	320,00
148	7.000	Comprimido	Fosfato de codeína paracetamol 500 mg/30mg	U. QUIMI-CA	0,45	3.150,00
150	1.000	Ampola	Fructogenase injetável 10 ml	BUNKER	1,27	1.270,00
230	1.000	Ampola	Penicilina 1.200.000UI	TEUTO	0,58	580,00
232	2.000	Frasco	Permetrina loção 1% - 60 ml	IFAL	0,92	1.840,00
256	500	Frasco	Sulfametazol 400 mg tri-metropina 80 mg suspensão 50 ml	TEUTO	0,75	375,00

Valor Global da Empresa R\$ 15.137,00 (quinze mil, cento e trinta e sete reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 19/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de

Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, n°. 593, centro, neste município, inscrito no CPF n° 037.761.419-05, e a empresa Aglon Comércio e Representações Ltda, estabelecida na Avenida Visconde de Nova Granada, n.º 1105, Vila Grossklauss, CEP 13.617-400, Leme, Estado de São Paulo, CNPJ 65.817.900/0001-71, pelo seu representante, Sr. Eros Carraro, sob n° de CPF 253.912.708-80 e RG 22.370.122-1 SSP/SP, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00, Decreto Municipal n°. 1652/2007 e o Decreto Municipal n°. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório n° 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
087	50	Frasco	Cloridrato de olopatadina 2,2 mg 2 ml	PATANOL	31,50	1.575,00
179	3.000	Cartela	Levonorgestrel 0,15 mg etinilestradiol 0,03 mcg com 21 drágeas	MICRO-VLAR	0,42	1.260,00
268	840	Cartela	Triquilar com 21 drágeas	TRIQUILAR	5,20	4.368,00
269	12.000	Comprimido	Valproato de sódio 500 mg	DEPAKEN E	0,40	4.800,00

Valor Global da Empresa R\$ 12.003,00 (doze mil e três reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho n° 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 20/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, n° 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, n°. 593, centro, neste município, inscrito no CPF n° 037.761.419-05, e a empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda, estabelecida na Rua Professor Leonidas Ferreira da Costa, n.º 847, Bairro Parolim, CEP 80.220-410, Curitiba, Estado do Paraná, CNPJ 81.706.251/0001-98, pelo seu representante, Sr. Elcio Luis Bordignon, sob n° de CPF 972.234.769-15 e RG 5.591.020-0 SSP/PR, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 3.555/00, Decreto Municipal n°. 1652/2007 e o Decreto Municipal n°. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório n° 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
002	500	Frasco	Acebrofilina xarope infantil 25 mg / 5ml com 120ml	PRATI	2,14	1.070,00
027	2.000	Ampola	Ampicilina 500 mg injetável com diluente	TEUTO	0,75	1.500,00
041	50	Frasco	Brometo de tiotrópio 2,5 mcg/dose 4 ml com 60 doses	BOEHRINGER	196,00	9.800,00
055	1.000	Frasco	Cefalexina 250 mg suspensão 60 ml	TEUTO	1,625	1.625,00
111	1.000	Comprimido	Deflazacorte 7,5 mg	EMS	1,44	1.440,00
120	1.000	Frasco	Dexclorfeniramina 2 mg xarope - 100 ml	NATULAB	0,848	848,00
130	1.200	Comprimido	Diosmina hesperidina 450/50 mg	CIFARMA	0,363	435,60
134	2.000	Comprimido	Dolamin 125 mg	FARMO-QUIMICA	0,907	1.814,00
156	500	Ampola	Gentamicina 80 mg injetável	NOVAFARMA	0,33	165,00
163	1.000	Frasco	Hidróxido de alumínio suspensão 120 ml	NATULAB	1,084	1.084,00
172	40	Ampola	Insulina glargina lantus 100 UI/ 10 ml	SANOFI	299,00	11.960,00
180	5.000	Comprimido	Levotiroxina 25 mg	MERCK	0,13	650,00
181	3.000	Comprimido	Levotiroxina sódica 75 mg	MERCK	0,139	417,00

202	1.000	Frasco	Metoclopramida gotas 4mg - 10 ml	MARIOL	0,359	359,00
203	500	Ampola	Metoclopramida injetável 10 mg 2 ml	ISOFAR-MA	0,206	103,00
205	3.000	Comprimido	Metronidazol 400 mg	GRE-ENPHAR-MA	0,079	237,00
209	2.000	Tubo	Neomicina bacitracina pomada 10 gr	MULTILAB	0,75	1.500,00
216	10.000	Comprimido	Norfloxacino 400 mg	MULTILAB	0,136	1.360,00
225	20.000	Comprimido	Paracetamol 300mg carisoprodo 125mg diclofenaco 50mg cafeína 30mg	PHARLAB	0,099	1.980,00
228	3.000	Frasco	Paracetamol gotas 100 mg - 10 ml	NATULAB	0,45	1.350,00
233	100	Frasco	Povidine degermante 1 lt	RIO QUÍMICA	10,47	1.047,00
234	200	Frasco	Povidine tópico 1 lt	RIO QUÍMICA	9,64	1.928,00
247	1.000	Bolsa	Soro fisiológico 100 ml	FARMACE	1,25	1.250,00
252	500	Bolsa	Soro glicosado 500 ml	EUROFAR-MA	1,813	906,50
253	1.000	Pacote	Soro oral pó 27,9 gr	NATULAB	0,34	340,00
263	50	Frasco	Systane colírio 10 ml	ALCON	21,24	1.062,00
277	2.000	Comprimido	Vildagliptina 50 mg metformina 500 mg	NOVARTIS	2,71	5.420,00

Valor Global da Empresa R\$ 51.651,10 (cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e dez centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devere atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 21/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, estabelecida na Rua da Saúde, n.º 45 A, Bairro Campo da Mogiana, CEP 37.701-331, Poço de Caldas, Estado de Minas Gerais, CNPJ 67.729.178/0004-91, pelo seu representante, Sr. Walter Prochnow Junior, sob nº de CPF 139.498.468-59 e RG 22.636.117-2 SSP/SP, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
019	20.000	Comprimido	Aminofilina 100 mg	HIPOLABOR	0,04	800,00
021	10.000	Comprimido	Amiodarona 200 mg	GEOLAB	0,115	1.150,00
031	1.000	Frasco/Amp	Benzil penicilina proc. potássica 400.000UI	NOVAFAR-MA	0,54	540,00
049	12.000	Comprimido	Carbonato de lítio 300 mg	HIPOLABOR	0,095	1.140,00
066	1.000	Comprimido	Clobazam 20 mg	SANOFI	0,668	668,00
090	20.000	Comprimido	Cloridrato de ranitidina 150 mg	MEDQUÍMICA	0,039	780,00
113	1,000	Caixa	Dexadoze injetável caixa com 3 - 2 ml / 1 ml	TEUTO	1,80	1.800,00
121	25.000	Comprimido	Diazepam 10 mg	SANTISA	0,026	650,00
131	25.000	Comprimido	Dipirona 500 mg	BALMLABOR	0,056	1.400,00
136	500	Ampola	Enantato de noretestisterona 50 mg valerato de estradiol 5 mg	MABRA	5,85	2.925,00
167	12.000	Comprimido	Hioscina simples 10 mg	BELFAR	0,144	1.728,00
175	25.000	Comprimido	Isossorbida 10 mg	SANVAL	0,045	1.125,00

226	30.000	Comprimido	Paracetamol 500 mg	TKS	0,036	1.080,00
250	300	Bolsa	Soro glico-fisiológico 500 ml	FRESENIUS	1,77	531,00
271	2.000	Comprimido	Valsartana anlodipino 160/5 mg	NOVARTIS	3,24	6.480,00

Valor Global da Empresa R\$ 22.797,00 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e sete reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 22/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Comercial Jaw Comércio de Material Medico Hospitalar Ltda, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco, n.º 1695, Bairro Capoeiras, CEP 88.090-060, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CNPJ 79.250.676/0001-93, pelo seu representante, Sr. Arion Peixoto Gershenson, sob nº de CPF 151.644.970-34 e RG 1012067268, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
241	100	Tubo	Purilon gel 25 gr	COLOPLAST	23,75	2.375,00
244	1.000	Comprimido	Roflumilaste 500 mg	NYCOMED	4,41	4.410,00

Valor Global da Empresa R\$ 6.785,00 (seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 23/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, estabelecida na Rua Severino Augusto Pretto, nº 560, Bairro Santo Antônio, CEP 95.960-000, Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 05.782.733/0001-49, pelo seu representante, Sr. Renata Casagrande Galiotto, sob nº de CPF 488.351.100-68 e RG 8043627945 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
094	5.000	Comprimido	Cloridrato de lorazepam 50 mg	U. QUIMI- CA	0,335	1.675,00
146	15	Frasco	Fluticasona spray 27,5 mg com 120 doses	GLAXO	29,40	441,00
160	100.000	Comprimido	Hidroclorotia- zida 25 mg	CIMED	0,013	1.300,00
197	20.000	Comprimido	Metformina 500 mg	AUROBIN- DO	0,044	880,00
242	5.000	Comprimido	Resperidona 1 mg	TORRENT	0,065	325,00
273	2.000	Comprimido	Venlafaxina 150 mg	TORRENT	0,395	790,00
274	2.000	Comprimido	Venlafaxina 75 mg	TORRENT	0,315	630,00

Valor Global da Empresa R\$ 6.041,00 (seis mil e quarenta e um reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devida atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 24/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, estabelecida na Rua Coronel Oscar Rafael Jost, n.º 1955, Centro,

CEP 96.815-010, Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 94.516.671/0001-53, pelo seu representante, Sr. Ademir Paulo Schuster, sob nº de CPF 219.912.940-34 e RG 4002156992 SSP/RS, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO**

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
007	100.000	Comprimido	Ácido acetil salicílico 100 mg	IMEC	0,008	800,00
012	3.000	Ampola	Água destila- da 5 ml	ISOFAR- MA	0,09	270,00
079	2.000	Comprimido	Cloridrato de clomiprami- na 75 mg	E.M.S.	0,95	1.900,00
092	15.000	Comprimido	Cloridrato de sertralina 50 mg	AUROBIN- DO	0,166	2.490,00
108	500	Ampola	Complexo B injetável 2 ml	HYPOFAR- MA	0,56	280,00
110	1.000	Comprimido	Deflazacorte 30 mg	E.M.S.	1,43	1.430,00
145	25.000	Comprimido	Fluoxetina 20 mg	TEUTO	0,099	2.475,00
219	50.000	Comprimido	Omeprazol 20 mg	PRATI	0,038	1.900,00
223	5.000	Comprimido	Pantoprazol 40 mg	SANDOZ	0,18	900,00
229	20.000	Comprimido	Paroxetina 20 mg	AUROBIN- DO	0,185	3.700,00
240	50	Frasco	Protetor solar fator 30 frasco 120 ml	MOPH	5,80	290,00

Valor Global da Empresa R\$ 16.435,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devida atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer

espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 25/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda, estabelecida na Rua Curitiba, n.º 255 D, Centro, CEP 89.801-341, Chapecó, Estado de Santa Catarina, CNPJ 13.568.558/0001-10, pelo seu representante, Sra. Ijowi Tobin Dilda, sob nº de CPF 040.293.519-56 e RG 3.767.841 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
013	4.000	Comprimido	Albendazol 400 mg	PRATI	0,22	880,00
029	50.000	Comprimido	Atenolol 50 mg	VITAPAN	0,018	900,00
043	150.000	Comprimido	Captopril 25 mg	PHARLAB	0,014	2.100,00
056	15.000	Comprimido	Cefalexina 500 mg	TEUTO	0,145	2.175,00
105	20.000	Comprimido	Complexo B	MEDQUIMICA	0,041	820,00
122	50.000	Comprimido	Diclofenaco de sódio 50 mg	VITAMED	0,011	550,00
123	2.000	Ampola	Diclofenaco de sódio 75 mg - 3 ml	FARMACE	0,32	640,00
133	1.000	Frasco	Dipirona sódica gotas 500 mg - 10 ml	FARMACE	0,429	429,00
142	6.000	Comprimido	Fenitoína 100 mg	TEUTO	0,055	330,00

144	100	Frasco	Fenobarbital 4% gotas 20 ml	SANVAL	1,95	195,00
158	300	Ampola	Glicose 25% 10 ml	ISOFAR-MA	0,144	43,20
170	1.000	Frasco	Ibuprofeno 50mg 30ml solução	NATULAB	0,76	760,00
221	50	Frasco	Oxcarbamazepina solução 6% 100ml	U. QUIMICA	20,64	1.032,00
257	1.000	Comprimido	Sulfassalazina 500 mg	SOBRAL	0,133	133,00
270	500	Frasco	Valproato de sódio solução oral com 100 ml	TEUTO	1,95	975,00

Valor Global da Empresa R\$ 11.962,20 (onze mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devida atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial n°. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 26/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2012

PROCESSO Nº 13/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº. 593, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.761.419-05, e a empresa S & R Distribuidora Ltda, estabelecida na Rua Regente Diogo A. Feijo, n.º 451 D, Bairro São Cristóvão, CEP 89.803-230, Chapecó, Estado de Santa Catarina, CNPJ 04.889.315/0001-92, pelo seu representante, Sr. Sergio Jacir Portela, sob nº de CPF 182.633.649-49 e RG 3.450.055 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002,

Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 08/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 13/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit	Valor total
004	200	Tubo	Acetonido de triancinolona em orabase 1 mg 10 gr	GEOLAB	2,56	512,00
006	200	Tubo	Aciclovir poma-da 5 gr	PRATI	1,49	298,00
008	10.000	Comprimido	Acido acetil salicílico 500 mg	BALM LABOR	0,029	290,00
010	1.000	Comprimido	Ácido nicotínico 500 mg	BIOLAB	1,159	1.159,00
011	1.000	Cápsula	Adalat 10 mg sl	BAYER	0,40	400,00
015	20	Caixa	Alcool polivinílico 1,45% povidona 0,6% 4 ml com 30 floconetes	ALLERGAN	34,59	691,80
017	1.000	Comprimido	Alopurinol 100 mg	PRATI	0,029	29,00
024	1.000	Frasco	Amoxicilina 250 mg/ml suspensão - 60 ml	NEO QUIMICA	1,12	1.120,00
026	5.000	Comprimido	Ampicilina 500 mg	PRATI	0,094	470,00
030	3.000	Comprimido	Azitromicina 500 mg	PRATI	0,364	1.092,00
032	200	Frasco	Benzoato de benzila 25% loção 100 ml	ST. TEREZINHA	1,417	283,40
034	10	Frasco	Benzocaina benzoxiquina cloreto benzetonio 43 gr	EUROFARMA	19,00	190,00
039	50	Frasco	Boston simplus solução ocular 120 ml	BAUSCH	43,29	2.164,50
040	100	Frasco	Brometo de ipratrópio 0,25 mg - frasco com 20 ml	HIPOLABOR	0,576	57,60
048	200	Frasco	Carbocisteína xarope infantil 20 mg/ml com 100 ml	PRATI	1,29	258,00
061	500	Ampola	Cimetidina 15 mg 2 ml	TEUTO	0,26	130,00
080	1.000	Comprimido	Cloridrato de clonidina 0,150 mg	BOEHRINGER	0,152	152,00
089	300	Ampola	Cloridrato de prometazina 25 mg 2 ml	SANVAL	0,64	192,00

091	500	Ampola	Cloridrato de ranitidina 300 mg 10 ml	FARMACE	0,42	210,00
112	300	Frasco	Deltamettrina suspensão 60 ml	ST. TEREZINHA	0,896	268,80
115	1.000	Ampola	Dexametasona 2 mg 1ml	FARMACE	0,299	299,00
117	1.000	Frasco	Dexametasona elixir - 100 ml	SOBRAL	0,985	985,00
125	1.000	Frasco	Diclofenaco resinato gotas 15 mg - 20 ml	VITAPAN	1,47	1.470,00
127	5.000	Comprimido	Dimeticona 40 mg	NEO QUIMICA	0,032	160,00
164	15.000	Comprimido	Hioscina composta	PRATI	0,109	1.635,00
165	500	Frasco	Hioscina composta gotas 20 ml	HIPOLABOR	1,30	650,00
166	1.000	Ampola	Hioscina composta injetável 5 ml	HIPOLABOR	0,55	550,00
185	1.000	Comprimido	Lisado bacteriano 3 mg	CHIESI	3,12	3.120,00
186	100.000	Comprimido	Losartan potássico 50 mg	PRATI	0,044	4.400,00
190	1.000	Comprimido	Maleato de metilergometrina 0,125 mg	NOVARTIS	0,502	502,00
193	20	Frasco	Mentol terpinol eucalipto acido benzoico gotas 20 ml p/inalação	BEUDP	12,85	257,00
198	25.000	Comprimido	Metformina 850 mg	GEOLAB	0,045	1.125,00
200	30.000	Comprimido	Metildopa 500 mg	TKS	0,14	4.200,00
204	7.000	Comprimido	Metronidazol 250 mg	PRATI	0,056	392,00
206	500	Tubo	Metronidazol creme vaginal 50 mg 50 gr	GEOLAB	1,395	697,50
235	10.000	Comprimido	Prednisona 20 mg	PRATI	0,096	960,00
236	7.000	Comprimido	Prednisona 5 mg	PRATI	0,05	350,00
262	1.000	Comprimido	Sulfato ferroso 4 mg	PRATI	0,029	29,00
266	3.000	Comprimido	Tizanidina 2 mg	RANBAXY	0,34	1.020,00
275	12.000	Comprimido	Verapamil 80 mg	PRATI	0,048	576,00
276	2.000	Comprimido	Vildagliptina metformina 50/850 mg	NOVARTIS	2,71	5.420,00

Valor Global da Empresa R\$ 38.765,60 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS



2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 08/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 06 de dezembro de 2012.
NILDO JULIANO KRUGER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 27/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2012

PROCESSO Nº 14/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, estabelecida na Estrada Boa Esperança, n.º 2320, Bairro Fundos Canoas, CEP 89.160-000, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CNPJ 00.802.002/0001-02, pelo seu representante, Sr. Anacleto Ferrari, sob nº de CPF 523.140.819-00 e RG 1.428.772 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 09/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 14/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit R\$	Valor total R\$
003	15	Caixa	Agulha gengival curta 0,3X21 mm com 100 unidades	LAMEDID	21,31	319,65
004	06	Caixa	Agulha gengival extra curta com 100 unidades	LAMEDID	21,31	127,86
005	12	Caixa	Agulha gengival longa com 100 unidades	LAMEDID	21,31	255,72
009	50	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 02 com 100 unidades	SSPLUS	2,83	141,50

015	30	Unidade	Broca 2200F	CHAMPION	2,78	83,40
016	20	Unidade	Broca alta rotação 1011	CHAMPION	2,78	55,60
017	10	Unidade	Broca alta rotação 1012	CHAMPION	2,78	27,80
024	40	Unidade	Broca shofu chama de vela	JON	7,94	317,60
025	01	Unidade	Broca zekria 28mm	MEDIN	35,56	35,56
026	01	Unidade	Broca zekria 29mm	MEDIN	35,56	35,56
028	06	Caixa	Cimento de hidróxido de cálcio pasta base catalizador 24 gr radiopaco	TECHNEW	20,00	120,00
030	200	Pacote	Compressa de gaze hidrófila 7,5X7,5 cm com 13 fios com 500 unidades	GAZETEX	13,78	2.756,00
031	300	Unidade	Creme dental 90 gr	ICE FRESH	1,50	450,00
037	53	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 90X260 com 100 unidades	ZERMATT	27,97	1.482,41
040	50	Caixa	Escova dental com cerdas macias adulto com 100 unidades	MEDFIO	29,99	1.499,50
041	50	Caixa	Escova dental com cerdas macias infantil com 100 unidades	MEDFIO	29,99	1.499,50
043	40	Unidade	Espelho bucal nº 05	GOLGRAN	4,73	189,20
045	03	Caixa	Esponja de fibrina com 10 unidades	TECHNEW	24,29	72,87
046	03	Caixa	Fio de sutura agulhado de nylon 4-0 com 24 unidades (agulha 20 mm 3/8)	SOLIDOR	25,94	77,82
047	12	Caixa	Fio de sutura agulhado de seda 3-0 com 24 unidades	SOLIDOR	25,94	311,28
049	30	Rolo	Fita adesiva branca para odonto 19mmX30mt	MISSNER	3,11	93,30
050	18	Rolo	Fita adesiva para autoclave 19mmX30mt	CIEX	4,08	73,44
057	15	Pacote	Gorro branco descartável feminino 100 unidades	DESCARPACK	8,44	126,60
058	110	Caixa	Haste flexível de plástico com algodão tipo cotonete com 100 unidades	YORK	3,23	355,30
059	04	Frasco	Hemostática 10 ml	INODON	26,67	106,68
066	20	Caixa	Luva de látex para procedimento média com 100 unidades	EMBRA-MAC	20,44	408,80
067	300	Caixa	Luva de látex para procedimento pequena com 100 unidades	EMBRA-MAC	20,42	6.126,00

070	06	Unidade	Mandril para contra-ângulo para discos polimento de resina com rosca e parafuso	MICRO-DENT	3,33	19,98
073	20	Unidade	Matriz metálica 0,05X5X500mm	SSPLUS	1,67	33,40
079	10	Unidade	Óculos odontológico de proteção incolor em policarbonato	DANNY	12,62	126,20
088	10	Unidade	Pinça curva para algodão nº 7	ABC	8,98	89,80
089	15	Caixa	Pincel microbrush com aplicador descartável com 100 unidades	FGM	13,18	197,70
108	06	Caixa	Tira de poliéster com 100 unidades	AAF	2,22	13,32

Valor Global da empresa R\$ 17.629,35 (dezesete mil, seiscentos e vinte e nove reais e trinta e cinco centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria deversa atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 09/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 28/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2012

PROCESSO Nº 14/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa MF de Almeida & Cia Ltda, estabelecida na Rua Sebastião Furtado, n.º 101, Centro, CEP 88.501-140, Lages, Estado de Santa Catarina, CNPJ 05.021.932/0001-34, pelo seu representante, Sr. Marcio Freitas de Almeida, sob nº de CPF 829.021.609-25 e RG 2.709.267 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada

PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 09/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 14/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit R\$	Valor total R\$
001	35	Unidade	Acido gel fosfórico 37% - frasco com 2,5 ml	CAITHEC	1,70	59,50
002	03	Unidade	Adesivo monocomponente frasco com 6 ml	FGM	135,00	405,00
007	75	Pacote	Algodão odontológico com 100 unidades soft	SSPLUS	1,75	131,25
011	26	Caixa	Anestésico cloridrato de lidocaína e fenilefrina injetável c/ 50 un 1,8 ml	DFL	36,07	937,82
014	16	Pote	Anestésico tópico gel benzocaína com 12 gr	DFL	7,10	113,60
019	20	Unidade	Broca baixa rotação nº 2	JOTA	4,07	81,40
021	32	Unidade	Broca baixa rotação nº 6	JOTA	4,07	130,24
023	25	Unidade	Broca diamantada 2200FF	FAVA	2,77	69,25
029	03	Kit	Cimento de ionometro de vidro R cor A2 - líquido 8 ml, pó 10 gr	FGM	33,80	101,40
032	05	Pacote	Cunha de madeira odontológica colorida com 100	PHARMAI-NOX	16,88	84,40
034	02	Kit	Disco soft-lex 19590 ½ polegada com mandril	3M	330,00	660,00
035	53	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 150X250 com 100 unidades	VEDAMAX	41,00	2.173,00
038	180	Unidade	Escova de dedo massageadora para bebê	MEDFIO	10,25	1.845,00
039	10	Unidade	Escova de Robson	PREVEN	1,59	15,90
042	02	Unidade	Escova limpa broca	GH	7,25	14,50
044	23	Unidade	Espelho de mão tamanho grande modelo molar	JON	38,20	878,60
051	18	Frasco	Fluoreto de fosfato acidulado gel 1,23% frasco com 200 ml	MAQUIRA	4,10	73,80

052	35	Frasco	Fluoreto de sódio 0,2% líquido 1000 ml	IODON-TOSUL	10,30	360,50
054	01	Unidade	Forceps adulto nº 150	GOLGRAN	46,35	46,35
055	01	Unidade	Forceps adulto nº 151	GOLGRAN	46,35	46,35
056	04	Frasco	Formocresol 10 ml	MAQUIRA	6,35	25,40
060	04	Frasco	Hidróxido de cálcio pó 10 gr	IODON-TOSUL	5,05	20,20
061	08	Unidade	Ionômero de vidro fotopolimerizável pó 5 gr líquido	DFL	113,50	908,00
063	02	Caixa	Lâmina para bisturi nº 15 com 100 unidades	SOLIDOR	22,88	45,76
064	02	Unidade	Lima 25mm 1ª série	INJECTA	50,90	101,80
068	01	Unidade	Macro modelo de arcada dentária superior e inferior em acrílico	ODONTO-MAR	239,40	239,40
069	01	Unidade	Macro modelo de escova de dente em acrílico gigante com língua 15X13X13	ODONTO-MAR	226,00	226,00
072	06	Caixa	Material restaurador intermediário pó e líquido - pó 38 gr e líquido 15 ml	IODON-TOSUL	82,78	496,68
074	15	Unidade	Matriz metálica 0,05X7X500mm	PREVEN	1,63	24,45
075	120	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho G	MAQUIRA	0,67	80,40
078	03	Pote	Obturador provisório branco 25 gr	CAITHEC	14,13	42,39
080	01	Frasco	Óleo para lubrificação spray de alta rotação 200 ml	PREVEN	24,30	24,30
082	06	Frasco	Otosporin 10 ml	FGM	15,10	90,60
087	120	Caixa	Pastilha para revelação de placa com 120 unidades	IODON-TOSUL	20,20	2.424,00
090	04	Unidade	Porta algodão inox 10X02X10cm	FLEXINOX	42,85	171,40
097	06	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B2	KULZER	59,45	356,70
098	05	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g OA2	KULZER	59,45	297,25

103	04	Frasco	Solução 0,5% de hipoclorito de sódio - líquido de Dakin - 1000 ml	ASFER	5,35	21,40
105	03	Frasco	Ticresol formalina 10 ml	MAQUIRA	7,50	22,50
106	06	Caixa	Tira de lixa para amálgama com 12 unidades	PREVEN	8,39	50,34
107	05	Caixa	Tira de lixa para resina com 150 unidades	PREVEN	9,10	45,50
109	05	Frasco	Verniz com flúor 15 ml	SSW	15,35	76,75

Valor Global da empresa R\$ 14.019,08 (catorze mil e dezenove reais e oito centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devida atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 09/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ata de Registro de Preços N.º 29/2012 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2012

PROCESSO Nº 14/2012

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Nildo Juliano Kruger, brasileiro, casado, no exercício do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 054.059.019-38, e a empresa Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, n.º 380, Centro, CEP 89.160-000, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CNPJ 04.989.294/0001-87, pelo seu representante, Sr. Julia Wagner Jumes, sob nº de CPF 821.619.099-91 e RG 2.915.507-0 SSP/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 1652/2007 e o Decreto Municipal nº. 1.684/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão

Presencial nº 09/2012, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 14/2012, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes: CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1- Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

Item	Quant	Unidade	Descrição	Marca	Valor unit R\$	Valor total R\$
006	50	Frasco	Alcool 70% 1000 ml	MEGA	5,09	254,50
008	50	Pacote	Algodão odontológico rolete nº 01 com 100 unidades	CREMER	2,53	126,50
010	05	Caixa	Amálgama 01 dose com 50 cápsulas	SDI	104,90	524,50
012	03	Caixa	Anestésico mepivacaína 3% sem vasoconstritor 1,8 ml com 50 unidades	DFL	64,69	194,07
013	16	Caixa	Anestésico mepivacaína com noradrenalina 2% c/ 50 un 1,8 ml	DFL	67,90	1.086,40
018	20	Unidade	Broca baixa rotação nº 1	INJECTA	4,07	81,40
020	32	Unidade	Broca baixa rotação nº 4	INJECTA	4,07	130,24
022	32	Unidade	Broca baixa rotação nº 8	INJECTA	4,07	130,24
027	02	Frasco	Cariostático 10 ml	IODONTOSUL	17,94	35,88
033	02	Kit	Disco para polimento de resina com 100 tdv kit com mandril	TDV	164,39	328,78
036	83	Caixa	Embalagem auto selante para esterilização 200x330 com 100 unidades	ZERMATT	59,74	4.958,42
048	200	Rolo	Fio dental encerado com 100 metros	PREVEN	2,62	524,00
053	15	Frasco	Fluoreto de sódio 2% gel	IODONTOSUL	4,08	61,20
062	02	Caixa	Lâmina para bisturi nº 12 com 100 unidades	SOLIDOR	22,88	45,76
065	50	Caixa	Luva de látex para procedimento extra pequena com 100 unidades	TOP	20,40	1.020,00
071	15	Caixa	Máscara cirúrgica com elástico tripla camada e filtro com 50 unidades	OLIMED	6,35	95,25
076	168	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho M	PREVEN	0,71	119,28
077	220	Unidade	Moldeira descartável em cera para aplicação de flúor tamanho P	PREVEN	0,66	145,20

081	01	Frasco	Óleo para lubrificação spray de baixa rotação 200 ml	PREVEN	24,29	24,29
083	70	Caixa	Papel carbono para articulação com 12 unidades	PREVEN	3,77	263,90
084	02	Rolo	Papel grau cirúrgico 10cmX100m	ZERMATT	48,80	97,60
086	04	Tubo	Pasta profilática com flúor para limpeza e polimento 50 gr	MAQUIRA	9,87	39,48
091	05	Unidade	Resina composta direta micro particulada fotopolimerizável A3	FGM	62,58	312,90
092	04	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A1	KULZER	59,50	238,00
093	07	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A2	KULZER	59,50	416,50
094	06	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3	KULZER	59,50	357,00
095	03	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g A3.5	KULZER	59,50	178,50
096	03	Unidade	Resina composta micro híbrida a base de micro glass radiopaca fotopolimerizável 4 g B1	KULZER	59,50	178,50
099	03	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g A2	KULZER	59,50	178,50
100	03	Unidade	Resina composta micro particulada a base de micro glass fotopolimerizável 4 g B2	KULZER	59,50	178,50
101	15	Unidade	Resina fotopolimerizável flow A2	FGM	27,50	412,50
102	06	Kit	Selante de fissuras e fissuras fotopolimerizável 5 ml com 5 seringas	DENTSPLY	142,90	857,40
104	100	Pacote	Sugador de saliva descartável com 40 unidades	SSPLUS	4,25	425,00

Valor Global da empresa R\$ 14.020,19 (catorze mil e vinte reais e dezenove centavos)

1.2 - A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Avenida 22 de julho nº 1070, centro - Irineópolis/SC.



1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº. 09/2012, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Irineópolis, 12 de dezembro de 2012.

NILDO JULIANO KRUGER

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itapiranga

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.843, de 11 de Junho de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.843, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito especial no orçamento vigente do Município e Itapiranga SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito especial no orçamento do Município de Itapiranga, nas seguintes dotações:

12.01 - Fundo Municipal Reeq. Da OBM Funrebom de Itapiranga 06.182.0141.2023 - Manutenção das Ativ. do Funrebom 44.30.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Estados e ao Distrito Federal R\$ 125.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art. 1º desta Lei, a anulação parcial ou total das seguintes dotações: 03.02 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

17.512.0079.1007 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente - Setor Saneamento 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 45.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1005 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 15.000,00

12.01 - Fundo Municipal Reeq. Da OBM Funrebom de Itapiranga 06.182.0141.1016 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 65.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 11 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 102, de 11 de Junho de 2013

DECRETO Nº 102, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito especial no orçamento vigente do Município e Itapiranga SC, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.843 de 11 de junho de 2013; Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito especial no orçamento do Município de Itapiranga, nas seguintes dotações:

12.01 - Fundo Municipal Reeq. Da OBM Funrebom de Itapiranga 06.182.0141.2023 - Manutenção das Ativ. do Funrebom 44.30.00.00.00.00.00.0104 - Transf. a Estados e ao Distrito Federal R\$ 125.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial das seguintes dotações: 03.02 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

17.512.0079.1007 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente - Setor Saneamento 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 45.000,00

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1005 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 15.000,00

12.01 - Fundo Municipal Reeq. Da OBM Funrebom de Itapiranga 06.182.0141.1016 - Aquisição de veículos, equip. e material permanente

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 65.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 11 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial N° 019/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 047/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 07/06/2013, a partir das 09h:30min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, ELIANA FRIGO DA SILVA, FÁBIO ANTONIO DA PAIXÃO, nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 000019/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO E USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL..

No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
AGLON MEDICAMENTOS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
NUMESFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
PRODIET FARMACEUTICA S/A

Representantes (Credenciados)

ANDRÉ TRZCINSKI
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
TIAGO MAZZUCCO
JULIANA DA SILVA PACHECO
JONATAN FRANCIS SALLA
GABRIEL DA SILVA CORREA
PEDRO DE OLIVEIRA SAMPAIO
FLAVIO ANTONIO EPAMINONDAS SANTOS
DIEGO DESIDERIO
ANDRÉ RICARDO DE CARVALHO
ANDRÉ CARLOS BEHNKE
MARCO AURELIO DA SILVA
JOSÉ DE OLIVEIRA SAMPAIO
JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR

ANDRÉ JEAN TEIXEIRA

NUMESFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CRISTIANO STADLER ANTUNES

Analisados os documentos foram achados conforme, restando classificada para a fase todas as empresas acima citadas.

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme.

Na fase de lances foi contado que empresa AGLON MEDICAMENTOS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, foi desclassificada para o item n° 117 desatendendo o edital por cotar capsulas quanto se exigia comprimidos. Restou desclassificada também a empresa CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA no item n° 18, pois o edital exigia frasco com 100ml e marca cotada conforme registro apresentou frasco com 75ml (Marca Sandoz). Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	7,7500	0,0000
2	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0090	0,0000
3	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0310	0,0290
4	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,0150	0,0000
5	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	6,8000	0,0000
6	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,8900	0,0000
7	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,2600	0,0000
8	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,3000	0,0000
9	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0200	0,0000
10	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9300	0,0000
11	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0850	0,0000
12	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,6200	0,0000
13	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTD	0,0400	0,0000
14	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5600	0,0000
15	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,1600	0,0000
16	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,2200	0,0000
17	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,0500	0,0000
18	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,6100	0,0000
19	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	0,5700	0,0000

20	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0660	0,0000
21	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,2386	0,0000
22	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,3580	0,0000
23	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,9600	0,0000
24	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,6000	0,0000
25	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,5870	0,0000
26	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7100	0,0000
27	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14,7900	0,0000
28	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,1500	0,0000
29	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,3860	0,0000
30	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,5300	0,0000
31	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,3200	0,0000
32	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	39,0000	0,0000
33	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	19,4000	0,0000
34	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,0160	0,0000
35	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,5000	0,0000
36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,6000	0,0000
37	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	0,0890	0,0000
38	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,6100	0,0000
39	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1053	0,0000
40	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,9900	0,0000
41	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,0600	0,0000
42	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0780	0,0000
43	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,0700	0,0000
44	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,2800	0,0000
45	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0880	0,0000
46	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,1146	0,0000
47	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,2000	0,0000
48	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	3,1500	0,0000
49	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7,0200	7,0000
50	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1730	0,0000
51	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,3400	0,0000
52	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1,3300	0,0000

53	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4807	0,0000
54	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,0000	0,0000
55	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	4,3800	0,0000
56	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,0400	0,0000
57	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,5000	0,0000
58	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,1200	0,0000
59	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,2400	0,0000
60	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	3,3950	0,0000
61	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,7850	0,0000
62	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,0500	0,0000
63	PRODIET FARMACEUTICA S/A	0,4753	0,0000
64	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1050	0,0000
65	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3088	0,0000
66	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,4650	0,0000
67	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	1,5700	0,0000
68	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,4500	0,0000
69	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0140	0,0000
70	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	1,8200	0,0000
71	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0294	0,0000
72	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,1792	0,0000
73	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	1,0300	0,0000
74	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	2,5900	0,0000
75	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,6700	0,0000
76	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,2300	0,0000
77	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,4330	0,0000
78	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7000	0,0000
79	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0512	0,0000
80	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,1200	0,0000
81	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0650	0,0000
82	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	2,8000	0,0000
83	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,3320	0,0000
84	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0870	0,0000
85	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	29,5000	0,0000

86	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,6100	0,0000
87	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,7800	0,0000
88	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,4500	0,0000
89	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5300	0,0000
90	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,6100	0,0000
91	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1300	0,0000
92	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,1820	0,0000
93	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	3,3900	0,0000
94	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	4,2500	0,0000
95	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,3200	0,0000
96	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,0200	0,0000
97	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,3300	0,0000
98	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,0140	0,0000
99	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1450	0,0000
100	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1540	0,0000
101	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5200	0,0000
102	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	8,3000	0,0000
103	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	7,6500	0,0000
104	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,0139	0,0000
105	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,7000	0,0000
106	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	4,0000	0,0000
107	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,5700	0,0000
108	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	23,9300	0,0000
109	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,0100	0,0000
110	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	0,7130	0,0000
111	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0660	0,0000
112	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0510	0,0000
113	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,0550	0,0000
114	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,2300	0,0000
115	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,2500	0,0000
116	PRODIET FARMACEUTICA S/A	1,6500	0,0000
117	PRODIET FARMACEUTICA S/A	1,2200	0,0000
118	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1530	0,0000

119	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,1130	0,0000
120	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,1200	0,0000
121	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,1290	0,0000
122	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,1800	0,0000
123	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	57,4600	0,0000
124	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,4500	0,0000
125	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4632	0,0000
126	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,2400	0,0000
127	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4632	0,0000
128	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	8,8000	0,0000
129	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,3800	0,0000
130	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	2,9000	0,0000
131	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,5900	0,0000
132	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,0289	0,0000
133	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0470	0,0000
134	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0448	0,0000
135	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	0,0990	0,0000
136	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,1990	0,0000
137	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0309	0,0000
138	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4000	0,0000
139	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0540	0,0000
140	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	1,3400	0,0000
141	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	2,9800	0,0000
142	PROMEFARMA REPRESENTA- coES COMERCIAIS LTD	3,7900	0,0000
143	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1510	0,0000
144	PRODIET FARMACEUTICA S/A	0,7100	0,0000
145	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0500	0,0000
146	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0294	0,0000
147	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	2,8900	0,0000
148	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,2000	0,0000
149	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	29,0500	0,0000
150	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,9100	0,0000
151	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1295	0,0000

152	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	5,6500	0,0000
153	PRODIET FARMACEUTICA S/A	4,7600	0,0000
154	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,7700	0,0000
155	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1,5600	0,0000
156	PRODIET FARMACEUTICA S/A	0,0362	0,0000
157	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4000	0,0000
158	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,4430	0,0000
159	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0340	0,0000
160	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0510	0,0000
161	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,0842	0,0000
162	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	1,5500	0,0000
163	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0900	0,0000
164	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,0500	0,0000
165	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	3,6000	0,0000
166	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,6800	0,0000
167	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,0120	0,0110
168	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3649	0,0000
169	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,0400	0,0000
170	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	2,2000	0,0000
171	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,9000	0,0000
172	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,3500	0,0000
173	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,7800	0,0000
174	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	3,1500	0,0000
175	CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	0,1380	0,0000
176	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0470	0,0000
177	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,1170	0,0000
178	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,2900	0,0000
179	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	1,5300	0,0000
180	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	1,6700	0,0000
181	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,6300	0,0000
182	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	2,0000	0,0000
183	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	1,6000	0,0000
184	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	1,8100	0,0000

185	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	2,4300	0,0000
186	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	0,8000	0,0000
187	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0500	0,0000
188	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,4912	0,0000
189	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,6000	0,0000
190	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,5600	0,0000
191	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,0319	0,0000
192	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,6200	0,0000
193	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,5500	0,0000
194	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	6,3000	0,0000
195	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4,0300	0,0000
196	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,9600	0,0000
197	CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDIC	0,2604	0,0000
198	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	3,5500	0,0000
199	PROMEFARMA REPRESENTA-coES COMERCIAIS LTD	0,0920	0,0000
200	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	14,5500	0,0000
201	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,5300	0,0000
202	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,5300	0,0000
203	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0710	0,0000
204	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0770	0,0000
205	CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDIC	0,1875	0,0000
206	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	1,9000	0,0000
207	CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDIC	0,4013	0,0000
208	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0860	0,0000
209	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,1300	0,0000
210	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0830	0,0000
211	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,1544	0,0000
212	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,0950	0,0000
213	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	0,0750	0,0000
214	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0880	0,0000
215	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,1600	0,0000
216	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,1790	0,0000
217	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	5,3900	0,0000

218	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,9990	0,0000
219	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,5500	0,0000
220	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,0466	0,0000
221	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,6000	0,0000
222	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	6,1600	0,0000
223	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,3368	0,0000
224	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0400	0,0000
225	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,0280	0,0000
226	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,0506	0,0000
227	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,6700	0,0000
228	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,5200	0,0000
229	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,7900	0,0000
230	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,8100	0,0000
231	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,0440	0,0000
232	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	0,4200	0,0000
233	MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	2,8800	0,0000
234	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	0,0640	0,0000
235	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	5,4100	0,0000
236	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,1400	0,0000
237	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	0,3900	0,0000
238	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7700	0,0000
239	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	0,7700	0,0000
240	NUMESFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTIC	1,1100	0,0000
241	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	0,4700	0,0000
242	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	0,0790	0,0000
243	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1,3490	0,0000
244	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,7690	0,0000
245	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	0,5500	0,0000
246	CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	1,4400	0,0000
247	ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	0,4000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que, todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas

para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	18.455,1500
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTD	38.742,8000
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT	19.876,0000
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	23.507,615
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	3.599,8500
CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT	21.282,0000
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	27.888,2200
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS	32.311,5400
CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDIC	9.931,5500
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.360,5000
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	8.749,9000
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	21.096,2000
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	33.277,5000
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO	2.060,4000
NUMESFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTIC	1.110,0000
PRODIET FARMACEUTICA S/A	28.786,1500

Neste ato ficam retificado o item nº 103 (Heparina sódica 5000 u i/025ml 2,5 ml injetável) aonde constava no sistema IPM a quantidade de 100.000,00 passa a vigorar corretamente como consta o edital a quantidade de 50 unidades de ampolas, na mesma forma item nº 56 do edital (complexo B (B1,B2,B3,B5,B6) drágea (frasco), retifica-se o lançamento do sistema IPM de 1.000,00 para 10.000,00, conforme correto o edital. Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrada a sessão às 12h:30min.

Itapoá, 12/06/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio

SOLAMIR COELHO

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

ELIANA FRIGO DA SILVA

FABIO ANTONIO DA PAIXAO

Assinantes**Representantes****Assinatura**

DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
AGLON MEDICAMENTOS COM. E REPRESENTAÇÕES
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTD
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LT
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD
CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPIT
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA
MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS
CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDIC
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTO
NUMESFARMA DIST. DE PRODUTOS FARMACEUTIC
PRODIET FARMACEUTICA S/A

Extrato do Contrato N°41/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO N°41/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
EPP, com sede à Rua Liborio F. Goedert, nº 600, Bairro: Ven-
daval, na cidade de Biguaçu/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.
05.891.363/0001-88 e Inscrição Estadual ISENTA, representada
neste ato pelo sócio JAIR ANGELO DARTORA, brasileiro, solteiro,
portador CI. RG nº 14/R.1.871.194, CPNF/MF: 891.994.729-5.
Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 03/2013 - PROCESSO N.º
44/2013.

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de
obra especializada e fornecimento de materiais para a construção
de Unidade Básica de Saúde, na localidade de Itapoá (centro),
compreendendo 305.94m², conforme projetos, memorial descrito
e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

VALOR: R\$ 413.807,37 (quatrocentos e treze mil oitocentos e sete
reais e trinta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura,
e com término esta condicionado a 08 (oito) meses, podendo ser
prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos
trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da
ordem de serviço.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 11 de junho de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Joaçaba

PREFEITURA

Ata Julgamento Propostas Técnicas - Envelopes 1 e 2 - TP 8/2013/PMJ - PL 44/2013/PMJ

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</p> <p>CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2013 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 44/2013 Processo de Licitação: 44/2013 Data do Processo: 29/04/2013</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRAT. AGÊNCIA PROPAGANDA P/ A PREST. DOS SERV. DE ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO, E A INTERMEDIÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA, BEM COMO A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DE CUNHO INFORMATIVO AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM O OBJETIVO DE PROMOVER E DIFUNDIR OS ATOS DA ADM. AO PÚB. EM GERAL, DENTRO DOS PARÂMETROS DEFINIDOS NO §1º DO ART. 37 DA C. F. E DE CONF. C/ O DETERM. PELO ART. 2º, § 1º, INCISOS I, II E III DA LEI 12.232.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 52/2013 (Sequência: 1)

Ao(s) 11 de Junho de 2013, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 974, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 44/2013, Licitação nº 8/2013 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2013, às 15h, reuniram-se na sala de reuniões do Setor de Compras da Prefeitura, os membros da Comissão de Licitações da Prefeitura de Joaçaba, para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 44/2013/PMJ - Tomada de Preços nº 8/2013/PMJ. Até o horário previsto no edital (14h30min) foram entregues no setor de protocolo os envelopes 01, 02, 03 e 04 das proponentes: DOSS PROPAGANDA LTDA (11022), SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA (10512) e VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA 910704), sendo que as proponentes DOSS PROPAGANDA LTDA (11022) e VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA (10704) enviaram representantes devidamente credenciados para a sessão. Primeiramente, foram abertos os envelopes nº 1 - Proposta Técnica - Primeira Parte e nº 2 - Proposta Técnica - Segunda Parte. Os mesmos foram rubricados pelos membros da comissão e pelos representantes credenciados, sendo que como não é possível a identificação das proponentes, as propostas foram nomeadas aleatoriamente à caneta com as letras A, B e C, no caso da primeira parte (envelope 1) e D, E e F, no caso da segunda parte (envelope 2), a fim de proceder à correspondência entre as propostas e as respectivas proponentes quando da abertura do envelope 3. Na análise das propostas técnicas - primeira e segunda partes verificou-se pelos membros da comissão de licitações e pelos representantes presentes o seguinte: Com relação à empresa SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA, essa desatendeu no item 5 do edital, uma vez que nas propostas apresentadas constou a logomarca da empresa, permitindo a identificação da proponente. Além disso, a mesma não apresentou as propostas, de acordo com a ordem/requisitos constantes no item 5 do edital (estando os elementos fora de ordem, sem clareza na descrição dos mesmos, todos identificados com o nome da empresa). Com relação à empresa DOSS PROPAGANDA LTDA (11022), verificou-se que na proposta técnica - segunda parte constaram na quarta e décima nona página layouts com o nome da empresa, permitindo dessa forma, a identificação da proponente, descumprindo ao constante no item 5 do edital. Dessa forma, a partir dos motivos expostos, as proponentes DOSS PROPAGANDA LTDA (11022) e SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA (10512) foram consideradas INABILITADAS nessa fase do certame. Com relação à terceira proponente, verificou-se que a mesma atendeu aos requisitos do edital, sendo dessa forma HABILITADA nessa fase. Os representantes das proponentes DOSS PROPAGANDA LTDA (11022) e VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA, presentes na sessão, não renunciaram ao direito de interpor recurso quanto à decisão tomada pela comissão de licitações nessa fase do certame, sendo informados de que terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão, para se manifestarem através de recurso administrativo. A proponente SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA será cientificada sobre o teor da presente ata e será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da mesma, para a interposição de recurso, caso haja interesse. Caso haja a interposição de recurso, será concedido a todas as proponentes o prazo de também 05 (cinco) dias úteis, para a apresentação de contra-razões ao mesmo. Transcorrido o prazo recursal, ou havendo a interposição por alguma proponente, todas serão informadas sobre a continuidade do presente processo. Em tempo registra-se que os envelopes 3 e 4 de todas as proponentes foram, na presença de todos, acondicionados em um envelope que foi devidamente lacrado e rubricado pelos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Joaçaba, 11 de Junho de 2013

COMISSÃO:

ALTEVIR DA CÁS	- - Presidente da Comissão de Licitação
FRANCIANI ALICE RIZZI SCHMIEDKE	- - MEMBRO
GUILHERME BAPTISTA	- - MEMBRO
LURDES CORREIA DE ÁVILA	- - MEMBRO
RENAN ZILIO	- - MEMBRO
LEANDRO SARTORI	- - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LUCAS FRANCIS ALVES DA CRUZ - - DOSS PROPAGANDA LTDA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 8/2013 - TP**

Processo Administrativo: 44/2013
Processo de Licitação: 44/2013
Data do Processo: 29/04/2013

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

THOMAZ MORGANTI RASO

- - VALE MAIS COMUNICAÇÃO LTDA

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato Homologação PL 49 TP 9/2013 PMJ
PREFEITURA DE JOAÇABA / AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 49/2013/PMJ,
- Modalidade: TP 9/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Coronel Passos Maia, no Município de Joaçaba.

- Empresa Vencedora: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - CNPJ: 09.223.659/0001-81

CONTRATO Nº 71/2013/PMJ, DE 11/06/2013

- Valor Total Contratado: R\$ 69.391,82, sendo: R\$ 50.704,20 referente aos materiais utilizados; R\$ 18.687,62, referente aos serviços.

- Dotação orçamentária:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

2.1.- Vigência do contrato: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

Joaçaba (SC), 11 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 71/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2013/PMJ

TP 9/2013/PMJ - PL 49/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

OBJETO: a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Coronel Passos Maia, no Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 69.391,82 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e hum reais e oitenta e dois centavos), sendo:
- R\$ 50.704,20 (cinquenta mil, setecentos e quatro reais e vinte centavos), referente aos materiais utilizados;

- R\$ 18.687,62 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos.), referente aos serviços.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.000.000000 - INVESTIMENTOS - Aplicações Diretas

2.1. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, com início contado a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato de Termo de Convênio Nº 08/2013-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2013-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA - CBMSC

OBJETO: CONTINUIDADE E MANUTENÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS, BEM COMO AS DEMAIS ATRIBUIÇÕES ESTABELECIDOS NO ART. 108 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.

VIGÊNCIA VALIDADE PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS, CONTADOS DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, PODENDO SER ADITADO OU RESCINDIDO, POR MÚTUO ACORDO OU PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES NELE ESTABELECIDAS, NESTE CASO INDEPENDENTE DA INTERPELAÇÃO JUDICIAL, MEDIANTE COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE 90 (NOVENTA) DIAS, POR QUALQUER DAS PARTES.

JOAÇABA-SC, 12 DE JUNHO DE 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal DE JOAÇABA/FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

CORONEL BM - MARCOS DE OLIVEIRA

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

Ordem de Serviço 194/2013, Recebida Em 11/06/2013

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 194/2013

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99 a prestação dos serviços com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Coronel Passos Maia, no Município de Joaçaba, Santa Catarina de acordo com o Processo de Licitação nº 49/2013/PMJ - Edital TP nº 9/2013/PMJ, homologado no dia 11/06/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 69.391,82 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato nº 71/2013/PMJ, de 11 de junho de 2013. O prazo para vigência do início dos serviços é de até 05 (cinco) dias e o prazo para execução é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço. O fiscal da obra será o engenheiro Denir Zulian.

Joaçaba (SC), 11 de Junho de 2013

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo

CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

IMPRES**Balancete Financeiro IMPRES 05 2013****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	688.793,45	Despesa Orçamentária	298.834,94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	166.005,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	298.834,94
RECEITA PATRIMONIAL	63.913,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.330,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.165,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.504,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	332.009,05		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAM	117.700,00		
Receita Extra - Orçamentária	359.951,50	Despesa Extra - Orçamentária	1.355.828,84
DEPOSITOS	61.116,56	DEPOSITOS	60.239,94
CONSIGNACOES	61.116,56	CONSIGNACOES	60.239,94
PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86	PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.913,86	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	10.913,86
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	17.974,42	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	17.974,42
EMPRESTIMOS	26.788,24	EMPRESTIMOS	25.911,62
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.009,18	OUTROS CONSIGNATARIOS	4.009,18
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	298.834,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	306.147,48
OBRIGACOES A PAGAR	298.834,94	OBRIGACOES A PAGAR	306.147,48
FORNECEDORES	3.884,34	FORNECEDORES	3.884,34
PESSOAL A PAGAR	3.569,21	PESSOAL A PAGAR	3.569,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.390,84	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	9.703,38
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	288.990,55	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	288.990,55
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	989.441,42
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	989.441,42
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	989.441,42
Saldos anteriores	35.382.231,11	Saldos atuais	34.776.312,28
Aplicações do RPPS	35.360.264,60	Aplicações do RPPS	34.761.751,45
BANCO C/ MOVIMENTO	21.966,51	BANCO C/ MOVIMENTO	14.560,83
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	36.430.976,06	Total	36.430.976,06

JOACABA, 11/06/2013

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

SIMAE**Homologação PR 15-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2013 - PR Processo Administrativo: 19/2013 Processo de Licitação: 19/2013 Data do Processo: 16/04/2013
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 19/2013
b) Licitação Nr.: 15/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/06/2013
e) Data da Adjudicação: 11/06/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006898 - CONEXÕES ESPECIAIS DO BRASIL LTDA	14	0,0000	16.795,80
- 006708 - DOAL PLASTIC IND. E COMERCIO LTDA	3	0,0000	740,00
- 006922 - MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1	0,0000	805,00
- 006057 - MEXICHEM INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	10	0,0000	17.659,60
- 006034 - POLIÉRG IND. E COM. LTDA	2	0,0000	3.425,00
- 006583 - TIGRE S/A TUBOS E CONEXOES	25	0,0000	18.007,30
	55		57.432,70

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 121.685,94

Joaçaba, 11 de Junho de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

CNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 15/2013 - PR**

Processo Administrativo: 19/2013
Processo de Licitação: 19/2013
Data do Processo: 16/04/2013

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Joaçaba, 11 de Junho de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Ordem de Serviço - Montagem Barrilete Eat 006 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 05/2013

Autorizo por meio desta, a empresa FIORIN USINAGENS LTDA a iniciar os MONTAGEM DE BARRILETE E CONJUNTO MOTOR BOMBA GRUNDFOS CM 5-2-1 POTENCIA DE 03 CV; LOCAL EAT 006/JOAÇABA-SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0021/2013, Pregão JHL 0017/2013, Protocolo JHL 1099/2013, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0041/2013 de 21 de Maio de 2013.

O valor Global dos serviços e materiais contratados correspondentes ao respectivo processo é de R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais), com prazo de execução de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 11 de Junho de 2013.

Contratante:

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo:

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Contratado: FIORIN USINAGENS LTDA

Responsável: Adilson Jose Fiorin

Sócio Administrador

CPF 021.421.889-90

RECEBI EM ____/____/____

Termo de Recebimento Definitivo de Obra - SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0102/2013 de 12/06/2013 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0007/2012, Edital de Licitação 0048/2012 decorrente do Contrato JHL nº 0097/2012 de 14 de Agosto de 2012 e seu Aditivo JHL 011/2013 de 21 de Fevereiro de 2012, e os Senhores Simar José Rosa, Sócio Administrador e Engº Jucenei Silva de Andrade, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Andrade Construções Ltda, após o recebimento Provisório da Obra Implantação Implantação de adutora de Água Tratada EAT-020 até o RAP 020, localizado na Rua Firmo Bernardi Linha Duas Casas, localizada no município de Joaçaba, conforme Termo Provisório assinado em 25 de Fevereiro de 2013, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução de Implantação da Adutora EAT-020, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 12 de Junho de 2013.

Membro da Comissão:

ENGº JOÃO CARLOS UNGERICH

Membro da Comissão:

MARCOS ANTÔNIO FÁVERO

Membro da Comissão:

ANDRÉ FRANCISCO FIORIN

Representante da Contratada:

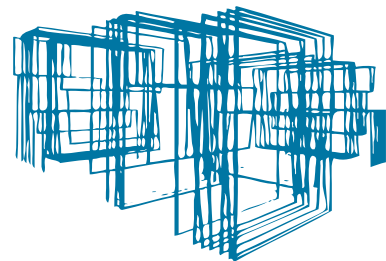
SIMAR JOSÉ ROSA

Engenheiro da Contratada:

ENGº JUCENEI SILVA DE ANDRADE

Visto da Direção do SIMAE:

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro Maio/2013**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.072.799,66	Despesa Orçamentária	1.036.072,13
RECEITA PATRIMONIAL	28.399,26	Despesas exceto Intra-orçamentárias	964.601,85
RECEITA DE SERVIÇOS	1.014.732,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	253.858,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.124,82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	299.231,73
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	17.518,00	INVESTIMENTOS	411.511,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAM	24,65		
		Despesas Intra-orçamentárias	71.470,28
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.668,76
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.801,52
Receita Extra - Orçamentária	1.239.919,46	Despesa Extra - Orçamentária	1.275.748,38
DEPÓSITOS	146.275,34	DEPÓSITOS	139.162,17
CONSIGNAÇÕES	95.783,17	CONSIGNAÇÕES	99.998,81
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.746,75	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.746,75
PENSAO ALIMENTICIA	5.064,09	PENSAO ALIMENTICIA	4.589,49
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.784,96	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	20.412,48
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	37.718,98	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	36.781,70
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.219,56	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	11.219,56
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	24.248,83	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	24.248,83
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	50.492,17	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	39.163,36
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	11.468,31	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	39.163,36
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	39.023,86	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.136.586,21
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.093.606,32	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.136.586,21
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.093.606,32	FORNECEDORES	715.427,60
FORNECEDORES	715.475,55	PESSOAL A PAGAR	253.858,53
PESSOAL A PAGAR	253.858,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	72.007,11
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	71.346,85	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	10.898,19
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	10.728,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	84.394,78
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	42.197,39		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	37,80		
RECEITAS PENDENTES	37,80		
RECEITAS A CLASSIFICAR	37,80		
Saldos anteriores	5.041.127,95	Saldos atuais	5.042.026,56
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.893.461,90	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.921.838,62
BANCO C/ MOVIMENTO	97.005,02	BANCO C/ MOVIMENTO	58.058,60
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	50.661,03	POUPANÇA	62.129,34
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	7.353.847,07	Total	7.353.847,07

JOACABA, 11/06/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

José Boiteux

PREFEITURA

Processo Licitatorio 26/2013 Veiculo

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2013
PREGAO PRESENCIAL Nº 13/2013

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 25/06/2013, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO MAIORES ENFORMAÇÕES NO EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 12 de Junho 2013.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 99/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 99/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC - cep:88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de uma sala sito à Rua Martinho Nerbas, 29 - centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado a Procuradoria Do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/01/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.641,60(um mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) mensais.

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Rerratificação Pe 13-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2013 - SMS.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE SERVIDORES PARA SETOR TECNOLOGIA

DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório a exclusão da seguinte descrição ao final do item 01 do referido edital:

funcionamento do equipamento No-break ou Estabilizador, este deverá ser fornecido pela empresa);

8 - Observações: O software fornecido com o equipamento radiográfico deve possuir total compatibilidade com a especificação técnica ACR/NEMA DICOM 3.0 (Digital Image Commucations in Medicine, versão 3.0). O equipamento deverá vir acompanhado dos recursos de software e hardware necessários para armazenamento e transmissão de imagens médicas no padrão DICOM 3.0, oferecendo no mínimo o serviço DICOM Store SCU, serviço de armazenamento para a classe usuário, de forma que exames realizados com o equipamento possam ser armazenados em um servidor de imagens DICOM-compatível qualquer, a ser definido pelo usuário final. O software DICOM fornecido deverá se encontrar habilitado para funcionamento e devidamente licenciado. O software fornecido com o equipamento radiográfico deverá permitir a configuração das "Entidades de Aplicação" (AE Titles) que serão utilizados como "Provedores de Serviços de Armazenamento", Store SCPs. Para tanto, o equipamento deverá vir acompanhado dos respectivos manuais de configuração da comunicação DICOM e de documento contendo as senhas administrativas necessárias para a configuração dessa comunicação e também para a configuração da interface de rede TCP/IP do equipamento, incluindo-se aí a senha de super-usuário do equipamento. O console (estação de trabalho) do equipamento radiográfico deverá permitir a comunicação com outros dispositivos DICOM através do protocolo de redes de computador TCP/IP, sendo que o hardware deverá estar provido de interface Ethernet. O equipamento dever ser acompanhado pelos manuais de operação e serviço em língua portuguesa. O licitante deve fornecer treinamento adequado aos usuários, sem ônus para a administração.

Rerratificação PP 43-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2013 - PML.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE EUCALIPTO (VIGAS E PRANCHAS) NÃO TRATADA PARA A RECUPERAÇÃO DE PONTES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório as alterações que se fazem necessárias no referido edital:

- No Anexo II - Termo de Referência, leia-se: Valor Máximo Global: R\$ 48.940,00.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 11 de junho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário da Administração

Extrato de Contato 108/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 108/2103

CCONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13,

Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção e Pintura para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, Para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal Viária em Diversas Ruas e Avenidas do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 66/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

15/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 14.520,00 (quatorze mil e quinhentos e vinte reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 100/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 100/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZOOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 06.105.781/0001-65, estabelecida à Rua Ialene Schutz Hostmunn, n.º 26 - SL - Palhoça/SC - cep: 88.135-221 - fone: 48/32835890.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Servidores para uso da Secretaria de Municipal de Administração, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 40/2013 em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 101/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 101/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - cep: 88.504-225.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

09/04/2013 à 09/08/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 17.863,25 (dezesete mil e oitocentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 102/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 102/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel, sito à Praça João Ribeiro, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalada a Secretaria de Segurança das Pessoas e Patrimônio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/01/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$1.672,13 (mil e seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos) mensais.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 103/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 103/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA WALMA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 08.404.969/0001-30, com sede nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um barracão, sito à Av. Belizário Ramos, lado ímpar e Rua Alagoas e Rua Sergipe - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o setor de veículos da PML.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/01/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.175,18 (três mil e cento e setenta e cinco reais e dezoito centavos) mensais.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 104/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 104/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, inscrito no CPF sob o n° 250.691.109-00, e RG n°1.685.455, Gerente Regional da Epagri de Lages inscrita no CNPJ sob o n° 83.052.191/0006-77, Rua João José Godinho s/n° - Bairro Morro do Posto - Lages (SC),

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/01/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 105/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 105/2103

CESSIONARIA: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONCESSIONÁRIA: BOLSA LOGISTICA E ADMINISTRAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 80.739.014/0001-60, estabelecida na BR 282, n.º 49, Lages, SC - fone 32237259.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Outorga de Concessão de Uso de Bem Imóvel Destinado a Exploração Comercial e a Prestação de Serviço de Abastecimento de Aeronaves, Situado no Aeroporto Federal Antonio Correia Pinto de Macedo, no Bairro Guarujá, nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Sessenta meses da assinatura deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais);

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 106/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 106/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: GRANDO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.562.696/0001-38, com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira n.º 8860 - Vacaria/RS - cep: 95.000-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Prestação de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus, para uso nos Veículos e Máquinas da Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 87/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

15/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 107/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 107/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 07.025.399/0001-04, com sede à Rua Valdomiro Koeche n.º 60 - Lages/SC - cep: 88.520-450 - fone: 32247216.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção e Pintura para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, Para Conservação,

Manutenção da Sinalização Horizontal Viária em Diversas Ruas e Avenidas do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 66/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

15/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 109/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 109/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção e Pintura para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, Para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal Viária em Diversas Ruas e Avenidas do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 66/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

15/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.354,67 (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 110/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 110/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SINALBLU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.433.422/0001-74, com sede à Rua Ari Barroso n.º 541 - Blumenau/SC - cep: 89.065-130.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pintura e Manutenção da Sinalização Horizontal Viária em Vias Urbanas do Município, com fornecimento de material, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 73/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

15/04/2013 à 15/10/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 111/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 111/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Elétricos para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

16/04/2013 à 15/10/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 79.552,00 (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e dois reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 113/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 113/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - cep: 88.509-340.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Gêneros Alimentícios, em caráter emergencial em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento n° 95/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

26/04/2013 à 26/07/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 43.850,60 (quarenta e três mil e oitocentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 114/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 114/2103

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

COMODATÁRIA: INSTITUTO PATERNIDADE RESPONSÁVEL - P.A.I., inscrito no CNPJ sob n.º nº07.078.487/0001-74, com sede à Rua João de Castro, 367 - Centro - Lages - SC - cep: 88.501.160, fone: 32270943

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A COMODANTE cede à COMODATÁRIA, em comodato, 01 (um) veículo utilitário tipo Kombi, 0k ano e modelo 2008, chassi 98WGF07X88P022479, marca Volkswagen, na cor branca, para uso em serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Cinco anos da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

Gratuito.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 115/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 115/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: EMPRESA SANTA CATARINA CONSULTORES E AS-SOC. LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.568.964/0001-54, com sede à SCN 01 - BL F Sala 301 - Ed. America - Brasília/DF.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para orientação no encaminhamento e elaboração de projetos e processos, no âmbito do distrito federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, para o município em conformidade com Termo de Referência, Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

30/04/2013 à 26/07/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) por mês.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 116/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 116/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: IVONE FURTADO, inscrito no CPF sob n.º 065.308.779-91, C.I. n.º 111.433, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação é um imóvel sito à Rua Humberto de Campos quadra 88, lote 009, com área de 576,00 m², que será usado como depósito e reciclagem do Programa de Reaproveitamento e destinação final de lixo formado por equipamentos de informática, eletrônicos, eletro eletrônicos e outros produtos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02/01/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.832,77 (Um mil e oitocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavo) por mês

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 117/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 117/2103

CESSIONARIA: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONCESSIONÁRIO: BRAVA LINHAS AÉREAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º CNPJ 07.611.146/0001-12, com sede à Rua Dona Teodora n.º 503 - sala 02 - Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O MUNICÍPIO autoriza a CONCESSIONÁRIA, a instalação e uso de

duas salas para uso como área de check in, check out e loja no Aeroporto Federal Antonio Coreia Pinto de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Doze meses da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais) por mês.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 118/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 118/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.824.026/0001-66, com sede à Av. Dom Pedro II n.º 1131 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem como objeto o fornecimento emergencial de combustíveis para uso nos veículos e máquinas da frota do município, para o consumo durante três meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Três meses da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 241.470,50 (duzentos e quarenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e cinquenta).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 119/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 119/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 38.877.148/0001-81, com sede à Rua Roma, 620, cj 162, 164 e 166 - Lapa - São Paulo/SC - cep: 05.050-090.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A locação e suporte de software destinado ao acesso via internet à rede AFTN (Rede Fica de Telecomunicações Aeronáuticas) instalado no Aeroporto Federal de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Doze meses da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.080,95 (hum mil e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 120/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 120/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: SP PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA - ME,

inscrita no CNPJ sob o n.º 83.695.825/0001-03, com sede à Rua Emiliano Ramos, 496 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de Empresa Especializada em serviços de Campanhas Publicitárias de cunho Informativo, Institucional e Promocional de ações do Governo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

17/04/2013 à 31/05/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 63.438,77 (sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 91/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 91/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: PARTNER COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.234.845/0001-53, estabelecida à Rua Amazonas n.º 540 - sala 301 - Lages, SC - cep: 88.509-210.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Equipamentos para Execução do Projeto Social da Obra da Avenida Ponte Grande da Secretaria de Obras, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 13.350,00 (treze mil e trezentos e cinquenta reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 92/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 92/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 09.053.748/0001-27, estabelecida à Rua Ceceliom Rodrigues n.º 136 - Taio, SC - cep: 89.190-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Equipamentos para Execução do Projeto Social da Obra da Avenida Ponte Grande da Secretaria de Obras, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.465,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e cinco).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 93/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 93/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Equipamentos para Execução do Projeto Social da Obra da Avenida Ponte Grande da Secretaria de Obras, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.295,00 (Um mil e duzentos e noventa e cinco reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 94/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 94/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CELIA REGINA W. SANI - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87, com sede à Av. Beira Rio n.º 730 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Equipamentos para Execução do Projeto Social da Obra da Avenida Ponte Grande da Secretaria de Obras, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 33/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/03/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 6.845,00 (seis mil e oitocentos e quarenta e cinco reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 95/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 95/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - sala 01 - Lages/SC - cep:88.508-300 - fone:99831026.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Praça dos Esportes e da Cultura, com fornecimento de material, em conformidade como o projeto, memorial descritivo e planilhas quantitativas, partes do Edital Decorrente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Quinze meses da sua assinatura

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.887.310,81 (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil, trezentos e dez reais e oitenta e um centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 96/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 96/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONCREBLOC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.367.473/0001-93, com sede na Av. Dr. João Pedro Arruda, sem número - Lages/SC - cep: 88.514-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 61/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

03/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 20.440,00 (vinte Mil e quatrocentos e quarenta reais).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 97/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 97/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MARCIA DA CUNHA VENTURA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.498.706/0001-86, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, 2510 - Lages/SC - cep: 88.519-400 - fone:32238051.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n° 61/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

03/04/2013 à 31/12/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 344.699,99 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 98/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 98/2103

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n° 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.302.396/0001-70, com sede na Rua Valdomiro Koeche, 320 - Lages/SC - fone:32248616.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Aquisição de Materiais em Artefato de Cimento, para uso no perímetro urbano do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 61/2013. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) 03/04/2013 à 31/12/2013. CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S) R\$ 81.799,99 (oitenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, SC, 10 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Lei N° 1764/2013

LEI N° 1764/2013 DE 12 DE JUNHO DE 2013
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO I DA LEI N° 1.490/2008 DE 5 DE MARÇO DE 2008 E REVOGAÇÃO DA LEI N° 1.644/2010 DE 2 DE JUNHO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I da Lei nº 1.490/2008 de 5 de Março de 2008 – Quadro Pessoal da ESF (Estratégia de Saúde da Família) – conforme o anexo único e parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Os demais artigos da Presente Lei nº 1.490/2008 de 5 de Março de 2008, permanecem inalterados.

Art. 3º - Fica Revogada a Lei nº 1.644/2010 de 2 de Junho de 2010.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

ANEXO ÚNICO

Quadro Pessoal da ESF (Estratégia de Saúde da Família)

Categoria Profissional	Requisitos/Exigências	Número de Vagas	Regime de Dedicção
Enfermeira da ESF (COREN)	Nível superior com formação em Enfermagem, registro no Conselho Regional de Enfermagem	10	40 horas semanais

Odontólogo da ESF	Nível Superior, formação em Odontologia e registro no CRO	07	40 horas semanais
-------------------	---	----	-------------------

Lei N° 1765/2013

LEI N° 1765/2013 DE 12 DE JUNHO DE 2013
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 9.597,00 (Nove mil e quinhentos e noventa e sete reais), mediante a celebração de convênio com a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA, visando o atendimento dos animais abandonados e/ou maltratados e os de rua, especialmente cães e gatos, do município de Lauro Müller/SC.

Parágrafo Único - O convênio de que se trata o "caput" deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta LEI.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.738/2012 de 19 de Novembro de 2012; Órgão: 08.01 - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente; Unidade: 01 - Fundo Municipal da Agricultura, Projeto/Atividade: 2.042 - Assistência a Agricultura; Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JUNHO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

MINUTA DO CONVÊNIO N°
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E À ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro - Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA, pessoa jurídica de direito

privado, com CNPJ nº 14.788.264/0001-66, com sede na Rua Prefeito Benjamin Bitencourt Barreto, nº s/n, Bairro Caíru - Lauro Müller/SC, representada neste ato por sua Presidente Fernanda Alves Camacho, com CPF nº 058.344.279-01, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar no atendimento dos animais abandonados e/ou maltratados e os de rua, especialmente cães e gatos, do município de Lauro Müller/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA o valor total de R\$ 9.597,00 (nove mil e quinhentos e noventa e sete reais), sendo efetuado o repasse em até 07 (sete) parcelas no valor de R\$ 1.371,00 (hum mil e trezentos e setenta e um reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio;

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2013, a

partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 10 de Junho de 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

FERNANDA A. CAMACHO

Presidente da ONG Latidos, Miados e Cia

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 286/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0286/2013 de 12 de Junho de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979., e lei 978/99 de 31/03/99 e Lei 076 de 12/01/2012..

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora, ELAINE APARECIDA RISSON, ocupante do cargo de AUXILAR DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 20/04/2011 a 19/04/2012 e período de gozo de 12/06/2013 a 11/07/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 12 de Junho de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria N° 287/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA N°. 0287/2013 de 12 de Junho de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, a servidora, ELAINE APARECIDA RISSON, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, Licença Prêmio relativo ao período de aquisitivo 12/01/2012 a 11/01/2013 período de gozo de 12/07/2013 a 29/07/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 12 de Junho de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Súmula de Convênio

SÚMULA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO 03/2012

Concedente: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS ESTADO DE SANTA CATARINA e Conveniente: A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE NOVA VIDA. OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 03/2012, visando a prorrogar o prazo de vigência deste por mais 01 (um) ano. Assinatura: 06/01/2013. Publicação com efeitos retroativos a 06/01/2013. 822,15 (oitocentos e vinte e dois reais e quinze centavos) em parcelas mensais. Lebon Régis, 11 de junho de 2013. Cleusa Maria Redolfi Tomacheuski- Secretária de administração e finanças.

SÚMULA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO SUBVENÇÃO SOCIAL

Concedente: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS ESTADO DE SANTA CATARINA e Conveniente: HOSPITAL HÉLIO ANJOS ORTIZ. OBJETO: Quarto Termo Aditivo ao Convênio de Subvenção Social, visando a prorrogar o prazo de vigência deste por mais 01 (um) ano. Assinatura: 10/12/2012. Publicação com efeitos retroativos a 06/01/2013. Valor R\$: 7.000,00 (sete mil reais) em parcelas mensais.

Lebon Régis, 11 de junho de 2013.
CLEUSA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de administração e finanças.

Lindóia do Sul

PREFEITURA**Fase de Habilitação Decisão Final**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 07/2013

FASE DE HABILITAÇÃO DECISÃO FINAL

Após análise do recurso impetrado pela empresa Dimenzo Engenharia Ltda EPP, e das impugnações ao recurso, a Comissão Permanente de Licitações, bem como a autoridade superior, a Secretária de Educação Cultura e Esportes, mantém a decisão inicial, que inabilita as empresas Dimenzo Engenharia Ltda EPP e Neusa Morgante Ribeiro Construções Ltda. Desta forma fica desde já marcada para as 08:30 horas do dia 17 de junho de 2013, a sessão pública para abertura e julgamento da proposta de preços da licitante habilitada, que ocorrerá na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, situada na Rua Tamandaré, 98, centro, neste município. Neste mesmo local, no horário de expediente, poderão ser obtidas demais informações, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 11 de junho de 2013.
Comissão Permanente de Licitações

Luzerna

PREFEITURA**Lei 1120 - Senai**

LEI N° 1120 de 11 de junho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais) com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para a prestação de serviços de execução do Projeto "CONTEXTUALIZAÇÃO EM MANUTENÇÃO INFORMÁTICA E CONTEXTUALIZAÇÃO EM ELETRÔNICA" destinado aos alunos das 8ªs séries do ensino fundamental da ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO durante o ano de 2013.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária nº 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental - Categoria Econômica 3.3.90.39.65 - Serviços de Apoio ao Ensino - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Decreto 1631

DECRETO Nº 1631 de 27 de maio de 2013.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.076, de 05 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 196.500,00 (cento e noventa e seis mil e quinhentos reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 27 de maio de 2013, na Fonte 22 - Transferência de Convênio da Educação, originário do Programa PAR/TD FNDE-001, Termo de Compromisso PAR nº 8563/2013, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Luzerna, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 22 - Transferência de Convênios da Educação R\$ 196.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 196.500,00

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de maio de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

1º Apostilamento Arp PML.0039 e 0040.13**1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nºs PML. 0039 e 040/2013**

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs pml.0041, 0042 e 0043 de 08/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0025/2013, Pregão nº pml.0019/2013, celebradas entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e CLEMENS SALVI KLEIN e MARIANA SHUCK.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços nºs pml.0039 e 0040 de 08/05/2013, provenientes do Processo Licitatório nº pml.0025/2013, Pregão nº pml.0019/2013, incluindo a dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.36.28 - Serviço de Seleção e Treinamento - Pessoa Física

Empenhamento Ordinário

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral (curso de artesanato e culinária)

Reduzido: 007

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Reduzido: 009

Fonte 63 - Programa IGD Bolsa Família

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS (curso de artesanato e culinária)

Reduzido: 013

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Reduzido: 014

Fonte 52 - Transferências do FNAS - Programa Básico Fixo

Luzerna(SC), 23 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

1º Apostilamento Arp PML.0041, 0042 e 0043.13**1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nºs PML. 0041, 042 e 043/2013**

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA às ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS nºs pml.0041, 0042 e 0043 de 08/05/2013, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0025/2013, Pregão nº pml.0019/2013, celebradas entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e NÁDIA APARECIDA MARQUEZZE MOTT, NILVA CARDOSO GAB e REJANE BILIBIO.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento às Atas de Registro de Preços nºs pml.0041, 0042 e 0043 de 08/05/2013, provenientes do Processo Licitatório nº pml.0025/2013, Pregão nº pml.0019/2013, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.36.28 - Serviço de Seleção e Treinamento - Pessoa Física

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Reduzido: 069

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 23 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PML.075.13 - Arp - PML - Brita - Fornecedor 1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 75.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0034/2013

PREGÃO PML Nº 0027/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML.0034/2013, Pregão nº PML.0027/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas

cláusulas a seguir delineadas:

1 - PEDREIRA JOAÇABA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tirolesa, 600, na cidade de Joaçaba(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47, neste ato representada por seu sócio-administrador SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER, brasileiro, casado, empresário, portador da CI nº 1.122.749 e inscrito no CPF/MF sob o nº 139.433.329-34, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 813, Bairro Frei Bruno, em Joaçaba(SC), doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de Brita Graduada, Brita I, Brita II, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Pulmão e Pedra de Mão, para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do Município de Luzerna(SC), constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Brita graduada 50% de pó de pedra 50% de pedrisco	m³	800,00	51,50	41.200,00
6	Pedra pulmão	m³	200,00	47,50	9.500,00
7	Pedrisco	m³	500,00	43,50	21.750,00

O FORNECEDOR 1 – PEDREIRA JOAÇABA LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 72.450,00 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. A empresa vencedora será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do Município de Luzerna.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.11. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1.Os preços não serão reajustados;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. O FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.
- 5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;
- 6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- 7.1.1. Pela Administração, quando:
- O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
 - O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
 - O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
 - Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
 - Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.
- 7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.
- 7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a

ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

- 7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
- 7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.
- 7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
- 7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.
- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
 - Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	316	137/2013	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.060.3390.00	16	134/2013	Manut. Conservação das estradas vicinais do município
2.040.3390.00	0	87/2013	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.060.3390.00	0	133/2013	Manut. Conservação das estradas vicinais do município

2.030.3390.00	1	57/2013	Manutenção da educação básica - fundamental
2.052.3390.00	0	113/2013	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER

PEDREIRA JOAÇABA LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

PML.076.13 - Arp - PML - Brita - Fornecedor 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 76.13

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 0034/2013

PREGÃO PML Nº 0027/2013

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 11 (onze) dias do mês de junho do ano de 2013, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML.0034/2013, Pregão nº PML.0027/2013, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2- PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303 s/n -Km 47, na cidade de Ibicaré(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 02.081.239/0001-69, neste ato representada por seu sócio-administrador RUDI OHLWEILER JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da CI nº 11/R – 3.711.039-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.538.139-86, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 97, Centro, em Treze Tílias(SC), doravante denominado FORNECEDOR 2;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição, de forma parcelada, de Brita Graduada, Brita I, Brita II, Pedrisco, Pó de Pedra, Pedra Pulmão e Pedra de Mão, para a manutenção de diversas vias urbanas e estradas vicinais do Município de Luzerna(SC), constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Und	Qde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	Brita graduada, destinada a britagem das estradas	m³	3.500,00	48,00	168.000,00
3	Brita I	m³	1.000,00	45,00	45.000,00
4	Brita II	m³	150,00	45,00	6.750,00
5	Pedra de mão	m³	100,00	39,00	3.900,00
8	Pó de pedra	m³	300,00	49,00	14.700,00

O FORNECEDOR 2 – PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 238.350,00 (duzentos e trinta e oito mil e trezentos e cinquenta reais);

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação, sem a exigência de valor mínimo,

na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.4. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade;

1.5. A empresa vencedora será responsável pelo envio, frete e entrega das mercadorias.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelo servidor responsável pelo Setor de Obras da Prefeitura de Luzerna, dentro do perímetro do Município de Luzerna.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observado os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente.

1.11. Caso os materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência

de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: 049 3551 4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. O FORNECEDOR que, quando convocado no prazo estipulado, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

5.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará o fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

5.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas

pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços,

mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.060.3390.00	316	137/2013	Manutenção e conservação das estradas vicinais do
2.060.3390.00	16	134/2013	Manut. Conservação das estradas vicinais do município
2.040.3390.00	0	87/2013	Funcionamento e manutenção do setor de esportes
2.060.3390.00	0	133/2013	Manut. Conservação das estradas vicinais do município
2.030.3390.00	1	57/2013	Manutenção da educação básica - fundamental
2.052.3390.00	0	113/2013	Manutenção dos serviços urbanos

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de

preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

RUDI OHLWEILER JUNIOR
PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Macieira

PREFEITURA

Abre Credito Suplementar

LEI Nº653, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do convenio junto ao ministério da saúde.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Supêravit Financeiro do Exercício de 2012.

10.0 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
30.14 Ampliação da Rede Física de Saúde
44.90.55 Aplicações diretas
R\$ 47.120,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

LEI Nº654, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando
A Lei nº. 6221/12 de 11/12/2012 que
Estima a Receita e Fixa Despesa
para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
40.03 Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda
40.04 Manutenção das Atividades da Adm
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito
02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes
40.49 Manutenção das Atividades Esportivas
33.50 Transf. a instituições P. Sem F. Lucr.
R\$ 1.000,00

02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
30.35 Pavimentação de Ruas e Passeios
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

30.39 Saneamento Básico Geral
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

40.56 Manutenção do Fundo Defesa Cívil
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

02.07 Sec. Mun. de Agricultura e Desenv. Econômico
30.44 Promoção da Industria e Comercio
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Autoriza a Alienação de Um Bem Imóvel, Veículos, Sucatas e Outros Que Menciona

LEI Nº 652, de 11 de junho de 2013

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE UM BEM IMÓVEL, VEÍCULOS, SUCATAS E OUTROS QUE MENCIONA e dá outras providências.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens e sucatas a seguir descritos, de propriedade do Município de MACIEIRA/SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/ L 1513, ano/modelo 1976, Placas MDU 5380, RENAVAL 553054716, cor branca, diesel, 145 CV. AVALIAÇÃO R\$ 10.500,00.

LOTE 02: CAMINHÃO BASCULANTE FORD/ CARGO 1618, ano/modelo 1988, Placas MAY 1217, RENAVAL 552395951, cor branca, diesel, 182 CV, chassi BFYXLP5JDB10061. AVALIAÇÃO R\$ 19.500,00.

LOTE 03: CAMINHÃO BASCULANTE M. BENZ/ L 1113, ano/modelo 1979, Placas LWR 9415, RENAVAL 551896787, cor verde, diesel, chassi 34404112453179. AVALIAÇÃO R\$ 1.500,00.

LOTE 04: ÔNIBUS MERCEDES BENZ/ OF 1318, capacidade 45 passageiros, ano/modelo 1992, Placas LJF 7361, RENAVAL 320175383, cor branca, diesel, chassi 9BM384088NB958095, 184 CV. AVALIAÇÃO R\$ 6.500,00.

LOTE 05: VW/ KOMBI ESCOLAR, capacidade 15 passageiros, ano/modelo 2005, Placas MCV 4283, RENAVAL 855082461, cor branca, gasolina, chassi 9BWGB07X85P009481. AVALIAÇÃO R\$ 6.500,00.

LOTE 06: 01 TRATOR VALTRA VALMET, modelo 110 S, 4 x 4, ano 1999. AVALIAÇÃO R\$ 22.500,00.

LOTE 07: 01 AMBULÂNCIA FIAT DUCATO, capacidade para 9 passageiros, ano/modelo 2006/2007, placas MDQ 4896, RENAVAL 893173223, cor branca, a diesel, chassi 93W245H3372009266. AVALIAÇÃO R\$ 12.500,00.

LOTE 08: Aproximadamente 4.000 QUILOS DE FERRO VELHO. AVALIAÇÃO R\$ 90,00.

LOTE 09: Lote de pneus usados. AVALIAÇÃO R\$ 70,00.

Art. 2º - Os bens acima descritos somente poderão ser alienados pelo valor mínimo, estabelecido pela comissão de avaliação, nomeada através da Portaria nº 2795, de 02/01/2013.

Art. 3º - Os recursos obtidos com as alienações descritas no art. 1º, serão destinados à aquisição de novos bens, atendendo o disposto inciso III do § 2º do art. 4º e art. 44 da Lei Complementar Federal nº 1014, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macieira - SC, 11 de junho de 2.013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1301, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando
A Lei nº. 6221/12 de 11/12/2012 que
Estima a Receita e Fixa Despesa
para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 654 de

11/06/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
40.03 Manutenção das Atividades do Gabinete
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda
40.04 Manutenção das Atividades da Adm
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito
02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes
40.49 Manutenção das Atividades Esportivas
33.50 Transf. a instituições P. Sem F. Lucr.
R\$ 1.000,00

02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
30.35 Pavimentação de Ruas e Passeios
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

30.39 Saneamento Básico Geral
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.500,00

40.56 Manutenção do Fundo Defesa Cível
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

02.07 Sec. Mun. de Agricultura e Desenv. Econômico
30.44 Promoção da Indústria e Comércio
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1300, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do convenio junto ao ministério da saúde.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 653 de 11/06/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Supêravit Financeiro do Exercício de 2012.

10.0 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
30.14 Ampliação da Rede Física de Saúde

44.90.55 Aplicações diretas
R\$ 47.120,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Altera Data Para Recolhimento do Ponto Eletrônico
DECRETO N° 1299, de 07 de junho de 2013.
"Altera data para recolhimento do ponto eletrônico, e dá outras providências".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso das atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, que do dia 21 de cada mês, até o pagamento, são poucos dias para recolher o Ponto e importar para o sistema;

CONSIDERANDO, que devido aos fundamentos legais para que todos os funcionários cumpram seus horários, e sejam registrados por meio de ponto eletrônico.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que o recolhimento do ponto eletrônico a partir deste mês, será cobrado do dia 17 de cada mês, até o dia 16 do mês seguinte.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 07 de junho de 2013.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Publicação Resumida- Contrato
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA -SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0001/2013.
Pregão Presencial n° 0001/2013.
Contrato Administrativo n° 0001/2013.
Contratada: EMUVI - ESCOLA DE MÚSICA DE VIDEIRA LTDA.

Objeto: Contratação de profissionais qualificados para a realização de aulas de artesanato, de dança e de capoeira, com fornecimento dos materiais necessários para capacitação de crianças e jovens do Município de Macieira, conforme cronograma e horas/aulas definidos pela Secretaria de Assistência Social e especificados no anexo I do edital.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e a emissão da nota fiscal.

Vigência do Contrato: Até 31/12/2013.

Valor do contrato: R\$ 17.019,60 (dezessete mil dezenove reais e sessenta centavos), sendo 2.836,60(dois mil oitocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos) mensais, a serem pagos conforme os serviços prestados de horas/aula.

Macieira - SC, 12 de junho de 2013.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

Extrato do 2º Termo Aditivo ao 55/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo
2º Termo Aditivo ao Contrato n° 55/2012
Contratante: Município de Maracajá
Contratado: Betha Sistemas Ltda

Objeto: Fica acrescido no objeto do Contrato n° 55/2012, o sistema de fly transparência para a Prefeitura.

Cláusula Segunda - O valor global previsto na Clausula Terceira do contrato original, de R\$ 17.256,00 (dezessete mil, duzentos e cinquenta e seis reais), fica acrescido de R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais), totalizando em R\$ 18.774,00 (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais).

Maracajá, 15 de maio de 2013

Marema

PREFEITURA

Portaria 153/2013

Portaria n°153/2013
de 30/04/2013
DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SIMONE LUNARDI BARELLA PARA A EPAGRI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o comum acordo firmado entre o poder executivo e o servidor publico; CONSIDERANDO acordo firmado entre Município de Marema e EPAGRI; CONSIDERANDO a aceitação da respectiva servidora

RESOLVE

Art. 1º - Designar, em comum acordo, a funcionaria SIMONE LUNARDI BARELLA a exercer suas atividades junto a unidade da Epagri do Município de Marema, com o ônus da cedência por conta do Município.

Art. 2º - A cedência ora efetuada e feito por prazo indeterminado, ate que o presente ato contemple o interesse das partes, ficando o funcionário cedido sujeito ao atendimento de horário, normas e orientações da EPAGRI, para o objetivo estabelecido.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrario.

Art. 4º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.



DAIANE PERCIO
Servidor Designado

Portaria 154/2013

Portaria nº 154/2013

De 30/04/2013

ESTABELECE COMPENSAÇÃO DE HORAS EXTRAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS SEZAR SORGATTO RUSCHEL DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal CONSIDERANDO que o servidor público municipal extrapolou horas extras permitidas e em virtude disso fica impossibilitado legalmente o seu pagamento. CONSIDERANDO declaração emitida pela coordenadora do CRAS, sobre o transporte efetuado para a APAE em Xaxim.

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário de compensação de horas extras ao Servidor Público Municipal CARLOS SEZAR SORGATTO RUSCHEL, ficando dispensado do comparecimento de suas atividades do dia 08 de maio a 23 de maio de 2013.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Funcionária Designada

Portaria 155/2013

Portaria nº155/2013

De 30/04/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULCICLEIA ZANCHIN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal JULCICLEIA ZANCHIN, por um período de 30 dias, de 15 de maio a 13 de junho de 2013.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 12 de abril de 2011 a 11 de abril de 2012.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIENE PERCIO

Recursos Humanos

Portaria 156/2013

Portaria nº156/2013

De 30/04/2013

ALTERA DATA PARA EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA TEMPORÁRIA DE CONSELHEIRA TUTELAR - PRESIDENTE DE PASCOINA RAMPAZZO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 687/2005 e a Lei Municipal nº112/90 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a eleição do Conselho Tutelar e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital CMDCA nº01/2011.

CONSIDERANDO a Portaria 155/2013 que concedeu férias da titular JUCECLEIA ZANCHIN.

D E C I D E

Art. 1º - Altera data para exercício da função temporária da conselheira PASCOINA RAMPAZZO de CONSELHEIRA TUTELAR - PRESIDENTE, do período de 14/11/2012 a 14/03/2013, para 15/03/2013 a 13/06/2013.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Setor de Recursos Humanos

Portaria 157/2013

Portaria n. 157/2013

De 30/04/2013

DESIGNA MEMBROS PARA FAZER PARTE DO COMITÊ LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro, para compor o COMITÊ local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação:

- MARINES LUCIA ZEMBRANI, CPF n. 033.946.909-93, Representante dos Conselhos Escolares.

- PASCOINA RAMPAZZO, CPF nº 985.826.969-68, Representante do Conselho Tutelar.

- SALETE CHITOLINA, CPF nº 868.020.629-68, representante da Sociedade Civil.

- SIDIANE REGINATTO CAREGNATTO, CPF nº 049.585.909-51, representante De Trabalhadores de Educação.
 - MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ, CPF nº 493.952.039-00, representante dos Professores da Zona Urbana.
 - MARLI LUNARDI, CPF nº 898.737.699-00 representante dos Professores da Zona Urbana.

Art. 2º O COMITÊ tem por atribuições:

I - elaborar o diagnóstico da situação educacional do município;
 II - elaborar e acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas;
 III - analisar as estratégias de implementação das propostas do Plano de Ações Articuladas- PAR;
 IV - analisar os relatórios de progresso da execução do Plano de Ações Articuladas;
 V - analisar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Ações Articuladas;
 VI - identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações Articuladas;
 VII - contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da Adesão e execução do Plano de Ações Articuladas e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 3º - Os membros integrantes do respectivo Comitê, prestaram serviços relevante ao Município, não percebendo qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO
 Setor de Recursos Humanos

Portaria 158/2013

Portaria nº 158/2013

De 30/04/2013

ALTERA CARGO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DAIANE PERCIO DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 1º da Lei Municipal n. 559/2002 de 08/04/2002 que deu nova redação ao art. 24 da Lei Complementar n. 024/2001 de 04/07/2001.

RESOLVE

Art. 1º - Altera cargo da Servidora Publica Municipal Daiane Percio de CHEFE DE SETOR CC-06 para CHEFE DE DEPARTAMENTO CC-05, conforme o Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 027/2005 de 12.12.2005.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EDEMIR TOME
 Funcionária Designada

Portaria 159/2013

Portaria nº 159/2013

De 30/04/2013

DESIGNA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DAIANE PERCIO PARA RESPONDER PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c Art. 1º da Lei Municipal n. 559/2002 de 08/04/2002 que deu nova redação ao art. 24 da Lei Complementar n. 024/2001 de 04/07/2001.

RESOLVE

Art. 1º - Designa a servidora publica municipal DAIANE PERCIO para responder pelo departamento de Recursos Humanos.

§ único -Pelo desempenho da atividade designada, o respectivo servidor não perceberá qualquer tipo de gratificação salarial.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 30 de abril de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EDEMIR THOME
 Funcionário Designado

Meleiro

PREFEITURA

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Maio de 2013 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
05.2013	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	5.892,16
05.2013	Federal	DNPM – CEFEM	3.050,41
05.2013	Federal	SE – Salário Educação	22.046,07
05.2013	Federal	PNATE – Transporte Escolar	7.353,93
05.2013	Federal	PDDE – Dinheiro Direto na Escola	4.380,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

05.2013	Federal	PNAE – Merenda Escolar	8.382,00
05.2013	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	882,18
05.2013	Federal	PETI – Manutenção	1.000,00
05.2013	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
05.2013	Federal	CRAS – Centro Referência Assistência Social	4.500,00
05.2013	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	13.405,17
05.2013	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	21.390,00
05.2013	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	17.100,00
05.2013	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica)	6.003,56
05.2013	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
05.2013	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	4.460,00
05.2013	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	25.000,00
05.2013	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	2.625,75
05.2013	Estadual	OT (Outras Transferências)	3.500,00
05.2013	Estadual	TE – Transporte Escolar	15.068,00
05.2013	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (4.807/2012-0)	70.486,42
05.2013	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (6.492/2012-0)	56.343,12
05.2013	Estadual	OCE – Outros Convênio Estado (9.630/2012-0)	50.000,00
		Total	348.091,19

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA
Secretario de Administração e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Complementar N° 013/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 013/2013

DISPÕE SOBRE O PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV, PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ABRANGIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 009/2010 (ESTATUTO DO MAGISTÉRIO) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da

Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o Plano de Demissão Voluntária - PDV, dirigido aos servidores públicos municipais abrangidos pela Lei Complementar 009/2010 (Estatuto do Magistério), que optarem por sua utilização nos termos da presente LEI:

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários:

- a) admitidos por concurso com estabilidade;
- b) com 20 (vinte) anos de carreira ou mais.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica aos servidores exonerados ou já aposentados.

Art. 2º - Para a finalidade de adesão ao referido Programa, o servidor fará opção pela demissão voluntária e estará se desligando do serviço público municipal com os seguintes direitos e incentivos, a título de indenização:

a) pagamento de férias (vencidas e não gozadas e as proporcionais);

b) 13º salário proporcional;

c) remuneração proporcional aos dias trabalhados no mês de desligamento.

Art. 3º - Para efeito dos benefícios desta Lei, o funcionário deverá aderir o Plano de Demissão Voluntária, por requerimento direcionado ao Prefeito Municipal, no qual manifesta renúncia em relação a sua estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal através de decisão vinculada aos requisitos do art. 1º irá conceder o benefício.

Art. 4º - A demissão voluntária a que se refere a presente lei autoriza a conferir aos servidores demissionários que aderirem ao plano de demissão voluntária - PDV, perceber a cada ano de efetivo exercício 01 (um) salário base.

Parágrafo Único - Para a despedida voluntária, fração igual ou superior a 6 (seis) meses será computada como 1 (um) ano.

Art. 5º - O pagamento do benefício será parcelado, pago mensalmente, correspondendo o número de anos trabalhado ao número de parcelas.

Parágrafo Único - Será considerado para o cálculo, somente o tempo de efetivo serviço prestado. Dentre os motivos, suspendem a contagem do prazo:

a) As licenças e afastamentos quando gozados pelo servidor sem direito à remuneração;

b) As licenças para tratamento de saúde por um período superior a 90 dias, intercaladas ou não;

c) afastar-se do cargo em virtude de:

I - licença por motivo de doença em família;

II - licença para tratar de interesses particulares;

III - quais quer outro motivo que afaste o servidor do efetivo

desempenho de sua função.

Art. 6º- O servidor que estiver ocupando cargo comissionado e aderir ao PDV, deverá ter o benefício concedido sobre o salário base do cargo de origem.

Art. 7º - O disposto nesta Lei não se aplica aos servidores indicados em sindicância ou em processo administrativo disciplinar, bem como aqueles que venham a ser exonerados ou tiverem seu contrato de trabalho rescindido para assumir outro cargo, emprego ou função na Administração Pública Municipal.

Art. 8º - Os servidores que aderirem a este Plano de Demissão Voluntária, não poderão ser nomeados ou admitidos para qualquer cargo ou emprego municipal, durante o prazo de 03 (três) anos, contados da exoneração ou rescisão, salvo se a nova admissão ou nomeação se der em decorrência de concurso público, para o qual também, não poderá aproveitar a contagem de seu tempo de serviço anterior junto a esta Prefeitura Municipal.

Art. 9º - O prefeito municipal, através de ato discricionário, irá abrir por prazo determinado às adesões a presente lei, nunca superior a 30 dias, prorrogável por igual período, e uma única vez a cada ano.

Art. 10º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações próprias designadas no orçamento do Município.

Art. 11º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 12 de Junho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto N° 050/2013

DECRETO N° 050/2013, em 12 de Junho de 2013.

“INSTITUI E REGULAMENTA A NOTA FISCAL AVULSA DE SERVIÇOS E CONTÉM OUTRAS DISPOSIÇÕES.”.

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e, considerando ainda, o disposto na lei 002/2009 (Código Tributário do Município),

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a “Nota Fiscal Avulsa de Serviços”, de conformidade com o regulamento e modelo constante no anexo I, aprovado pelo presente Decreto.

Art. 2º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços, conforme modelo aprovado, não será inferior a 170 mm x 200 mm, devendo ser extraída em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª Via - Tomador do serviço;

II - 2ª Via - Prestador do serviço;

Art. 3º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviço conterá:

I - Denominação “NOTA FISCAL AVULSA DE SERVIÇOS”;

II - Número de ordem, número da via e sua destinação;

III - Nome, endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ/CPF do estabelecimento prestador do serviço;

IV - Nome, endereço e os números de inscrição municipal e do CNPJ/CPF do estabelecimento tomador do serviço;

V - Discriminação de unidades e quantidades;

VI - Discriminação dos serviços prestados;

VII - Valores unitários e total;

VIII - Valor do ISSQN recolhido;

IX - Data da emissão.

Art. 4º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados eventualmente por:

I - Empresas que prestam serviços sujeitos à incidência do imposto, sendo que dos seus atos constitutivos não consta a atividade de prestação de serviços como objeto social;

II - Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais autônomos;

III - Pessoas físicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes na condição de profissionais liberais;

IV - Pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;

V - Pessoa jurídica dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal;

VI - Pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

Art. 5º - A Nota Fiscal Avulsa de Serviços será emitida pelo Setor de Tributação e Fiscalização Tributária, a requerimento do prestador dos serviços.

Art. 6º - A emissão da Nota Fiscal Avulsa de Serviços fica condicionada, quando devido, ao prévio recolhimento do ISSQN referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas as operações realizadas.

Art. 7º - A emissão da Nota Fiscal Avulsa de Serviços fica condicionada a comprovação, pelo prestador dos serviços, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal, por meio de certidão negativa.

Art. 8º - Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar nota fiscal avulsa de serviço superior a 03 (três) notas fiscais no caso de Pessoa Jurídica e de 12 (doze) notas fiscais no caso de Pessoa Física, ambos por período de 12 (doze) meses.

Art. 9º - Revogados os atos em contrário, em especial o Decreto 039/2013, de 02 de Maio de 2013.



Art. 10 - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 12 de Junho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Denomina Logradouro Público Servidão Pedro Amaro Nascimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2738 DE 11 DE JUNHO DE 2013
DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO SERVIDÃO PEDRO AMARO NASCIMENTO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1° A Servidão sem denominação oficial localizada na transversal com a Rua João Meles, no Bairro de Escalvados, passa a denominar-se oficialmente SERVIDÃO PEDRO AMARO NASCIMENTO.

Art.2° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a lei n° 2400 de 14 de fevereiro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 74/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 074/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE

PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS PARA ATENDER TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 26/06/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 26/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 75/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 075/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: 04 (QUATRO) TIPO PASSEIO, UNIDADE MÓVEL PARA TRANSPORTE DE EQUIPES DO PSF DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 01(UM) PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E 01(UM) PARA ATENDER O SETOR DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 26/06/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 26/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Termo Aditivo Contrato N° 93/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 093/2013.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : A.R.G INDUSTRIAL LTDA.
Vigência : Início: 17/05/2013 Término: 16/07/2013.
Licitação : Tomada de Preços N°.: 104/2012.
Recursos: Dotação: 1.019 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO PMN 104/2012, TOMADA DE PREÇO 104/2012, REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ELSIR BERNADETE GAYA MULLER.

Navegantes, 17 de maio de 2013.

Extrato Decisão Administrativa N° 58/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO DE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 58/2012.

O requerente David Jacob Alves Barbosa, RG: 180.860-0 deflagrou o Procedimento Administrativo em epigrafe, baseado no B.O. 00137 - 2012 - 09068, requerendo indenização por danos

materiais, sob a alegação que a Prefeitura não sinalizou buraco em via pública. Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN n° 239/2013, tendo em vista a inexistência da comprovação do nexo causal entre a atitude/omissão da Secretaria e o resultado produzido, não restou claramente comprovado os danos alegados na inicial. Ante todo exposto, NÃO AUTORIZO o ressarcimento e INDEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 11 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO.

Secretária de Administração e Logística.

Extrato Decisão Administrativa N° 60/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO DE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 60/2012.

O requerente Hercílio Vargas, RG: 341427-4 deflagrou o Procedimento Administrativo em epígrafe, baseado no B.O. 00137 - 2012 - 09813, requerendo indenização por danos materiais, sob a alegação que a Prefeitura não sinalizou obras em via pública. Juntou documentos e orçamentos pertinentes. Foram solicitados e prestados esclarecimentos pela Secretaria de Obras. Com fundamento no Parecer Jurídico PGMN n°234/2013, tendo em vista a inexistência da comprovação do nexo causal entre a atitude/omissão da Secretaria e o resultado produzido, não restou claramente comprovado os danos alegados na inicial. Ante todo exposto, NÃO AUTORIZO o ressarcimento e INDEFIRO o requerimento. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 11 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO.

Secretária de Administração e Logística.

Nova Trento

PREFEITURA

Resultado Habilitação e Proposta - Concorrência N° 003/2013

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta - Processo Licitatório n° 059/2013 - Concorrência Pública n° 003/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - DATA: 11/06/2013

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a seleção de Instituição Financeira para prestar serviços, pelo período de 60 (sessenta) meses, com exclusividade na operação da Folha de Pagamento dos servidores ativos, inativos, contratados e pensionistas da Prefeitura de Nova Trento, e de serviços de expediente prestando os serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Houve a participação da seguinte empresa: BRADESCO S/A, inscrito no CNPJ N° 60.746.948/0001-12. Da análise da documentação, constatou-se que o apresentado pela licitante atendia as condições editalícias. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei n° 8.666/93 e nos termos do item VII do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, passou-se a abertura da PROPOSTA, onde sagrou-se vencedora a empresa BRADESCO S/A, cuja oferta foi de R\$ 180.001,00 (cento e oitenta mil e um real).

Nova Trento (SC), 11 de junho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Ata Chamamento Médicos

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e treze, as 15 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise a aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do chamamento Público, publicado no DOM/SC de 07/06/2013, para contratação de 03 (três) médicos clínico geral, para atuarem no HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, demonstraram interesse e foram aprovadas as seguintes médicos:

→ MARCOS DE AGUILAR PEREIRA

A segunda e terceira vaga não foram preenchidas por não ter havido interessados.

Todos os profissionais aprovados, foram encaminhados para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.

Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário

CLAUBER RENATO AMORIM

Administrador Hospital

Novo Horizonte

PREFEITURA

Lei N° 467-2013

LEI N° 467 de 21 de Março de 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR DÍVIDA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte LEI.

Art. 1o - Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a empenhar dívida remanescente do Exercício Financeiro do ano 2012, não incluída nos Restos a Pagar, à Empresa FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO.

Parágrafo Único - O valor da dívida de que trata o caput deste artigo é de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), de AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) e laudos excedentes do mês de dezembro de 2012.

Art. 2o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC

Em 21 de Março de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei N° 468-2013

LEI N° 468 de 21 de Março de 2013

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO, GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Os serviços de remoção, guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação por infração de legislação de trânsito, nas vias públicas abertas e livre circulação deste município, são de responsabilidade do Município de Novo Horizonte.

Art. 2º. A exploração dos serviços de guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, por infração da legislação de trânsito, poderá ser realizada diretamente ou delegada a terceiros, pessoas jurídicas de direito privado, total ou parcialmente, através de processo licitatório, na modalidade de concorrência, mediante concessão de serviço público.

Art.3º. Caso a exploração dos serviços declinados no art. 2º seja realizada por terceiro, o concessionário deverá cumprir os seguintes itens.

I - ter local apropriado na área urbana do município com o devido habite-se cercado, iluminado, e que ofereça em serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes da autoridade de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos, em relação aos quais assumirá o compromisso de fiel depositário.

II - receber todo e qualquer veículo, assim classificados no artigo 96 da Lei nº.9.503 de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), quando devidamente apreendidos, removidos ou retirados de circulação pela Autoridade de Trânsito, exceto àqueles de tração animal;

III - cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor previsto na Tabela I, anexa a esta Lei;

IV - receber e liberar os veículos somente para seus proprietários e unicamente com autorização do comando da Organização Policial Militar conveniada, sediada no Município, ou por pessoa por esta designada, uma vez atendidas as exigências da legislação de trânsito;

V - possuir livro de registro diário, do qual devem constar, no mínimo:

- a) a identificação dos veículos recebidos;
- b) o nome, endereço e identidade do proprietário ou condutor;
- c) a data e horário de recebimento;
- d) o nome e identidade do agente de trânsito responsável pela medida administrativa;
- e) a data da saída do veículo.

§ 1º. O concessionário sujeitar-se-á a vistoria semestral realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, comandante da Organização Policial Militar local, chefe da CIRETRAN ou por qualquer pessoa por uma destas autoridades designadas, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 2º. O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o concessionário às sanções, que poderão variar de uma multa no valor de até 50 UFRM, até a perda da concessão, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do poder delegante e sem o prejuízo de outras medidas previstas em LEI.

Art. 4º. O disposto nos incisos II à IV do artigo anterior aplica-se ao Município, no caso de exploração direta.

Art. 5º. Para fins de cumprimento da legislação de trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito, de que trata a presente

Lei, poderá ser prestado por pessoa jurídica de direito privado, credenciada junto ao órgão designado pelo Município, que também fixará os requisitos necessários para o credenciamento, operação e funcionamento.

§ 1º. O preço a ser cobrado pelos serviços de remoção de veículos é o constante do anexo I à esta Lei.

§ 2º. A operação do serviço de remoção de veículo obedecerá a um sistema que possibilite o acionamento das empresas uma após outra, na ordem em que se credenciarem, pelo órgão de trânsito solicitante, na medida em que surgir à demanda para este serviço, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º. O concessionário do serviço de depósito, deste que credencie um ou mais veículos para a remoção terá precedência sobre os demais prestadores desse serviço, sendo o primeiro a ser chamado para atender a solicitação dos agentes de trânsito.

Art. 6º. Decorrido o prazo de noventa dias, os veículos apreendidos ou removidos não reclamados por seus proprietários, serão levados à hasta pública pelo Poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referente a multas, tributos e encargos legais e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da legislação específica em vigor.

Parágrafo único. Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa do Município para cobrança judicial.

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei regulamentará o credenciamento e a operação das empresas prestadoras de serviço de remoção.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de Março de 2013.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

ANEXO I

Os preços dos serviços objetos da autorização ficam limitados em:

I - Serviços de guinchos:

a) Aos veículos descritos no art. 96, II, a: 2,3,4,5,6 e 7; b: 1,2,3,4 e 5 do CTB no perímetro urbano de Novo Horizonte e com distância de até 40 km em R\$ 60,00 (sessenta reais);

b) aos veículos descritos no art.96, II, a: 8,9,11 e 12, b: 6,7 e 8; c: 1,2 e 3 do CTB, no perímetro urbano de Novo Horizonte, e com distância de até 40 km em R\$ 90,00 (noventa reais).

Caso exceder a distância fixada, fica autorizada a empresa autorizatória a cobrar o valor de R\$ 1,10 (um real e dez centavos) o quilometro rodado excedente ao limite de 40 km, aos veículos descritos na alínea "a" e R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) o quilometro rodado excedente ao limite de 40 km, aos veículos descritos no inciso alínea "b".

II- Serviços de depósito e armazenamento a diária em:

a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriciclo R\$ 5,00 (cinco reais);

b) Automóvel e caminhonete R\$ 10,00 (dez reais);

c) Caminhões, micro-ônibus e ônibus R\$ 25,00 (vinte e cinco reais);

d) Reboques e semi-reboques (bi trem e carretas) R\$ 60,00 (sessenta reais).

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei N° 469-2013

LEI N° 469 de 21 de Março de 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA FAMILIAR, BEM COMO UTILIZAR RECURSOS NA PROMOÇÃO DE AÇÕES DE APOIO E INCENTIVO À ATIVIDADE.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos da Secretaria Municipal da Agricultura para promover ações de apoio e incentivo à atividade da piscicultura na fase de implantação (construção de tanques), visando aumentar a produção e agregar renda às famílias rurais mediante à projetos específicos.

Art. 2º- Os recursos utilizados deverão ser ressarcidos ao município pelos produtores.

Parágrafo I - Decreto do chefe do executivo regulamentara a forma de ressarcimento previsto no Caput.

Parágrafo II - Os recursos utilizados para a prestação de serviços aos agricultores inseridos no programa, não serão acrescidos de juros e correção monetária, desde que observados os prazos estabelecidos no decreto que regulamentara a aplicação da presente lei.

Art. 3º - Os beneficiários do programa deverão ser produtores proprietários ou arrendatários de estabelecimentos rurais, assentamentos, pescadores autônomos localizados no Município de Novo Horizonte.

Art. 4º - Os agricultores que desejarem participar do programa devem se enquadrar nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) do Governo Federal.

Art. 5º - Cada produtor terá direito às horas de máquina necessárias a execução dos trabalhos previstos no projeto, sendo utilizado o equipamento da prefeitura para a construção e adequação dos tanques.

Art. 6º - Os produtores inscritos no programa passarão por uma seleção onde um comitê gestor municipal, de forma isonômica, definirá quais famílias serão beneficiadas, e também avaliará se o referido serviço não causará danos ao meio ambiente.

Parágrafo Único - O Comitê Gestor Municipal será constituído pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, Prefeitura Municipal e entidade de extensão rural e entidades representativas do setor.

Art. 7º - Os recursos que comporão o programa referido serão oriundos do projeto de atividade de desenvolvimento da piscicultura do município, previsto no Orçamento Municipal e de recursos conveniados com outros entes federados.

Parágrafo Único - O número de produtores beneficiados será estipulado conforme disponibilidade de recursos que comporão o programa.

Art. 8º - Como forma de incentivo aos produtores a Prefeitura Municipal oferecerá cursos de capacitação técnica na área de piscicultura, sendo que, os participantes com frequência de 100% (cem por cento), terão desconto de 25% (vinte cinco por cento), nos custos de implantação ou adequação dos tanques, quando da devolução dos recursos utilizados.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte,

Em 21 de Março de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Lei N° 470 -2013

LEI N° 470 de 15 de Maio de 2013.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE NO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Novo Horizonte, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º Revoga-se as disposições em contrário

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte SC, 15 de maio de 2013.

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

Lei N° 471-2013

Lei nº 471 de 07 de junho de 2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1o - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

20.00 - Gabinete do Prefeito

20.01 - Gabinete do Prefeito

Atividade 2.002 - Manutenção da Administração Superior

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

30.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

30.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Atividade 2.003 - Manutenção da Administração Geral

Elemento de Despesa 3.2.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

Elemento de Despesa 4.6.90-0.1.0000 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Atividade 2.009 - Manutenção do Programa Merenda Escolar - PNAE.

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00

Atividade 2.011 - Manutenção Central da Secretaria de Educação.

Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas

R\$ 76.000,00

Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Atividade 2.014 - Manutenção Educação Infantil.
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas
R\$ 47.000,00

Atividade 2.016 - Manutenção Ensino Superior.
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.01 - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
Atividade 2.030 - Manutenção Fundo Mun. Assistência Social.
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 85.000,00
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 480.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

40.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
40.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Atividade 2.012 - Manutenção Transporte Escolar no Ensino Fundamental.
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas
R\$ 185.000,00

Atividade 2.013 - Manutenção Projeto Talentos.
Elemento de Despesa 3.1.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0001 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Atividade 2.015 - Manutenção Ensino Médio.
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 160.000,00

Atividade 2.018 - Manutenção da Cultura
Elemento de Despesa 3.3.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

50.00 - SECRET. AGRICULTURA TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE
50.01 - DEPARTAMENTO DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
Atividade 1.004 - Pavimentação de Vias Urbanas.
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 45.000,00

Atividade 2.021 - Manutenção Planejamento e Serviços Municipais.
Elemento de Despesa 3.3.50-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Atividade 1.005 - Apoio a Implantação de Indústrias.
Elemento de Despesa 4.4.90-0.1-0000 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 480.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC, em 07 de junho de 2013.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

Pregão Presencial 15/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 15/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 43/2013 - Pregão Presencial 15/2013, julgamento menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática, móveis e outros, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.
Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 8h45min do dia 25 de junho de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 9:00 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045 e ainda pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 11 de junho de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Ata Nº034/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º034/2012 do PREGÃO N.º045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME: Aquisição de microcomputador, materiais elétricos e estantes. VALOR: R\$ 329.875,00 (trezentos e vinte e nove mil oitocentos e setenta e cinco reais). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantém-se os preços inalterados.



Ata N°035/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º035/2012 do PREGÃO N°045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP: Aquisição de microcomputador, materiais elétricos e estantes. VALOR: R\$ 23.523,54 (vinte e três mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°036/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º036/2012 do PREGÃO N°042/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP: Aquisição de material de limpeza e material de copa e cozinha. VALOR: R\$ 20.670,00 (vinte mil seiscentos e setenta reais). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°037/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º037/2012 do PREGÃO N°042/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME: Aquisição de material de limpeza e material de copa e cozinha. VALOR: R\$ 4.390,88 (quatro mil trezentos e noventa reais e oitenta e oito centavos). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°038/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º038/2012 do PREGÃO N°042/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUÍMICOS E PAPÉIS LTDA ME: Aquisição de material de limpeza e material de copa e cozinha. VALOR: R\$ 17.765,14 (dezesete mil setecentos e sessenta e cinco reais e quatorze centavos). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°039/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º039/2012 do PREGÃO N°042/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA: Aquisição de material de limpeza e material de copa e cozinha. VALOR: R\$ 22.348,81 (vinte e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos). DATA: 15/06/2012 A 15/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°040/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º040/2012 do PREGÃO N°068/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LAGB ACESÓRIOS E PEÇAS LTDA: Aquisição de pneus para os veículos da Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 62.136,00 (sessenta e dois mil cento e trinta e seis reais). DATA: 18/06/2012 A 18/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°041/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º041/2012 do PREGÃO N°069/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP: Contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra para manutenção predial para Secretaria de Educação. VALOR: R\$ 598.752,00 (quinhentos e noventa e oito mil setecentos e cinquenta e dois reais). DATA: 18/06/2012 A 18/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°042/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º042/2012 do PREGÃO N°056/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA: Aquisição de kit's de café para o Centro de Convivência da Terceira Idade. VALOR: R\$ 25.080,00 (vinte e cinco mil e oitenta reais). DATA: 22/06/2012 A 22/06/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°043/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º043/2012 do PREGÃO N°084/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA: Aquisição de pães para café da manhã e no lanche das crianças e adolescentes do Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos - PETI. VALOR: R\$ 12.770,00 (doze mil setecentos e setenta reais). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°044/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º044/2012 do PREGÃO N°057/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA: Aquisição de carnes e frangos para o PETI. VALOR: R\$ 24.990,00 (vinte e quatro mil novecentos e noventa reais). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°045/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º045/2012 do PREGÃO N°089/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP: Aquisição de material de limpeza e higiene para Casa Lar Masculino

e Feminina. VALOR: R\$ 1.999,50 (um mil novecentos e noventa reais e cinquenta centavos). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°046/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º046/2012 do PREGÃO N°089/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEÓRGIA FILETI STEDILE ME: Aquisição de material de limpeza e higiene para Casa Lar Masculino e Feminina. VALOR: R\$ 2.914,50 (dois mil novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°047/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º047/2012 do PREGÃO N°089/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUÍMICOS & PAPÉIS LTDA ME: Aquisição de material de limpeza e higiene para Casa Lar Masculino e Feminina. VALOR: R\$ 4.846,00 (quatro mil oitocentos e quarenta e seis reais). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°048/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA N.º048/2012 do PREGÃO N°089/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA: Aquisição de material de limpeza e higiene para Casa Lar Masculino e Feminina. VALOR: R\$ 4.009,00 (quatro mil e nove reais). DATA: 10/07/2012 A 10/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°049/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º049/2012 do PREGÃO N°092/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICO LTDA: Aquisição de materiais para conserto e manutenção de vias e tubulações de drenagem de diversas localidades do município. VALOR: R\$ 799.000,00 (setecentos e noventa e nove mil reais). DATA: 16/07/2012 A 16/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°050/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º050/2012 do PREGÃO N°061/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa Eletro Comercial Energiluz LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais para manutenção da iluminação pública do município. VALOR: R\$ 340.678,06 (trezentos e quarenta mil, seiscentos e setenta e oito reais e seis centavos). DATA: 20/07/2012 A 20/07/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°051/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º051/2012 do PREGÃO N°099/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SINASC INDUSTRIAL LTDA. OBJETO: Sinalização em diversas ruas do município com placas e pinturas conforme determina o artigo nº24 do CTB. VALOR: R\$ 1.353.285,08 (um milhão trezentos e cinquenta e três mil duzentos e oitenta e cinco reais e oito centavos). DATA: 07/08/2012 A 07/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°052/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º052/2012 do PREGÃO N°099/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS. OBJETO: Sinalização em diversas ruas do município com placas e pinturas conforme determina o artigo nº24 do CTB. VALOR: R\$ 188.850,00 (cento e oitenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais). DATA: 07/08/2012 A 07/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°053/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º053/2012 do PREGÃO N°103/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH TLDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço nos carros da Secretaria de Educação com mão-de-obra e material. VALOR: R\$ 3.203,00 (Três mil, duzentos e três reais). DATA: 13/08/2012 A 13/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°054/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º054/2012 do PREGÃO N°103/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço nos carros da Secretaria de Educação com mão-de-obra e material. VALOR: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais). DATA: 13/08/2012 A 13/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°055/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º055/2012 do PREGÃO N°98/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para Casa Lar Masculina e Feminina. VALOR: R\$ 125.171,22 (cento e vinte e cinco mil cento e setenta e um reais e vinte e dois centavos). DATA: 16/08/2012 A 16/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°056/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º056/2012 do PREGÃO N°98/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios para Casa Lar Masculina e Feminina. VALOR: R\$ 35.730,10 (trinta e cinco mil setecentos e trinta reais e dez centavos). DATA: 16/08/2012 A 16/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°057/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º057/2012 do PREGÃO N°110/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ABI COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. OBJETO: aquisições de troféus e medalhas a serem utilizados como premiação em eventos esportivos no município. VALOR: R\$ 45.200,00 (quarenta e cinco mil e duzentos reais). DATA: 20/08/2012 A 20/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°058/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º058/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ABI COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°059/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º059/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CELIA REGINA WAMBOMMEL ME. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 2.212,00 (dois mil, duzentos e doze reais). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°060/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º060/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL ROPAGI LTDA ME. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 7.687,20 (sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte centavos). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°061/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º061/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FOOT COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 5.885,20 (cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°062/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º062/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HDR SERVIÇO DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 16.604,30 (dezesseis mil, seiscentos e quatro reais e trinta centavos). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°063/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º063/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: L. MOHR LTDA ME. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 2.490,60 (dois mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta centavos). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°064/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º064/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 6.627,80 (seis mil, seiscentos e vinte sete reais e oitenta centavos). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°065/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º065/2012 do PREGÃO N°115/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: STAUDT E FRANCESQUETT LTDA. OBJETO: aquisição de material esportivo para o desenvolvimento dos projetos sociais de escolinhas da Secretaria de Esporte. VALOR: R\$ 1.932,00 (um mil, novecentos e trinta e dois reais). DATA: 21/08/2012 A 21/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°066/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º066/2012 do PREGÃO N°127/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva da frota dos veículos da 30ª Delegacia de Polícia Civil. VALOR: R\$ 61.975,00 (sessenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais). DATA: 24/08/2012 A 24/08/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°067/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º067/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FÁBIO ANTÔNIO DOS SANTOS ME. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal.. VALOR: R\$ 2.780,00 (dois mil, setecentos e oitenta reais). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°068/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º068/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal.. VALOR: 14.840,00 (quatorze mil, oitocentos e quarenta reais). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°069/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º069/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal.. VALOR: R\$ 32.992,50 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°070/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º070/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TECNOART COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal. VALOR: R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°071/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º071/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TROIANA EQUIPAMENTOS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal.. VALOR: R\$ 6.279,30 (seis mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta centavos). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°072/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º072/2012 do PREGÃO N°134/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VALDECI CECILIO DOS SANTOS EPP. OBJETO: aquisição de materiais para execução de reparos e manutenção de prédios escolares na rede municipal.. VALOR: R\$ 17.204,40(dezessete mil, duzentos e quatro reais e quarenta centavos). DATA: 06/09/2012 A 06/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°073/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º073/2012 do PREGÃO N°133/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de alimentos para execução da Política de Assistência Social no Município. VALOR: R\$ 2.094,00 (dois mil e noventa e quatro reais). DATA: 12/09/2012 A 12/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°074/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º074/2012 do PREGÃO N°133/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GEÓGIA FILETI STEDILE ME. OBJETO: aquisição de alimentos para execução da Política de Assistência Social no Município. VALOR: R\$ 2.196,00 (dois mil, cento e noventa e seis reais). DATA: 12/09/2012 A 12/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°075/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º075/2012 do PREGÃO N°133/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HIPER CESTAS ATACADO DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de alimentos para execução da Política de Assistência Social no Município. VALOR: R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais). DATA: 12/09/2012 A 12/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°076/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º076/2012 do PREGÃO N°133/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de alimentos para execução da Política de Assistência Social no Município. VALOR: R\$ 8.880,00 (oito mil, oitocentos e oitenta reais). DATA: 12/09/2012 A 12/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°077/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º077/2012 do PREGÃO N°133/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TARCIANE LOHN BOECHAT EPP. OBJETO: aquisição de alimentos para execução da Política de Assistência Social no Município. VALOR: R\$ 1.530,00 (hum mil, quinhentos e trinta reais). DATA: 12/09/2012 A 12/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°078/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º078/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AKON LTDA ME. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 37.580,00 (trinta e sete mil quinhentos e oitenta reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°079/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º079/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 7.608,00 (sete mil seiscentos e oito reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°080/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º080/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°081/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º081/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 3.260,00 (três mil duzentos e sessenta reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°082/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º082/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 653.285,00 (seiscentos e cinquenta e três mil duzentos e oitenta e cinco reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°083/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º083/2012 do PREGÃO N°116/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TODT MÓVEIS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de mobiliário para as unidades de ensino. VALOR: R\$ 43.450,00 (quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 18/09/2012 A 17/09/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°084/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º084/2012 do PREGÃO N°164/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 76.620,80 (setenta e seis mil seiscentos e vinte reais e oitenta centavos). DATA: 31/10/2012 A 30/10/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°085/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ATA N.º085/2012 do PREGÃO N°165/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 13.332,90 (treze mil trezentos e trinta e dois reais e noventa centavos). DATA: 08/11/2012 A 07/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°086/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º086/2012 do PREGÃO N°166/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 16.382,70 (dezesseis mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta

centavos). DATA: 08/11/2012 A 07/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°087/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º087/2012 do PREGÃO N°162/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais para manutenção da iluminação pública. VALOR: R\$ 200.330,40 (duzentos mil trezentos e trinta reais e quarenta centavos). DATA: 09/11/2012 A 08/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°088/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º088/2012 do PREGÃO N°172/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PRO SURF WEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: confecção de uniformes para os agentes de serviços operacionais da rede de ensino. VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais). DATA: 12/11/2012 A 11/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°089/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º089/2012 do PREGÃO N°163/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AUTO POSTO PUEL LTDA. OBJETO: aquisição de combustível, filtros e lubrificantes. VALOR: R\$ 1.104.937,00 (um milhão cento e quatro mil novecentos e trinta e sete reais). DATA: 14/11/2012 A 13/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°090/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º090/2012 do PREGÃO N°177/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FLAME COMÉRCIO DE GÁS LTDA. OBJETO: aquisição de carga de gás para atender as cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 67.300,00 (sessenta e sete mil e trezentos reais). DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°091/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º091/2012 do PREGÃO N°173/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: manutenção das tampas dos bueiros e bocas de lobo das caixas de drenagens pluviais das ruas e avenidas do município. VALOR: R\$ 225.500,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais). DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°092/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º092/2012 do PREGÃO N°174/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ANCS INFORMÁTICA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de balança para auxiliar as merendeiras nas unidades de ensino. VALOR: R\$ 58.083,25 (cinquenta e oito mil oitenta e três reais e vinte e cinco centavos). DATA: 20/11/2012 A 19/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°093/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º093/2012 do PREGÃO N°179/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIAL SUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 17.550,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta reais). DATA: 26/11/2012 A 25/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°094/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º094/2012 do PREGÃO N°179/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: aquisição de equipamentos para atender as necessidades das cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 15.350,00 (quinze mil trezentos e cinquenta reais). DATA: 26/11/2012 A 25/11/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°095/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º095/2012 do PREGÃO N°190/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ESCRIMATE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. OBJETO: material de informática para Polícia Militar de Palhoça. VALOR: R\$ 12.397,80 (doze mil trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). DATA: 04/12/2012 A 03/12/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°096/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º096/2012 do PREGÃO N°193/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ANCS INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de utensílios para atender as cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 268.885,00 (duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais). DATA: 12/12/2012 A 11/12/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°097/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º097/2012 do PREGÃO Nº193/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEÓRGEA FILETI STEDILEDE OLIVEIRA ME. OBJETO: aquisição de utensílios para atender as cozinhas das unidades de ensino. VALOR: R\$ 101.317,50 (cento e um mil trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos). DATA: 12/12/2012 A 11/12/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°098/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º098/2012 do PREGÃO Nº184/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do 16º Batalhão de Polícia Militar de Palhoça. VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). DATA: 14/12/2012 A 13/12/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Ata N°099/2012

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º099/2012 do PREGÃO Nº184/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELÉTRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do 16º Batalhão de Polícia Militar de Palhoça. VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). DATA: 14/12/2012 A 13/12/2013. Mantêm-se os preços inalterados.

Extrato de Ata de Registro de Preços N.002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º002/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

Item	Qnt.	Unid.	Medicamentos	Marca	Valor Un.	Valor Total
4	120	cx	Alprazolam 1mg, caixa com 30 comp.	Germes	R\$ 8,802	R\$1.056,24
5	80	cx	Alprazolam 2mg, caixa com 30 comp.	Germes	R\$ 16,35	R\$1.308,00
6	200	frs	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml	Hipolador	R\$1,85	R\$370,00
12	30	fr	Bromazepam 6mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 1,71	R\$51,30
14	100	cx	Carvedilol 25mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,438	R\$343,80
15	200	cx	Carvedilol 3,125mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 2,148	R\$429,60
23	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg, caixa com 50 comp.	E.M.S	R\$ 5,675	R\$ 397,25
24	20	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg, caixa com 50 comp.	Teuto	R\$ 5,00	R\$100,00
27	100	cx	Cloridrato de paroxetina 20mg, caixa com 30 comp.	Aurobindo	R\$ 6,879	R\$687,90
29	30	cx	Cloridrato de sertralina 50mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$ 3,87	R\$116,10
31	100	cx	Cloridrato de tramadol 50mg, caixa com 10 comp.	Teuto	R\$ 1,433	R\$143,30
32	500	cx	Cloridrato de Venlafaxina 150mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$15,03	R\$7.515,00

33	30	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$10,74	R\$322,20
45	100	tb	Finasterida 5mg, caixa com 30 comp.	Sanval	R\$ 10,32	R\$1.032,00
63	60	cx	Levotiroxina Sódica 125mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$6,939	R\$416,34
64	30	cx	Levotiroxina Sódica 75mcg, caixa com 30 comp.	Merck	R\$ 6,06	R\$ 181,80
66	30	cx	Losartana 100mg, caixa com 30 comp.	Prati Donaduzzi	R\$ 6,837	R\$ 205,11
67	100	cx	Losartana 25mg, caixa com 28 comp.	Torrent	R\$ 3,192	R\$ 319,20
74	90	fr	Oleo mineral, frasco com 100mL	Mariol	R\$1,64	R\$147,60
78	120	cx	Oxcarbazepina 600mg, caixa com 30 comp.	Torrent	R\$19,353	R\$2.322,36
84	500	frs	Solução de manitol 20%, frasco com 250ml	Equiplex	R\$3,15	R\$1.575,00
86	2000	AMP.	Sulfato de Morfina, 10 mg	Hipolabor	R\$0,7168	R\$1.433,60
						R\$20.473,70

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º001/2013 – Pregão Presencial 01/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamento para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da Rede Municipal de Saúde, para o programa DST, para o SAMU e para o CENTRI. DATA: 01/03/2013 a 28/02/2014.

ITEM	Quant.	Un.	Medicamento	Marca	Valor Un.	Valor Total
49	15.000	frs	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60ml.	Prati Donaduzzi	R\$2,365	R\$35.475,00
89	300	frs	Travatan colirio	Alcon	R\$ 35,30	R\$ 10.590,00
R\$46.065,00						



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Papanduva

PREFEITURA

Lei N° 1978, de 12.06.213, Que Inclui Área No Perímetro Urbano do Município de Papanduva

Lei nº 1978, de 12 de junho de 2013.

Inclui área no perímetro urbano do Município de Papanduva.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Ele, sanciona a seguinte LEI

Art. 1º. Fica incluída no perímetro urbano do Município de Papanduva a área de 69.079,34m² (sessenta e nove mil e setenta e nove metros e trinta e quatro décimos quadrados), parte integrante da área maior de 383.341,82m² (trezentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e um metros e oitenta e dois décimos quadrados), registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, sob o n. 5.546, com endereço na interseção da Rua Projetada C e das Ruas Projetada 25 e Antonio Vicente Gonçalves.

Parágrafo único. A área de 69.079,34m² (sessenta e nove mil e setenta e nove metros e trinta e quatro décimos quadrados) possui as seguintes confrontações: A poligonal tem início no marco 0=PP, que faz divisa com o Município pela Rua Projetada C e terras de Sérgio Hort, onde se denominou o marco OPP; segue com o Município pela Rua Projetada C, Azimute de 132°04'55" e distância de 246,18 metros, até o marco 1; segue com terras de Narciza Jaluska Frederico, matrícula n. 5.545 - Papanduva/SC, Azimute de 242°50'10" e distância de 339,30 metros até o marco 2; segue com terras de Antonio Ferens Sobrinho, matrícula n. 5.546 - Papanduva/SC, Azimute de 332°50'10" e distância de 234,65 metros, até o marco 3; segue com terras de Sérgio Hort, matrícula n. 7.254 - Papanduva/SC, Azimute de 62°44'16" e distância de 59,58 metros, até o marco 4, Azimute de 61°13'01" e distância de 61,48 metros, até o marco 5, Azimute de 65°35'02" e distância de 131,17 metros, até o marco 0=PP, onde teve início a descrição, conforme mapa e memorial descritivo que fazem parte integrante desta LEI.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 12 de junho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Termo de Contrato N° 087/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 87/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Associação Anti-alcool e Dependência Química de apoio as Famílias do Extremo Sul Catarinense

Objeto: Serviço de Tratamento de Dependência Química, conforme autos nº 189.13.000269-8, réu: Iris da Silva Joaquim Junior.

Valor: R\$ 3.850,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentária: (82) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 22 de maio de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 088/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 88/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: João Paulo Maciel da Silveira - me

Objeto: Aquisição de material escolar para uso dos alunos das escolas e creches municipais.

Valor: R\$ 52.095,40

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 Licitação CV 41/2013

Dotação Orçamentária: (38) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.0695

(54) 2.019.3.3.90.00.00.00.00.0695

Passo de Torres, 31 de maio de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 089/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 89/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Douglas Fernando de carvalho Raimundo

Objeto: Serviço de reciclagem e recargas de toners e cartuchos, para manutenção das impressoras das secretarias municipais, escolas e creches deste município.

Valor: R\$ 11.225,00

Vigência: 31/12/2012

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 Licitação CV 42/2013

Dotação Orçamentária: (13) 2.007 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

(38) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.0695

(54) 2.019.3.3.90.00.00.00.00.0695

Passo de Torres, 31 de maio de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 090/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 90/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Maria Margarete Daitx Borba

Objeto: locação de imóvel para o funcionamento das Secretarias de Agricultura, EPAGRI, Ação Social, Casa da Cidadania e Conselho Tutelar, localizado a Rua José Antonio Scheffer, nº 32, Centro Passo de Torres/SC, com área total de 220 m².
Valor: R\$ 12.215,00
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 Licitação DL 44/2013
Dotação Orçamentária: (13) 2.007 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 31 de maio de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 091/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 91/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Secretaria de Estado da Administração /Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais

Objeto: Publicações no Diário Oficial do Estado dos atos da Prefeitura Municipal de Passo de Torres/SC.
Valor: R\$ 1.800,00
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (13) 2.007 3.3.90.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 03 de junho de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 092/2013

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 92/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Deverci Pereira

Objeto: Aulas de Tear para Portadores de Necessidades Especiais, deste município conforme Projeto "Oficina de Inclusão Social - Tear para portadores de Necessidades Especiais" (CRAS).
Valor: R\$ 1.008,00
Vigência: 30/08/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentária: (81) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres, 03 de junho de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

Lei N° 705/2013

LEI N°. 705/2013
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO
04.0401 - Secretaria da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
04.0401.26 - Transporte
04.0401.26.782 - Transporte Rodoviário
04.0401.26.782.2100 - Estradas Vicinais
04.0401.26.782.2100.2006 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Infraestrutura
Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas 015 R\$ 360.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07.0701 - Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico
07.0701.20 - Agricultura
07.0701.20.606 - Extensão Rural
07.0701.20.606.1900 - Desenvolvimento das Atividades Rurais
07.0701.20.606.1900.2025 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Des. Econômico
Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas 047 R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 460.000,00

Art. 2º. Para efetuar a abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados recursos orçamentários no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito
02.0201 - Gabinete do Prefeito
02.0201.04 - Administração
02.0201.04.122 - Administração Geral
02.0201.04.122.1200 - Gestão Administrativa Superior
02.0201.04.122.1200.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas 003 R\$ 20.000,00

04 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E DO DESENVOLVIMENTO URBANO
04.0401 - Secretaria da Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano
04.0401.26 - Transporte
04.0401.26.782 - Transporte Rodoviário
04.0401.26.782.2100 - Estradas Vicinais
04.0401.26.782.2100.2006 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Infraestrutura
Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE
05.0502 - Departamento de Esportes
05.0502.27 - Departamento de Lazer

05.0502.27.812 - Desporto Comunitário
05.0502.27.812.1500 - Esporte e Lazer
05.0502.27.812.1500.2019 - Manutenção do Departamento de Esportes
Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.0601 - Departamento de Assistência Social
06.0601.16 - Habitação
06.0601.16.482 - Habitação Urbana
06.0601.16.482.1700 - Cidadania para Todos
06.0601.16.482.1700.1022 - Construção e Infraestrutura de Habitação
Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07.0701 - Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico
07.0701.22 - Indústria
07.0701.22.661 - Promoção Industrial
07.0701.22.661.2200 - Desenvolvimento Econômico
07.0701.22.661.2200.1026 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Município
Fonte de Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00.00 - Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
4.0.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

08 - SECRETARIA DA CIDADANIA E REFORMA AGRÁRIA
08.0801 - Secretaria da Cidadania e Reforma Agrária
08.0801.21 - Organização Agrária
08.0801.21.631 - Reforma Agrária
08.0801.21.631.3200 - Cidadania e Reforma Agrária
08.0801.21.631.3200.2027 - Manutenção da Secretaria da Cidadania e Reforma Agrária
Fonte De Recursos: 0100 - Recursos Ordinários
3.0.00.00.00 - Despesas Correntes
3.1.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas 005 R\$ 30.000,00

TOTAL GERAL R\$ 460.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Lei N° 706/2013

LEI Nº 706/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A REVERSÃO DA DOAÇÃO DE TERRENO A EMPRESA PEREIRA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME, MEDIANTE INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS EXISTENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito do município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar Municipal nº 017/04, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Vereadores aprovou, e Ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a reversão da doação de terreno localizado no distrito industrial, as margens da Rodovia SC 154, à empresa Pereira Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.004.614/0001-53, mediante indenização das benfeitorias existentes sobre o imóvel, no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme avaliação realizada pelo Departamento de Engenharia do Município.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de cada exercício de vigência do convênio.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

DeCReTo N° 24/2013

D E C R E T O N° 24/2013

O Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado do Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e:

Considerando que não houve o sancionamento e nem a promulgação da Lei n. 1.556, de 05 de junho de 2013, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

Considerando que houve erro da Administração Pública em publicar a Lei n. 1.556, de 2013 sem haver o sancionamento do Chefe do Executivo, e sem a promulgação da referida lei, o que infringiu o art. 66, incisos IV e V da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, que pressupõe tais atos como privativos do Prefeito Municipal;

Considerando que a Lei n. 1.556, de 2013 é substancialmente inconstitucional, e não deve ser aplicada, nem surtir seus efeitos; Considerando que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada,

em todos os casos, a apreciação judicial, a teor da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se sem efeito a publicação e a eficácia da Lei Municipal n. 1.556, de 05 de junho de 2013, ante sua inconstitucionalidade, e a ausência de sancionamento e a promulgação pelo Chefe do Poder Executivo, entre outros;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 12 de junho de 2013.
EVERALDO EVILÁSIO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios em 13 de junho de 2013.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Dispensa de Licitação N° 42/13

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 42/13

PROCESSO LICITATÓRIO N° 42/13

HOMOLOGAÇÃO: 11/06/13

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

OBJETO: Aquisição de sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.187,28 (um mil cento e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 12/06/13

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Contratos 80/2013 e 81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 80/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada : ARTGEO TOPOGRAFIA LTDA ME

Valor : 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 41/2013

Recursos: Dotação:

Objeto : Prestação de Serviços na área de informação: Zoneamento, localização de área cadastradas ou não, para fins de retificação de área, dentro outras atribuições constante em projeto básico.

Paulo Lopes, 12 de Junho de 2013

Contrato N°.: 81/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

Contratada : BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor : 1.187,28 (um mil cento e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 12/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 42/2013

Recursos: Dotação:

Objeto : Aquisição de sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet.

Paulo Lopes, 12 de Junho de 2013

Pescaria Brava

PREFEITURA

Dispõe, Conforme Determina o Art. 12, Inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, Sobre Autorização Para o Município Efetivar Convênio com a Celesc Dist

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

LEI N° 30, 08 de junho de 2013.

Dispõe, conforme determina o art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, sobre autorização para o Município efetivar convênio com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada efetivação de convênio com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

§ 1º O convênio a ser firmado terá por objeto a atribuição à CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A do encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Cosip, incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica no Município.

§ 2º Mantido o objeto, o convênio poderá ser modificado por meio de termos aditivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal de Pescaria Brava

Fundeb

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA

LEI N° 013, DE 24 DE JANEIRO DE 2013

INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB- DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Pescaria Brava/SC, SENHOR, Antonio Avelino Honorato Filho, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 2º da lei Municipal nº 1090/2007, de 10 de abril de 2007, o qual passa a vigorar com a redação que segue:

"Art. 2º O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 11 (onze) membros titulares, acompanhamento de seus suplentes, sendo:

I -2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II -1 (um) representante dos professores da educação básica

pública;
III -1 (um) representante dos diretores das escolas públicas;
IV -1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas;
V - 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
VI -2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública;
VII - (um) representante do Conselho Municipal de educação; e
VIII -1 (um) representante do "Conselho Tutelar"
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PESCARIA BRAVA, SC, 24 DE JANEIRO DE 2013

ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO

1º Prefeito de Pescaria Brava

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.836, de 31 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 3.836, DE 31 DE MAIO DE 2013.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE JUNHO/2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006. Considerando que o IGP M Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de Janeiro/2009, foi 0,00 (zero);

Considerando o disposto no Parágrafo único do art. 11 da Lei nº 422, de 05 de dezembro de 1986 - Código Tributário Municipal - alterado pela Lei Complementar Nº 132, de 05 de Dezembro de 2006;

DECRETA

Art. 1.º Para o cálculo da Atualização Monetária de tributos vencidos até o mês de maio do corrente, para pagamento durante o mês de junho, será utilizada a tabela constante do Decreto nº 3.819, de 30 de abril de 2013.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 31 de Maio de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDER FARINA
Secretário de Administração

Decreto Nº 3.838, de 04 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 3.838, DE 04 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0203 Secret. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0118

02 Poder Executivo

0203 Secret. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3191-0000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0119

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0203 Secret. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.365 Educação Infantil

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos 0118

02 Poder Executivo

0203 Secret. de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.365 Educação Infantil

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4037 Manutenção da Educação Infantil

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0119

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 04 DE JUNHO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 185 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 185 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

CONTRATA EVANDRO RABUSKE PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, e lei complementar 179 de 08 de março de 2012, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002.2013;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR EVANDRO RABUSKE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 027.076.729-04, para exercer a função de Professor de Educação Física (ACT IV) em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente, com início em 03 de junho de 2013 e término no final do ano letivo de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 03 de Junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 186 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 186 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

CONTRATA MARLENE DA SILVA BOTTEGA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ATENDE DE CRECHE, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, e lei complementar 179 de 08 de março de 2012, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002.2013;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR MARLENE DA SILVA BOTTEGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 010.075.249-79, para exercer as funções de Atendente de Creche I em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente, com início em 03 de junho de 2013 e término conforme o calendário escolar da creche.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 03 de Junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 187 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº. 187 DE 03 DE JUNHO DE 2013.

CONTRATA CARMEN REGINA O. DALMOLIN PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, da Lei Orgânica do Município; e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, e lei complementar 179 de 08 de março de 2012, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002.2013;

RESOLVE:

Art. 1º- CONTRATAR, CARMEN REGINA O. DALMOLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 027.447.549-94, para exercer a função de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nível IV, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, em caráter temporário, conforme processo seletivo 002/2013, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei para o cargo correspondente, com início em 03 de junho de 2013 e término no final do ano letivo de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de Junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal, 03 de Junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato de Fornecimento N. 125/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 125/2013.

Termo de Contrato DE AQUISIÇÃO de material odontológico, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DENTAL GORGES LTDA, autorizado através do Processo nº 102/2013, Dispensa de Licitação nº. 073/2013.

Valor de R\$ 279,50 (duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

Contrato de Fornecimento N. 132/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 132/2013.

Termo de Contrato DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BIOTECNICA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO, autorizado através do Processo nº 109/2013, Dispensa de Licitação nº. 080/2013.

Valor de R\$ 191,00 (cento e noventa e um reais).

Contrato de Fornecimento N. 142/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 142/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO DE VEICULOS E APARELHOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 118/2013, Dispensa de Licitação nº. 089/2013.

Valor de R\$ 430,53 (quatrocentos e trinta reais e cinquenta e três centavos).

Contrato de Fornecimento N. 147/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 147/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NO VEÍCULO DA SECRETARIA DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 125/2013, Dispensa de Licitação nº. 094/2013.

Valor de R\$ 1.093,00 (Um mil e noventa e três reais).

Contrato de Fornecimento N. 156/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 156/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NO TRATOR VALTRA DA

SECRETARIA DA AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DRESH & CIA. LTDA, autorizado através do Processo nº 134/2013, Dispensa de Licitação nº. 102/2013.
Valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Contrato de Fornecimento N. 159/2013.
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 159/2013.

Termo de Contrato de CONserto NO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA HOCHIOVE LTDA, autorizado através do Processo nº 135/2013, Dispensa de Licitação nº. 103/2013.
Valor de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais).

Termo Aditivo 4A /2013 Contrato Aditado N.º 251/2012
TERMO ADITIVO 4A /2013
CONTRATO ADITADO N.º 251/2012

Segundo Termo Aditivo de Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, autorizado através do Processo n. 204/2012, Licitação nº. 020/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA
CNPJ-MF n.º.05.140.822/0001-91
Endereço:RODOVIA AIRTON SENNA DA SILVA, 890 - FRAIBURGO/SC
Representada por: HELDES REGALIN

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço (mão de obra) e material, para execução do sistema de coleta e tratamento de esgoto no bairro Tranquilo Benjamin Guzzi, em Pinheiro Preto.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 020/2012 tem seu termo final para 03/11/2013.

2.2 Considerando que o mesmo já foi prorrogado uma vez através do termo aditivo nº 035A/2012 com seu termo final para 21/02/2013.

2.3 Considerando que as interperias do tempo afetaram o andamento normal da obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 0251/2012, onde será para 21/08/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 251/2012, continuam

inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º), bem como item 4.2.6, do contrato ora aditado.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 20 de fevereiro de 2013
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
CONSTRUTORA JOSE REINALDO LTDA

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Licitação Tomada de Preço 002/2013 - Fmeduca

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Porto Belo (SC), torna público às empresas cadastradas no Município em conformidade com a Lei 8.666/93 a abertura da Tomada de Preços nº 002/2013-FMEDUCA.

Objeto: A presente Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia consiste em selecionar a melhor proposta de valor global, objetivando a execução de serviços especializados para reforma da cobertura da Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiro, sendo 399,80m², localizada no bairro Perequê do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas até: Às 12:00 horas do dia 28/06/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: 16/04/2013 às 14:00 horas

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500- Centro-Porto Belo - SC, ou no site: www.portobelo.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Aviso de Licitação Tomada de Preço 003/2013 - Fmeduca

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Porto Belo (SC), torna público às empresas cadastradas no Município em conformidade com a Lei 8.666/93 a abertura da Tomada de Preços nº 003/2013-FMEDUCA.

Objeto: A presente Tomada de Preço para obras e serviços de engenharia consiste em selecionar a melhor proposta de valor global, objetivando a execução de serviços especializados para ampliação da Creche Araçá, localizada na rua Pedro Jacinto Dias, bairro araça, do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas até: Às 12:00 horas do dia 28/06/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: 16/04/2013 às 16:00 horas.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500- Centro-Porto Belo - SC, ou no site: www.portobelo.sc.gov.br.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail compras@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 12 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3420

DECRETO N° 3420, de 29 de maio de 2013.

"INSTITUI O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DISPOSTOS CONSTANTES NO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - MCASP."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições contidas no artigo 37 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE:

a) Padronizar os procedimentos contábeis municipais, com o objetivo de orientar e dar apoio à gestão patrimonial na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) Elaborar demonstrações contábeis consolidadas e padronizadas com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser utilizado por todos os entes da Federação;

c) Atender aos dispostos da Portaria n. 828, de 14 de dezembro de 2011, Portaria 437, de 12 de julho de 2012, bem como a Portaria n. 753, de 21 de dezembro de 2012, todas da Secretaria do Tesouro Nacional; e

d) Proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

DECRETA:

Art. 1º - Em atendimento as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos prazos definidos na forma do anexo I:

Art. 2º - Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Anexo I, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto

serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 2706, de 25 de junho de 2012.

Gabinete do Prefeito

29 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES - NBCASP

CONFORME PORTARIA STN N. 753, de 21/12/2012

Tópico

Prazo

I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa
2014

II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ajustes para perdas da dívida ativa
2014

III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ajustes para perdas referentes aos créditos tributários ou não
2014

IV - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência
2014

V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis
2014

VI - Registro de fenômenos econômicos - depreciação dos bens móveis
2014

VII - Registro de fenômenos econômicos - depreciação dos bens imóveis
2014

VIII - Registro de fenômenos econômicos - amortização
2014

IX - Registro de fenômenos econômicos - exaustão
2014

X - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura
2014

XI - Implementação de Sistema de Custos
2014

XII - Adoção do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), conforme o MCASP, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais
2014

XIII - Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), conforme o MCASP
2014

Gabinete do Prefeito.

29 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3437

DECRETO N° 3437, de 11 de junho de 2013.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo do Município de Rio do Sul - Edital nº 004/2013, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário de Médico Psiquiatra, para a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores.

Art. 2º - Ficam designados os servidores a seguir identificados para comporem a comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto:

- Carla Fabiana Ribeiro
- Maristela Regina Balbinot
- Débora Roiwas
- Carmela Suzana da Veiga Ferreira

Art. 3º - À referida Comissão, compete: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

Rio do Sul, 11 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Pregão Presencial 060/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 060/2013

OBJETO: LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR DE SOLO COMPLETO TIPO PÉ DE CARNEIRO. SECRETARIA DE OBRAS

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 25/06/2013, às 08:30h.

CRENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 25/06/2013.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 11 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Aditivo de Contrato N° 160/RH

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA, portador(a) do CPF nº 852.361.879-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 160/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 160/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

REGIANE APARECIDA ESPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELAINE SOARES, portador(a) do CPF

nº 042.210.469-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2013, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 129/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADELAINE SOARES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADELINE SCHAFFER NAU, portador(a) do CPF nº 046.938.749-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADELINE SCHAFFER NAU

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA FERNANDES, portador(a) do CPF nº 064.756.289-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

101/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA CLAUDIA FERNANDES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS, portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 130/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 054/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA SCOTINI, portador(a) do CPF nº 049.330.499-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA SCOTINI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 006.498.789-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 055/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 055/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANDREIA SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREZA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 018.997.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 123/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 123/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANDREZA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2013 firmado em 21/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA APARECIDA SILVA, portador(a) do CPF nº 045.639.119-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 027/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANGELA APARECIDA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIA ARAUJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 079/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANTONIA ARAUJO DE LIMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUCELY MARIA OTTO ROBERTI, portador(a) do CPF nº 518.344.309-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 070/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

AUCELY MARIA OTTO ROBERTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AUGUSTA APARECIDA DA SILVA CORDOVA GARBIN, portador(a) do CPF nº 948.634.079-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 041/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 041/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

AUGUSTA APARECIDA DA SILVA

CORDOVA GARBIN

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BERNADETE CANDIDO NUNES, portador(a) do CPF nº 674.365.529-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 076/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e

encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BERNADETE CANDIDO NUNES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA JANINE SCOZ, portador(a) do CPF nº 026.986.829-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 138/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

BIANCA JANINE SCOZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência

previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS, portador(a) do CPF nº 009.441.259-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 89/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 89/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CAMILA HELENA SANDRI MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIMARA BURG, portador(a) do CPF nº 079.630.019-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 115/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

NEIMARA BURG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA MELLO SORDI, portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 117/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

PATRICIA MELLO SORDI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES, portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 107/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 107/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e

encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CARLA CRISTIANE ALVES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIA LEONORA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 056.139.169-69, na qualidade de Contratado(a), celebram

o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 214/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CASSIA LEONORA DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO, portador(a) do CPF nº 039.373.179-02, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 153/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CHARLENE RASSWEILER PINHEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2/2013 firmado

em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER, portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 2/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 2/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 29/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINTIA LUSIA BATISTI, portador(a) do CPF nº 058.324.269-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 29/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 29/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CINTIA LUSIA BATISTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS, portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 102/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 024.031.659-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDETE RODRIGUES DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA COSTA, portador(a) do CPF nº 076.922.209-99, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 240/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 240/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDIA COSTA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 039/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS, portador(a) do CPF nº 674.983.889-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 039/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 039/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA SALDANHA, portador(a) do CPF nº 042.144.009-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 143/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

DAIANA PATRICIA DE OLIVEIRA

SALDANHA

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 024/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANA RAMOS DA SILVA, portador(a) do CPF n° 046.711.619-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 024/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 024/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DAIANA RAMOS DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 057/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE DA CUNHA MORAIS, portador(a) do CPF n° 036.179.509-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 057/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 057/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DAIANE DA CUNHA MORAIS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 082/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL PARMA, portador(a) do CPF n° 053.459.459-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 082/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 082/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIELA PAUL PARMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 046/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto n° 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI, portador(a) do CPF n° 067.407.349-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo n° 046/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 046/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANUBIA KASSALLA TOMASONI GIACOMOZZI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA COMIATTO, portador(a) do CPF nº 792.102.609-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 077/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DEBORA COMIATTO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEISE DAMORI, portador(a) do CPF nº 053.929.309-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 249/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DEISE DAMORI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEISE HELLMANN, portador(a) do CPF nº 073.411.009-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 136/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DEISE HELLMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e

de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 936.178.529-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 067/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DENISE DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 119/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DILVA NAZARI FRANCO, portador(a) do CPF nº 988.911.549-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 119/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 119/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DILVA NAZARI FRANCO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDELTRAUT ARAGAO, portador(a) do

CPF nº 478.357.969-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2013, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 116/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDELTRAUT ARAGAO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 16/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDITE CARDOSO, portador(a) do CPF

nº 049.454.089-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 16/2013, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 16/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDITE CARDOSO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA KOCH SCHOWAMBACH, portador(a) do CPF nº 026.198.369-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDNA KOCH SCHOWAMBACH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 049/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDNA SOARES GUTZ, portador(a) do CPF nº 028.172.109-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 049/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 049/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EDNA SOARES GUTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 050/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT, portador(a) do CPF nº 767.169.459-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 050/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 050/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EIME DAS GRACAS OLIVEIRA GOEDERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENICE DE JESUS, portador(a) do CPF nº 007.731.019-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELENICE DE JESUS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 086/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELENIR HOLLER, portador(a) do CPF nº 791.573.609-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 086/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 086/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELENIR HOLLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH, portador(a) do CPF nº 920.653.929-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 073/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 073/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELIANE MARIA GARCIA RAUSCH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIETE LESSA, portador(a) do CPF nº 846.062.401-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 097/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELIETE LESSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 036/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL DOLSAN, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 036/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 036/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ELIZETE MARTENDAL DOLSAN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 040.805.686-06, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e

encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIOLA ALMEIDA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 023/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FATIMA AUGUSTA MARLOCH, portador(a) do CPF nº 715.923.859-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 023/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 023/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FATIMA AUGUSTA MARLOCH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOFF, portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FRANCIANE KNOPF

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 064/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANE KUSTER PEREIRA, portador(a) do CPF nº 054.613.189-16, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 064/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 064/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GEANE KUSTER PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2013 firmado

em 05/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE, portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 011/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 011/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE BUENO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 032.752.799-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GISELE BUENO DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINARIO KISSNER, portador(a) do CPF nº 004.328.729-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 025/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 025/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GISHLAINE APOLINARIO KISSNER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IRIA JANAISA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 070.636.649-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 009/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 009/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

IRIA JANAISA MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ISABEL SCHRAMM BRITO, portador(a) do CPF nº 569.413.159-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 047/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 047/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ISABEL SCHRAMM BRITO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE INES SAWICKI, portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 013/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 013/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

IVONE INES SAWICKI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 065/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 065/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 065/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAMILE DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 000.597.359-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANAINA APARECIDA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 066/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA SENS EICHOLZ, portador(a) do CPF nº 059.354.359-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 066/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 066/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JANAINA SENS EICHHOLZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA ZANIS, portador(a) do CPF nº 048.235.669-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 059/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JANAINA ZANIS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANE PEREIRA MAGNANI, portador(a) do CPF nº 901.599.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e

encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JANE PEREIRA MAGNANI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE ANA BUZZI POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 581.736.339-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 006/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JANETE ANA BUZZI POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram

o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 078/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 078/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DALCASTAGUE, portador(a) do CPF nº 863.887.979-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 248/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAQUELINE DALCASTAGUE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2013 firmado

em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEANE FERREIRA, portador(a) do CPF nº 043.207.779-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 095/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JEANE FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUSA SCHIOCHET, portador(a) do CPF nº 004.144.349-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 034/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JERUSA SCHIOCHET
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA MARTINS HOLDORF, portador(a) do CPF nº 078.803.269-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 028/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JESSICA MARTINS HOLDORF

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 099/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOCELIA APARECIDA PATRICIO STEDILLE, portador(a) do CPF nº 639.503.919-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 099/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 099/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOCELIA APARECIDA PATRICIO STEDILLE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2013 firmado em 05/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 012/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 012/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

JOELMA PAULINA CAPISTRANO

CACHOEIRA

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOICE MARA SCHMITZ, portador(a) do CPF nº 066.080.189-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 124/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOICE MARA SCHMITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE FRANCO, portador(a) do CPF nº 058.186.049-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 022/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JOSIANE FRANCO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA FARIAS, portador(a) do CPF nº 040.302.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 118/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA APARECIDA FARIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA FELICIANO, portador(a) do CPF nº 027.902.199-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 083/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA FELICIANO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 098/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA KURTZ, portador(a) do CPF nº 059.592.239-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 098/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 098/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA KURTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSIARA HOEGEN, portador(a) do CPF nº 035.099.009-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 033/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JUSSIARA HOEGEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO, portador(a) do CPF nº 058.048.079-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 146/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KATIUSCIA CUSTÓDIO DA CONCEIÇÃO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER, portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 103/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 103/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 069/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência

previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KEILA CRISTINA BREVE DA SILVA, portador(a) do CPF nº 045.742.169-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 069/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 069/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KEILA CRISTINA BREVE DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELI CARLA RIBEIRO, portador(a) do CPF nº 075.643.779-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 030/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KELI CARLA RIBEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 085/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KELLY DA SILVA, portador(a) do CPF nº 053.831.749-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 085/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 085/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KELLY DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KÉROLIN DUANE BILK, portador(a) do CPF nº 039.827.239-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 044/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KÉROLIN DUANE BILK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 109/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KETRIN BOSCO, portador(a) do CPF nº 062.012.449-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 109/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 109/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KETRIN BOSCO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 053/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DE MATOS, portador(a) do CPF nº 009.522.329-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 053/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 053/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA DE MATOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MACHADO, portador(a) do CPF nº 008.803.589-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 042/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 042/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA MACHADO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e

de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIARA JULIA AVI, portador(a) do CPF nº 007.405.149-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 128/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIARA JULIA AVI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIENE BARTH ERRATH, portador(a) do CPF nº 068.815.507-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 121/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 121/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIENE BARTH ERRATH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2013 firmado em 12/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCILENE SCHLICKMANN PARMA, portador(a) do CPF nº 041.365.259-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 090/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCILENE SCHLICKMANN PARMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT, portador(a) do CPF nº 030.573.299-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 084/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 084/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAGALI CRISTINA SCHON, portador(a) do CPF nº 006.547.999-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MAGALI CRISTINA SCHON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2013 firmado em 05/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 864.633.579-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 056/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARA MARCIANE RODRIGUES, portador(a) do CPF nº 004.098.929-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 137/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARA MARCIANE RODRIGUES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 833.570.689-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 060/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG, portador(a) do CPF nº 008.117.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 114/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 114/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA CLAUDIA FINARDI LUCHTENBERG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN, portador(a) do CPF nº 797.597.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 152/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA DE LOURDES MAYER MOELLMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 026/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DE LOURDES MAYER, portador(a) do CPF nº 419.486.379-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 026/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 026/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARIA DE LOURDES MAYER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ, portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 081/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 081/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILISE SCHWARTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISETE LOOZ GUTZ, portador(a) do CPF nº 932.044.779-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 120/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARISETE LOOZ GUTZ
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 544.968.610-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 075/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 075/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARLENE FATIMA DE OLIVEIRA DA ROSA
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 105/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE GERALDA KLEHM GASTAO, portador(a) do CPF nº 719.112.439-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 105/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 105/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARLENE GERALDA KLEHM GASTAO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI DE ANDRADE DANKER, portador(a) do CPF nº 920.656.949-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 151/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MARLI DE ANDRADE DANKER
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência

previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI MAKOSKI, portador(a) do CPF nº 704.018.610-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 074/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 074/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLI MAKOSKI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TATIANE KANTOVICK, portador(a) do CPF nº 047.445.329-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 052/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLI TATIANE KANTOVICK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI TERESINHA FRONZA SOARES, portador(a) do CPF nº 891.489.409-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 125/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 125/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLI TERESINHA FRONZA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARY LEIDE KAMMER, portador(a) do CPF nº 036.883.719-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 145/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARY LEIDE KAMMER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MERI TEREZINHA MANTOANELLI, portador(a) do CPF nº 675.246.999-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 058/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MERI TEREZINHA MANTOANELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DALU LEDRA, portador(a) do CPF nº 003.849.909-67, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 15/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 15/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MICHELE DALU LEDRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE MARCELINO HARBS, portador(a) do CPF nº 035.322.379-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 072/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 072/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MICHELE MARCELINO HARBS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MIRIAN BRODWOLF PADILHA, portador(a)

do CPF nº 692.385.379-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 031/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MIRIAN BRODWOLF PADILHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONIQUE NOVAK, portador(a) do CPF nº 075.114.879-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 241/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 241/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

MONIQUE

NOVAK

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL, portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 035/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 035/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MYRIAN HOLLER KNAESEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade

de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 112/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 112/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração**NEIVA WEISS**

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 091/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEUCI FABIANE GIACOMOZZI, portador(a) do CPF nº 036.763.059-14, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 091/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 091/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NEUCI FABIANE GIACOMOZZI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2013 firmado em 13/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILVA MARIA MIGUEL, portador(a) do CPF nº 000.098.479-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 096/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 096/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NILVA MARIA MIGUEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NOELI STEINHEUSER, portador(a) do CPF nº 033.116.289-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NOELI STEINHEUSER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2013 firmado em 22/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA ELISANGELA BOGO, portador(a) do CPF nº 040.861.259-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 216/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 216/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA ELISANGELA BOGO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 088/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA SOARES, portador(a) do CPF nº 007.049.299-96, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 088/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 088/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr.

GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA STUPP, portador(a) do CPF nº 053.473.469-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 010/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA STUPP

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA BITENCOURT ROPELATO SACANI, portador(a) do CPF nº 007.286.609-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 100/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 100/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

ROBERTA BITENCOURT ROPELATO

SACANI

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .

CPF: . CPF: .

Aditivos de Contrato Maio 2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANA MARIA KORB, portador(a) do CPF nº 037.005.049-50, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 021/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSANA MARIA KORB

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANGELA ESPINDOLA, portador(a) do CPF nº 041.813.699-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 005/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 005/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSANGELA ESPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSILENE DUMKE PETRI, portador(a) do CPF nº 053.777.089-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 242/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 242/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSILENE DUMKE PETRI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINHA SOARES, portador(a) do CPF

nº 044.656.739-65, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 007/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 007/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSINHA SOARES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 150/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 150/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

RUBIANA MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETI ALVES, portador(a) do CPF nº 052.589.249-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 068/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 068/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SALETI ALVES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 048/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS, portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 048/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 048/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SANTILIA DOS ANJOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 038/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER, portador(a) do CPF nº 028.364.909-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 038/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 038/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL, portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2013,

mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SIDIANE LAURETE KNEIDL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA INES WEBER PITZ, portador(a) do CPF nº 743.367.389-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 253/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SILVANA INES WEBER PITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 092/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA JORDINA GOEDERT, portador(a) do CPF nº 068.553.749-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 092/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 092/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SILVANA JORDINA GOEDERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 134/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA REGINA POLI, portador(a) do CPF nº 590.698.569-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 111/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 111/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SONIA REGINA POLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SORAIA FERRARI, portador(a) do CPF nº 021.125.599-82, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 140/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SORAIA FERRARI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2013 firmado em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUELEM FERNANDA CONZATTI, portador(a) do CPF nº 076.598.109-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SUELEM FERNANDA CONZATTI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 14/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SUSANA MARIA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 005.820.929-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 14/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 14/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

SUSANA MARIA FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 087/2013 firmado em 07/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER, portador(a) do CPF nº 053.732.879-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 087/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 087/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TAIS ALESSANDRA KORB SOMMER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TALITA HARBS, portador(a) do CPF nº 042.141.039-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 071/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TALITA HARBS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAMIRIS VALLE, portador(a) do CPF nº 073.071.849-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 4/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 4/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TAMIRIS VALLE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 018/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 018/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 018/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2013 firmado

em 01/03/2013, com término previsto para 31/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TEREZINHA KISNER, portador(a) do CPF nº 034.514.019-24, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/06/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TEREZINHA KISNER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA, portador(a) do CPF nº 887.114.123-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 104/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 008/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA DA ROCHA, portador(a) do CPF nº 008.974.759-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 008/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 008/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VANESSA DA ROCHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 094/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 807.878.279-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 094/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 094/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE VIEIRA POSSAMAI, portador(a) do CPF nº 941.974.409-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 063/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

VIVIANE VIEIRA POSSAMAI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 17/2013, iniciando-se a prorrogação em 30/05/2013 e encerrando-se em 19/07/2013."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27 de Maio de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ZONEIDE DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

Edital de Publicação de Acórdãos N° 002/2013

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 002/2013
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
Aos 10/06/2013, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 001/2013
Protocolo nº 138103/2012
Recorrente: ZULEIDA LUCIANO - RIO DO SUL - OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
Relatora: Conselheira Francini Bianca Cipriani

DECISÃO: Por votação da maioria, pelo não provimento do presente recurso.

EMENTA: ISSQN - ATIVIDADE DE REGISTROS PÚBLICOS - EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO E PENALIDADE INFRACIONÁRIA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO ADIN N. 3089-2 - BASE DE CÁLCULO VARIÁVEL - CARÁTER PESSOAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS.

CÂMARA MUNICIPAL**Resumo do 2º Termo Aditivo ao Contrato N° 06/2011**
RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/2011

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.
Contratada: BR LIVE Telecomunicações LTDA ME.

Objeto: contratação de empresa para efetuar o fornecimento, instalação, manutenção e suporte de 01 (um) link de acesso a internet com velocidade de 3mbps dedicado (full). Compreendendo:

- Serviço de acesso a internet com velocidade de 3 Mbps dedicado FULL;
- Mínimo de 8 IP's públicos fixo e válidos;
- A contratada deverá fornecer a instalação, manutenção e todos os equipamentos necessários para o devido funcionamento;

Valor: R\$ 2.610,45 (dois mil seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos).
Vigência: 02 (dois) meses a contar da data de sua assinatura.

Rio do Sul, 12 de junho de 2013.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
Presidente da Câmara Municipal

Salto Veloso**PREFEITURA****Editais de Pregão Presencial N° 0023/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0023/2013

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0023/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Constitui objeto desta licitação a aquisição de:

01 - Veículo novo 0 km, ano de fabricação 2013 modelo 2014, motor no mínimo de 125 CV e 2.3 torque mínimo de (kgf.m) 30 a 1500 rpm a DIESEL, tração dianteira, na cor Branca, desembaçador com ar quente, direção hidráulica, Teto Alto, ar condicionado com duto central, tacógrafo, no mínimo de 16 lugares (15 1) tanque de combustível com capacidade mínima de 80 litros, Carga mínima útil 1.530 kg.

01 - Veículo novo automotor 0 km 4 portas ano e modelo 2013 equipado com as seguintes características mínimas: motor 1.6, totalflex, equipado com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos nas 4 portas, travas elétricas nas quatro portas, alarme, espelhos retrovisores com regulagem elétrica, limpador e desembaçador do vidro traseiro, pneus e rodas aro 14, freios abs, air bag duplo, tanque de combustível com capacidade mínima de 51L, bagageiro com capacidade mínima de 280L, na cor branca com 3 anos de garantia.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 25/06/2013 até as 15h00min.

Abertura: 25/06/2013, às 15h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura

Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Traversa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 12 de Junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Retificação de Edital N° 0022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

ONDE SE LÊ: EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO N° 0022/2013

LEIA-SE: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0022/2013

No mais o Edital permanece na sua íntegra

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 07 de Junho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Decreto N° 036, de 12 de Junho de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto n° 036, de 12 de junho de 2013.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei n° 3.365, de 21/06/91, Lei n° 4.132/62 e Lei n° 4.504/64, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área rural localizada próximo as margens da Lagoa Sombrio, no lugar denominado Vila Freitas, ou seja, no final da Rua Santa Catarina na Cidade de Santa Rosa do Sul - SC; com área de 119.248,00m² (cento e dezenove mil duzentos e quarenta e oito metros quadrados), conforme matrículas: 1.620, 1.602 e 1.588 Registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Rosa do Sul/SC, pertencente a VANTOIR DA ROSA CARDOZO, com as seguintes confrontações: ao Norte, na total extensão do perímetro 420,28 metros, confrontando-se com as terras de Margenath José de Souza; ao Sul, na total extensão do perímetro 387,96 metros, confrontando-se com terras de Manoel Cabral; ao Leste na total extensão do perímetro 308,03 metros, confrontando-se com a Lagoa de Sombrio; ao Oeste, na total extensão do perímetro 289,10 metros, confrontando-se com as terras de Alcides Elpidio Bitencourt. Detalhes topográficos referentes a área total e suas coordenadas UTM, seguem na planta em anexo.

Art. 2º As áreas de terra que se refere o artigo anterior, destinam-se à construção de um Parque de Eventos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de maio de 2013.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE;

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei N° 3188/2013

LEI N° 3188, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Cria o Cadastro Municipal para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de São Bento do Sul, o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

§ 1º - O Cadastro tem por objetivo, impedir que as empresas de Telemarketing ou os estabelecimentos que se utilizam desse serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os consumidores nele inscritos.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se telemarketing a modalidade de oferta ou publicidade, comercial ou institucional, de produtos ou serviços mediante ligações telefônicas.

Art. 2º. Cabe ao PROCON - São Bento do Sul, implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o Cadastro, a partir da publicação desta Lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Parágrafo Único - Compete ao PROCON - São Bento do Sul a faculdade de estabelecer ou não parcerias com outras entidades ligadas à defesa do consumidor para participarem da divulgação do Cadastro.

Art. 3º. O PROCON - São Bento do Sul e seus parceiros disponibilizarão em suas páginas na Internet e por outros meios que julgar conveniente, a lista de usuários cadastrados a que se refere o texto, o número do telefone e a data da inscrição.

Art. 4º. A inscrição referida no art. 1º será efetuada exclusivamente pelo titular da respectiva linha telefônica, pessoalmente, ou por seu representante legal, mediante preenchimento de formulário próprio, devendo ser fornecido os seguintes dados:

- I - nome, firma ou denominação social;
- II - número de cédula de identidade ou de inscrição estadual ou municipal;
- III - número de inscrição Cadastro de Pessoa Física - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- IV - endereço, incluindo o código de endereçamento postal - CEP;
- V - número telefônico da linha a ser cadastrada;
- VI - endereço eletrônico (e-mail), quando existente.

Art. 5º. A partir do trigésimo (30º) dia do ingresso do usuário no Cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao

parágrafo único do artigo 1º, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supracitado.

§ 1º Enquanto vigorar a relação de consumo, as empresas que mantiverem operações econômicas com o usuário cadastrado ficam excluídas das vedações de que trata o "caput".

§ 2º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas, registradas em seu nome, respeitando o limite máximo de 03 (três) números.

§ 3º Incluem-se, nas disposições desta Lei, os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 4º A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do Cadastro.

§ 5º Todo serviço de cadastramento e apoio, será efetuado gratuitamente pelo PROCON.

Art. 6º. O usuário que receber ligações após os 30 (trinta) dias da data do ingresso no Cadastro, deverá registrar ocorrência do fato junto ao PROCON - São Bento do Sul, informando o dia, horário, nome do operador (a) e da empresa, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 7º. As penalidades serão aplicadas ao que rege o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 8º. Não se aplicam os dispositivos da presente Lei às entidades filantrópicas sediadas em São Bento do Sul, que utilizem Telemarketing para angariar recursos.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Errata

ERRATA:

No Diário Oficial Municipal nº 1257, de 12 de junho de 2013, página 317, na publicação da listagem de portarias, no local que se lê "Portaria nº 2441" leia-se "Portaria nº 2442".

Listagem de Portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2443, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de outubro de 2013, da Classe A para Classe B. Janice Dziedicz. Instrutor de Atividades Artesanais. SEMAS.

Portaria nº 2444, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de fevereiro de 2013, da Classe B para Classe C. Orival de Ramos. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria nº 2445, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de fevereiro de 2013, da Classe B para Classe C. Paulo Roberto Uhlig. Analista de Sistemas. SECAD.

Portaria nº 2446, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de

2013, da Classe B para Classe C. Elisete Aparecida Vaz. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria n° 2447, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2013, da Classe A para Classe B. Lucelia Gorniak. Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria n° 2448, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de março de 2013, da Classe A para Classe B. Marcio Dominicali Rigoti. Professor Anos Finais - Especialização. SEMED.

Portaria n° 2449, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Andréia Knapik. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria n° 2450 de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 03 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Marisete Lourenço da Silva Liebl. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria n° 2451, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 08 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Larissa Gastaldi. Atendente Educativo - Magistério. SEMED.

Portaria n° 2452, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Liliana dos Santos de Carvalho. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria n° 2453, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Marcelo Lauro Vidal de Souza. Professor Anos Finais - Especialização. SEMED.

Portaria n° 2454, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de abril de 2013, da Classe B para Classe C. Conceição Soares de Freitas. Professor Educação Infantil - Especialização. SEMED.

Portaria n° 2455, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Fatima Elefitt da Silva Souza. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria n° 2456, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de abril de 2013, da Classe A para Classe B. Marisete Basilio. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria n° 2457, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de abril de 2013, da Classe B para Classe C. Maridalva Furtado. Atendente Educativo - Magistério. SEMED.

Portaria n° 2458, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de abril de 2013, da Classe C para Classe D. Lucinda Isabel Zollner Krohl. Atendente Educativo - Especialização. SEMED.

Portaria n° 2459, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de maio de 2013, da Classe B para Classe C. Fernando José Demarchi. Motorista II. SEMOB.

Portaria n° 2460, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor

Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de maio de 2013, da Classe B para Classe C. Neri Gilberto Sikora. Motorista II. SEMOB.

Portaria n° 2461, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 07 de maio de 2013, da Classe B para Classe C. Silvana de Fatima Gonçalves. Oficial Administrativo. SEPLU.

Portaria n° 2462, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de maio de 2013, da Classe A para Classe B. Keli Cristiane Pereira Fernandes. Auxiliar de Serviços. SEMOB.

Portaria n° 2463, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de maio de 2013, da Classe A para Classe B. Keli Pauli. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria n° 2464, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de maio de 2013, da Classe A para Classe B. Daniela da Silva. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria n° 2465, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de maio de 2013, da Classe A para Classe B. Marcilia Ruthes Olinisky. Enfermeira. SEMUS.

Portaria n° 2466, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 19 de novembro de 2012, da Classe C para Classe D. Olga Cristina Rocha Pessin. Psicólogo. SEMUS.

Portaria n° 2467, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 21 de janeiro de 2013, da Classe D para Classe E. Carlos Alberto de Souza Sampaio. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria n° 2468, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 23 de abril de 2013, da Classe E para Classe F. Dirk Mettegang. Odontólogo. SEMUS.

Portaria n° 2469, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 01 de maio de 2013, da Classe D para Classe E. Aluisio Oliveira Antunes. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria n° 2470, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 02 de maio de 2013, da Classe F para Classe G. Paulo Geraldo dos Santos Lima. Assistente Administrativo. SEPLU.

Portaria n° 2471, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 02 de maio de 2013, da Classe C para Classe D. Pedro Ludwinski. Auxiliar de Operações. SEMUS.

Portaria n° 2472, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 09 de maio de 2013, da Classe F para Classe G. Ariel Ferreira. Auxiliar de Escritório. SECAD.

Portaria n° 2473, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 11 de maio de 2013, da Classe F para Classe G. Edemar Hau França. Vigia. SECAD.

Portaria n° 2474, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 14 de maio de 2013, da Classe C para Classe D. Antenor Schwarz. Auxiliar de Topógrafo. SEMUS.

Portaria n° 2475, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 22 de maio de 2013, da Classe F para Classe G. Sueli Teresinha Bello Duarte. Oficial Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 2476, de 04 de junho de 2013. Promove Servidor Público, a partir de 31 de maio de 2013, da Classe C para Classe D. Osmair Correa. Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 2486, de 05 de junho de 2013. Nomeia Assessor de Governo, a partir de 03 de junho de 2013. Pedro Ivo Diener. GA-PRE.

Portaria nº 2487, de 05 de junho de 2013. Conclusão de Estágio Probatório, período 14/12/2009 a 11/03/2013. Diocelo Aparecida Kornatzki. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 2488, de 05 de junho de 2013. Conclusão de Estágio Probatório, período de 15/03/2010 a 06/04/2013. Solange Kulkamp Pereira. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 2489, de 05 de junho de 2013. Conclusão de estágio Probatório, período de 19/05/2010 a 26/05/2013. Chiara Mariele Gurgacz Destro. Arquiteta e Urbanista. SEPLU.

Portaria nº 2491, de 06 de junho de 2013. Retira Gratificação de Função de Responsabilidade Técnica Médica, a partir de 01 de junho de 2013. Giancarlo Zanon. Médico. SEMUS.

Portaria nº 2495, de 06 de junho de 2013. Revoga Portaria nº 2164/2013 que nomeou servidor público municipal Luiz Alberto Sabatini, no cargo de Médico Cardiologista, por não comparecimento em tempo hábil.

Portaria nº 2497, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Oriane Roesler dos Santos. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2499, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Edina Claucia Weber. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2500, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Fernanda Schreiner dos Santos. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2501, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Mara Lucia Berti. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2502, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Marcia Wielivick. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2503, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Eliane Liebl Keiser. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2504, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Patricia Stiegler Steiner. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2505, de 07 de junho de 2013. Revoga Portaria nº 2504/2013 que nomeou servidora pública Patricia Stiegler Steiner, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea.

Portaria nº 2506, de 07 de junho de 2013. Nomeia Servidor Público, a partir de 06 de junho de 2013. Zenaide Pires. Atendente Educativo. Nível I. Classe A. 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2509, de 07 de junho de 2013. Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, pelo prazo de seis meses, a

contar de 03 de junho de 2013. Sabrina Bollmann Garcia Schwin-gel. Médica Pneumologista. SEMUS.

Portaria nº 2510, de 07 de junho de 2013. Concede Gozo de Férias, no período de 17/06/2013 a 16/07/2013. Carin Luciane Denk Tschoke. Farmacêutica. SEMUS.

Portaria nº 2511, de 07 de junho de 2013. Concede Licença Prêmio, no período de 01/06/2013 a 01/07/2013, triênio 2007/2010. Jane Mary Fuckner. Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 2512, de 07 de junho de 2013. Concede Licença Prêmio, período de 17/06/2013 a 16/07/2013. Mariana Bodnar. Bio-química. SEMUS.

Portaria nº 2513, de 07 de junho de 2013. Concede Licença Prêmio, no período 03/06/2013 a 02/07/2013, triênio 2010/2013. Mauro Chaves. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 2514, de 07 de junho de 2013. Concede Licença Prêmio, no período de 17/06/2013 a 16/07/2013, triênio 2010/2013. Solange kulkamp Pereira. Técnica em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 2515, de 07 de junho de 2013. Concede Licença Prêmio, período de 27/05/2013 a 25/06/2013, triênio 2010/2013. Tania Kanczewski. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 2516, de 07 de junho de 2013. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de maio de 2013, nos termos do Processo nº 3812/2013. Raquel David dos Santos. Auxiliar de Serviços. SEMED.

São Bento do Sul, de 13 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK,
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 2507/2013

PORTARIA Nº 2507, DE 07 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal ANAIR HÜBNER MÜLLER, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviços/ Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00024/13-7, de 14 anos, 11 meses e 07 dias para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 4173, de 27 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2508/2013

PORTARIA Nº 2508, DE 07 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora Pública Municipal TEREZINHA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviços/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00041/13-9, de 05 anos, 07 meses e 22 dias para fins de aposentadoria,



conforme documentação anexa ao Processo n° 4296, de 05 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 2517/2013

PORTARIA N° 2517, DE 07 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, III, "a", da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 34, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, **R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 11 de junho de 2013, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA CRISTINA LANG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional VI, Nível I, Classe G, matrícula nº 13590, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 3878/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de junho de 2013.

São Bento do Sul, 07 de junho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria /SAMAE/SBS N° 133, de 11 de Junho de 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor DIEGO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 10/06 a 29/06/2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS N° 128, de 07 de Junho de 2013 "AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar Abel Volinger dos Santos - Chefe da Divisão de Resíduos Urbanos e Osmar Telma - Diretor Presidente, ocupantes de cargo de provimento em comissão e os servidores Edelson Ilg - Analista de Saneamento II, Osni Paulo Langa - Analista de Saneamento I, Valdir Grosskopf - Leiturista, Renato José Quost - Leiturista, Jonas Alves - Analista de Saneamento II, João Carneiro - Analista de Saneamento I, Ronei Laércio Alves Lourenço - Leiturista, João Luiz Nunes Junior - Leiturista, Rubens Auerbach - Leiturista, Jean Carlo da Silva - Leiturista, Giovani Kobus - Leiturista, Cristiano Teixeira da Silva - Operador de Redes de Água e Esgoto e Ednilson Marcos Spoletto - Operador de Rede de Água e Esgoto, ocupantes de cargo de provimento efetivo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- Astra placa MHA 2432;
- Gol placa MHP 6418;
- Fiesta placa MEF 0074;
- Uno placa MIS 1215;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS N° 129, de 07 de Junho de 2.013

"AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo Diego Ribeiro - Leiturista, Ednilson Marcos Spoletto - Operador de Rede de Água e Esgoto, Elio Barbosa dos Santos - Leiturista, Giovani Kobus - Leiturista, Ivan da Silva Pereira - Leiturista, Jean Carlo da Silva - Leiturista, João Luiz Nunes Junior - Leiturista, Miguel Bonett - Auxiliar de Serviços Operacionais, Ronei Laércio Alves Lourenço - Leiturista, Rubens Auerbach - Leiturista, Valdir dos Santos - Auxiliar de Serviços Operacionais, Valdir Grosskopf - Leiturista, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- Motocicletas placas: MHZ 3045, MHZ 3175, LZP 9081, MDH 1432, MDH 1632, MJA 9052, MIB 0693, MED 9253, MKF 4531, MKF 4631, MJA 8982;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS N° 130, de 07 de Junho de 2.013**" AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo de Operadores de ETA/ETE, Altair Luis do Prado, André Luiz de Lima, Arnaldo Antônio Linzmeyer, Diego Barbieri, Fábio José Kolb, Fernando José Schwetler, Pedro Furst, Terézio Koaski, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionado:

- UNO placa MKE 5051

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS N° 131, de 10 de Junho de 2.013**" AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar os servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo Marcos Antônio Leithold - Operador Eletrecista, Gilnei do Amaral - Operador de Serviços de Pedreiro, Gabriel Benjamin dos Santos - Mecânico de Manutenção, a dirigirem, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- KOMBI placa MCJ 6675
- RANGER placa MBE 3327

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

Portaria SAMAE/SBS N° 132, de 10 de Junho de 2.013**" AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS "**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o servidor ocupante de cargo em provimento de comissão José Aulísio dos Santos - Chefe da Divisão de Suporte Técnico, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, abaixo relacionados:

- GOL placa MHP 6418;
- SAVEIRO placa MHL 5606;
- STRADA placa MGY 3194;
- RANGER placa MDP 3377;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Convênio/Termo de Cooperação Técnica Prefe 004/2013, de 17 de Maio de 2013

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA:

MÊS/ANO: MAIO/2013

NÚMERO: PREFE 004/2013, de 17 de maio de 2013

DATA INÍCIO VIGÊNCIA: 17/05/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Sindicato dos Produtores Rurais e o Município de São Domingos tem como objetivo a implementação de ações destinadas à execução do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, através de ações integradas, especificamente para o auxílio a ser prestado pelos profissionais do Município na elaboração e execução do Projeto de Trabalho Técnico Social que cabe ao Sindicato. RESPONSÁVEL JURÍDICO: VINICIUS AUGUSTO ANDRIOLI OAB/SC N. 29.784-B

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

CNPJ: 82.501.123/0001-70

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Data vencimento: 31/12/2013

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto N°. 061 de 20 de Maio de 2013

DECRETO N°. 061 DE 20 DE MAIO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 150.961,50 (cento e cinquenta mil, novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme

seguem:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.00.00.00.00.00.3117 - Aplicações Diretas R\$ 76.197,70

4.4.90.00.00.00.00.00.3117 - Aplicações Diretas R\$ 74.763,80

TOTAL R\$ 150.961,50

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do FNDE/PEJA - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Apoio Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA - Educação de Jovens e Adultos, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto N°. 062 de 20 de Maio de 2013

DECRETO N°. 062 DE 20 DE MAIO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.511,82 (dois mil, quinhentos e onze reais e oitenta e dois centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas R\$ 2.511,82

TOTAL R\$ 2.511,82

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do FNDE/PEJA - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Apoio Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA - Educação de Jovens e Adultos, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto N°. 063 de 20 de Maio de 2013

DECRETO N°. 063 DE 20 DE MAIO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 20 de maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N°. 369, de 28 de Maio de 2013.

RESOLUÇÃO N°. 369, DE 28 DE MAIO DE 2013.

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO LEGAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ/SC.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM OS ARTIGOS 23, INCISO III, ALÍNEA "a" E INCISO IV, ALÍNEA "b" c/c O ARTIGO 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO, RESOLVEM:

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de São José/SC, conforme disposições do artigo 4º da Lei nº. 4.948/2010 e artigo 2º da Lei nº. 5.266/2013.

Parágrafo Único - A partir do dia 29 de maio de 2013, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo Único - A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

RESOLUÇÃO Nº. 369, DE 28 DE MAIO DE 2013.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo Único - Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 29 de Maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS GERALDO SWIECH
Presidente Vice- Presidente

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Primeira Secretária Segundo Secretário

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitações FMS - Processo Nº 27/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Retificação Na Data de Abertura do Processo 108/2013 Pregão 78/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA ABERTURA PARA SESSÃO DE LICITAÇÃO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2013 (PUBLICADO NO DOM/ EDIÇÃO Nº 1253, DIA 06/06/2013 - PAG. 1155). OBJETO, AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS E ELTRODOMÉSTICOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS..

LEIA- SE SESSÃO DE ABERTURA DIA 19/06/2013 ÀS 14:00 HS . Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Licitação Nº 08/2013

Aviso de Licitação Nº 008/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/06/2013, às 16h30, na Câmara de Vereadores, no endereço, Rua Duque de Caxias, 522, Centro, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2013, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 05/2013, OBJETO: aquisição de mobiliário (móveis: mesas e revestimentos para paredes no plenário e plenarinho; poltronas e mesas de centro e canto para o hall). Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-2666. Site www.camarasaolourenco.sc.gov.br.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Complementar Nº85, de 20 de Maio de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº85, DE 20 DE MAIO DE 2013
"Altera o Artigo 61 da Lei Complementar nº05/97 incluído pela Lei Complementar nº16/2000".
JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - O Artigo 61 da Lei Complementar nº05/97, incluído pela Lei Complementar nº16/2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 61 - O Adicional por tempo de serviço é concedido de ofício por triênio, até o máximo de 12 (doze), na base de 3% (três por cento) incidente sobre a remuneração do servidor."
Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotação do Orçamento Fiscal Vigente.
Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 22 de maio de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Decreto Nº047/2013

DECRETO Nº047/2013
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012.

DECRETA:
Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12-2051 - Func. e Manut. da Coord. da Saúde R\$ 10.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 11 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Errata Edital 32.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

ERRATA DO EDITAL DE

LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 32/2013

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Anexo do Edital 32/2013. Cujo objeto é:

LOTE 01 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO,

LOTE 02 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ALARMES,

Conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I deste edital (Termo de Referência)

Art 1º: No Lote 02 - Onde se Lia:

1.6	Cabo CCI metros	200	2,00	100,00
-----	-----------------	-----	------	--------

Leia-se:

1.6	Cabo CCI metros	200	0,50	100,00
-----	-----------------	-----	------	--------

Art 2º No Lote 02 - Onde se Lia:

2.6	Cabo CCI metros	200	2,00	100,00
-----	-----------------	-----	------	--------

Leia-se:

2.6	Cabo CCI metros	200	0,50	100,00
-----	-----------------	-----	------	--------

Art 3º A data de Recebimento dos envelopes das propostas prorroga-se para o dia 25 de junho de 2013 às 09:30h e a abertura da sessão para etapa de lances juntamente com o recebimento dos envelopes de Habilitação para o mesmo dia e horário. Art 4º - Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata. Art. 5º- Publique-se, registre-se, cumpra-se. São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Lei Complementar N° 131/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº131/2013

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO PARA OS MÉDICOS ESPECIALISTA QUE PRESTAM ASSISTÊNCIA PARA A SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF E ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº004/1998.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder Público Municipal a conceder gratificação para os Médicos especialistas que prestam assistência como referência a saúde da família, no valor de até R\$1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Fica alterado o Anexo I, Grupo I, da Lei Complementar nº 004/1998, incluindo gratificação no valor de até R\$1.000,00 (um mil reais) para os profissionais Médicos especialista, cuja redação passa a ser a constante nesta lei.

Art. 3º Os critérios para o recebimento da gratificação serão definidos por Decreto Municipal podendo ser adequado em conformidade com o melhor interesse público.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de junho 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	03	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

*	Médico Ginecologista	01	110 a 130
*	Médico Pediatra	01	110 a 130
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

* Gratificação de até R\$1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

Lei Complementar Nº 132/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº. 132/2013

ALTERA OS ANEXOS I, II E IV DA LEI COMPLEMENTAR No 004/1998, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e IV da Lei Complementar no 004/1998, passam a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Parágrafo único. A criação de novos cargos Médico Plantonista, Médico Auditor e Médico do Trabalho no Grupo Ocupacional existente, não interferem no atual enquadramento dos servidores efetivos do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de junho 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VAGAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	03	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130
*	Médico Ginecologista	01	110 a 130
*	Médico Pediatra	01	110 a 130
	Médico Plantonista	01	131 a 151
	Médico Auditor	01	110 a 130

*	Médico do Trabalho	01	110 a 130
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

* Gratificação de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

ANEXO II

FUNÇÕES E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

GRUPO I – ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR

FUNÇÃO: MÉDICO PLANTONISTA

ATRIBUIÇÕES: - Cumprir os plantões pré-acordados com o Gestor Municipal de Saúde e/ou Chefia imediata, devendo responsabilizar-se em viabilizar outro profissional médico como seu substituto na impossibilidade do cumprimento num prazo inferior a 48 horas da data do plantão;

- Cumprir carga horária pré-estabelecida com o gestor Municipal de Saúde e/ou Chefia imediata, comprovada pelo registro no ponto biométrico;
- Passar o plantão para o profissional médico do plantão seguinte, quando existente, a sua ausência antes da chegada do colega será considerada abandono de Plantão de acordo com o Código de Ética Médica;
- Prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento em nível de Pronto Atendimento a pacientes adultos e/ou pediátricos em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos;
- Atender, prioritariamente, os pacientes de urgência e emergência identificados a partir da avaliação do Enfermeiro;
- Realizar consultas, exames clínicos, emitir diagnósticos, emitir atestado médico, prescrever tratamentos, orientando e encaminhando os pacientes às Equipes de Saúde da Família do município, de acordo com a sua área de abrangência, dando continuidade à assistência à saúde;
- Reavaliar todos os pacientes em observação;
- Solicitar exames complementares para o diagnóstico imediato e encaminhar ao médico da saúde da família para solicitações de exames e encaminhamentos às especialidades, considerados não urgentes;
- Orientar os pacientes com relação às condutas e procedimentos prescritos para o mesmo;
- Adotar critérios rigorosos na solicitação de procedimentos complementares e classificar como Emergência ou Urgência;
- Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade Básica de Saúde, para ressuscitação de pacientes com parada cardiorrespiratória;
- Realizar os pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais de urgência e emergência inerentes à profissão de médico, como suturas e retiradas de corpo estranho;
- Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para atendimento e ou internação hospitalar, contatando com o hospital, com a Central de Leitos do SUS ou com SAMU, garantindo a continuidade da atenção à saúde ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual;
- Prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias do município ou do SAMU, quando necessário;
- Realizar atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
- Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão, de assistência pré-hospitalar;
- Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assumo o caso/plantão;
- Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizando registros adequados sobre os pacientes em fichas de atendimentos e prontuários assim como, outros determinados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Dar apoio a atendimentos de urgência nos eventos externos, de responsabilidade da Instituição;
- Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;
- Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado;
- Desempenhar as atividades médicas em sintonia com a equipe multidisciplinar e multiprofissional, trabalhando de forma articulada com os demais membros da equipe;
- Aplicar os Protocolos Clínicos/Linhas Guia definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Obedecer ao Código de Ética Médica e Normas Institucionais.

REQUISITOS: Escolaridade: Nível Superior em Medicina

Curso Específico: Medicina

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico: Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

FUNÇÃO: MÉDICO AUDITOR

ATRIBUIÇÕES: - Auditar os serviços de saúde sob sua responsabilidade, sendo eles, públicos ou privados, próprios, contratados ou conveniados;

- Observar e analisar através do acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas no SUS, de modo a verificar a conformidade dos serviços prestados com as normas vigentes e com os objetivos estabelecidos;
- Analisar e auditar as ações e serviços desenvolvidos por consórcio intermunicipal ao qual esteja o Município associado;
- Aferir a preservação dos padrões estabelecidos e proceder ao levantamento dos dados que permitam ao Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Auditoria conhecer a qualidade, a quantidade, os custos e os gastos municipais com atenção à saúde da população;
- Auditar e avaliar a qualidade, a propriedade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos métodos, práticas, procedimentos operacionais e gerenciais dos serviços de saúde prestados à população, visando à melhoria progressiva da assistência de saúde;
- Elaborar protocolos e/ou fluxos de encaminhamentos a fim de regular o acesso dos usuários do SUS residentes no município às consultas e exames de especialidades;
- Analisar fichas clínicas, prontuários, exames e demais documentos de pacientes, para avaliar o procedimento executado, conforme normas vigentes do Sistema Único de Saúde. Poderá acessar, in loco, toda a documentação necessária, sendo-lhe vedada a retirada dos prontuários ou cópias da instituição, podendo, se necessário, examinar o paciente, desde que devidamente autorizado pelo mesmo, quando possível, ou por seu representante legal. Havendo identificação de indícios de irregularidades no atendimento do paciente, cuja comprovação necessite de análise do prontuário médico, é permitida a retirada de cópias exclusivamente para fins de instrução da auditoria;
- Analisar os relatórios do Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar, os processos e os documentos, Plano Municipal de Saúde e os Relatórios de Municipais de Gestão;
- Verificar "in loco" as unidades prestadoras de serviço públicas e/ou privadas, contratadas e conveniadas do SUS, através da documentação de atendimento aos pacientes e usuários e dos controles internos;
- Emitir parecer conclusivo nos relatórios de gestão;
- Manter o sigilo profissional, devendo, sempre que necessário, comunicar a quem de direito e por escrito suas observações, conclusões e recomendações, sendo-lhe vedado realizar anotações no prontuário do paciente;
- Concluindo haver indícios de ilícito ético, o médico, na função de auditor, obriga-se a comunicá-los ao Conselho Regional de Medicina;
- atender, sob pena de responsabilização, as requisições nos prazos preestabelecidos pelo Poder Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Sistema Estadual de Auditoria e Sistema Nacional de Auditoria;
- Solicitar por escrito, ao médico assistente, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.
- Encontrando impropriedades ou irregularidades na prestação do serviço ao paciente, deve comunicar o fato por escrito ao médico assistente, solicitando os esclarecimentos necessários para fundamentar suas recomendações.

É vedado ao Médico Auditor do Sistema Único de Saúde:

- Divulgar suas observações, conclusões ou recomendações, salvo por justa causa ou dever legal;
- Transferir sua competência a outros profissionais, mesmo quando integrantes de sua equipe;
- Ser proprietário, sócio ou acionista de unidade hospitalar privada;
- Exercer atividade profissional na unidade por ele fiscalizada;
- Exagerar ou omitir fatos decorrentes do exercício de suas funções;
- Autorizar, vetar, bem como modificar, procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos solicitados, salvo em situação de indiscutível conveniência para o paciente, devendo, neste caso, fundamentar e comunicar por escrito o fato ao médico assistente.

REQUISITOS: Escolaridade: Nível Superior em Medicina

Curso Específico: Medicina

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico: Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

Experiência profissional em Medicina de, no mínimo, 03 anos.

FUNÇÃO: MÉDICO DO TRABALHO

ATRIBUIÇÕES: - Assistir ao trabalhador da Prefeitura Municipal de Schroeder, elaborar seu prontuário médico e fazer todos os encaminhamentos devidos;

- Fornecer atestados e pareceres para o afastamento do trabalho sempre que necessário, considerando que o repouso, o acesso a terapias ou o afastamento de determinados agentes agressivos faz parte do tratamento;
- Fornecer laudos, pareceres e relatórios de exame médico e dar encaminhamento, sempre que necessário, para benefício do paciente e dentro dos preceitos éticos, quanto aos dados de diagnóstico, prognóstico e tempo previsto de tratamento. Quando requerido pelo paciente, deve o médico por à sua disposição tudo o que se refira ao seu atendimento, em especial cópia dos exames e prontuário médico.
- Para o estabelecimento do nexo causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, além do exame clínico (físico e mental) e os exames complementares, quando necessários, deve o médico considerar: I - a história clínica e ocupacional, decisiva em qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexo causal; II - o estudo do local de trabalho; III - o estudo da organização do trabalho; IV - os dados epidemiológicos; V - a literatura atualizada; VI - a ocorrência de quadro clínico ou subclínico em trabalhador exposto a condições agressivas; VII - a identificação de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, estressantes e outros; VIII - o depoimento e a experiência dos trabalhadores; IX - os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais, sejam ou não da área da saúde.
- Atuar visando essencialmente à promoção da saúde e à prevenção da doença, conhecendo, para tanto, os processos produtivos e o ambiente de trabalho da empresa;
- Avaliar as condições de saúde do trabalhador para determinadas funções e/ou ambientes, indicando sua alocação para trabalhos compatíveis com suas condições de saúde, orientando-o, se necessário, no processo de adaptação;
- Dar conhecimento aos empregadores, trabalhadores, comissões de saúde, CIPAS e representantes sindicais, através de cópias de encaminhamentos, solicitações e outros documentos, dos riscos existentes no ambiente de trabalho, bem como dos outros informes técnicos de que dispuser, desde que resguardado o sigilo profissional;
- Promover a emissão de Comunicação de Acidente do Trabalho, ou outro documento que comprove o evento infortunistico, sempre que houver acidente ou moléstia causada pelo trabalho. Essa emissão deve ser feita até mesmo na suspeita de nexo causal da doença com o trabalho. Deve ser fornecida cópia dessa documentação ao trabalhador;
- Elaborar, analisar e controlar o PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional);
- Notificar, formalmente, o órgão público competente quando houver suspeita ou comprovação de transtornos da saúde atribuíveis ao trabalho, bem como recomendar ao empregador a adoção dos procedimentos cabíveis, independentemente da necessidade de afastar o empregado do trabalho;
- Atuar junto à empresa para eliminar ou atenuar a nocividade dos processos de produção e organização do trabalho, sempre que haja risco de agressão à saúde;
- Promover o acesso ao trabalho de portadores de afecções e deficiências para o trabalho, desde que este não as agrave ou ponha em risco sua vida;
- Opor-se a qualquer ato discriminatório impeditivo do acesso ou permanência da gestante no trabalho, preservando-a, e ao feto, de possíveis agravos ou riscos decorrentes de suas funções, tarefas e condições ambientais.

REQUISITOS: Escolaridade: Nível Superior em Medicina

Curso Específico: Medicina

Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico: Registro no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

Especialização em Medicina do Trabalho

ANEXO IV - RELAÇÃO DE NÍVEIS E SALÁRIOS

NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário	NÍVEL	Salário
1	R\$ 717,36	39	R\$1.833,34	77	R\$ 4.685,45	115	R\$ 11.974,51
2	R\$ 735,29	40	R\$1.879,18	78	R\$ 4.802,58	116	R\$ 12.273,87
3	R\$ 753,68	41	R\$1.926,16	79	R\$ 4.922,65	117	R\$ 12.580,72
4	R\$ 772,52	42	R\$1.974,31	80	R\$ 5.045,71	118	R\$ 12.895,24
5	R\$ 791,83	43	R\$2.023,67	81	R\$ 5.171,86	119	R\$ 13.217,62
6	R\$ 811,63	44	R\$2.074,26	82	R\$ 5.301,15	120	R\$ 13.548,06
7	R\$ 831,92	45	R\$2.126,12	83	R\$ 5.433,68	121	R\$ 13.886,76
8	R\$ 852,72	46	R\$2.179,27	84	R\$ 5.569,52	122	R\$ 14.233,93
9	R\$ 874,03	47	R\$2.233,75	85	R\$ 5.708,76	123	R\$ 14.589,78
10	R\$ 895,88	48	R\$2.289,60	86	R\$ 5.851,48	124	R\$ 14.954,52
11	R\$ 918,28	49	R\$2.346,84	87	R\$ 5.997,77	125	R\$ 15.328,39
12	R\$ 941,24	50	R\$2.405,51	88	R\$ 6.147,71	126	R\$ 15.711,60
13	R\$ 964,77	51	R\$2.465,64	89	R\$ 6.301,40	127	R\$ 16.104,39
14	R\$ 988,89	52	R\$2.527,29	90	R\$ 6.458,94	128	R\$ 16.507,00
15	R\$1.013,61	53	R\$2.590,47	91	R\$ 6.620,41	129	R\$ 16.919,67
16	R\$1.038,95	54	R\$2.655,23	92	R\$ 6.785,92	130	R\$ 17.342,66
17	R\$1.064,92	55	R\$2.721,61	93	R\$ 6.955,57	131	R\$ 17.776,23
18	R\$1.091,55	56	R\$2.789,65	94	R\$ 7.129,46	132	R\$ 18.220,64
19	R\$1.118,84	57	R\$2.859,39	95	R\$ 7.307,70	133	R\$ 18.676,15

20	R\$1.146,81	58	R\$2.930,88	96	R\$ 7.490,39	134	R\$ 19.143,06
21	R\$1.175,48	59	R\$3.004,15	97	R\$ 7.677,65	135	R\$ 19.621,63
22	R\$1.204,86	60	R\$3.079,25	98	R\$ 7.869,59	136	R\$ 20.112,17
23	R\$1.234,99	61	R\$3.156,23	99	R\$ 8.066,33	137	R\$ 20.614,98
24	R\$1.265,86	62	R\$3.235,14	100	R\$ 8.267,99	138	R\$ 21.130,35
25	R\$1.297,51	63	R\$3.316,02	101	R\$ 8.474,69	139	R\$ 21.658,61
26	R\$1.329,95	64	R\$3.398,92	102	R\$ 8.686,55	140	R\$ 22.200,08
27	R\$1.363,19	65	R\$3.483,89	103	R\$ 8.903,72	141	R\$ 22.755,08
28	R\$1.397,27	66	R\$3.570,99	104	R\$ 9.126,31	142	R\$ 23.323,95
29	R\$1.432,21	67	R\$3.660,26	105	R\$ 9.354,47	143	R\$ 23.907,05
30	R\$1.468,01	68	R\$3.751,77	106	R\$ 9.588,33	144	R\$ 24.504,73
31	R\$1.504,71	69	R\$3.845,56	107	R\$ 9.828,04	145	R\$ 25.117,35
32	R\$1.542,33	70	R\$3.941,70	108	R\$10.073,74	146	R\$ 25.745,28
33	R\$1.580,89	71	R\$4.040,25	109	R\$10.325,58	147	R\$ 26.388,91
34	R\$1.620,41	72	R\$4.141,25	110	R\$10.583,72	148	R\$ 27.048,64
35	R\$1.660,92	73	R\$4.244,78	111	R\$10.848,32	149	R\$ 27.724,85
36	R\$1.702,44	74	R\$4.350,90	112	R\$11.119,52	150	R\$ 28.417,97
37	R\$1.745,00	75	R\$4.459,67	113	R\$11.397,51	151	R\$ 29.128,42
38	R\$1.788,63	76	R\$4.571,17	114	R\$11.682,45	152	R\$ 29.856,63

Lei Nº 1.939/2013

LEI Nº 1.939/2013

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) para reforço dos programas abaixo especificados, constante da Lei Orçamentária nº1.909/2012 de 27 de novembro de 2012:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 31.200,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 21.600,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de até R\$52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais) das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 16.200,00

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0051 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0048 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.600,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de junho 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei N° 1.940/2013

LEI N° 1.940/2013

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$36.988,62 (Trinta e seis mil, novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.909/2012 de 27 de novembro de 2012.

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0021.1.010 - CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA PARA CÂMARA

4.4.90.51.00.00.00.00.0000 - Obras e Instalações R\$36.988,62

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0021.2.059 - MANUT.DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

4.4.90.52.00.00.00.00.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$36.988,62

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de junho 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei N° 1.941/2013

LEI N° 1.941/2013

AUTORIZA A DOAÇÃO DE UM VEÍCULO À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - POLÍCIA MILITAR DE SC.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder público municipal a efetuar a Doação de um veículo para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Militar do Estado de SC.

Art. 2º O veículo será adquirido através de processo licitatório pelo Município de Schroeder.

Art. 3º O valor do veículo será no máximo de R\$ 55.250,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais), sendo que parte deste valor se encontra disponível no Convênio Rádio Patrulha.

Art. 4º O Donatário receberá o veículo para o uso exclusivo da Polícia Militar de Schroeder para o desempenho das atividades inerentes da corporação.

Art. 5º O não cumprimento do disposto nesta lei por parte do Donatário ensejará a reintegração de imediato do veículo ao Município de Schroeder.

Art. 6º A dotação utilizada será da conta 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0000.000000.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC,

nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 11 de junho 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.150/2013, de 11 de Junho de 2013

PORTARIA N° 5.150/2013, DE 11 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor Valdemar dos Santos, na qualidade de Diretor de Saneamento, inscrito no CPF sob o nº 560.267.490-04, como responsável pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder, sem vantagem pecuniária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 11 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação de Edital de Chamada Pública N° 01/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 01/2013-FMS

PROCESSO N°. 45/2013-FMS

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal em exercício, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Lei nº. 11947/09, de 16 de junho de 2009, torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área de Psiquiatria, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes de Habilitação: A partir do dia 13 de

junho de 2013 às 08h até dia 30 de novembro de 2013 às 17h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.
A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 13 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N° 13/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 13/2013-FMS
PROCESSO N°. 48/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a manutenção de esfigmamômetros para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de junho de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 26 de junho de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 13 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço N° 14/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, n° 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 14/2013-FMS

PROCESSO N°. 49/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade

de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforma deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010 e Processos Judiciais, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de junho de 2013 às 08h45min.
Abertura das Propostas: 27 de junho de 2013 às 09h.
Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 13 de junho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A03/2013 - FMS

TERMO ADITIVO N°. A03/2013 – FMS
1º TERMO ADITIVO DE CORREÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 64/2013 –FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAPELARIA COPIATIC LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 01.795.373/0001-69, estabelecida na Rua Getulio Vargas, n° 252, Centro, na cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná, CEP: 83880-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor James Everton Franke, inscrito no CPF sob o no 015.628.739-03, portador da Carteira de Identidade no 2773999-SC.

Considerando o Contrato Administrativo n°. 64/2013-FMS, celebrado em 28 de maio de 2013, proveniente do Processo de licitação n°. 31/2013 – FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 12/2013- FMS, o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, regido pela Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o Ofício n° 47/2013-SPGF/SRM, para correção do contrato n° 64/2013-FMS, pois conforme mencionado houve erro de grafia no item 06 no valor unitário e valor total, constatado o erro de acordo com a proposta comercial apresentada pela empresa anexa ao processo.

Considerando que o valor unitário de R\$ 90,00 (Noventa reais), totalizando o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), do item 06 está abaixo da segunda e terceira colocada na ordem de classificação e também do termo referência do edital.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do

objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 6, o valor unitário de R\$ 90,00 (Noventa reais), totalizando o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
06	Estante de aço com 6 prateleiras reforçadas com 3 dobra, com sapatas, com parafusos e porcas. Dimensões: 92cm x 30 cm x 198 cm. Pintura epoxi na cor branca.	5	90,00	Unidade	450,00
VALOR TOTAL R\$					450,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 64/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 12 de junho de 2013.

CONTRATADA:
PAPELARIA COPIATIC LTDA
James Everton Franke
CPF nº 015.628.739-03

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:
1ª _____ 2ª _____
Nome: ORLANDO TECILLA Nome: IVANDRA DE SOUZA
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 047.563.299-00

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Contratual N° 068/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2013
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 068/2013
Contratante MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada: ADERNANDA PAULA DOS SANTOS

Objeto Contratação de Engenheiro (a) Civil, devidamente inscrito no CREA para atuar junto aos Departamentos da estrutura organizacional do Município de Serra Alta com carga horária semanal de 20 horas, conforme descrições dos serviços constantes na proposta comercial da CONTRATADA e no Anexo "D" do Edital PP

34/2013.

Valor : Pela prestação do serviço do(s) objetos previsto(s) na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará o valor total de R\$ 23.100,00 (Vinte e três mil e cem reais), em parcelas mensais correspondente a importância de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais).

Vigência 12/06/2013 á 31/12/2013

Dotação Orçamento vigente: 08.02.2.120.33.90.00 DR 0001 - Despesa 119

SERRA ALTA, 12 de Junho de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

Contrato Caixa

Prefeitura Municipal de Siderópolis /SC
Extrato de Contrato

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Siderópolis, representada pelo Senhor Prefeito Municipal Hélio Roberto Cesa;
CONTRATADA: Caixa Econômica Federal, representada pelo Superintendente Regional Robert Kennedy Lara da Costa;

OBJETO: Prestação de Serviços financeiros e outras Avenças;
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Contratação direta com dispensa de licitação, conforme o art. 24, inciso VIII da Lei 8.666/93
VALOR: R\$421.000,00(quatrocentos e vinte e um mil reais);
DATA ASSINATURA: 11-06-2013.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato 19/2012 _Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2012
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Monsani & Feltrin Construtora Ltda

Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial para 12 (doze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial do contrato para 13 (treze) meses.
Vigência: 10/06/2013 a 08/10/2013

Extrato do 4º Termo Aditivo ao Contrato 85/2012

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 85/2012

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Pavimentadora Jeremias Ltda

Objeto: Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial para 15 (quinze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial do contrato para 16 (dezesesseis) meses. Vigência: 07/06/2013 a 05/10/2013

Timbó**PREFEITURA****Portaria N° FME-10, de 03 de Junho de 2013**

PORTARIA Nº FME-10, DE 03 DE JUNHO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Gilberto Rhenius	09, de 29/05/2013	02/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 21 2013 SAMAE - Telemetria

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

TOMADA DE PREÇO Nº. 21/2013

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que

a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preço nº 21/2013, referente à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de automação remota e telemetria, sistema de rádio comunicação e serviços técnicos para obtenção e gerenciamento das licenças necessárias à execução do serviço perante a Anatel, acontecerá no dia 14/06/2013 às 08h30min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó. Timbó, 12 de junho de 2013

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

Decisão Tomada de Preço N.º 21 2013 SAMAE - Apresentação Crc

Tomada de Preço 21/2013

A empresa D.J.R. RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. cumpriu tempestivamente a exigência da apresentação do "Certificado do Registro Cadastral", exigida na ata de 03 de junho de 2013.

Ante o Exposto a Comissão Permanente de Licitações decide habilitar a empresa D.J.R. RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

Intime-se a empresa da presente decisão, designe-se data para abertura do envelope da proposta.

Timbó (SC), 12 de junho de 2013

DEISE ADRIANA NICHOLETTI MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM

Secretária

ALINE BUERGER

Membro

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/01-01 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/01-01

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADO: Rafael Alberto Pereira ME.

OBJETO: Credenciamento de mercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e limpeza através de tickets para usuários da assistência social de Timbó.

VALOR: Ticket vale-alimentação de R\$ 60,00 (sessenta reais), R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais).

Prazo: 08/05/2013 até 17/04/2014.

Data da Assinatura: 08/05/2013.

ELSON A.A. MARSON JUNIOR

Secretário Municipal de Assistência Social

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/01-02 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/01-02

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.

CONTRATADO: Supermercado Gessner LTDA.

OBJETO: Credenciamento de mercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e limpeza através de tickets para usuários da assistência social de Timbó.
VALOR: Ticket vale-alimentação de R\$ 60,00 (sessenta reais), R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais).
Prazo: 07/06/2013 até 17/04/2014.
Data da Assinatura: 07/06/2013.

ELSON A.A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal de Assistência Social

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/01-03 - FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/01-03
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADO: Supermercados Schutze LTDA.

OBJETO: Credenciamento de mercados para fornecimento de alimentação, produtos de higiene pessoal e limpeza através de tickets para usuários da assistência social de Timbó.
VALOR: Ticket vale-alimentação de R\$ 60,00 (sessenta reais), R\$ 80,00 (oitenta reais) e R\$ 100,00 (cem reais).
Prazo: 07/06/2013 até 17/04/2014.
Data da Assinatura: 07/06/2013.

ELSON A.A. MARSON JUNIOR
Secretário Municipal de Assistência Social

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/48-01 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/48-01
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.
CONTRATADO: Construvias Pavimentações LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas, em regime de mutirão.
Valor: R\$ 63,31 (sessenta e três reais e trinta e um centavos) por m².
Prazo: 12/06/2013 até 16/05/2014.
Data da Assinatura: 12/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/48-02 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/48-02
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.
CONTRATADO: Terraplanagem Azza LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas, em regime de mutirão.
Valor: R\$ 63,31 (sessenta e três reais e trinta e um centavos) por m².

Prazo: 12/06/2013 até 16/05/2014.
Data da Assinatura: 12/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Quarto Termo Aditivo Contrato 2009/251 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/251
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO: Olos Tecnologia LTDA - EPP.
OBJETO: Serviço de processamento de dados para a Secretaria Municipal de Saúde, incluindo a administração do banco de dados e assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados.
PRAZO: prorrogado até 28/11/2013.
DATA DA ASSINATURA: 10/06/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI
Fundo Municipal de Saúde

Extrato Terceiro Termo Aditivo Contrato 2012/89 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/89
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO: Olos Tecnologia LTDA - EPP.

OBJETO: Implantação de sistema e prestação de serviços de processamento de dados para gestão de saúde pública.
PRAZO: prorrogado até 28/11/2013.
DATA DA ASSINATURA: 10/06/2013.

ALFREDO JOÃO BERRI
Fundo Municipal de Saúde

Extrato Segundo Termo Aditivo Ata de Registro - 142 2012 - Auto Posto Nasato

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 142/2012
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Auto Posto Nasato LTDA.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro dos itens 01 (gasolina aditivada) e 02 (gasolina comum) constante da Ata de Registro de Preços - Edital de Pregão 142/2012, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 2,520 para o item 01 e R\$ 2,410 para o item 02.
DATA DA ASSINATURA: 03/06/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e da Administração

Três Barras

PREFEITURA

Decreto Nº 4.243 de 27 de Maio de 2013

DECRETO Nº 4.243 DE 27 DE MAIO DE 2013
RERRATIFICA O DECRETO Nº 3.191 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007, DECRETO Nº 3.428 DE 30 DE MARÇO DE 2009 E DECRETO Nº 4.072 DE 19 DE ABRIL DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o equívoco ocorrido com a edição do Decreto nº 3.191 de 21 de novembro de 2007 na nomeação de membros para o Conselho Municipal do FUNDEB, anterior a sanção e publicação da Lei Municipal nº 2.712/2007;

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 3.428 de 30 de março de 2009 que nomeou membros do Conselho Municipal do FUNDEB antes do prazo de término do mandato dos conselheiros nomeados pelo Decreto nº 3.191/2007;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB e a nomeação de novos conselheiros através do Decreto nº 4.072 de 19 de abril de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e atualizar os dados no cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rerratificado o Decreto nº 3.191 de 21 de novembro de 2007 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

DECRETO Nº 3.191 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUJIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a determinação legal da sociedade participar da fiscalização dos recursos do FUNDEB,
CONSIDERANDO, que houve eleição devidamente constituída,
CONSIDERANDO, o ofício de indicação com a nominata constante dos membros,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado a instituição do Conselho Municipal do FUNDEB.

Art. 2º - O Conselho Fiscal será composto dos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - José Omildo dos Santos
Titular - Sônia Marcia Szczerbowski Küchler
Suplente - Mona Uba Dequêch Denk
Suplente - Irineu Jascuf

II - Representantes dos Professores:

Titular - Rosemari Gavieski
Suplente - Maria Cristiane dos Santos

III - Representantes dos Diretores:

Titular - Silvana Cornelsen Jarschel
Suplente - Jucimar B.P. Dobrochinski

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Jocelma P. Blanck
Suplente - Maria Massaneiro Novitzki

V - Representantes dos Pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Marli Antunes Alves Leite
Titular - Tânia Cristina Porfírio Ignazevski
Suplente - Analete Gomes Teles Hendler
Suplente - Maria Eliane Carlos de Maria

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Roger de Campos
Titular - Rafaela Rodachinski
Suplente - Alinor Urbanek Neto
Suplente - Cleiton José Ferreira

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Edson Luiz de Souza
Suplente - Ivete Soek Ricardo de Jesus

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Sandra R.S. Duarte
Suplente - Nairaluz Schroeder Rosário

Art. 3º - O referido Conselho terá as atribuições previstas na legislação federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 19 de dezembro de 2007."

Art. 2º. Fica rerratificado o Decreto nº 3.428 de 30 de março de 2009 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica decretado a instituição do Conselho Municipal do FUNDEB.

Art. 2º - O Conselho Fiscal será composto dos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - Sônia Marcia Szczerbowski Küchler
Titular - Tadeu Kurpiel Junior
Suplente - Viviane A. W. Zimmermann
Suplente - Irineu Jascuf

II - Representantes dos Professores:

Titular - Alexandre Antonio dos Passos
Suplente - João Marlon Jungles

III - Representantes dos Diretores:

Titular - Jucimar B.P. Dobrochinski

Suplente - Silvana Cornelsen Jarschel

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Maria Massaneiro Novitzki
Suplente - Jocelma Pereira Blanck

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Anaete Gomes Teles Hendler
Titular - Tânia Cristina Porfírio Ignazevski
Suplente - Rosimari Gevieski
Suplente - Marli Antunes Alves Leite

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Robson Sevilha de Oliveira
Titular - Cleiton José Ferreira
Suplente - Silmara Correa Alves
Suplente - Roger de Campos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Edson Luiz de Souza
Suplente - Mona Uba Dequêch Denk

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Nairaluz Schroeder Rosário
Suplente - Sandra R. S. Duarte

Art. 3º - O referido Conselho terá as atribuições previstas na legislação federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 3º. Fica rerratificado o Decreto nº 4.072 de 19 de abril de 2012 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

"Art.1º. Fica homologada a nominata do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, para o mandato 2012/2013, que passará a ser composto da seguinte forma:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - Marlene Pecharka Corrêa
Suplente - Léa Aparecida Padilha

Titular - Cristian Roberto Todt
Suplente - Alir Agostinho Adur Junior

II - Representantes dos Professores da educação básica:

Titular - Maria Cristiane dos Santos
Suplente - Elizabete Gude Reck

III - Representantes dos Diretores das escolas públicas:

Titular - Edimari Silvana Stalicz dos Santos
Suplente - Marlene Novak Fragoso

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Simone Cornelsen Jarschel
Suplente - Marizete Aparecida Gauloski Mazarovicz

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Marli Cordeiro
Suplente - Beatriz Kondras

Titular - Aline Bárbara Vanin
Suplente - Romélia Gonçalves

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular -Rafaela Rodachinski
Suplenete - Alinor Urbaneck Neto

Titular - Silmara Correa Alves
Suplente - Roger de Campos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Ivete Soek Ricardo de Jesus
Suplente - Sâmia Watchel Seleme

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Helen Cristina Pereira
Suplente - Maria Lucia Mendes

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 4º. Fica autorizada a adoção de providências necessárias nos registros permanentes, em especial para efeito do cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Decreto Nº 4.244 de 29 de Maio de 2013

DECRETO Nº 4.244 DE 29 DE MAIO DE 2013
REVOGA O DECRETO Nº 4.243 DE 27 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 4.243 de 27 de maio de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de maio de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Decreto N° 4.246 de 10 de Junho de 2013

DECRETO N° 4.246 DE 10 DE JUNHO DE 2013

RERRATIFICA O DECRETO N° 3.191 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o equívoco ocorrido com a edição do Decreto n° 3.191 de 21 de novembro de 2007 na nomeação de membros para o Conselho Municipal do FUNDEB, anterior a sanção e publicação da Lei Municipal n° 2.712/2007;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e atualizar os dados no cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rerratificado o Decreto n° 3.191 de 21 de novembro de 2007 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

DECRETO N° 3.191 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO, a determinação legal da sociedade participar da fiscalização dos recursos do FUNDEB, CONSIDERANDO, que houve eleição devidamente constituída, CONSIDERANDO, o ofício de indicação com a nominata constante dos membros,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado a instituição do Conselho Municipal do FUNDEB.

Art. 2º - O Conselho Fiscal será composto dos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - José Omildo dos Santos
Titular - Sônia Marcia Szczerbowski Küchler
Suplente - Mona Uba Dequêch Denk
Suplente - Irineu Jascuf

II - Representantes dos Professores:

Titular - Rosemari Gavieski
Suplente - Maria Cristiane dos Santos

III - Representantes dos Diretores:

Titular - Silvana Cornelsen Jarschel
Suplente - Jucimar B.P. Dobrochinski

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Jocelma P. Blanck
Suplente - Maria Massaneiro Novitzki

V - Representantes dos Pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Marli Antunes Alves Leite
Titular - Tânia Cristina Porfírio Ignazevski
Suplente - Analete Gomes Teles Hendler
Suplente - Maria Eliane Carlos de Maria

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Roger de Campos
Titular - Rafaela Rodachinski
Suplente - Alinor Urbanek Neto
Suplente - Cleiton José Ferreira

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Edson Luiz de Souza
Suplente - Ivete Soek Ricardo de Jesus

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Sandra R.S. Duarte
Suplente - Nairaluz Schroeder Rosário

Art. 3º - O referido Conselho terá as atribuições previstas na legislação federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 19 de dezembro de 2007."

Art. 2º. Fica autorizada a adoção de providências necessárias nos registros permanentes, em especial para efeito do cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Decreto N° 4.247 de 27 de Junho de 2013

DECRETO N° 4.247 DE 27 DE JUNHO DE 2013

RERRATIFICA O DECRETO N° 3.428 DE 30 DE MARÇO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a edição do Decreto n° 3.428 de 30 de março de 2009 que nomeou membros do Conselho Municipal do FUNDEB antes do prazo de término do mandato dos conselheiros nomeados pelo Decreto n° 3.191/2007;

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e atualizar os dados no cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rerratificado o Decreto nº 3.428 de 30 de março de 2009 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

"Art. 1º - Fica decretado a instituição do Conselho Municipal do FUNDEB.

Art. 2º - O Conselho Fiscal será composto dos seguintes membros:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - Sônia Marcia Szczerbowski Küchler

Titular - Tadeu Kurpiel Junior

Suplente - Viviane A. W. Zimmermann

Suplente - Irineu Jascuf

II - Representantes dos Professores:

Titular - Alexandre Antonio dos Passos

Suplente - João Marlon Jungles

III - Representantes dos Diretores:

Titular - Jucimar B.P. Dobrochinski

Suplente - Silvana Cornelsen Jarschel

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Maria Massaneiro Novitzki

Suplente - Jocelma Pereira Blanck

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Analete Gomes Teles Hendler

Titular - Tânia Cristina Porfírio Ignazevski

Suplente - Rosimari Gevieski

Suplente - Marli Antunes Alves Leite

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular - Robson Sevilha de Oliveira

Titular - Cleiton José Ferreira

Suplente - Silmara Correa Alves

Suplente - Roger de Campos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Edson Luiz de Souza

Suplente - Mona Uba Dequêch Denk

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Nairaluz Schroeder Rosário

Suplente - Sandra R. S. Duarte

Art. 3º - O referido Conselho terá as atribuições previstas na legislação federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de 19 de dezembro de 2009."

Art. 2º. Fica autorizada a adoção de providências necessárias nos registros permanentes, em especial para efeito do cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto Nº 4.248 de 10 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.248 DE 10 DE JUNHO DE 2013

RERRATIFICA O DECRETO Nº 4.072 DE 19 DE ABRIL DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a constatação de irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB e a nomeação de novos conselheiros através do Decreto nº 4.072 de 19 de abril de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de corrigir e atualizar os dados no cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rerratificado o Decreto nº 4.072 de 19 de abril de 2012 para efeitos de cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos seguintes termos:

"Art.1º. Fica homologada a nominata do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, para o mandato 2012/2013, que passará a ser composto da seguinte forma:

I - Representantes do Poder Executivo e Secretaria de Educação:

Titular - Marlene Pecharka Corrêa

Suplente - Léa Aparecida Padilha

Titular - Cristian Roberto Todt

Suplente - Alir Agostinho Adur Junior

II - Representantes dos Professores da educação básica:

Titular - Maria Cristiane dos Santos

Suplente - Elizabete Gude Reck

III - Representantes dos Diretores das escolas públicas:

Titular - Edimari Silvana Stalicz dos Santos

Suplente - Marlene Novak Fragoso

IV - Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo:

Titular - Simone Cornelsen Jarschel

Suplente - Marizete Aparecida Gauloski Mazarovicz

V - Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular - Marli Cordeiro

Suplente - Beatriz Kondras

Titular - Aline Bárbara Vanin
Suplente - Romélia Gonçalves

VI - Representante dos estudantes da educação básica pública:

Titular -Rafaela Rodachinski
Suplenete - Alinor Urbaneck Neto

Titular - Silmara Correa Alves
Suplente - Roger de Campos

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Ivete Soek Ricardo de Jesus
Suplente - Sâmia Watchel Seleme

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

Titular - Helen Cristina Pereira
Suplente - Maria Lucia Mendes

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º. Fica autorizada a adoção de providências necessárias nos registros permanentes, em especial para efeito do cadastro no sistema do CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, junto ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: EMPREENDIMENTOS VIDA AMIGA LTDA - CNPJ 02.944.386/0003-87.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.

FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

Data do Credenciamento: 03 de junho de 2013.

Data da Contratação: 03 de junho de 2013.

Extrato do Contrato 005/2013 - Samasa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2013

Vigência: 05/06/2013 a 04/06/2014

Processo Licitatório nº 002/2013

Concorrência Pública nº 01/2013

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental - SAMASA do Município de Três Barras - SC

Contratado: Serrana Engenharia Ltda - CNPJ: 83.073.536/0001-64.

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços relativos à coleta com monitoramento via satélite,

transporte e destinação final em aterro disponibilizando pela contratada devidamente licenciado pelo órgão Ambiental dos resíduos sólidos urbanos compactáveis do Município de Três Barras-SC. Valor total: R\$ 592.204,80 (quinhentos e noventa e dois mil e duzentos e quatro reais e oitenta centavos).

Três Barras - SC, em 13 de junho de 2013.

EMILIO GAZANIGA NETO

Diretor Executivo

Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 01 nº 001/2009, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 14 a 24 de junho de 2013, das 08:00h às 12:00h e das 13:15h às 17:00h, na Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras – SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 01/2009.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, 13 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009.

Técnico em Enfermagem		
Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato
16	02.06.035	Viviane Renata Opau-tchak
17	02.06.025	Carla Caldas

Ata Registro de Preço 056/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 56/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 03 dias do mês de junho de ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 14.137.396/0001-28, com sede e foro na Cidade de Jaraguá do Sul, cito a Rua Jorge Czerniewicz, nº 907, Bairro Czerniewicz; por seu representante legal, acordam

proceder, nos termos do Decreto Municipal n°. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	100	UNID	140,0000	14.000,00	PLACA DE REGULA- RIZAÇÃO R-1 PARE CONFEC- CIONADA EM CHAPA GALVANI- ZADA ME- DINDO 600 X 600 MM, ESPESSURA DA CHAPA DE 1,25 M, CANTOS ARREDO- DADOS, ADESIVOS REFLE- TIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO.
002	40	UNID	140,0000	5.600,00	PLACAS DE REGULA- MENTAÇÃO R-34 CI- CLOVIA OU ECLUSIVO BICICLETAS CONFEC- CIONADAS EM CHAPA GALVANI- ZADA NAS DIMEN- SÕES 500 X 750 MM ESPESSURA DA CHAPA 1.25 MM, CANTOS ARREDON- DADOS, ADESIVOS REFLE- TIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO.

003	40	UNID	140,0000	5.600,00	PLACAS I-23 ONIBUS CONFEC- CIONADAS EM CHAPA GALVANI- ZADA NAS DIMENSÕES 500 X 750 MM ESPES- SURA DO MATERIAL 1.25 MM CANTOS ARREDON- DADOS, ADESIVOS REFLE- TIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO.
004	30	CONJ	420,0000	12.600,00	PLACA AÉREA (INSTALA- ÇÃO EM PÓRTICO) CONFEC- CIONADAS EM CHAPA GALVANI- ZADA NAS DIMENSÕES DE 1.000 X 2.000 MM ESPES- SURA DO MATERIAL 2.00 MM CANTOS ARREDON- DADOS, ADESIVOS REFLE- TIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO.

005	20	UNID	440,0000	8.800,00	PLACAS PADRÃO DNIT (INDICAÇÃO DIVERSOS) CONFECCIONADAS EM CHAPA GALVANIZADA NAS DIMENSÕES DE 1.000 X 2.000 MM ESPESSURA DA CHAPA 2.00 MM, CANTOS ARREDONDADOS, ADESIVOS REFLETIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO. ESTE ITEM DEVE SER ACOMPANHADO DE 02 BARRAS CHATAS GALVANIZADAS A FOGO NAS DIMENSÕES DE 1.1/2 X 3/4 DE POLEGADA.
-----	----	------	----------	----------	---

006	250	UNID	140,0000	35.000,00	PLACAS DE ADVERTÊNCIA A-18 LOMBADA CONFECCIONADAS EM CHAPA GALVANIZADA NAS DIMENSÕES 600 X 600 MM ESPESSURA DA CHAPA 1.25 MM, CANTOS ARREDONDADOS ADESIVOS REFLETIVOS E VERSO DA PLACA ADESIVO PRETO FOSCO.
-----	-----	------	----------	-----------	---

007	300	UNID	70,0000	21.000,00	TUBO GALVANIZADO 2 POLEGADAS (50.80 MM) COM PAREDE DE 2.00 MM E COMPRIMENTO DE 3.000 MM. MATERIAL GALVANIZADO A FOGO, DEVE POSSUIR SISTEMA ANTIGIRO.
Total SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA			102.600,00 Julgamento: MEN. PREÇO		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 47/2013 – Procedimento Administrativo nº. 56/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 03 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA CNPJ nº. 14.137.396/0001-28
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 057/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 57/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 03 dias do mês de junho de ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa RODRIGO LUIS HOBI ME, CNPJ nº.03.881.708/0001-97, com sede e foro na Cidade de São Mateus do Sul, cito a Localidade de Divisa, nº S/N, Bairro Interior; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus

respectivos preços unitários:

RODRIGO LUIS HOBI ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	2.000	TONE	32,0000	64.000,00	PEDRA BRITADA TIPO RACHAO, BITOLA ATE 04 POLEGADAS(COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASEDE DO MUNICIPIO).
002	3.000	TONE	22,0000	66.000,00	PEDRA BRITADA TIPO RACHAO, BITOLA ATE 04 POLEGADAS(COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
003	10.000	TONE	29,0000	290.000,00	PEDRA GRADUADA PADRAO DEINFRA / SC PARA BASE DEPAVIMENTO ASFALTICO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASEDE DO MUNICIPIO).
004	5.000	TONE	21,5000	107.500,00	PEDRA GRADUADA PADRAO DEINFRA / SC PARA BASE DEPAVIMENTO ASFALTICO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
005	5.000	TONE	28,5000	142.500,00	PEDRA BRITA TIPO BICA CORRIDA, COM GRANULOMETRIADENTRO DAS NORMAS DESTINADAS A PAVIMENTACAO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASEDE DO MUNICIPIO).
006	5.000	TONE	22,0000	110.000,00	PEDRA BRITA TIPO BICA CORRIDA, COM GRANULOMETRIADENTRO DAS NORMAS DESTINADAS A PAVIMENTACAO. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).

008	1.000	TONE	23,9000	23.900,00	PEDRA BRITA Nº 01, COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUCAO DE ASFALTO LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA)
009	2.000	TONE	32,0000	64.000,00	PEDRA BRITA No. 02 COM GRANULOMETRIA DESTINADA AEXECUCAO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRES BARRASSC, NUMA DISTANCIA MEDIA DE ATE 15 (QUINZE) KM DASEDE DO MUNICIPIO).
010	1.000	TONE	23,5000	23.500,00	PEDRA BRITA No. 02, COM GRANULOMETRIA DESTINADA AEXECUCAO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR O PREÇO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
011	1.000	TONE	23,5000	23.500,00	PO DE PEDRA - (RETIRADO DO PATIO DA EMPRESA CONTRATADA).
Total RODRIGO LUIS HOBI ME				914.900,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 48/2013 – Procedimento Administrativo nº. 57/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 03 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	RODRIGO LUIS HOBI ME CNPJ nº.03.881.708/0001-97
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 057/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 57/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013



Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
 * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
 * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 03 dias do mês de junho de ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA, CNPJ nº.07.236.044/0001-64, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rod BR 280 Km 221,7, nº 2650, Bairro Agua Verde; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
013	5.000	M3	36,9000	184.500,00	AREIA MEDIA DESTINADA A CONSTRUCAO CIVIL. (COTAR O PRECO DO MATERIAL CONSIDERANDO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL RETIRARA O MATERIAL DO PATIO DA CONTRATADA).
Total SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA					184.500,00
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 48/2013 – Procedimento Administrativo nº. 57/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 03 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	SCHUMACHER-AREIAS E ARGAMASSAS LTDA CNPJ nº.07.236.044/0001-64
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
 NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 057/2013 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 54/2013
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
 * SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 03 dias do mês de junho de ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPOROSKY COMERCIO E TRANSPORTE LTDA., CNPJ nº. 00.077.801/0001-55, com sede e foro na Cidade de Três Barras, cito a Rua Yvan José da Costa, nº 319, Bairro Bom Jesus; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

TRANSPOROSKY COMERCIO E TRANSPORTE LTDA.					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
007	2.000	TONE	30,9000	61.800,00	PEDRA BRITA Nº01 COM GRANULOMETRIA DESTINADA A EXECUÇÃO DE ASFALTO, LIVRE DE IMPUREZAS. (COTAR PREÇO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRÊS BARRAS-SC, NUMA DISTÂNCIA MÉDIA DE ATÉ 15 (QUINZE) KM DA SEDE DO MUNICÍPIO)
012	10.000	M3	43,0000	430.000,00	AREIA MEDIA DESTINADA A CONSTRUCAO CIVIL. (COTAR O PRECO DO MATERIAL ENTREGUE EM TRÊS BARRAS-SC, NUMA DISTÂNCIA MÉDIA DE ATÉ 15 (QUINZE) KM DA SEDE DO MUNICÍPIO).
Total TRANSPOROSKY COMERCIO E TRANSPORTE LTDA.					491.800,00
Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 48/2013 – Procedimento Administrativo nº. 57/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 03 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	TRANSPOROSKY COMERCIO E TRANSPORTE LTDA. CNPJ n°. 00.077.801/0001-55
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 058/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 58/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 03 dias do mês de junho de ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa GT LOCACOES DE MAQUINAS LTDA, CNPJ nº. 12.324.647/0001-58, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rua Joaquim de Paula Vieira, nº 427, Bairro Centro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

GT LOCACOES DE MAQUINAS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	500	HORA	220,0000	110.000,00	SERVIÇOS COM TRATOR DE ESTEIRAS, COM LAMINA E PESO OPERACIONAL DE 19 T.
Total GT LOCACOES DE MAQUINAS LTDA				110.000,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 49/2013 – Procedimento Administrativo nº. 58/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 03 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	GT LOCACOES DE MAQUINAS LTDA CNPJ nº. 12.324.647/0001-58
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 _____ 2 _____
NILTON AVANIR HURMUS JACY DE FATIMA ABUDA

Turvo**PREFEITURA****Decreto 27/2013**

DECRETO Nº 027/13, de 10 de Junho de 2013.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 -VIAS RURAIS, PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (74) - Aplicações Diretas
R\$ 300.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0080 no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de junho de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira**PREFEITURA****Decreto Nº 10.470/13**

DECRETO Nº 10.470/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Homologa a Resolução nº 08/2013, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei nº 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 08/2013, que dispõe sobre a aprovação de prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Videira, referente ao mês de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 02 de abril de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N° 10.471/13

DECRETO N° 10.471/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Homologa a Resolução n° 09/2013, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei n° 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto n° 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 09/2013, que dispõe sobre a aprovação de prestação de contas do Consórcio Inter-municipal de Saúde, referente ao meses de fevereiro e março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 30 de abril de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N° 10.472/13

DECRETO N° 10.472/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Homologa a Resolução n° 10/2013, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei n° 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto n° 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 10/2013, que dispõe sobre a aprovação de prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Videira, referente ao mês de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 30 de abril de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N° 10.473/13

DECRETO N° 10.473/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Homologa a Resolução n° 11/2013, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei n° 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto n° 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 11/2013, que dispõe sobre a aprovação do Projeto de Implantação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, do Município de Videira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 28 de maio de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto N° 10.474/13

DECRETO N° 10.474/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.

Homologa a Resolução n° 12/2013, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei n° 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto n° 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução n° 12/2013, que dispõe sobre a aprovação de Projeto proveniente de emenda parlamentar individual apresentada pelo prestador Hospital Salvatoriano Divino Salvador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 28 de maio de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria N° 0369/13

PORTARIA n° 0369/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar n° 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo n°

8795/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a OLIDES ANTÔNIO GARBIN, Coveiro, de 03 de julho de 2013 até 03 de outubro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de julho de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria N° 0371/13

PORTARIA nº 0371/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Memorando nº 18/13 da Secretaria de Administração;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 10 de junho de 2013 até 02 de julho de 2013, o gozo de férias do servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2011 até 04 de novembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de junho de 2013.

Videira, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PR 38/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2013 - FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 38/2013 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS CAMPANHAS E EVENTOS REALIZADOS PELO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00

horas do dia 01 de Julho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 11 de Junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

PR 39/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2013 - FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 39/2013 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA AS CAMPANHAS DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 04 de Julho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 11 de Junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 83/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 83/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS PARA SEREM UTILIZADAS NA FIXAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS DE TRÂNSITO NA CIDADE DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 01/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 11 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 84/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2013-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 84/2013 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DO SISTEMA DE ESGOTO DAS ESCOLAS E CEMEIS, E LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS RESIDENCIAIS. 2. TIPO: MENOR PREÇO

POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 03/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 11 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0365/2013

Extrato do Contrato n. 0365/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA ALVES

CPF: 072.954.029-42

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 14 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0371/2013

Extrato do Contrato n. 0371/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANE MARIA BALDO

CPF: 010.549.059-83

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2013 a 30 de março de 2013

FUNÇÃO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais)

Extrato do Contrato N. 0453/2013

Extrato do Contrato n. 0453/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO

CPF: 008.571.979-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA HELENA CALDART EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Termo Aditivo N. 0101/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0101/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI

CPF: 005.301.989-08

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 21 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0195/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0195/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISETE DIAS BORGES VIEIRA

CPF: 004.679.159-03

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 08 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0225/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA GEMELLI PIACENTINI

CPF: 008.440.879-04

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 25 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0229/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0229/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVA MARIA BOM GUSE

CPF: 758.000.049-00

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 07 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0229/2013 2

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0229/2013 2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVA MARIA BOM GUSE

CPF: 758.000.049-00

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 07 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0287/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0287/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LIANE BASÍLIO DE ALMEIDA

CPF: 002.758.990-04

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 07 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0291/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0291/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA

CPF: 944.555.709-34

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 02 de junho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0342/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0342/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA

CPF: 989.215.173-91

VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2013 até 15 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0365/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0365/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA ALVES

CPF: 072.954.029-42

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 29 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0395/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0395/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA MARIA DIAS

CPF: 088.030.459-61

VIGÊNCIA: de 08 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0421/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0421/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SILMAR MARTENTHAL DA SILVA

CPF: 007.241.879-60

VIGÊNCIA: de 12 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0453/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0453/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO

CPF: 008.571.979-08

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 14 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0469/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA TERESINHA MORESCO

CPF: 052.664.199-11

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 18 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0469/2013 2

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0469/2013

2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA TERESINHA MORESCO

CPF: 052.664.199-11

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 27 de junho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0547/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0547/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES

CPF: 076.589.049-61

VIGÊNCIA: de 05 de julho de 2013 até 20 de junho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão N. 0064/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0064/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0387/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL

CPF: 008.623.349-18

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 31 de maio de 2013.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0067/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0067/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0365/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA ALVES

CPF: 072.954.029-42

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 21 de maio de 2013.

Xavantina

PREFEITURA

PP 27/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2013 - PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização por servidores municipais, no desempenho de suas atividades.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:00 do dia 25/06/2013.

Abertura: dia 25/06/2013, às 08:30.

O Edital estará à disposição dos interessados na home page www.xavantina.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, 13 de junho de 2013.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

Associações

GRANFPOLIS

Portaria Nº 03/2013

PORTARIA Nº 03/2013

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições estatutárias e de conformidade com o disposto na Resolução nº 002/2001 de 29 de junho de 2001 e com o item 7 da Portaria nº 001/2002,

RESOLVE,

1. Corrigir em 6,95 % (seis vírgula noventa e cinco por cento) correspondente ao INPC dos últimos 12 meses, o valor da diária fixada através da Portaria nº 003/2010.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 12 de junho de 2013.

CESAR SOUZA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Florianópolis

PRESIDENTE

Consórcios

ARIS

Deliberação N° 006/2013

DELIBERAÇÃO N. 006/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água prestados pela Autarquia Municipal, SAMAE de Nova Trento/SC.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício do Presidente da Autarquia Municipal SAMAE de Nova Trento/SC, no qual requer autorização para a aplicação de nova estrutura tarifária para os serviços de abastecimento de água; e considerando as JUSTIFICATIVAS apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 189/2013 vem:

DELIBERAR

1. Fica autorizada a Autarquia Municipal SAMAE de Nova Trento/SC, a implementar nova estrutura tarifária pelos serviços de abastecimento de água potável em 25,98%, conforme pedido encaminhado a esta agência;
2. Fica também autorizada a Autarquia municipal a implementar os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pelo Município;
4. A autarquia deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água além de cópia da publicação em jornal de veiculação local.

Florianópolis, 07 de junho de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Deliberação N° 004/2013

DELIBERAÇÃO N. 004/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste da tabela de tarifas e serviços de água e esgoto da SANEPAR no Município de Porto União/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício DP136/2013, de 07 de março de 2013, no qual a SANEPAR requer autorização para a aplicação de nova tabela tarifária para os serviços de água e esgoto; e considerando as JUSTIFICATIVAS apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 186/2013 vem:

DELIBERAR

1. Fica definido à SANEPAR de Porto União/SC, que implemente nova tabela tarifária com base em 10,62%, índice correspondente ao pedido da empresa e que foi devidamente aprovado junto ao decreto 7290 de 20/02/2013 do Governo do Estado do Paraná e na ATA de Reunião Extraordinária do IAP em 14/02/2013;
2. Fica também definido à SANEPAR que implemente os preços

públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;

3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela SANEPAR aos seus usuários.

4. A SANEPAR deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação em jornal de veiculação local e cronograma físico/financeiro dos investimentos a serem realizados em 2013 no SAA de Porto União/SC.

Florianópolis, 15 de março de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Deliberação N° 007/2013

DELIBERAÇÃO N. 007/2013

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela CASAN nos municípios regulados e fiscalizados pela ARIS.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício CT/D-1028, de 21 de maio de 2013, no qual a CASAN requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e considerando as JUSTIFICATIVAS apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 013-A/2012 vem:

1. Indeferir o pedido de reajuste tarifário proposto pela CASAN, ofício CT/D - 1028 de 21 de maio de 2013, de 7,24%, com base no IPCA de maio de 2012 a junho de 2013;

2. Conceder o reajuste tarifário em até 6,89%, com base no IPCA, dos últimos 13 meses, compreendido no período de maio de 2012 a maio de 2013, conforme parecer da diretoria de regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 013-A/2012.

3. Fica também definido à CASAN que implemente os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;

4. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela CASAN aos usuários de todos os municípios regulados e fiscalizados pela ARIS.

5. A CASAN deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação em jornal de veiculação que abranja todos os municípios regulados e fiscalizados pela ARIS.

Florianópolis, 10 de junho de 2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CINCO

Resolução 020 _2013

Resolução n. 020/2013.

Dispõe sobre a alteração dos membros da Comissão Especial 04 nomeados pela Resolução 19/2013 e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de

Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão Especial 04 nomeados pela Resolução 19/2013, ficando composta conforme segue:

Membros

I - MAGALI ZUCCO BODANESE - Presidente

II - ANDRÉ KLEOMA TODT- membro

III - ITACIR LUIZ RIZZO - membro

VI - JUNIOR HENRIQUE DOS SANTOS - membro

V - MARIA DE LOURDES TIBES PAULETTI - membro

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 12 de junho de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Termo Aditivo N.º 0006/2013/CINCO

TERMO ADITIVO N.º 0006/2013/CINCO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
CONTRATADO:	ANSILIERO & NAVA LTDA
CONTRATO/ ADITIVOS	0004/2013/CINCO
OBJETO:	Fornecimento de combustível óleo diesel comum para abastecimento da máquina pertencentes ao contratante.
DATA:	11.03.2013
VIGÊNCIA:	11.03.2013 a 31.05.2013

Art. 1º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na clausula segunda, passando a vigorar até 15/07/2013.

Art. 2º - Fica alterada a cláusula primeira do contrato em epigrafe, conforme o texto abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de combustível óleo diesel comum para abastecimento das máquinas pertencentes ao CONTRATANTE, a serviço do Município CONTRATANTE, conforme tabela abaixo:

QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO - R\$	VALOR TOTAL - R\$
3.350	Litros	Óleo diesel comum (para fornecimento no Posto de Combustíveis Contratado).	2,33	7.805,50

Art. 2º - Fica alterado o valor da cláusula terceira, totalizando um valor estimado de R\$ 7.805,50 (Sete mil oitocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de maio de 2013.

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO	ANSILIERO & NAVA LTDA
Elói Rönnau	Olívio Nava
Diretor Executivo	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Testemunhas:

1ª -

2ª -

Assessoria Jurídica: